

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Milton Gabriel Junior

A organização textual das crônicas de notícia

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Milton Gabriel Junior

A organização textual da crônica de notícia

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

À Professora Dr^a. Regina Célia Pagliuchi da Silveira pelo seu espírito inovador e empreendedor na tarefa de multiplicar seus conhecimentos, por acreditar neste projeto e principalmente pelo seu fazer transformador, através de suas palavras de incentivo, de seus ensinamentos sobre a vida acadêmica ou pessoal, me possibilitando ver um mundo de enormes possibilidades, as quais neste momento tenho a possibilidade de trilhá-las.

Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui outra. Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa só. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito; mas não há os que não levam nada. Há os que deixam muito; mas não há os que não deixam nada. Esta é a maior responsabilidade da nossa vida e a prova evidente de que duas almas não se encontram por acaso.

Antoine De Saint-Exupéry

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que caridosamente me deu a oportunidade de formar minha família, minha esposa Ana Katy pela paciência e compreensão irrestrita, a meu filho Caio Cesar pela solicitude e admiração a mim dispensado, a minha filha Juliana pela colaboração e palavras alegres, não há maneira de agradecer e reconhecer tamanha dedicação, compreendendo minha ausência e tempo que sacrifiquei durante toda a pesquisa;

Aos meus pais e irmãs pelo incentivo e apoio em minhas decisões, mesmo não acreditando nas minhas escolhas, acreditaram que eu poderia transformar as pessoas e a vida ao meu redor;

A todas as pessoas por que tive o prazer de conviver, conhecer e admirar durante estes anos de curso, os quais me demonstraram o valor de uma amizade irrestrita, totalmente desinteressada, em especial as amigas Deborah Gomes de Paula, Maria José Nélo e Siomara F. Pereira Pacheco, pela paciência e colaboração pelas trilhas da sabedoria;

A todos os meus amigos, seja do escotismo, do trabalho, da universidade ou simplesmente da vida, eu não sei o que faria sem vocês;

À Prof^a. Dr^a. Doroti Maroldi Guimarães pelas contribuições úteis e necessárias de forma singular enriqueceu essa dissertação;

À Prof^a. Dr^a. Aparecida Regina Borges Sellan por se fazer presente nos momentos de incerteza com palavras de incentivo e apoio, pelas contribuições úteis e imprescindíveis em minha qualificação;

Enfim, a todos, que deixaram marcas neste trabalho: a vocês minha profunda gratidão.

A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DAS CRÔNICAS DE NOTÍCIAS

Milton Gabriel Junior

Esta Dissertação está situada na Linguística Textual e na Análise Crítica do Discurso com vertente sociocognitiva, e tem por objetivo geral contribuir com os estudos das crônicas brasileiras publicadas em jornal. São objetivos específicos: 1. Analisar crônicas do cotidiano a partir do esquema textual levantado e organizado por Gisele Scafuro, a fim de verificar quais as modificações textuais que propiciam o texto crônica de notícias; 2. Descrever o esquema textual da crônica de notícia por categorias textuais e suas regras de ordenação; 3. Buscar a construção textual da opinião do cronista; 4. Analisar a opinião jornalística na construção da notícia e suas relações com a opinião do cronista, de forma a privilegiar figuras intertextuais. A pesquisa está delimitada às crônicas nacionais, já que elas apresentam uma originalidade que as diferenciam de outras crônicas publicadas em outros países. No Brasil, a crônica aparece no folhetim-variedade, consolidando-se como espaço heterogêneo onde convivem o ensaio, o conto, o poema em prosa. Esta aglutinação de gêneros que dá as características da crônica brasileira, tornando-a um gênero específico. Progressivamente a crônica, como o jornal, vai se especializando em cadernos específicos; aos poucos, a crônica do cotidiano é modificada em crônica de notícia, possibilitando que o cronista manifeste a sua opinião a respeito de um fato noticiado no jornal. O material de análise foi coletado nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, em seus diferentes cadernos. O procedimento metodológico é o teórico-analítico tendo por ponto de partida as categorias canônicas da estrutura argumentativas: premissa, hipótese, justificativa e conclusão, pois são elas que organizam um texto opinativo. Os resultados obtidos propiciam dizer que: 1. A opinião do cronista apresenta similitude com a ideologia da empresa jornal, mas apresenta dissimilitude com a notícia jornalística; 2. A opinião do cronista se constrói através da Cognição Social seja pelo cotidiano ou pelo fato noticiado; 3. As categorias textuais estabelecem uma relação entre o inusitado da notícia, o conhecido da notícia já publicada e o Marco das Cognições Sociais.

Palavras-chaves: crônicas de notícia; crônicas jornalísticas; estratégias sociointeracionais.

ABSTRACT

NEWS CHRONICLE TEXTUAL ORGANIZATION

MILTON GABRIEL JUNIOR

This thesis is situated on Textual Linguistics and Critical Discourse Analysis with socio cognitive aspect, and it aims is to contribute to general studies of chronicle published in Brazilian newspapers. Specific objectives are: 1. Analyzing daily chronicle from the textual schema raised and organized by Gisele Scafuro in order to check which textual changes provide the text chronicles news 2) Describing the news textual chronicle scheme by its categories and their textual ordering rules, 3) Searching the textual construction's chronicler's opinion, 4) Analyzing the journalistic opinion on the news construction and its relations with the chronicler opinion, in order to privilege intertextual figures. The research is focus on national chronicle. Their structures are totally different from others and there is an originality that set them apart from other chronicle published in other countries. In Brazil, chronicle appears in the "folhetim-variedade" a kind a part of the newspaper that present varieties and entertainment, consolidating itself as a place where there are the heterogeneous tests, the novel, the prose poem. This mixture of genres that gives the Brazilian chronicle characteristic, turning into a specific genre. Progressively chronicles, as the newspaper, will specialize in specific section, gradually, the daily chronicle is modified in chronicles news, allowing the chronicler express his opinion about a fact reported in the newspaper. The analysis material was collected in the newspaper "O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo" in their different sections. The methodological procedure is the theoretical analytical and its point of departure is the canonical categories of argumentative structure: premise, hypothesis, explanation and conclusion, thus they are the ones who organize an opinionated text. The results provided conclude that: 1. the chronicler's opinion presents similarity to the newspaper ideology company , but it presents dissimilarity to the journalistic news, 2. the opinion of the chronicler is constructed based on the Social Cognition, is routine or because reported 3. The textual categories establish a relationship between the unexpected news, the popular news already published and Social Cognitions.

Key words: news chronicles; daily chronicles and social interactional strategies.

Sumário

INTRODUÇÃO	01
 CAPÍTULO 1 - A CRÔNICA: DO MITO À UMA BUSCA DE SUA CARACTERIZAÇÃO	 09
1.1 uma retrospectiva mítica	09
1.1.1 categorização dicionarizada	11
1.1.1.1 pelo dicionário e símbolos	11
1.1.1.2 pelo dicionário de língua	12
1.2 por uma retrospectiva histórica	13
1.2.1 em Portugal	15
1.2.2 no Brasil	18
1.3 é possível considerar a crônica um gênero textual?	20
1.4 caracterização da atual crônica no Brasil	26
1.4.1 diferentes posicionamentos para uma caracterização da crônica no Brasil	28
 CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS: LINGÜÍSTICA TEXTUAL e ANÁLISE CRÍTICA do DISCURSO com VERTENTE SOCIOCognitiva	 32

2.1	análise interfrástica e gramáticas de texto.....	34
2.1.1	a perspectiva semântica e a virada pragmática.....	37
2.1.2	o texto processo e as memórias.....	39
2.1.3	a microestrutura, a macroestrutura e a superestrutura.....	43
2.1.4	a superestrutura argumentativa.....	44
2.1.5	os esquemas mentais e conceituais.....	46
2.1.6	o esquema textual da notícia.....	48
2.1.6.1	o texto opinativo.....	51
2.1.7	fundamentos sobre argumentação.....	53
2.2	a Análise do Discurso	54
2.3	a Análise Crítica do Discurso	57

CAPÍTULO 3 – UM CONFRONTO ENTRE A CRÔNICA DE COTIDIANO

E A CRONICA DE NOTÍCIA.....		64
3.1	o discurso jornalístico.....	64
3.2	a crônica publicada em jornal.....	65
3.2.1	a cônica do cotidiano.....	67
3.2.1.1	a seleção temática e as categorias: semânticas e temporal.....	70
3.2.1.2	a focalização e sua estrutura textual: Polaridade.....	71
3.2.1.3	a organização textual da opinião do cronista por argumentos.....	85
3.3	a crônica de notícia.....	99
3.3.1	a seleção temática e as categorias: semânticas e temporal.....	102

3.3.2	a focalização e sua estrutura textual: Paradoxo.....	106
3.3.3	a organização textual da opinião do cronista por argumentos.....	114
 CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DA CRÔNICA DE NOTÍCIA.....		128
4.1	a seleção temática e as categorias semânticas da notícia.....	131
4.1.2	a seleção temática e as categorias : semânticas Ignorado-Esperado, Temporal-Atualidade.....	132
4.1.3	a focalização na Cognição Social, em busca de uma similitude com a notícia selecionada.....	146
4.1.4	a focalização para a construção de uma Circunstância em relação às Cognições Sociais e a opinião do cronista.....	169
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		230
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		234
 ANEXOS.....		241

Introdução

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa texto e discurso nas modalidades oral e escrita do Programa de Estudo Pós-Graduados em Língua Portuguesa pela PUC/SP. Tem-se por tema a organização textual das crônicas de notícia, publicadas em jornais paulistanos. A pesquisa está fundamentada na Linguística Textual e na Análise Crítica do Discurso com vertente sócio-cognitiva.

Dessa forma, o problema consiste em encontrar uma resposta para a seguinte questão: a opinião do cronista apresenta similitude ou diferença com os comentários da empresa jornal?

O objetivo geral é contribuir com os estudos das crônicas brasileiras publicadas em jornal.

São objetivos específicos:

1. Analisar crônicas do cotidiano, a partir do esquema textual levantado e organizado por Gisele Scafuro (1999), a fim de verificar quais as modificações textuais que propiciaram o texto crônica de notícias;
2. Descrever o esquema textual da crônica de notícia por categorias textuais e suas regras de ordenação;
3. Buscar a construção textual da opinião do cronista;
4. Analisar a opinião jornalística na construção da notícia e suas relações com a opinião do cronista, de forma a privilegiar figuras intertextuais.

Esta dissertação justifica-se, uma vez que, conforme a historiografia, as crônicas nacionais apresentam uma originalidade

que as diferenciam de outras crônicas publicadas em outros países. No Brasil, a crônica é veiculada no folhetim-variedade, consolidando-se como espaço heterogêneo, onde convivem o ensaio, o conto, o poema em prosa. Essa aglutinação de gêneros constitui as características da crônica brasileira, tornando-a um gênero específico, que tem como constante a efemeridade e o emprego da língua falada; gênero específico genuinamente brasileiro, o qual se diferencia e se afasta de outros países.

Nesse contexto, progressivamente, a crônica publicada em jornal vai ganhando espaço, especializando-se, pois, conforme o jornal se atualiza e neste criam-se cadernos, os quais tratam de assuntos específicos, a crônica progressivamente se especializa e passa a focalizar assuntos relativos ao caderno em que se insere.

Desse modo, a princípio ela se caracteriza como crônica do cotidiano e do jornal passa para o texto literário. Aos poucos, a crônica do cotidiano é modificada em crônica de notícia, propiciando que o cronista manifeste a sua opinião a respeito de um fato noticioso publicado no jornal como notícia. De forma geral, há estudos a respeito da crônica de cotidiano, no entanto, pouco se sabe a respeito da crônica de notícia.

Assim, o problema tratado é relativo à organização textual da crônica de notícias e a sua relação com o discurso jornalístico, visto que, inicialmente, a crônica era publicada no caderno de “variedades”.

Na atualidade, a Folha de S. Paulo reserva espaço para crônica em todos os seus cadernos e esse espaço pode ser ocupado tanto por crônica do cotidiano quanto por crônica de notícia, todavia o jornal Estado S. Paulo reserva o espaço junto ao Caderno 2 e este, em sua grande maioria, é ocupado por crônicas do cotidiano.

Isso posto, observa-se que a crônica de notícias merece estudos textuais e discursivos.

Tem-se por ponto de partida, conforme a Análise Crítica do Discurso, a dialética entre o social e o individual, ou seja, os valores sociais, integrados na Cognição Social, guiam a produção discursiva individual, e esta modifica o social.

Assim sendo, o problema desta dissertação consiste em examinar quais categorias do esquema textual da crônica de notícia são relativas ao social e quais ao individual, além de analisar as relações discursivas entre as Cognições Sociais, a ideologia da empresa jornal e a opinião do cronista.

A Linguística de Texto tem por tarefas:

1- Buscar saber o que faz um texto ser considerado um texto, em sua noção de completude;

2- examinar os processos memoriais e os linguísticos, responsáveis pela construção da coerência e da coesão;

3- construir uma tipologia de textos.

Esta pesquisa está relacionada à terceira tarefa da Linguística de Texto, visto que busca o esquema textual da crônica brasileira de notícia.

Van Dijk (1978) trata da tipologização de textos e os concebe como esquemas mentais armazenados na memória social de longo prazo das pessoas, designando-os superestruturas.

Segundo o autor, há tipos de texto que são convencionados socialmente para formalizar os discursos. Tais esquemas são definidos por categorias de texto e suas regras de ordenação. As categorias de texto definem-se como princípios de classificações dos sentidos processados pelo interlocutor a partir das informações superficializadas de forma linear no texto produto.

Um esquema textual é construído, socialmente, pela seleção de categorias textuais, que são convencionadas por uma ordenação típica. Dessa forma, uma mesma categoria de texto pode ocorrer em diferentes superestruturas textuais, como, por exemplo, a categoria Apresentação, que compõe tanto a superestrutura da história quanto a do texto científico da pesquisa. As regras de ordenação constroem a sintaxe textual, dando às categorias uma ordem esquemática.

Várias superestruturas já foram definidas, entre elas a da história, a do descritivo, a da argumentação, a da notícia jornalística etc. Esta dissertação está delimitada ao exame da superestrutura da crônica jornalística de notícia, já que até o momento os estudos apresentados por Scafuro não deram conta das crônicas de notícias, privilegiando as de cotidiano.

A Análise Crítica do Discurso (ACD), embora seja composta por várias vertentes, tem por tarefa denunciar o domínio da mente das pessoas pelo discurso. Por essa razão, preocupa-se com os discursos públicos institucionalizados, embora também dê atenção a eventos discursivos particulares. A vertente sócio-cognitiva, da qual van Dijk é seu maior representante, tem por tarefa examinar as estratégias utilizadas pelos participantes das categorias Poder, Controle e Acesso, a fim de obter o melhor domínio da mente das pessoas.

Dessa forma, há preocupação com os valores sociais impostos pelo Poder nas formas de Cognição Social. Van Dijk (1988), ao tratar dos discursos públicos institucionalizados, apresenta a noção de contexto discursivo definido por seus participantes, suas funções e suas ações. Cada discurso típico pode ser definido pelos seus contextos discursivos, ou seja, por um esquema mental armazenado interacionalmente, na memória de longo prazo das pessoas que o

conhece. Nesse sentido, esse esquema monitora diretamente tanto a produção quanto a compreensão de fala e escrita, no e pelo discurso.

Segundo o autor, o discurso institucionalizado tem os seus participantes distribuídos por três categorias: Poder, Controle e Acesso. A categoria Poder define-se por uma reunião de participantes, sendo estes os que têm o poder de tomar decisões, guiadas por uma ideologia própria. A categoria Controle agrupa os participantes contratados pelo Poder, a fim de que as decisões deste sejam executadas. A categoria Acesso compreende os participantes responsáveis pelo acesso ao público das informações formalizadas por valores ideológicos do Poder.

Guimarães (1999) apresenta os seguintes resultados, relativos ao contexto discursivo jornalístico.

No discurso jornalístico, a categoria Poder agrupa, como participantes, os donos da empresa-jornal. Eles têm a função de decidir quais valores atribuir para a construção das notícias, dependendo dos seus objetivos, interesses e propósitos.

Já a categoria Controle agrupa como participantes: o pauteiro, os repórteres e o redator-chefe. Os participantes dessa categoria têm por função realizar o que foi decidido pelos donos da empresa-jornal; suas ações objetivam buscar e redigir as notícias, pela ideologia dos donos da empresa-jornal.

A categoria Acesso agrupa como participantes os responsáveis pela diagramação, distribuição em cadernos e orientações de leitura por caixas altas etc.

Logo, segundo van Dijk (1997), no discurso jornalístico, o exercício do poder limita as opções para ação e, assim, a liberdade dos jornalistas e do público-leitor, por uma forma básica de ligação poder-discurso, com três elementos: Discurso, Ação e Cognição (intenção, propósito, motivação etc.), assim, a intenção, propósito e

motivação estão inseridos no discurso, por meio da ação do autor na escolha lexical, a fim de atingir seu objetivo. O do discurso jornalístico é construir a opinião para o público, de forma a atender a ideologia dos donos da empresa-jornal, pelos participantes do Controle e do Acesso.

Para van Dijk (2000), na interação sócio-comunicativa, o controle da mente dos leitores e os atos que derivam desse controle podem estar baseados em formas sutis e indiretas, em relação à construção do verbal. Em outros termos, as categorias semânticas da notícia (Guimarães, 1999) são o Inusitado e o Atual; assim sendo, o fato noticioso é construído de forma não conhecida pelo leitor e, por ser atual, este é obrigado a acreditar no que está sendo informado.

O veículo jornal é diário, assim, dia a dia, os participantes do contexto discursivo jornalístico vão construindo o fato jornalístico desde seu início, o seu desenrolar e o seu fim, com a mesma ideologia. A enunciação da notícia é controlada de forma a se selecionarem subjetivemas ideológicos para o controle da mente dos leitores.

Desse modo, o público-leitor do jornal acredita que são sujeitos da opinião, embora sejam dominados pela ideologia do jornal-empresa. Alcança-se, assim, um consenso entre os participantes. O termo hegemonia é frequentemente usado para se referir ao poder social: o poder hegemônico faz as pessoas agirem como se lhes fosse natural, normal ou, simplesmente, consensual o que lhes é imposto no e pelo discurso.

No que se refere à enunciação jornalística, Paula (2008) apresenta as diferentes estratégias utilizadas pelos jornalistas, os quais têm por finalidade seduzir as pessoas a comprarem e lerem o jornal. A autora toma como ponto de partida a teoria da enunciação

de Kerbrat-Orecchioni (1980), que discute não haver textos objetivos, pois todos são subjetivos. Para a autora, todos os textos são enunciados de forma subjetiva; a diferença entre eles está em uma escala de gradação enunciativa que vai do mais ao menos subjetivo. A afirmação de que não dizer uma coisa não significa ocultá-la, relaciona-se a um sistema pautado em implícitos-explicitos. Dessa forma, um texto enunciado contém tanto a informação quanto o silêncio, da mesma forma que ambos podem estar maximizados ou minimizados.

Ao se enunciar, um texto produto adquire uma forma de representação em língua. Esta é construída pelas intenções, objetivos e propósitos do enunciador, o qual seleciona as unidades lexicais e as regras gramaticais para o que quer enunciar de forma explícita. Por conseguinte, há uma subjetividade marcada em qualquer texto enunciado. As marcas de subjetividade deixadas pelo enunciador em seu texto dão orientação para seus leitores processarem a informação, em um determinado modelo de situação.

O procedimento metodológico deste trabalho é teórico-analítico, orientado pela interrelação das categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso.

1. O material coletado foi selecionado em dois jornais de maior circulação na cidade de São Paulo (Folha de S. Paulo-FSP e O Estado de S. Paulo- OESP), nos meses de junho de 2008, abril e setembro de 2009. No primeiro, os textos estão inseridos nos cadernos Brasil, Dinheiro, Cotidiano e Esporte, enquanto no segundo são referentes ao Caderno 2 e Esportes. Esse conjunto compreende um total de 54 crônicas, das quais houve seleção para análise de vinte e uma crônicas. A seleção dos textos abrangeu as duas empresas-jornais: a empresa FSP apresenta espaço / seção

destinada a crônicas nos respectivos cadernos-Brasil, Dinheiro, Cotidiano e Esporte, enquanto que em OESP somente os cadernos Caderno 2 e Esportes têm espaços destinados a crônicas.

Trata-se de um procedimento teórico-analítico e tem-se por ponto de partida as categorias canônicas da estrutura argumentativa: premissa, hipótese, justificativa e conclusão, pois são elas que organizam um texto opinativo.

A pesquisa realizada é qualitativa.

2. Análise do *corpus*.

As análises foram iniciadas pelas crônicas do cotidiano e a seguir, foram analisadas as crônicas de notícia. Dessa forma, buscou-se um confronto entre esses dois tipos de crônicas, a fim de se buscar uma melhor caracterização da crônica de notícia.

Em síntese, o problema consiste em encontrar respostas para as seguintes questões: “A opinião do cronista apresenta similitude ou diferença com os comentários da empresa jornal?”, “A opinião do cronista é construída além da notícia jornalística, de forma a considerar também as Cognições Sociais?”, “Que relação se estabelece entre as categorias textuais da crônica jornalística e a notícia?”

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, a saber:

Capítulo 1 – A crônica: do mito a uma busca de sua caracterização.

Esse capítulo apresenta um breve percurso histórico da crônica, desde o mítico e a palavra até os esquemas textuais contemporâneos da crônica nacional.

Capítulo 2 – Fundamentos teóricos: Linguística Textual e Análise Crítica do Discurso com vertente sócio-cognitiva. Esse capítulo apresenta os pressupostos teóricos que orientaram as análises, tendo por base as categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso, além de outros fundamentos relativos à boa formação do texto.

Capítulo 3 – Um confronto entre a crônica de cotidiano e a crônica de notícia. Esse capítulo apresenta um confronto das crônicas de cotidiano e de notícia, reexame do esquema textual da crônica de cotidiano, por meio das análises de crônicas de cotidiano com o esquema textual proposto por Scafuro (1999), a fim de caracterizar a crônica de notícia.

Capítulo 4 – A organização textual de crônicas de notícia. Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos nas análises de crônicas de notícia, de modo a caracterizá-las por um esquema textual típico modificado da estrutura argumentativa (van Dijk, 1978). Apresentam-se, também, as relações entre a organização textual da notícia e a opinião do cronista.

Capítulo I

A crônica: do mito a uma busca de sua caracterização

A caracterização para a crônica brasileira encontra uma grande variabilidade de posicionamentos dos diversos estudiosos, por a terem situado sob diferentes prismas, como o semântico, o do uso linguístico, o do gênero e até o da cronologia.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar uma breve retrospectiva histórica da crônica, situando-a desde sua origem mítica, perpassando pela palavra, o gênero, a sua constituição em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Em seguida, busca-se rever a diversidade de posicionamentos contemporâneos para uma caracterização atual.

1.1 Uma retrospectiva mítica

O Mito **Cronos** - Deus grego, que corresponde ao Deus romano *Saturno*. Ele é representado como velho homem de cabelos brancos e barba longa. Deus da mitologia pré-helênica, ao qual se atribuíam funções relacionadas com a agricultura, mas de um caráter sinistro e negativo. Na mitologia grega, era o mais novo dos seis grandes titãs, filho de *Urano* (o céu) e de *Gaia* ou *Géia* (a terra), senhor e senhora do universo, e comandante dos *Titãs*.

Gaia, aborrecida com o fato de que cada vez que tinha um filho, *Urano* devolvia-o ao seu ventre, tramou com seu filho *Cronos* contra o marido. Assim, incitado pela mãe e ajudado pelos irmãos, os *Titãs*, esperou que *Urano*, seu pai,

dormisse e o castrou, o que separou o céu da terra. Do sangue de *Urano*, que caiu sobre *Gaia*, nasceram os Gigantes, as *Eríneas* e as *Meliades*. Dos testículos atirados ao mar, formou-se uma espuma de esperma, de onde brotou *Afrodite*, a deusa do amor.

Cronos ocupa o lugar do pai e casou com a sua irmã, *Reia*, tornando-se o primeiro rei dos deuses. Reinou durante um período de prosperidade, conhecido como a Idade Dourada; porém, seu reinado era ameaçado por uma profecia, segundo a qual ele seria destronado por um de seus filhos. Temendo a profecia, *Cronos* devorara todos os filhos, os Crónidas: três mulheres, *Héstia*, *Deméter* e *Hera*, e três rapazes, *Hades*, *Poseidon* e *Zeus*, que lhe dava sua mulher, tal como o tempo devora todos os instantes.

Reia consegue salvar *Zeus*, seu sexto filho, ocultando-o em uma caverna na Ilha de Creta, dando ao marido uma pedra embrulhada em um pano para comer, que ele devorou sem nada perceber. Quando *Zeus* tornou-se adulto, resolveu vingar-se de seu pai, solicitando, para esse efeito, o apoio de *Métis* - a Deusa da Prudência - filha do Titã *Oceano*. Esta ofereceu a *Cronos* uma poção mágica, que o fez vomitar os filhos devorados- *Deméter*, *Hera*, *Hades*, *Héstia* e *Poseidon*. *Zeus* expulsou seu pai do Olimpo, banindo-o, juntamente com seus titãs aliados, para o Tártaro, lugar de tormento, depois de uma guerra de dez anos que ficaria conhecida como *Titanomaquia*.

Segundo a tradição clássica, *Cronos* simbolizava o tempo e por isso *Zeus*, ao derrotá-lo, conferira a imortalidade aos deuses. Os romanos assimilaram *Cronos* a *Saturno* e dizia-se que, ao fugir do Olimpo, ele levava a agricultura para Roma, com o que recuperava suas primitivas funções agrícolas e, em sua homenagem, celebravam-se as saturnálias, festas rituais relacionadas com a colheita.

1.1.1 uma categorização dicionarizada

1.1.1.1 pelo dicionário de símbolos

No DICIONÁRIO de SÍMBOLOS Juan-Eduardo Cirlot (2007), temos o seguinte significado para:

Cronos - Mais que ao simbolismo geral de *Saturno*, referimo-nos aqui às imagens do tempo, derivadas das orientais, tão frequentes no Baixo Império romano. Em algumas representações aparece com quatro asas, duas abertas, como se fosse voar, e duas dobradas, como se permanecesse quieto, aludindo ao dualismo do tempo como transcurso e como êxtase. Também lhe atribuíram quatro olhos, dois na frente e dois atrás, símbolo de simultaneidade e do presente entre o passado e o futuro, sentido que têm também os rostos de *Jano*. Mais característico é o *Cronos Mitriaco*, deificação do tempo infinito, que deriva do *Zervan Akarana* dos persas...

Jano - Divindade romana representada com dois rostos unidos pela linha da orelha e da mandíbula, olhando em direções contrapostas. Como tudo que é orientado ao mesmo tempo para a direita e a esquerda, é um símbolo de totalização, de desejo de domínio geral. Por sua dualidade, pode significar todos os pares de opostos, quer dizer, coincide como mito de *Geminis*. Parece que os romanos associavam *Jano* essencialmente ao destino, ao tempo e à guerra. Seus rostos dirigiam-se para o passado e para o futuro (consciência histórica) e determinava o conhecimento do destino...

Cronos é a personificação do tempo, sua lenda pode ser entendida como uma alegoria de que o tempo engole tudo o que foi criado e todas as criaturas.

1.1.1.2 pelo dicionário de língua

A palavra *crono* encontra-se em nossa língua como radical de muitos termos, que etimologicamente se ligam ao sentido original; o qual tem sua origem na palavra grega *chronos*, que significa “tempo”, dando origem ao vocábulo *crônica*. No Dicionário etimológico, de Antenor Nascentes, a palavra *crônico* é dada como originária do grego *chronikós* (relativo ao tempo), recebida pelo latim *chronicus*.

No DICIONÁRIO LATINO PORTUGUÊS, de Francisco Torrinha (1982), temos o seguinte significado para:

Crônicus. *a, um.* Adj. *Chronica*, *örum.* *n. pl.* *crônica*, narrativa de fatos segundo o decorrer do tempo.

No NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO da LÍNGUA PORTUGUESA, Aurélio Buarque Holanda Ferreira (1986), temos o seguinte significado para:

Crônica [Do lat. *chronica*.] S.f. 1. Narração histórica ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica. 2. Genealogia de família nobre. 3. Pequeno conto de enredo indeterminado. 4. Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como tema fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc, ou simplesmente relativos à vida cotidiana...

No MÍNI HOUAISS DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2008), temos o seguinte significado para:

Crônica s.f. 1. registro de fatos históricos em ordem cronológica 2 pequeno texto ger. Baseado em fatos do cotidiano 3 seção ou coluna de jornal sobre tema especializado.

E mesmo que se localize em outros dicionários, variantes do étimo de crônica, nenhuma dessas variantes deixa de se radicar no sentido original de *cronos* (tempo).

1.2 retrospectiva histórica

Há séculos, desde os impérios antigos, como o romano, o persa, o macedônio, etc., os governantes vêm se utilizando da mídia impressa para divulgar notícias, informações e determinações para a massa dominada. Como exemplo, podemos citar as *Acta Diurna*, surgida por volta do ano de 59 A.C. no império romano, que informava o público sobre os mais importantes acontecimentos sociais e políticos nas principais cidades do império. Escritas em placas brancas e expostas em lugares públicos, tinham como objetivo manter os cidadãos informados das campanhas militares, julgamentos, execuções e escândalos do governo.

O advento da prensa, inventada por Johann Gutenberg, em 1447, propiciou o livre intercâmbio de ideias e a disseminação do conhecimento, os quais fariam surgir temas que definiriam o Renascimento europeu, bem como fariam com que livros, cartas e panfletos passassem a fazer parte do dia a dia das pessoas. A partir do século XVII, surgem jornais semanários na Europa, principalmente na França e na Alemanha. Os boletins informativos levavam a uma classe cada vez maior de comerciantes as notícias de interesse sobre o mercado. Na primeira metade do século XVII, os jornais passaram a surgir como publicações periódicas e freqüentes, abordando assuntos mais locais, abrindo espaço também para assuntos mais frívolos, que passaram a buscar o divertimento dos leitores.

O termo crônica deriva das variantes *chronica*, *cronicão* e *cronicon*, dos reinos medievais, os quais procuravam certificar os acontecimentos e as linhagens das famílias européias. Com o surgimento do pensamento Humanista em Portugal, século XVI, os reis portugueses aperceberam-se da necessidade de

construir o conhecimento para as gerações futuras, pois, até aquele momento, os saberes morriam com os que detinham o conhecimento. Com o monarca D. João I, tem-se a primeira exaltação ao livro, isto é, a transmissão do conhecimento aos descendentes por meio do livro. O rei solicita um estudo oficial do reino de Portugal, assegurando às gerações futuras o relato dos antepassados, seus feitos heróicos para a formação do grande reinado portugalense, além da valorização, a partir daquele momento, dos homens detentores do conhecimento. Dentre a nobreza, passa o livro a ter uma função nunca exercida até aquele momento: o de ensinar, já que os leitores poderiam extrair bons exemplos que ajudariam no futuro.

Com o decorrer dos anos, os *cronicões* passaram a fazer parte da vida da nobreza. Os sucessores de D. João solicitaram mais estudos e obras que auxiliassem resolver as dificuldades administrativas no governo ou que auxiliassem a formação de uma identidade nacional; como D. Duarte, 1419, encomendando a crônica dos reis de Portugal, procurando conhecer “*as estorias dos Reys que antygamente em portugal foram esso meesmo os grandes feytos e altos do muy uertoso E de grades uertudes El Rey meu Senhor e padre (...)*”.

Por toda a Europa, a crônica tem suas raízes na Historiografia e está ligada a narrativas pessoais de tipo memorialista, ocorrendo uma modificação na Península Ibérica em relação ao restante da Europa.

Na França, local de sua origem, ficou limitada a narrativas pessoais do tipo memorialista, enquanto na Espanha aparece em compilações diferentes, organizadas e reunidas em *A crônica Geral de Espana*, apresentando-a como uma ampla História Nacional.

Como em Portugal, tem-se um amplo projeto de criar uma identidade nacional por meio dos relatos das crônicas mouras, dos feitos lendários no reinado de Afonso Henriques e seus sucessores. Justamente nesse momento da formação identitária do povo português, nota-se a valorização do conhecimento, passa-se por uma transição do conhecimento da leitura e escrita, das mãos do clero para a da nobreza.

Homens da sociedade, não ligados à Igreja, assumem postos oficiais, como o de Guardião-Mor das escrituras da Torre do Tombo, e passam a escrever as crônicas do reino de Portugal, possibilitando que pessoas ligadas ao ideário da nobreza passassem à produção de livros. Esses homens de saber estavam mais próximos do povo, faziam parte dele, detendo uma enorme variedade temática a ser narrada pelo cronista, também lhes possibilitava incluir em seus registros opiniões e assertivas a partir de suas pesquisas e experiência profissional.

1.2.1 em Portugal

Nas primeiras acepções, a crônica tem o papel de certificar os acontecimentos e as linhagens das famílias nobres de Portugal, tendo como princípio primordial registrar os fatos reais ao longo da evolução no tempo. Tal medida facilmente pode ser verificada nas crônicas medievais portuguesas, pois estas visavam apresentar sequências de fatos organizados na ordem temporal de sua ocorrência original.

Nas primeiras décadas do século XV instalou-se o Humanismo em Portugal, fase de transição da Idade Média para o Renascimento, concomitante a essa ideologia, a corte portuguesa lança um grande projeto, o de criar uma identidade própria, desvinculada do reino da Espanha.

Para que se concretizasse essa separação em definitivo, a corte portuguesa tinha conhecimento de que deveria passar principalmente pela língua o desenvolvimento desse projeto. Nesse momento, iniciou-se a construção da primeira gramática portuguesa, *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536) por Fernão de Oliveira, concomitantemente à formação de uma língua, está a se desenvolver a exaltação da história dos antepassados, os feitos heróicos dos antigos reis portugueses.

Tudo isso propiciou o aparecimento de cronistas como Fernão Lopes, Eanes de Zurara, Ruy de Pina, entre outros, que buscaram desenvolver um trabalho de compilação de situações e temas relacionados principalmente ao paço real e aos caminhos e descaminhos da expansão ultramarina do reino de Portugal a partir do século XIV.

Fernão Lopes, em 1418, é nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, e como chefe dos arquivos do Estado acaba por se tornar o cronista oficial do reino. Como podemos observar, o cargo de cronista oficial surge no momento em que Portugal está passando por uma ampla transição e procura se afirmar como uma grande nação, independente e influente para a Europa; por esse motivo as crônicas escritas por Fernão Lopes e seus sucessores não se afastava da língua falada, pelo menos quanto ao uso de palavras e à estrutura frasal.

Saraiva e Lopes (1950), entendem que o emprego da língua falada nos textos escritos decorre do próprio estágio em que a língua portuguesa encontrava-se na época em que se originou a literatura portuguesa: de forma geral, os textos literários eram escritos em latim e o português era apenas utilizado na oralidade.

Por essa razão, ao de decidir por redigir em língua portuguesa, a escrita, inicialmente, baseou-se na língua oral. Assim sendo, as frases são curtas e redigidas em estilo coloquial, sem o rebuscamento próprio do uso literário por figuras de linguagem e de estilo. Além disso, a proximidade da língua falada com a escrita pode ser demonstrada pelas próprias intervenções do cronista medieval que interpela frequentemente o seu ouvinte, na medida em que o texto escrito é destinado à leitura em público.

Desse modo, como já indicado anteriormente, a crônica aparece em Portugal, em 1344, ligada à Historiografia, segundo a qual um cronista era um compilador que ordenava, cronologicamente, narrativas, memórias ou histórias já escritas. Por esse motivo, o vocábulo cronista adquiriu um significado diferente do historiador, pois este era quem redigia as histórias do reinado e o cronista era quem as ordenavam cronologicamente.

Todavia, Fernão Lopez dá uma nova orientação para a crônica, embora sua obra também seja resultado da compilação de textos de História; a nova orientação resulta em uma inovação de outra parte de sua obra, que ocorre pelo trabalho de pesquisa, investigação pessoal e escrita pelo próprio cronista, assegurando suas convicções. Como guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopez teve acesso aos arquivos do Estado, possibilitando-o transcrever, resumir e interpretar correspondências diplomáticas, disposições legais e outros documentos que foram enriquecidos por ele, por meio de suas pesquisas além Torre do Tombo, já que buscava informações e documentações junto aos cartórios das igrejas, até mesmo nas lápides de sepulturas. Todo esse material de pesquisa possibilitou-lhe fazer a crítica e a correção de textos de História e de memórias escritas. Levando – o a fazer uma revisão sistemática de todos os relatos que havia amalhado em suas pesquisas, de forma a apontar as contradições e inverossimilhanças existentes; no momento em que lhe faltava documentos, ele se decidia por aquilo que julgava mais provável.

Assim sendo, Fernão Lopez inaugurou, para a crônica portuguesa, o hábito de apoiar-se em documentos e acontecimentos autênticos, fazendo deles uma análise crítica. Dessa forma, a crônica passa a ser ligada à Historiografia, por se referir a um fragmento da sociedade, contudo se difere do historiador por tratar da história por fragmentos de vida e de hábitos da sociedade em uma visão de conjunto.

As crônicas de Fernão Lopez falam da corte e de sua vida íntima, casamentos, amores, intrigas e perfídias palacianas; destacam-se também, no seu trabalho, o povo, os comícios, os movimentos populares etc. Em seus textos, o cronista cita uma massa anônima, implementando um ponto de vista nacional, de forma analítica e crítica, porque exalta ou condena as ações e atitudes que vão de encontro ao patriotismo, à sabedoria e respeito à propriedade. Justamente nesse sentido é que a crônica de Fernão Lopez sai da tradição medieval pôr em crônica, ordenar cronologicamente textos compilados -, para humanizar, ou seja, começa a integrar os interesses humanos e a realidade do mundo.

Gomes Eanes de Azurara ocupou o cargo de cronista oficial da corte, após Fernão Lopez, entretanto sua orientação e a sua mentalidade são diferentes das de seu antecessor. Para ele, a finalidade da história é perpetuar a glória dos que praticam grandes feitos, a fim de que os seus descendentes pudessem receber recompensas régias. Por esse motivo, a crônica de Azurara dá relevo aos fatos individuais, contudo despreza a ação anônima e coletiva do povo, está imbuída de uma concepção cavaleiresca que abandona o sentimento nacional de Fernão Lopez.

Assim sendo, a crônica modifica-se, segundo Saraiva e Lopes (1950), em uma deformação interpretativa, pois o ato de informar está relacionado ao que se declara preferir, tomando por base sobretudo os depoimentos orais das pessoas mais qualificadas socialmente, em especial, o próprio rei. O cronista assume o encargo de argumentar, justificando questões que eram objetos de grandes debates, como a guerra contra o Marrocos ou a captura de escravos nas costas africanas. Quanto ao estilo, Azurara expressa-se na língua da corte, por meio de hipérboles, de citações, dando preferência a frases longas, com uso da subordinação conjuncional ou pronominal, procurando diferenciar a língua escrita da oral.

Por volta de 1640, inicia-se a escrita panfletária, cuja principal fonte de informação são os diários particulares. Estes eram redigidos pelo ponto de vista do diarista, apresentando uma documentação a respeito da realidade social do tempo, de forma a registrar o vivido, espelhando-se nele, a fim de tratar dos principais problemas de administração interna e de todo o jogo das organizações sociais. As crônicas escritas com a visão panfletária da literatura demonstram uma incontestável familiaridade do cronista com questões de ordem social, política, econômica que estão presentes na época em que vive.

Com Manuel Severim de Faria (1583 -1655), aparece a obra *Notícias de Portugal*, em 1655. Suas Notícias incluem estudos de numismática, de genealogia dos nobres, de histórias da organização militar nacional e até memoriais de cardeais, além de remédios para cura dos problemas desse povo.

Segundo Saraiva e Lopes (1950), a propensão noticiarista e articulista da obra de Faria faz dele um dos precursores da imprensa noticiosa em Portugal, de forma a caracterizar suas crônicas por artigos curtos, com temas muito variados e com um uso de linguagem a que pudesse ter acesso um grande público.

1.2.2 no Brasil

A história da crônica no Brasil confunde-se com a própria trajetória do jornalismo. Vinculada ao entretenimento – de um modo geral –, ela começou a consolidar-se no país em meados do século XIX e, desde então, tornou-se um gênero quase obrigatório para os jornais brasileiros, porque no Brasil ela adquire tipicidade e torna-se representativa de uma identidade cultural do nosso povo.

A crônica nacional, no seu sentido mais moderno, inspirou-se nas crônicas feitas na França no século XIX, publicadas no jornal denominado *Folhetim* ou em francês *Feuilleton*. Era o espaço plural, livre, que abrigava uma série de textos voltados ao entretenimento – o termo crônica, durante esse período, esteve associado a escritos sobre os mais variados assuntos, da política ao teatro, dos eventos sociais aos esportivos, dos acontecimentos do dia a dia ao universo íntimo de cada autor.

A miscelânea temática – que se explica historicamente, talvez, pelo fato de terem sido frequentemente publicados no espaço destinado às variedades – se, por um lado, possibilitou que diferentes autores os exercitassem, por outro, pode ser apontada como fator preponderante para a falta de uma melhor definição, compreensão e valorização do gênero ao longo de sua história.

Ao relatar a gênese da crônica no Brasil, Coutinho (1997) explica que o termo, no século XIX, deixou de se referir exclusivamente a um relato cronológico de acontecimentos para denominar “um gênero literário em prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade,

a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas”.

Laurito (1993), apresenta o folhetim por dois tipos:

Folhetim-romance: textos de ficção, ficção que é ancestral às rádionovelas e telenovelas do século XX e XXI, os romances em capítulos dando margem a uma ampla produção nacional e internacional.

Folhetim-variedade: textos de matérias variadas, exceto romances, dos fatos sociais, esportivos, políticos etc., que registravam no cotidiano da província, do país e até do mundo.

Justamente no folhetim-variedade o que dá origem ao texto crônica, tal como concebemos atualmente.

Melo (1985), já observou que há claras diferenças entre o uso do termo crônica no Brasil, quando comparado a outros países, o que faz com que, aqui, a palavra adquira significado e forma singulares. Classificando-a como “relato poético do real”, atribui a esse texto duas características: fidelidade e crítica social. Para o autor, trata-se de um gênero jornalístico que se enquadra no chamado jornalismo opinativo.

Produto do jornal, porque dele depende para a sua expressão pública, vinculada à atualidade, porque se nutre dos fatos do cotidiano, a crônica preenche as três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão. (MELO, 1985, p.188.)

1.3 é possível considerar a crônica um gênero textual?

Os estudos do gênero já existiam na antiguidade e eram diferenciados em épicos, líricos, dramáticos, epidícticos, etc. Aristóteles (1998) distingue três grandes gêneros de fala pública: **gênero epidíctico**, do discurso solene, institucionalizado nas festas e lutos, tendo como objetivo distribuir elogios ou reprimendas, sua

característica é o presente. **Gênero deliberativo** utilizado para orientar a decisão sobre uma operação particular, situada no futuro e que interessa ao conjunto da comunidade; **gênero judiciário** sobre os discursos proferidos diante do juiz, busca determinar o justo e injusto. Essa categorização chegou até os dias atuais pelo recorte da teoria que se alicerça, a teoria literária.

Na Idade Média, reapareceram os "*gêneros retóricos originais*", que fazem referência aos gêneros clássicos e os deslocam. Surgem novos gêneros retóricos na medida em que ocorre reflexão sistemática sobre um setor da fala pública, a forma e a apresentação sob forma prescritiva dos resultados dessa reflexão. E assim ocorreu durante toda a Idade Média, dando origem aos gêneros como: ***disputa, predicator, epistolar, artes notariae***.

O gênero *artes notariae* são modelos de reuniões para os atos da administração privada e pública. Dessa maneira, organizou-se toda a estrutura administrativa medieval e deslocou-se uma vez mais, originando a historiografia, *os crônicas*, na Península Ibérica.

O texto crônica surge como relato cronológico sucedido em um determinado lugar e momento histórico. Dessa forma, inicialmente foi denominada crônica histórica, já que relatavam os acontecimentos do momento; as crônicas medievais demonstram-nos a união entre a crônica e a história. Logo, é possível classificar-se a crônica histórica como um gênero textual.

I

Com o advento da prensa por Gutenberg, no século XV, a crônica afasta-se da história e se associa à imprensa e ao jornal, tornando-se *folhetim*, como nos explica João Roberto Faria (1995) no prefácio de Crônicas Escolhidas de José de Alencar:

Naqueles tempos, a crônica chamava-se folhetim e não tinha as características que tem hoje. Era um texto mais longo, publicado geralmente aos domingos no rodapé da primeira página do jornal, e seu primeiro objetivo era comentar e passar em revista os principais fatos da semana, fossem eles alegres ou tristes, sérios ou banais, econômicos ou políticos, sociais ou culturais. O

resultado, para dar um exemplo, é que num único folhetim podiam estar, lado a lado, notícias sobre a guerra da Criméia, uma apreciação do espetáculo lírico que acabara de estrear, críticas às especulações na Bolsa e a descrição de um baile no Cassino.

O folhetim, que fazia parte da estrutura dos jornais, era informativo, trazia fatos da vida cotidiana daquele momento histórico social. Como a crônica, inicialmente, participou do folhetim, que era direcionado à diversão do leitor, a sua enunciação realizava-se com a linguagem coloquial. Nesse sentido, seria possível considerar a crônica como um gênero enunciativo.

Aos poucos esse gênero saiu do jornal e passou a ser publicado como um gênero literário, caracterizado por um uso de linguagem mais leve, mas com uma elaboração interna complexa, carregando a força da poesia e do humor.

No Brasil, a crônica consolidou-se por volta de 1930 e atualmente vem adquirindo uma importância maior em nossa literatura, graças aos excelentes escritores que resolveram se dedicar exclusivamente a ela, como Rubem Braga e Luís Fernando Veríssimo, além dos grandes autores brasileiros, como Machado de Assis, José de Alencar e Carlos Drummond de Andrade, que também resolveram dedicar seus talentos a esse gênero, e algumas vezes, por meio de textos metalinguísticos, discutiram as dificuldades para se construir esse tipo de texto. Tudo isso fez com que a crônica se desenvolvesse no Brasil de forma extremamente significativa e se alicerçasse enquanto gênero menor na crítica literária.

A crônica cursou um longo percurso até se firmar como gênero literário. Ainda que dado como um “gênero menor”, conforme afirma Antonio Cândido:

A ‘crônica’ não é um ‘gênero maior’. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor.

“Graças a Deus”, — seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (CÂNDIDO, 1981, p. 5).

Segundo estudiosos, esse gênero era produzido, essencialmente, para ser vinculado na imprensa, seja nas páginas de um jornal, seja de uma revista, que aborda os mais diversos assuntos. Com o passar do tempo, a crônica se ampliou e recebeu um caráter literário. Entretanto, mantém a finalidade de agradar e distrair os leitores, dentro de um espaço curto e pré-determinado, criando, no decorrer dos dias ou das semanas, uma familiaridade entre o cronista e os seus leitores, por conter um comentário leve e breve sobre algum fato do diaadia ou do cotidiano.

Desde os anos 60, com a pragmática, pesquisadores desenvolveram trabalhos sobre as mudanças das práticas discursivas. Essa abordagem interpretativa coloca o receptor no centro do processo, distinguindo as tradições literárias e retóricas dos gêneros que salientam as particularidades de textos-modelos para perpetuar o ensino de formas canônicas.

DUCROT, O. e TODOROV, T. (2010), afirmam que o problema dos gêneros é um dos mais antigos da Poética, e desde a Antiguidade até os nossos dias, a definição dos gêneros, seu número, suas relações mútuas jamais deixaram de se prestar à discussão. Consideram que a problemática ocorre, geralmente, devido à tipologia estrutural dos discursos, sendo que o discurso literário não passa de um caso particular, mas como até o momento os estudos da tipologia são pouco desenvolvidos, prefere-se abordar o seu estudo por meio dos gêneros literários.

Segundo o prefácio de Todorov em *Estética da criação verbal* de Mikhail Bakhtin (2000), ao reeditar em 1963 sua obra sobre Dostoievski, *Problèmes de La poétique de Dostoiesvski* (trad. Franc., 1970), Bakhtin faz na segunda parte uma exploração sobre alguns gêneros literários, e na terceira parte desenvolve um programa de estudos estilísticos.

Em 1979, é publicado um volume inédito, no qual seus editores compilaram a obras com os primeiros e os últimos escritos de Bakhtin *uma grande obra*

anterior ao período sociológico, e notas e fragmentos datados dos últimos vinte anos de sua vida... (BAKHTIN, M.M., 2000, p.2), nessa obra afirma Bakhtin:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, M.M., 2000, p.279)

Para o autor, os gêneros dos discursos estão inseridos nas mais variadas formas de exposição: do cotidiano, do científico e do literário. Por haver uma grande diversidade de gêneros do discurso, não poderíamos delimitar um terreno comum para seu estudo, pois essa diversidade funcional leva-nos a pensar que não haja traços comuns a todos os gêneros do discurso, possivelmente esta seja a explicação para que o problema geral dos gêneros do discurso persista e se estudem os *gêneros literários*, já que sempre foram estudados pelo ângulo artístico-literário de sua especificidade, enquanto tipos particulares de enunciados.

Segundo Bakhtin:

....Quando há estilo, há gênero. Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua

inserção num gênero que não lhe é próprio, destruímos e renovamos o próprio gênero.

Assim, portanto, tanto os estilos individuais como os que pertencem à língua tendem para os gêneros do discurso. Um estudo mais ou menos profundo e extenso dos gêneros do discurso é absolutamente indispensável para uma elaboração produtiva de todos os problemas da estilística.

Nas décadas de 60 e 70, a linguística encontra-se em uma fase intermediária entre a frase e o texto, surge um novo ramo da linguística, a gramática textual, em que alguns estudos avançaram para a linguística textual, trabalhando a noção de competência (textual). Nesse momento, tanto a linguística textual quanto a gramática de texto têm em comum o estudo dos mecanismos interfrásticos, ou seja, buscava explicar como os indivíduos produziam textos bem formados gramaticalmente, a noção de completude de um texto, boa construção de um texto; visando entender a linguagem humana, a semântica passa a ser uma disciplina da linguística, tratando do referente representado em língua, considerando o co-texto e o contexto.

A perspectiva da visão pragmática vai além da descrição da língua e considera o discurso e os aspectos da língua em uso. Levando a Linguística a novos paradigmas, como o da semiótica, análise do discurso e análise textual, coexistindo as diferentes definições que testemunham cada posicionamento teórico ao qual elas se filiam. Distinguiremos alguns desses pontos de vistas.

O ponto de vista *funcional* procura estabelecer funções com base na atividade languageira, a partir das quais as produções textuais podem ser classificadas segundo o pólo do ato de comunicação em direção ao qual elas são orientadas. Dessa maneira, existem classificações baseadas no esquema da comunicação proposto por Jakobson (1963); proposta por Halliday (1973) ou por Brown e Yule (1983).

Já o ponto de vista *enunciativo*, iniciado por Benveniste (1966), propõe uma oposição entre *discurso* e *história*; na continuidade dos estudos desta vertente,

desenvolveram-se análises que procuravam descrever os gêneros considerando as características formais dos textos e reunindo marcas mais recorrentes.

Do ponto de vista *textual*, voltado para a organização dos textos, procura-se definir a regularidade composicional desses textos. A linguística de texto tem por objeto a boa formação do texto e uma de suas tarefas é construir tipologias textuais. Van Dijk (1978) trata o tipo textual por um esquema vazio, designado superestrutura. Tal esquema define-se por categorias textuais e regras de ordenação.

Silveira (2000) descreve a superestrutura da crônica associando-a à estrutura argumentativa, proposta por van Dijk (1978). Segundo a autora, a crônica nacional é um tipo de texto da classe opinativa. Nesse sentido, pode ser vista como um tipo de texto ou um gênero textual.

O ponto de vista *comunicacional* confere a esse termo um sentido mais amplo, além de possuir diferentes orientações. Para Bakhtin (1984), os gêneros dependem da natureza comunicacional da troca verbal, permitindo distinguir duas grandes categorias de base: produções naturais, espontâneas, pertencentes aos "gêneros primários", e produções construídas, institucionalizadas pertencentes aos "gêneros secundários".

Para Maingueneau e Cossuta (1995), trata-se de selecionar e descrever "tipos de discursos que aspiram a um papel [...] fundador e que nós chamamos *constitutivos*", cuja finalidade simbólica é determinar os valores de um certo domínio de produção discursiva.

Já para Charaudeau (2000b), que procura ancorar o discurso social, mas em uma filiação mais psicossociológica, trata-se de determinar os gêneros no ponto de articulação entre "as coerções situacionais determinadas pelo *contrato* global de comunicação", "as coerções da organização discursiva" e "as características das formas textuais", localizáveis pelas marcas formais. Para esse autor, as características dos discursos dependem de suas condições de produção situacional. Nesse sentido, a crônica é vista como um gênero resultante de produção discursiva, embasado na enunciação.

A diversidade dos pontos de vista aqui apresentados propiciam entender que a questão dos gêneros é complexa, principalmente no que se refere ao texto crônica.

Esta dissertação, tomando por base o ponto de vista comunicacional, juntamente com o textual e o discursivo, considera a crônica um gênero textual-discursivo.

1.4 caracterização da atual crônica no Brasil

Nos dicionários, encontramos algumas definições para o termo crônica, dentre eles, podemos demonstrar :

No *Dicionário Latino*, de Francisco Torrinha (1942): **chronicus**. a, um. Adj. *Chronica*, örüm. n. pl. crônica, narrativa de fatos segundo o decorrer do tempo.

No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986): **crônica** [Do lat. *chronica*.] S.f. 1. Narração histórica ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica. 2. Genealogia de família nobre. 3. Pequeno conto de enredo indeterminado. 4. Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como tema fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc, ou simplesmente relativos à vida cotidiana...

No *Mínidicionário Houaiss da língua portuguesa* (2008): **crônica** s.f. 1. registro de fatos históricos em ordem cronológica. 2 pequeno texto ger. Baseado em fatos do cotidiano. 3 seção ou coluna de jornal sobre tema especializado.

Minidicionário Soares Amora da Língua portuguesa(2008): **crônica** s.f. 1. narração histórica, segundo a ordem de tempo. 2.comentários que constitui uma seção de jornal.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986): **crônica** [Do lat. chronica.] S.F. 1. narração histórica, ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica. 2. Genealogia de família nobre. 3. pequeno conto de enredo indeterminado. 4. texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como temas fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida cotidiana. 5. seção ou coluna de revista ou de jornal consagrada a um assunto especializado. 6. conjunto de notícias ou rumores relativos a determinados assuntos.

Podemos sintetizar em:

Crônica é uma narração histórica, segundo a ordem cronológica, um artigo de jornal que trata de assuntos cotidianos, peça literária em prosa, de pequena extensão, que aborda o dia a dia ou texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal e que tem como tema, fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc., ou simplesmente, relativos à vida cotidiana (HOLANDA, 1986).

1.4.1 diferentes posicionamentos para uma caracterização da atual crônica no Brasil

A crônica, como já vimos, consolidou-se como espaço heterogêneo em que convivem o pequeno ensaio, o conto, o poema em prosa, tendo como resultante a sua identidade única no mundo. Essa combinação de gêneros é responsável por

dar características primordiais da crônica brasileira. Contudo, devemos salientar que, nesta mistura de assuntos, gêneros, cria-se um gênero específico.

Segundo Coutinho (1997), esse tipo de texto tem uma relação muito próxima ao jornalismo. Mais especificamente, para ele, a crônica é um gênero literário em prosa em que o menos importante é a qualidade do estilo. A efemeridade é característica constante, já que, devido a sua atualidade temática (como a notícia), tende a não ser um tipo de texto que pode ser lido em qualquer época, em qualquer lugar. Para ele, o cronista parte de fatos aparentemente miúdos para fazer divagações, análises, críticas; comparando a crônica brasileira ao ensaio (dissertação curta e não metódica, sem acabamento, sobre assuntos variados) do tipo familiar, coloquial e informal.

Entretanto, para Coutinho (1997), a crônica tem também uma natureza literária e é por meio dela que diferencia a crônica do texto jornalístico:

...enquanto o jornalismo (artigos, editoriais, tópicos) tem no fato o seu objetivo, seja para informar divulgando-o, seja para comentá-lo dirigindo a opinião, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela o utiliza, como meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de sua graça, de suas faculdades inventivas. A crônica é na essência uma forma de arte, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima ante o espetáculo da vida, as coisas, os seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso, utiliza-se literalmente desse meio vivo, insinuante, ágil, que é a crônica.
(p.97)

Por esses motivos, para Coutinho (1997), a crônica alcançou uma categoria que fez dela uma forma literária de requintado valor estético, gênero específico e autônomo, principalmente o gênero que se abasileirou, contribuindo para uma importante diferenciação do português do Brasil para o de Portugal, por ter como características principais o emprego frequente da língua falada.

Coutinho classificou as crônicas na literatura brasileira em: **crônica narrativa**: tem em seu eixo uma história, aproximando-se do conto; **crônica metafísica**: constituída de reflexões mais ou menos filosóficas – dissertar filosoficamente; **crônica-poema em prosa**: possuidor de um conteúdo lírico, onde se percebe o extravasamento da alma do artista; **crônica-comentário**: na qual o escritor comenta os mais diversos acontecimentos.

Para Cândido (1992), a crônica é um gênero que se *ajusta à sensibilidade de todo o dia*. E, simultaneamente, não tem pretensão, a crônica humaniza e também tem profundidade de significado, além de uma forma que se aproxima da perfeição. Nas palavras do autor, a crônica é um gênero que aqui se desenvolveu com originalidade, o qual foi diminuindo e ganhando um ar de superficialidade, deixando a sua função primeira, de informar, para comentar e divertir o leitor.

Na crônica brasileira, podemos afirmar que ocorre um tipo de fusão de dois tipos de textos: o ensaio, do qual retoma um certo desprezo pelo rigor acadêmico, levando a um tratamento mais informal dos assuntos abordados, e o folhetim, do qual absorve a dimensão *Usual e Inusitado* do fato noticioso ou do dia a dia.

A crônica é fruto do jornal, espaço em que aparece entre as notícias e caracteriza-se por estar perto do dia-a-dia das pessoas, seja em temas cotidianos, seja em temas mais pontuais que fora noticiado no jornal, mantendo uma linguagem despojada, direta e coloquial do jornalismo. Procura ser um instante de pausa para o leitor fatigado com a frieza na busca da objetividade jornalística. Pela sua simplicidade, brevidade, graça, ela serve de alívio para o leitor; contudo, a sua leveza é extremamente superficial, seus traços mostram de maneira persuasiva muitos fatos, e o cronista, para atingir seu objetivo-persuasivo, criar um novo ponto de vista. Para que o leitor venha aderir a ele, utiliza-se de várias estratégias como diálogos, contos, anedotas, biografias, opiniões.

Segundo Moisés (1984), no jornal encontram-se duas categorias de texto linguístico: os escritos para o jornal e os escritos no jornal. Os primeiros morrem diariamente, os segundos não. Os escritos no jornal utilizam-se este como veículo de divulgação, não como melhor, nem como único. Para o autor, o cronista

encontra-se em uma ambiguidade irreduzível, pois a crônica move-se entre “ser no” e “para” o jornal. Não visa à mera informação e afirma: O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, apesar de reagir imediatamente ao acontecimento.

Para o autor, a crônica tem subjetividade, não tem intenção ou repele a intencionalidade, é escrita no e para o jornal; as idéias na crônica surgem espontaneamente e sem compromisso. Assim, o cronista não visa persuadir, mas simplesmente pensar em voz alta uma filosofia de vida, apoiada no efêmero cotidiano. Esse sujeito tem reflexões despretensiosas de um poeta/ficcionista não de um ensaísta.

Encontramos diversos estudos sobre a crônica no viés literário, no entanto pouca ou nenhuma análise enquanto gênero e categoria jornalística, o que nos leva a não nos surpreender, em uma busca sobre o gênero crônica, por encontrarmos diversas respostas vagas. A totalidade dos estudiosos do gênero crônica afirma não ser possível saber ou delimitar com exatidão sobre a crônica ser um texto jornalístico ou um texto literário, onde se inicia um e onde começa o outro.

Bender (1993), afirma:

vamos englobar tudo que não é nitidamente catalogável e que saiu primeiramente em revista ou jornal, de curto fôlego, em linguagem coloquial, sem pretensões, próxima do leitor, falando de assuntos de seu interesse...na categoria de crônica.(Bender, 1993, p. 51)

Segundo Scafuro (1999), a crônica jornalística diferencia-se em crônica do cotidiano e crônica de notícia. Embora a autora não trate com especificidade da crônica de notícia, caracteriza-a pelas categorias Inusitado / Atualidade. O cronista seleciona uma notícia para servir como ponto de partida para as suas reflexões e avaliações dos acontecimentos.

A crônica de notícia tem sua tematização realizada em um relato do factual, isto é, uma sucessão de ações no tempo e no espaço; dessa maneira a crônica tem uma estrutura narrativa relacionada apenas a sucessões das ações no tempo. Já a crônica do cotidiano está organizada pelas categorias hierárquicas Usual / Frequência e implica uma sequência de ações usuais que se definem como acontecimentos diários; o cronista apresenta uma seleção temática de uma representação do habitual, do comum, o usual, que também compõe o marco das cognições sociais.

Segundo Melo (1994), já se observou que há claras diferenças entre o uso do termo crônica no Brasil, quando comparado a outros países, o que faz com que, aqui, a palavra adquira significado e forma singulares. Classificando-a como “relato poético do real”, atribui a esse texto duas características: fidelidade e crítica social. Para o autor, trata-se de um gênero jornalístico que se enquadra no chamado jornalismo opinativo.

a crônica moderna gira permanentemente em torno da atualidade, captando, com argúcia e sensibilidade, o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística... Produto do jornal, porque dele depende para a sua expressão pública, vinculada à atualidade, porque se nutre dos fatos do cotidiano, a crônica preenche as três condições essenciais de qualquer manifestações jornalística: atualidade, oportunidade e difusão.(MELO, 1994, P. 154)

Em síntese, como há diferenças para a caracterização da crônica, todas elas podem ser identificadas como a caracterização de um texto opinativo. Já que a crônica, de forma geral, nasce na historiografia, incorpora-se à literatura, mantendo-se no literário até os dias atuais. Contudo, os estudos linguísticos voltados para a perspectiva da visão pragmática vão além da descrição da língua, consideram o discurso e os aspectos da língua em uso, coexistindo as diferentes definições que testemunham cada posicionamento teórico ao qual elas se filiam.

Capítulo 2

Fundamentos Teóricos: Linguística Textual e Análise Crítica do Discurso com vertente sociocognitiva.

Este capítulo apresenta uma revisão de fundamentos da Linguística Textual, que se trata de um ramo da Linguística, o qual privilegia o texto no uso efetivo da língua. Este deve ser tratado como unidade original de um ponto de vista multidisciplinar, privilegiando-se as ciências da cognição.

Deve-se ressaltar que a Linguística Textual tem por tarefas:

- a. Buscar saber o que faz um texto ser considerado um texto, em sua noção de;
- b. examinar os processos memoriais e linguísticos responsáveis pela construção da coerência e da coesão;
- c. construir tipologias de texto.

A Linguística Textual instaura-se na década 70, do século XX, e tem como objetivo estudar e encontrar os mecanismos para a boa formação de um texto.

A partir da década de 60, devido a um conjunto de insatisfações resultantes do tratamento do texto por regras gramaticais abstratas, que não davam conta da formação e produção de textos coerentes, houve uma mudança de atitude dos estudiosos e, conseqüentemente, do paradigma de estudos, o que propiciou o surgimento da Linguística Textual

Nesse contexto, para se dar conta do texto no uso efetivo da língua, houve a inserção da semântica em tais estudos, além de uma visão pragmática, que privilegia o texto no uso efetivo da língua tratada pelo ponto de vista multidisciplinar, privilegiando-se as ciências da cognição.

Os estudos realizados desse modo procuravam diferenciar o texto produto do texto processo. O primeiro tem natureza linguística e é resultado da enunciação, de forma a representar, em língua, os conteúdos da interação comunicativa, ao passo que o segundo tem natureza cognitiva e é construído na Memória de Trabalho, recorrendo-se tanto à Memória de Curto Prazo quanto à Memória de Longo Prazo.

Segundo Marcuschi (1983):

a Linguística de Texto é o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Ou seja, ela trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.(p.12)

Para a Linguística de Texto, o texto não deve ser reduzido à simples soma de palavras e frases unidas linearmente, ele é a unidade básica de manifestação da linguagem, já que o homem não se comunica por palavras ou frases e, sim, por textos. Dessa forma, os fenômenos linguísticos apenas poderão ser descritos e explicados no interior do texto.

Kintsch e van Dijk (1983) e van Dijk (1978) buscam verificar como ocorre a formação de um texto. Os resultados obtidos de sua investigação possibilitaram concluir que um texto é tipificado por sua superestrutura, ou seja, um esquema textual definido, como em

sintaxe, por categorias e regras de ordenação: micro, macro e superestrutura.

A superestrutura é convencionada na e pela sociedade e se formula no uso efetivo da língua. Em uma visão mais ampla, os estudos textuais estão voltados ao processamento cognitivo do texto, em termos de produção e compreensão à representação do conhecimento na memória, aos sistemas de conhecimento postos em ação, por ocasião do processamento bem como às estratégias sócio-cognitivas e interacionais nele envolvidas.

Esses estudos, em conjunto com outros voltados para enunciação do texto produto, vêm ocupando o centro dos interesses de diversos estudiosos, como Beaugrande e Dressler (1973), Kintsch & van Dijk (1975, 1983), van Dijk (1978,1997) entre outros, todos grandes colaboradores nos estudos e avanços da Linguística Textual e responsáveis por novos caminhos para Análise do Discurso.

Tendências atuais convergem ao ponto de vista postulado pela Linguística Textual de que o texto é um evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais, não se detendo apenas em sequências de palavras faladas ou escritas. Dessa forma, um texto é construído por meio de um sistema de conexões entre vários elementos e sistemas.

2.1 Análise interfrástica e gramáticas de texto

Na década de 60, mais especificamente da segunda metade até meados da década de 70, os estudos de língua passaram por três momentos: o de **análises transfrásticas** – focalizando a argumentatividade; o da **gramática do texto** – tratando da

competência textual e o da **teoria do texto** – tratando de aspectos comunicacionais e competência linguística. Nesses três estudos ou momentos, insere-se a semântica, posteriormente a pragmática, e apresenta-se a noção de competência.

Os diversos estudos que se seguiram tiveram orientações bastante heterogêneas, algumas ora de cunho estruturalista, ora gerativista, ora funcionalistas. Portanto, o texto fora concebido por diferentes paradigmas.

Nessa primeira fase da Linguística Textual, os gramáticos de texto, quase que em sua totalidade, tiveram formação gerativista, por isso mantiveram a Teoria dos Componentes (da base transformacional e de superficialização), embora tenham transpassado os limites da frase para a dimensão do texto

Esses gramáticos de texto partiam da idéia de que o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior à sentença. Os estudos realizados por esses gramáticos seguiram duas direções: ou para o texto enunciado – processado, ou do texto processado – enunciado.

Assim, surgiu a preocupação de se construírem gramáticas textuais, ou seja, procurava-se descrever categorias e regras de combinação do texto em determinada língua.

As tarefas básicas de uma gramática do texto seriam as seguintes:

- 1) Verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;

2) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;

3) diferenciar as várias espécies de textos.

Passa-se a postular a existência de uma competência textual à semelhança da competência linguística chomskyana, já que todo o falante de uma língua tem a capacidade de diferenciar um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados.

Nesse momento, abandonam-se as análises transfrásticas e objetiva-se, na unidade mais alta hierarquicamente, o texto. Neste, por meio da segmentação, objetiva-se chegar às unidades menores, classificando-as.

Dentro dessa perspectiva, o texto é considerado a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constituindo-se como uma entidade do sistema linguístico, o que possibilita determinar, em cada língua, regras de uma gramática textual. Exemplos dessas gramáticas são postuladas por Weinrich (1964,1971,1973), Petöfi (1973) e van Dijk (1972).

Os gramáticos de texto buscavam características que definissem a comunicação humana, e de forma interdisciplinar são construídas teorias do texto, a partir de teorias comunicacionais, principalmente propostas por Grice, 1982, máximas conversacionais e Austin, 1962, atos de fala, desenvolvidos mais tarde por Searle, nos Estados Unidos.

A teoria linguística de Van Dijk faz parte de uma proposta de gramática de texto com aspectos comunicativos, que tem como ponto principal as regras para a boa formação do texto, cujo objetivo é

distinguir os macroatos de fala. Os macroatos estão relacionados à intenção, que rege o texto, constituídos por microatos, os quais se referem a modelos hierárquicos.

Para estudar os fenômenos na relação entre os atos de fala e os macroatos de fala, a gramática de texto e a pragmática pressupõem uma descrição gramatical, tanto de sequências de frases quanto de propriedades do discurso como um todo. Dessa forma, a gramática de texto fornece melhor base linguística para a elaboração de modelos cognitivos do desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem.

Além de van Dijk, Petöfi, Weinrich e demais estudiosos, os quais se dedicaram à construção de gramáticas textuais, incluíram um componente semântico, proposto por eles em suas gramáticas pelas macroestruturas profundas.

2.1.1 A perspectiva semântica e a mudança de paradigma.

A perspectiva semântica do texto e do discurso propiciaram estudos, como os de Dressler (1970,1972), Brinkler (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976,1977) que seguiram uma orientação semântica, privilegiando cadeias isotópicas, que se entendiam como as relações semânticas do texto entre enunciados do texto não ligados por conectores, entre outros.

Isemberg (1970) definiu o texto como sequência coerente de enunciados. Todavia, a noção de coerência permanecia sintático-semântico.

Dressler, por sua vez, considerou arbitrário estabelecer limites rígidos entre sintaxe e semântica e postulou que a semântica deveria constituir ponto de partida para explicar a representação da estrutura, do significado de um texto ou de um segmento deste.

Não tardou, porém, que os linguistas de texto sentissem-se insatisfeitos em algumas questões, levando-os a sentir a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, já que constataram que o texto é a unidade básica de comunicação-interação humana. Dessa forma, adotaram uma perspectiva pragmática, a qual vai ganhando proeminência nas pesquisas sobre o texto.

A Linguística Textual atingiu uma nova dimensão, o de não apenas pesquisar a língua como um sistema autônomo, mas o seu funcionamento nos processos comunicativos na sociedade. Passou, então, a ser desenvolvido um modelo de base, o qual compreendia a língua como uma forma específica de comunicação social, isto é, como atividade verbal humana interconectada com outras atividades, não linguísticas, do ser humano.

Essas novas orientações tiveram grande influência tanto da Psicologia, quanto da Filosofia da Linguagem, cabendo à Linguística Textual a incumbência de provar que os pressupostos teórico-metodológicos dessas teorias seriam transferíveis ao estudo dos textos e de sua produção/recepção.

Van Dijk, um dos responsáveis pela mudança de paradigma, em sua obra *Studies in the Pragmatics of Discourse* (1981), assim como os trabalhos posteriores, estudou o que denomina “relações funcionais do discurso”, ou seja, as relações entre os enunciados, que geralmente se têm denominado pragmáticas ou discursivo-argumentativas.

O autor postulava que, juntamente com a macroestrutura semântica, responsável pela coerência semântica do texto, há uma

macroestrutura pragmática, responsável pela coerência pragmática. Para ele, a compreensão textual obedece a regras de interpretação pragmática, ou seja, a coerência não se estabelece sem levar em conta a interação, as crenças, os desejos, preferências, normas e valores dos interlocutores.

Na nova orientação para os estudos do texto, em que se observa que todo fazer (ação) é acompanhado do processo de ordem cognitiva, pelo qual quem age precisa conhecer os modelos mentais de operações e tipos de operações, o texto passa a ser considerado o resultado de processos mentais, nos quais os parceiros da comunicação têm saberes armazenados quanto aos diversos tipos de atividades da vida sócia.l

Tais saberes estão armazenados na memória do indivíduo e correspondem a um conjunto de conhecimentos tanto vivenciados quanto experienciados em sociedade. Destes, alguns conhecimentos são individuais, particulares, já que são resultados das experiências do dia a dia, enquanto outros, experienciados, já se tornaram generalizados a todos os membros de um grupo.

Ao verificarem a trajetória do indivíduo em sociedade, os linguistas de texto, que seguiam as orientações do texto-produto para texto-processo ou do texto-processo para o texto-produto, puderam observar a pluralidade dos discursos sociais, o que exigiu a seleção de um modelo que abrangesse as memórias humanas.

Assim, os linguistas de texto escolheram o modelo de memória por armazéns (Atkinson, 1975) e a Teoria dos Esquemas (Bartlett, 1932), que trata do texto produto situado na fala, assim como mantêm relações diretas em seus estudos com a Teoria da Enunciação, ao considerarem sujeito, subjetividade e intenções.

Um outro objetivo da Linguística de Texto visa tratar da questão da tipologização de textos e, segundo Moirand (1990):

ainda que ao ensino de discursos especializados, procura discutir a necessidade de tipologias que tratem da organização textual, tendo como objetivos:

- Fundamentar a tipologia sobre uma organização retórica de superfície, quando há domínios que estabelecem relações dominantes com o real;
- Fundamentar a tipologia sobre as esquematizações argumentativas elaboradas pelo locutor em função das representações que ele tem da situação, do que ele fala, de seus destinatários etc., na medida em que o texto se tipifica através de categorias enunciativas relativas a discursos particulares.(p.9)

2.1.2 O texto processo e as memórias

De forma geral, os estudos textuais voltados ao processamento cognitivo do texto mostram que entender a formação das memórias significa entender a própria identidade, ou seja, somos resultados daquilo que processamos e lembramos como formas de representação mentais do mundo.

Podemos considerar que o texto produto é resultado de um processo de escolhas reais motivadas por preferências e valores, em resposta a perguntas que se faz do mundo e com base nas possibilidades que ele apresenta.

Há diferentes teorias sobre a memória. Kintsch e van Dijk (1983) deram preferência à teoria da memória por armazéns, que distingue memória de curto prazo de memória de médio prazo e de memória de longo prazo.

O texto processo tem natureza cognitiva, ou seja, é construído na Memória de Trabalho, recorrendo à Memória de Curto e à de

Médio Prazo, recursivamente. O texto processo é construído, portanto, na interrelação de duas memórias humanas diferentes.

A Memória de curto prazo possibilita a entrada da informação, levando-a para a Memória de Trabalho. A entrada é realizada com a informação estruturada em algum código semiótico que é captado por um dos sentidos humanos. Para a informação linguística, de forma geral, os sentidos que dão entrada à informação para o processamento da informação seriam os da audição e da visão, para que haja uma interação comunicativa normal.

A Memória Sensorial é quantitativa para dar entrada às sequências de palavras e frases de um texto produto, a fim de que ele seja processado na memória de trabalho.

A memória de trabalho opera tanto com memória de curto quanto de médio prazo. No que se relaciona com a memória de curto prazo, ela transforma as expressões linguísticas em sentidos secundários, as proposições. Todavia, como a memória de curto prazo é quantitativa, há um limite que é determinado pelo schunk. Quando este está sobrecarregado, a informação que vem entrando, fica perdida.

Por essa razão, os sentidos proposicionais secundários são transformados por uma redução semântica em sentidos mais globais, de forma a esvaziar o schunk. Os sentidos mais globais são armazenados na memória de médio prazo, formando nela um contexto cognitivo.

As proposições da memória de médio prazo são, também, recursivamente modificadas, dependendo das proposições construídas pela memória de trabalho, pois ao se processar a informação, o sujeito constrói suas proposições orientadas por uma hipótese de leitura do texto, relativa aos conhecimentos já armazenados na memória de longo prazo.

Como um dos fatores de textualidade é a informatividade, ao se deparar com o novo, o processador precisa reformular o seu contexto cognitivo, pois é necessário fazer uma inferência ostensiva a ele.

Os linguistas de texto trataram dos esquemas mentais categorizados em três sistemas de conhecimentos: de língua, de mundo e de interação sócio-comunicativa.

O sistema de conhecimento de língua abrange o uso de formas linguísticas lexicais e gramaticais relativo aos diferentes grupos sociais. Esses usos foram denominados pela Sociolinguística como variedade linguística. Cada variedade define-se por um conjunto de suas variações de uso.

Assim, segundo esse ponto de vista, é possível que o interlocutor seja capaz de ativar seus conhecimentos de língua da Memória de Longo Prazo, de reconhecer se o locutor é de um grupo de baixo nível de escolaridade, devido ao uso da variedade nativa, ou de alto nível de escolaridade, pelo uso da variedade padrão normativa.

O conhecimento enciclopédico, também denominado de conhecimento de mundo, constrói-se pelo guia cultural e ideológico dos grupos sociais. Define-se como conhecimento de mundo construído por pontos de vista diferentes, sendo que cada ponto de vista é guiado por objetivos, interesses e propósitos específicos de uma reunião de pessoas que constroem um determinado contexto sócio-cognitivo.

Os conhecimentos interacionais compreendem esquemas mentais que abrangem as relações sócio-discursivas entre os interlocutores. Tais esquemas também são organizados por máximas conversacionais, contextos globais e locais discursivos, superestruturas textuais etc.

Dessa forma, recursivamente, a memória de trabalho processa as expressões linguísticas entradas pela memória de curto prazo e reformula as proposições provisoriamente armazenadas na memória de médio prazo, até que se construa o sentido mais global do texto que é a sua coerência.

A memória de longo prazo armazena os sentidos globais e estes são distribuídos, basicamente por três grandes sistemas de armazenamento: de língua, de mundo, de interação social.

A Memória de Longo Prazo é subdividida em dois armazéns:

- 1- “armazém” social – também denominado memória semântica;
- 2- “armazém” individual – também denominado memória episódica.

A memória de longo prazo semântica é onde se armazenam as formas de conhecimento construídas no e pelo discurso em sociedade, principalmente os discursos institucionalizados.

Já a memória de longo prazo individual ou episódica é onde se armazenam as formas de conhecimento experienciadas pelo indivíduo no mundo, os quais são conhecimentos individuais e únicos para cada pessoa.

Tanto o armazém social quanto o armazém individual da Memória de Longo Prazo são construídos, organizadamente, pelos mesmos sistemas de conhecimento.

2.1.3 A microestrutura, a macroestrutura e superestrutura

Van Dijk e Kintsch (1983) diferenciaram as noções de micro, macro e superestrutura.

A microestrutura de um texto é a sua base de texto e tem natureza semântica, construída com um n-tuplo de proposições, visto que cada leitor ou processador da informação em cada leitura produz um número diferente de inferências e explicitações de implícitos, que são sentidos secundários. Compreende, pois, um conjunto das microproposições, construídas durante o processamento da informação como sentidos secundários.

A recursividade de expansão/redução da informação propicia que o processador do texto, durante a sua leitura, transforme várias microproposições em um sentido mais global, designado macroproposição. O conjunto destas constrói a macroestrutura semântica do texto.

Os textos institucionalizados são formalizados por esquemas textuais específicos. As pessoas que estão expostas a esses tipos de textos processam-no e o armazenam na memória de longo prazo, no sistema interacional. As pesquisas realizadas por van Dijk e Kintsch provaram que o conhecimento do esquema textual, a superestrutura do texto, auxilia o processador da informação a construir as macroproposições, pois para cada categoria textual é necessário construir uma macroproposição.

Esses autores, ao desenvolver seus estudos sobre leitura, verificaram a importância da memória de longo prazo individual, operando como a memória social semântica.

As pessoas, durante sua vida, estão expostas a diferentes condições de produção discursiva, o que propicia atribuir aos

participantes discursivos características comportamentais e, por essa razão, são capazes de representar para si o enunciador.

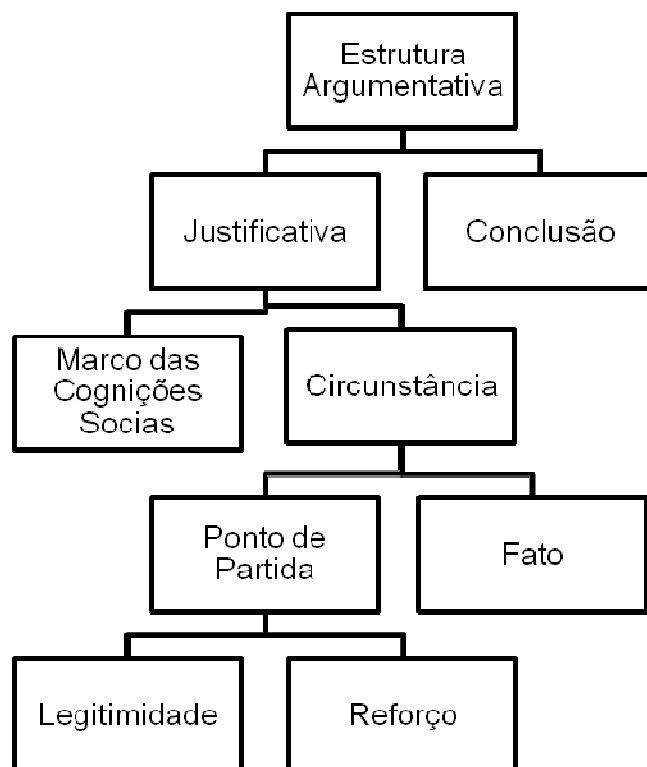
Tal momento, o do processamento da informação, é designado modelo de situação. Por exemplo, as pessoas que estão habituadas a conviver com uma outra pessoa, que tem por hábito desmerecer os outros, atribuindo-lhes valores negativos, a fim de exaltarem a si próprios, constroem um modelo de situação. Assim sendo, quando alguém começa a falar mal do outro, é representada como pessoa insegura, que quer se sobressair socialmente.

Logo, a partir de 1983, van Dijk e Kintsch apresentam o modelo do processamento da informação como um texto processo, que é construído por micro, macro e superestrutura e com auxílio da projeção de um modelo de situação.

2.1.4 A superestrutura argumentativa

Van Dijk (1978) formula e apresenta a superestrutura argumentativa, considerando que esse esquema textual formaliza-se nos mais diferentes tipos de textos, na medida em que não existe texto ingênuo, por serem todos argumentativos.

A crônica é caracterizada como um texto argumentativo-opinativo e tem-se como ponto de partida a superestrutura proposta por van Dijk:



Como se pode observar, esse esquema textual, como qualquer outra superestrutura, é hierárquico e as suas categorias textuais mais altas são a Justificativa e a Conclusão.

A Conclusão é considerada como um julgamento de valor, que é a opinião, podendo ou não estar justificada, explicitamente, no texto. Desde que justificada, recorre-se ao Marco das Cognições Sociais e pela Circunstância chega-se à construção da opinião.

O Marco das Cognições Sociais é grupal e permite reconhecer membros pertencentes a mesmos grupos sociais, a partir de representações mentais adquiridas em sociedade, as quais apresentam avaliações no e pelo grupo social. Pode ocorrer do Marco de Cognições Sociais ser divulgado e adquirido por outros grupos sociais, caracterizando o que se designa opinião pública. Define-se como sendo um universo de crenças, estas envolvem o conhecimento que as pessoas têm a respeito de algo.

A Circunstância é o que se está apresentando para ser avaliado ao representar mentalmente algo. Por isso, todas as Circunstâncias têm pontos de intersecção com o Marco das Cognições Sociais ao serem representadas mentalmente.

2.1.5 Os esquemas mentais e conceituais

Segundo Bartlett (1932), as formas de conhecimento humanas não são aleatórias, mas construídas por esquemas mentais organizados. Tais esquemas são relativos a conhecimentos declarativos, a planos, a estratégias, a acontecimentos, a ações etc.

Um esquema mental pode ser exemplificado por uma sequência de ações explicitadas de forma ordenada no tempo, um *script*. Este se define como uma sequência de ações situadas em uma relação de tempo anterior e tempo posterior; ações estas expressadas por sentidos secundários. O sentido mais global de um *script* é designado *frame*.

Segundo van Dijk (1992), *frame* é o sentido mais global de um esquema mental, atribuído socialmente a uma representação mental de algo do mundo. No processamento da informação, ocorre uma construção hierárquica dos sentidos formalizados a partir de um *frame*, indo do sentido mais global para os sentidos secundários, *script*, construídos pela sequenciação dos participantes e suas ações cronologicamente orientadas por um modelo contextual verbal ou não-verbal de natureza avaliativa.

Seguindo a orientação sócio-cognitiva, para van Dijk (1997b) os conhecimentos avaliativos são opiniões; a opinião é construída a partir do Marco de Cognições Sociais, porque resulta do ponto de

vista, pelo qual se focaliza o mundo. Quando são públicos tais julgamentos constituem a *doxa* (opinião pública).

Para que ocorra avaliação de alguém ou alguma coisa, faz-se necessário partir de um conhecimento prévio do objeto – referente que se quer avaliar, ou seja, avalia-se por meio de inferências determinadas pelo ponto de vista.

O conhecimento prévio constrói-se por meio de experiências pessoais, e também sociais, do Marco das Cognições Sociais do grupo a que pertence. Esse conhecimento envolve crenças e valores partilhados pelo grupo social em que se fixou o Marco de Cognições Sociais.

Os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social têm o mesmo ponto de vista, objetivos, propósitos, valores e intenções. O ponto de vista oscila de acordo com esses mesmos objetivos, propósitos e intenções. Dessa maneira, os grupos sociais encontram-se em constante conflito, intra e extragrupo, por terem diferentes focalizações do marco de cognições sociais entre si e entre os grupos.

Segundo Silveira (2000), Marco de Cognição Social é um conjunto de conhecimentos que estabelecem parâmetros avaliativos para os seres e suas ações no mundo, de forma a guiar desejos e decisões dos membros de cada grupo social. Tal Marco é constituído em razão da interação no grupo social e determina os papéis a serem representados no grupo, sendo estes reconhecidos no grupo e pelo grupo.

A construção do Marco das Cognições Sociais faz-se a partir do que está sendo contemporaneamente vivenciado, modificando a experiência do já vivido anteriormente. Assim, o papel social é determinado pelo Marco de Cognição Social dos grupos, como

unidade, como guia social, estabelecendo um sentido de permanência que se transforma pelo Marco de Cognição Social modificado.

2.1.6 o esquema textual da notícia

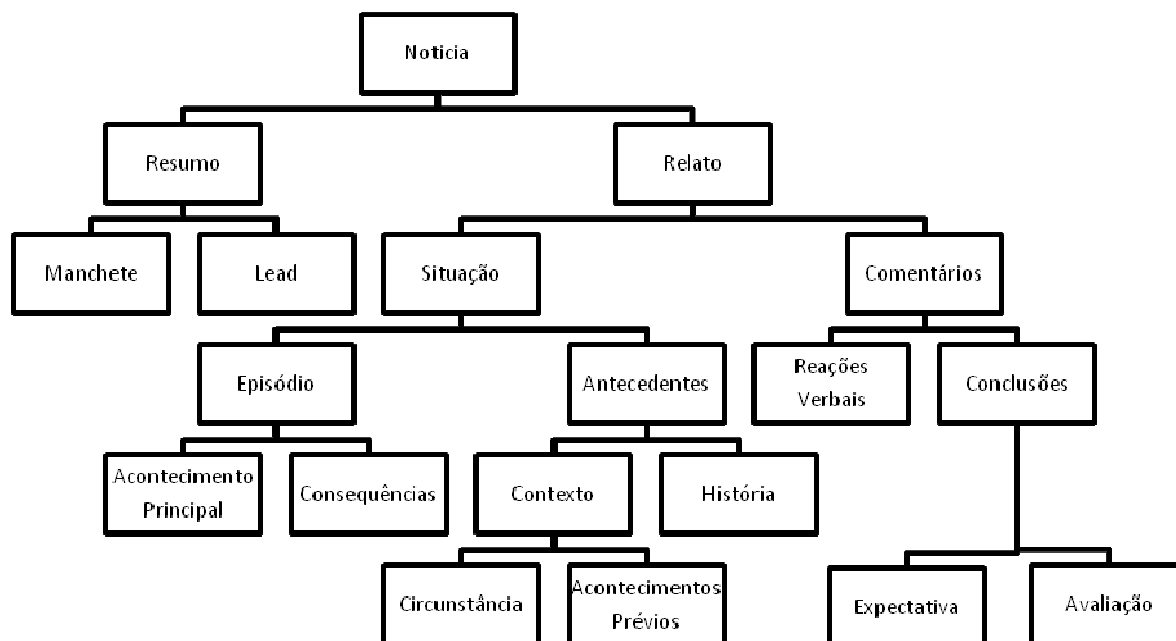
Van Dijk (1990), trata da compreensão, estrutura e produção da informação na organização textual da notícia como um tipo de texto característico do discurso jornalístico. O esquema textual da notícia é tratado como uma superestrutura da notícia, o qual é armazenado no sistema de esquemas interacionais da memória social como um discurso público institucionalizado.

Trata-se de uma superestrutura, segundo Kintsch e van Dijk (1983) e van Dijk (1975, 1978, 1990), um esquema textual definido, como em sintaxe, por categorias e regras de ordenação, convencionada na e pela sociedade, que instaura no uso efetivo da língua esse tipo de organização textual.

Cada categoria tem um princípio de classificação para agrupar a produção de sentidos secundários e globais construídos pela Memória de Trabalho, facilitando, para aqueles que têm conhecimento de tal estrutura, a compreensão discursiva.

Para os autores, as categorias textuais não são específicas de uma, podem compor diferentes superestruturas. Dessa forma, uma superestrutura define-se por um conjunto de categorias selecionadas e que são ordenadas hierarquicamente, das mais altas às mais baixas, para formalizar discursos típicos. Assim, por exemplo, a categoria textual Apresentação está presente em diferentes superestruturas, tais como: a da história, a do relato científico e a da exposição.

Van Dijk (1990:86), apresenta a superestrutura da notícia:



Como se pode observar, esse esquema textual, como qualquer outra superestrutura, é hierárquico e as suas categorias textuais mais altas são a Resumo e Relato Noticioso.

A categoria Resumo agrupa a manchete, o *lead* e, no Brasil, a linha fina, agrupando, no texto-produto, palavras e frases que expressam os sentidos mais globais. Por meio de estratégias interacionais de sedução, aplicadas para a construção da informação, como também a estratégia de textos-reduzidos, que propicia que o

leitor possa acompanhar a construção do acontecimento jornalístico, tanto no eixo narrativo quanto no eixo avaliativo da opinião do jornal.

Dessa forma, a categoria Resumo é estratégica para a construção da opinião pública. Já a categoria Manchete procura fazer uma interação sócio-comunicativa com o auditório de leitores de um jornal.

A linha-fina dos jornais brasileiros situa a notícia enquanto fato noticioso e o *lead* constrói, para o leitor, o resumo do texto expandido da notícia em um primeiro parágrafo, contendo tanto o fato noticioso quanto o comentário, que é a opinião jornalística que está sendo construída para o leitor.

Quanto à categoria Relato, ela está ordenada com a categoria Resumo; ambas categorias tratam do texto expandido da notícia, agrupando outras duas categorias a saber: a Situação, ou seja, o Fato Noticioso e os Comentários, ou seja, a construção textual da opinião jornalística para o público leitor.

A situação ou Fato Noticioso está organizado na linha do tempo, na medida em que a publicação do jornal é diária; desse modo, a categoria Fato Noticioso agrupa o Episódio, relativo ao acontecimento que se torna notícia e que está ordenado como os Antecedentes, os quais agrupam o que já foi veiculado no jornal anteriormente, garantindo uma progressão narrativa do acontecimento.

Os comentários são construídos com a categoria Reações Verbais que estabelecem intertextos e interdiscursos, tanto para o tempo atual da notícia veiculada quanto para o tempo anterior.

As Reações Verbais constroem uma polifonia no texto expandido, o qual é monofonizado pelas conclusões, constituindo, assim, a opinião jornalística por meio de um conjunto de avaliações negativas/positivas para o fato atual e para o que ocorrerá na progressão dos acontecimentos futuros.

Para van Dijk (1990), o jornalista faz uma seleção dos acontecimentos no mundo, aos quais ele tem acesso, para construir a notícia. Por inúmeros fatores e por meio de diversos critérios, ocorre avaliação pelo jornalista/empresa jornal antes de se converter em notícia, sempre levando em conta o grupo social que atinge o jornal, procurando “cobrir” por meio da notícia, o interesse desse grupo social em determinados assuntos.

Guimarães (1999), ao tratar da organização textual da notícia, propõe duas categorias semânticas para caracterizá-la: Ignorado/Conhecido e Inusitado/Esperado.

A categoria Inusitado guia a seleção de fatos para que eles possam se tornar notícias. É como registra o manual de redação da Folha: se um cachorro morder o homem, isso não é objeto de notícia; mas se um homem morder um cachorro, isso, é objeto de notícia.

Já categoria Atual também guia a seleção do fato para se tornar notícia. As notícias são relativas ao que está acontecendo no mundo e que o leitor não está exposto a isso. Portanto, é obrigado a acreditar na representação ideológica do fato, pois o desconhece.

Segundo van Dijk (1978), todos os textos são argumentativos; dessa maneira, apresentou a constituição de uma estrutura argumentativa ou a superestrutura argumentativa. Esse esquema textual formaliza os mais diferentes textos e na medida em que não há textos ingênuos, todos têm a função de argumentar.

2.1.6.1 o texto opinativo

Os estudiosos da crônica nacional caracterizam-na como sendo um texto opinativo, seja ela crônica de notícia seja do cotidiano, estando inserida no jornal, na revista ou nos livros literários.

Segundo van Dijk (1997), a opinião está presente na vida cotidiana; dessa forma, encontra-se em muitos tipos de texto, desde as conversações descontraídas até o poético, o dramático, o noticioso e o ficcional.

Para o autor, a opinião define-se como uma representação mental e a sua aquisição, seus usos e funções são sociais; contudo, a sua expressão, na maioria das vezes, é discursiva, já que muitas opiniões não são expressas por textos verbais, são apenas pensadas.

Por esse motivo, para o autor, o conceito de opinião circunscreve-se em um triângulo que relaciona Cognição, Sociedade e Discurso. Assim, a opinião constrói-se, inicialmente, na mente e implica, quando se tem uma opinião sobre X, ser necessário ter uma representação mental de X, uma vez que são ativadas as representações mentais construídas como forma de conhecimentos sociais, pelo produtor, em suas interações comunicativas, como os membros do grupo social onde se situa e suas representações mentais individuais a respeito de X, somadas às suas experiências com X. Assim, ao se avaliar X, é que se constrói opinião sobre X.

Deve-se considerar que uma representação mental é uma forma de conhecimento, ou seja, uma ideia que se tem sobre X. No caso das representações adquiridas socialmente, elas já têm formas de avaliações sociais. É necessário distinguir as representações mentais já adquiridas, visto que elas já estão organizadas por um marco de cognição social, o qual é definido, ideologicamente, como um

conjunto de ideias que estabeleçam parâmetros avaliativos para ações e seres do mundo real.

Nesse sentido, situa-se a opinião na mente; todavia, ela é construída no discurso, isto é, é uma ocorrência que se constrói em situações discursivas, ou seja, em contextos discursivos específicos, logo, em sociedade.

2.1.7 fundamentos sobre argumentação

No pós-estruturalismo, sob o prisma pragmatista, a argumentação passou a ter papel relevante nos estudos da linguagem, precisamente com a Teoria da Enunciação que incorporou a enunciação aos estudos dos enunciados com isso, passou-se a estudar os atos de linguagem, como os atos ilocucionais, perlocucionais etc.

Segundo Koch (1993), com base em Perleman (1970), a argumentação caracteriza-se como um ato de persuasão, tendo em vista que para o autor, o ato de convencer leva simplesmente a certezas, enquanto o ato de persuadir conduz à adesão aos argumentos apresentados.

Assim, segundo a autora Kock (1993), o ato de argumentar é o ato de *orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões*, atos linguísticos fundamentais, porque é a argumentatividade que caracteriza a interação social por intermédio da língua. Dessa maneira, *a todo e qualquer discurso, subjaz uma ideologia, não existindo discursos ingênuos ou neutros.*

Koch afirma, portanto, que:

Partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fatos básicos não só de coesão mas principalmente de coerência textual. (199:23).

2.2 A análise do discurso (AD)

O discurso enquanto prática discursiva faz com que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único. Desse modo, a análise do discurso investiga a materialidade do discurso, buscando desconstruí-la para, assim, determinar os seus funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão, além de analisar os processos de significação dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso, com sentido único (cf. Queiroz, 2006).

Segundo Maingueneau (1987), fundamentando-se em Foucault (1987b), afirma que a formação discursiva é:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, para um área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 1987b, pp.43-4).

Cada formação discursiva fundamenta-se pela interdiscursividade, pois os enunciados são retirados de outras formações discursivas.

O autor propõe que, ao analisar o discurso, estaremos buscando o seu universo discursivo, como este é muito amplo para dimensioná-lo, ele propõe que a interdiscursividade, que é expressa por uma heterogeneidade polifônica, seja analisada a partir de campos discursivos. Cada campo discursivo remete a um gênero discursivo e, dentro de cada campo, encontram-se diferentes espaços enunciativos.

Outro fator que se faz fundamental para o entendimento do texto e seu processo argumentativo é a intertextualidade, porque a língua pode ser entendida como uma forma de ação sobre o outro. Segundo Kristeva (2003), um texto é resposta para outro texto, podendo ser tratado a partir do texto produto. Dessa forma, a palavra é considerada texto-base para a inserção de um texto, como progressão do texto-base.

De acordo com Silveira (2000), a manifestação da representação em língua ocorre na interrelação entre o texto-processo e o texto-produto, sendo o processo de natureza mental e o produto a materialidade linguística dessas formas de conhecimento.

A intertextualidade faz-nos supor, perceber a presença de um texto inserido em outro texto produzido anteriormente, que se denomina intertexto.

A comunicação entre os intertextos e as diversas ações sociais pressupõe múltiplas realidades. Existe um sujeito que “fala” / representa sob orientação da prática social em que está inserido. Dessa forma, para Maingueneau (2002), os textos são elaborados dentro da interdiscursividade, ou seja, no processo discursivo entre

práticas sociais diversas, com participantes diversos e com intenções diversas.

Os intertextos, para o autor, estão presentes na formação ideológica, pois ele reproduz o que a classe dominante impõe (ele constitui-se de ideologia), por meio do discurso citado, o qual é utilizado como argumento de autoridade e manipulação de informação.

Dessa maneira, o discurso como prática social tem no processo da interdiscursividade a relação com a origem do discurso, que nunca é híbrido, pois cada enunciação prevê mudanças sobre o que já foi dito.

Em uma visão pragmática, o texto como manifestação linguística pressupõe uma linguagem capaz de produzir uma ação sobre o outro, por isso o sujeito intencional mobiliza vozes, pontos de vista, para agir sobre o seu interlocutor. Essa ação sobre o outro representa diferentes níveis do processo discursivo.

A constatação da ação linguística constituída por meio de um texto explica a eficácia da ação sócio-cognitiva-discursiva realizada, de maneira coordenada, para atingir um certo objetivo, que ocorre por meio da estratégia de discurso que, de acordo com Charaudeau (2004), é um termo que vem da arte de conduzir as operações de um exército sobre um campo de ação e, por isso, passou a designar uma parte da ciência militar. Em análise do discurso, segundo Bannafous e Tournier (1995) *“a estratégia faz parte das condições de produção de um discurso”*.

De acordo com Bakhtin (2000), os discursos em circulação são eminentemente dialógicos e polifônicos e estão em permanente diálogo com outros discursos. Dessa forma, cada enunciado toma de outros enunciados suas formas e significações e se dirige a outros (possíveis) enunciados dentro de situações de enunciação.

Van Dijk (1997) postula que as várias práticas sociais incorporam grupos sociais, os quais se agregam pelo mesmo ponto de vista, estabelecendo Marcos de Cognições Sociais, de acordo com os valores adotados pelos participantes.

Assim, as formações discursivas estão em contínuo movimento de aproximações e afastamento. O texto como manifestação em língua de um processo enunciativo, não pode ter apenas um foco de análise, visto que a construção de significação faz-se por meio das relações de sentido e estas não se delimitam a uma perspectiva teórica, mas se marcam pela pluridisciplinaridade. Sendo assim, o texto na sua formação é constituído pela Linguística de Texto, Linguística do Discurso e Linguística da Enunciação.

Desse modo, a língua não pode ser estudada por ela mesma, sem se levar em conta o extralinguístico, isto é, não se pode analisar a instância linguística sem a instância ideológica sobre a qual ela se articula e nem deixar de considerar o contexto no qual está inscrita.

Segundo Queiroz (2006), ao proceder à análise do discurso telejornalístico, esta nos leva à compreensão de que o discurso não transmite a informação bruta e direta, contrariamente, verifica-se que há a construção de um fato, que de certa forma reforça os sentidos de evidência, representando-se, discursivamente, como opinião pública.

Assim, pode-se constatar que, na mídia jornalística têm-se diferentes focalizações de um mesmo fato, o que permite pensar na textualização da notícia enquanto espaço de (re)atualização em que o texto final é uma unidade aparente no espaço simbólico, que é retórico. Em outros termos, a mídia trabalha em busca de produzir uma sociedade de consumo do seu produto – a notícia- por meio do jornal; para tanto procura impor-se sobre outras discursividades, a fim de construir a opinião pública do leitor.

Desse modo, a AD contribui para mostrar como se estrutura discursivamente o social e como o discurso é, ao mesmo tempo, portador de normas que determinam o indivíduo vivendo em coletividade e as possíveis estratégias que lhe permitem tornar-se singular.

2.3 A análise crítica do discurso

Na década de 60, um grupo de pesquisadores vinculados à Escola de Frankfurt desenvolveu uma abordagem de estudo da linguagem em ação, conhecida como linguística crítica; mais tarde, na década de 80, outros estudos levaram à abordagem e denominação da Teoria Crítica do Discurso –TCD- que fundamenta o exercício da Análise Crítica do Discurso – ACD.

Essa vertente surgiu sob a inspiração de Foucault, com a proposta de promover o debate sobre a linguagem textualmente orientada e, nessa perspectiva, oferecer uma contribuição significativa para a compreensão dos processos sociais relacionados às transformações econômicas e culturais contemporâneas.

A Teoria Crítica do Discurso procura estudar as transformações do contexto social, por considerar a vida social como “redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos”, destaca Norma Fairclough (2001), um dos mentores da ACD. As práticas sociais são tipos de atividades sociais que apresentam relativa estabilidade, formadas de diversos elementos, dentre os quais o discurso ou semiose, termo criado por Peirce para designar o processo de significação ou de significados.

Além do discurso, as práticas sociais englobam as ações, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores e estruturas sociais.

Para a compreensão da TCD faz-se necessário o questionamento da relação entre práticas, eventos e estruturas sociais. Segundo Fairclough (2001), as práticas são:

entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos. A prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106).

Mediante esse conceito, podemos dizer que a prática discursiva é um dos processos de realização do texto e, nesse sentido, do gênero. Se todo texto ocorre por meio de um gênero mais ou menos estabilizado em determinado meio social, é possível inferir que todo gênero detém práticas discursivas específicas: um modo de ler, de escutar, de falar ou de redigir. Diz Fairclough, nesse sentido, que:

Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente por referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpretados sem os recursos dos membros. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 100)

Em síntese, os textos realizam-se mediante o modo como os sujeitos aprenderam a realizá-los em determinados meios sociais e mediante determinado discurso. Esse saber, contudo, é dinâmico e está em transformação constante. Conforme afirma autor, ainda,

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. Por exemplo, as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que estão no centro de um sistema de educação, dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para a sua reprodução. Porém elas estão abertas a transformações que podem originar-se parcialmente no discurso: na fala da sala de aula, do parquinho, da sala de professores, do debate educacional, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 92)

As estruturas sociais, como raça, gênero, classe, língua determinam um conjunto de possibilidades que podem não ocorrer nos eventos sociais. Os eventos sociais são acontecimentos pontuais.

Os discursos, por meio de textos, contribuem para definir os sentidos formulados nas práticas sócias, já que os textos fazem parte dos eventos sociais se relacionando dialeticamente com elementos não-discursivos.

Desse modo, os textos contribuem para definir os sentidos construídos nas práticas sociais. Todavia, são as práticas que controlam a seleção dessas possibilidades, a manutenção ou transformação ocasionará os domínios sociais.

O termo ACD vem sendo utilizado para se referir à abordagem linguística crítica, em outras palavras, a abordagem discursiva com visão crítica para verificar os textos e eventos construídos por diferentes práticas discursivas sociais.

O discurso como forma de mediação encontra-se na ordem do discurso, isto é, refere-se à totalidade de discursos em uma sociedade ou instituição, interrelação entre as práticas sociais.

Dessa forma, a ACD realiza uma abordagem crítica aos textos e eventos construídos por diferentes práticas discursivas sociais, oferecendo um método para descrever, analisar, interpretar e explicar a linguagem em um contexto sócio-histórico, oferecendo a contribuição de um debate de questões relacionadas à desigualdade de poder e sua manutenção.

Para a ACD, a ideologia é tida como mola propulsora à criação e manutenção de relações desiguais de poder. É pela linguagem que se legitima a ideologia por meio de uma variedade de instituições sociais. Nesse sentido, um dos objetos da ACD é “descarnar” os discursos expondo as ideologias.

Silveira (2009), faz a distinção entre cultura e ideologia. Ambas são crenças, já que se definem como formas de opinião social. A Cultura é perpassada pelas gerações, transmitindo valores que irão guiar o comportamento das pessoas ao experienciar e vivenciar o que ocorre no mundo. Já a Ideologia, que compreende valores transmitidos socialmente, pelos discursos institucionalizados, tem como objetivo discriminar pessoas e grupos sociais.

A ACD tem por objetivo denunciar o domínio das mentes das pessoas, a partir dos discursos públicos e institucionais. Partindo do pressuposto de que um texto seja o resultado do trabalho de uma única pessoa, todo discurso é negociado entre um eu / tu, regidas por diferenças de poder, as quais são codificadas e determinadas, em parte, pelo discurso.

Van Dijk (1997), postula a Análise Crítica do Discurso a partir de três categorias analíticas, a saber: Sociedade, Cognição e Discurso. Para o autor, há uma interrelação entre essas categorias, na medida em que uma se define pela outra.

A Sociedade é compreendida como um conjunto de grupos sociais; um grupo social é entendido como a reunião de pessoas com os mesmo objetivos, interesses e propósitos.

A Cognição é o conjunto de representações mentais, que são formas de conhecimento. Cada representação mental é formulada pela projeção de um ponto de vista para se observar o que ocorre no mundo. Este é guiado pelos objetivos, interesses e propósitos comuns a um grupo. Ele se difere de um grupo social para outro grupo social, uma vez que as formas de conhecimento do que acontece no mundo são diferentes, pois os pontos de vista são diversificados.

São essas diferenças que levam a um constante conflito intergrupar, devido às suas próprias Cognições Sociais. O conjunto de conhecimento formulado por um grupo social é denominado Marco das Cognições Sociais desse grupo; o conflito intergrupar decorre de oposições entre os Marcos de Cognições Sociais de grupos diferentes.

Para Van Dijk (2003), o conhecimento envolve dimensões cognitivas, sociais e discursivas. A dimensão cognitiva é a instância em que todo o conhecimento é visto como crença, já que, para o autor todas as formas de conhecimento não são epistêmicas.

O conhecimento epistêmico é todo conhecimento que pode ser observado no mundo, dessa maneira, decorrem de ações, pessoas e objetos observáveis no mundo e produtores de alguma forma de conhecimento.

O autor difere episteme de opinião, pois, para ele, a opinião é uma forma de avaliar o que ocorre no mundo, não é passível de observação, nem tampouco de comparação, podendo ser aceita ou não.

Para o autor, todas as formas de conhecimento são opinativas por serem representações do real, portanto, avaliativas. Essas formas de conhecimento constroem-se no e pelo discurso.

Logo, todas as formas de conhecimento sociais são crenças e não episteme.

Em se tratando de crenças, na dimensão social da interação comunicativa nos discursos que não são autoritários, tem-se a necessidade de que se faça uma justificativa e esta implica a condição de que o conhecimento vale somente quando é justificado.

Dessa maneira, impede-se a especulação daquilo que não pode ser verificada e culturalmente aceita. Nesse sentido, as ações de verdade e real são definidas de modo social, principalmente em termos de concordância, compartilhamento ou critérios sociais.

Na dimensão discursiva, no discurso cotidiano, as crenças são descritas como conhecimentos de fatos, em que há concordância entre aquele que fala e aquele que sabe. O discurso é compreendido como uma prática social, definido por um esquema mental compreendido por: participantes, suas funções e ações; participantes estes que se encontram nos discursos públicos e discursos particulares.

Como todas as formas de conhecimento são construídas no e pelo Discurso, embora ocorram conflitos intragrupais, os discursos públicos institucionalizados constroem uma unidade imaginária com campos de similitude para os diferentes Marcos de Cognição Social, denominada conhecimentos extragrupais, os quais englobam os conhecimentos culturais quanto os ideológicos.

Os Marcos de Cognições Sociais são construídos por um conjunto de representações sócio-cognitivas, modeladas pela ideologia do grupo de Poder do referido Marcos de Cognições Sociais.

Para van Dijk (2000), as ideologias são plurais, pois elas compreendem formas de avaliação para o que está sendo representado como forma de conhecimento no mundo. Assim, entre a designação e o designado, existe uma avaliação ideológica imposta pelo grupo de Poder, que reside na memória social dos grupos sociais, proporcionando a discriminação de grupos sociais menos favorecidos.

Silveira (2000), diferencia cultura de ideologia, ambas são crenças, já que se definem como formas de opinião social. A Cultura é transmitida de geração para geração e esses valores guiam o comportamento das pessoas. A Ideologia compreende valores transmitidos socialmente pelos discursos institucionalizados, públicos. Todavia, esses valores são transmitidos com objetivo de discriminar pessoas e grupos sociais, o que não ocorre com o conhecimento cultural.

Segundo Silveira (1998), os conhecimentos culturais decorrem de formas de representações do que foi experienciado socialmente em um determinado momento histórico. Já que a cultura se transmite de geração para geração, suas formas de representação têm raízes históricas, mas não dinâmicas, visto que, a cada época, cada geração, faz-se necessário solucionar novos problemas.

Como cada grupo social tem um Marco de Cognição Social, para a autora, as culturas são plurais, embora ocorra uma unidade imaginária nacional, extragrupal. As culturas oferecem formas de conhecimento para a construção das ideologias pelas classes de Poder. A dinâmica ideológica decorre da mudança de interesses da classe de Poder.

Em resumo, para a Análise Crítica do Discurso, o discurso é uma prática sócio-interacional, sendo que a interação compreende as relações interpessoais, intersociais, interinstitucionais, na medida em

que definir interação implica na dinâmica de formas de conhecimento que constroem o novo interacionado com o velho e projeta, pelo imaginário, as imagens do futuro.

Capítulo 3

Um confronto entre a crônica de cotidiano e a crônica de notícia

A crônica nacional é diferenciada por Scafuro (1999) em crônica do cotidiano e crônica de notícia. Esta dissertação trata da crônica de notícias de forma a caracterizar textualmente a diferença proposta por Scafuro.

Este capítulo inicialmente apresenta um confronto entre a crônica do cotidiano e a crônica de notícia, a fim de precisar o objeto da pesquisa realizada. E para tanto apresenta o contexto discursivo do jornalístico.

3.1. O discurso jornalístico

O discurso jornalístico objetiva formar a opinião pública e, para tanto, recorre a um conjunto de estratégias retóricas e enunciativas. Segundo van Dijk (1997) todos os discursos públicos são organizados por três grandes categorias: Poder, Controle e Acesso. Que agrupam os participantes, suas funções e suas ações.

Segundo Guimarães (1999), o discurso jornalístico pode ser apresentado por níveis diferentes: o semântico e o discursivo.

No nível semântico, as categorias propostas pela autora são: Ignorado/Conhecido e Inusitado/Esperado. Essas categorias são reformuladas por Silveira (2000), sendo designadas Inusitado/Usual e

Atual/Cotidiano e a terminologia de Silveira é a utilizada nesta dissertação.

No nível discursivo, Guimarães (idem), trata do contexto global e do contexto local. Contexto global é composto por participantes, suas funções e ações, que estão presentes como prática social discursiva, nos textos de qualquer jornal. O contexto local é constituído pelas pessoas que representam os papéis atribuídos aos participantes do contexto global.

Segundo van Dijk (1997), todos os discursos públicos são organizados por três grandes categorias: Poder, Controle e Acesso. Essas categorias agrupam os participantes, suas funções e suas ações.

A categoria Poder agrupa os participantes que deliberam e tomam decisões. No caso do discurso jornalístico, são os donos da empresa jornal. Já a categoria Controle agrupa os participantes da prática social do jornalismo que executam as deliberações de decisões dos participantes do poder. Tais participantes são: editor chefe, editor, redator, chefe de reportagem, repórteres e pauteiro.

Quanto à categoria Acesso, esta agrupa os participantes responsáveis por levar a notícia ao público leitor: diagramadores de páginas, de manchetes, de *leads*; organizadores de cadernos que compõem o jornal; organizadores da página de rosto que trazem as notícias consideradas pelo jornal as mais importantes.

3.2 A crônica publicada em jornal

Como já mencionado, a crônica nacional adquiriu uma tipicidade ímpar, já que ela se diferencia de todas as outras crônicas

jornalísticas. A função do jornal é abrir uma janela para o mundo, transmitir impressões sob a forma de notícias, buscando o fato em si e deixando em segundo plano aqueles que participam da cena, pois estamos simultaneamente em todos os lugares e os acontecimentos mais distantes afetam nossas vidas ao serem estampados num gráfico que é o jornal.

Segundo Paulo Ronai:

Para qualquer brasileiro a palavra crônica tem sentido claro e inequívoco, embora ainda não dicionarizado: designa uma composição breve, relacionada com a atualidade, publicada em jornal ou revista. De tal forma esse significado está generalizado que só mesmo os especialistas em historiografia se lembram de outro sentido bem mais antigo, o de narração histórica em ordem cronológica. (Rónai, 1971, p.145)

Nesse contexto, a crônica deve ensinar ao leitor ver mais longe, além do factual, elaborando uma linguagem que traduza as muitas linguagens existentes no dia a dia. Ela oscila entre a reportagem e o lirismo, entre o relato impessoal de um acontecimento e a reformulação do cotidiano pela fantasia.

É justamente dessa ambiguidade que a crônica se eleva, destaca-se. Repercute em cada leitor, ultrapassando o consumo imediato. Assim, por ser despretensiosa, instigante e reveladora, permite ao leitor senti-la na força de seus valores ideológicos, ganhando destaque que lhe permite não se dissolver no contexto jornal.

Segundo Jorge de Sá (1985), a crônica deve:

aprofundar a notícia e deflagrar uma profunda visão das relações entre o fato e as pessoas, entre cada um de nós e o mundo em que vivemos e morremos, tornando a existência mais

gratificante. Portanto o jornal nos dá notícias da vida e da morte; a crônica nos faz compreender a coexistência desses dois elementos que se opõem, mas não se excluem. Sá, 1985,pág.56)

A crônica jornalística registra um certo lugar, em um certo tempo,tornando-os duradouros. A crônica assemelha-se a uma máquina fotográfica, desfocando o ponto visado: ela registra o momento, fazendo emergir os contornos do objeto, suas circunstâncias, seus detalhes, que o olhar comum e corrido não havia registrado. É um gênero "expressionista", também, quer dizer, é a expressão da impressão. Seu interesse pela atualidade, sua difusão coletiva, seu oportunismo na transmissão de ideias e emoções, colocam-na como um gênero jornalístico opinativo.

3.2.1 A crônica do cotidiano

A Crônica de Cotidiano trata de assuntos vivenciados e experienciados socialmente na vida cotidiana das pessoas, isto é, daquelas ações usuais que se definem por eventos diários, ou seja, frequentativos. Nesse sentido, entendemos o cotidiano como o habitual, o comum, o usual vivido e experienciado socialmente.

O cronista do cotidiano reconstrói fatos, por meio de ações frequentativas praticadas pelas pessoas; organiza os fatos em uma estrutura narrativo-argumentativa, para a qual se produz uma focalização bipolar: pólo 1, que seria o cotidiano da vida das pessoas, representado por avaliações culturais e ideológicas de acordo como o Marco de Cognições Sociais; e pólo 2, a opinião do cronista, valor individual atribuído como forma de julgamento dos valores sociais.

As crônicas do cotidiano podem ser definidas por uma Circunstância construída em relação às Cognições Sociais (Silveira, 2000). O termo cotidiano é definido pela categoria aspectiva Iterativa, ou seja, eventos e ações repetidos diariamente na Atualidade. Do aspecto Iterativo decorre a categoria semântica Usual ou Esperado para situar o momento histórico-social.

Segundo Scafuro (1999), a crônica de cotidiano é organizada textualmente, no que se refere à focalização, por uma polaridade estrutura textual A (focalização pelo Marco das Cognições Sociais – Pólo 1) X estrutura textual B (ancoragem dada pelo cronista – Pólo 2). Poder-se-ia dizer que há uma focalização no Marco das Cognições Sociais, dependendo das intenções do cronista que, a partir daí, elabora uma circunstância em relação a esse Marco. Tal Circunstância é o objeto de seu julgamento, da sua opinião.

Segundo Reis e Lopes (1988), o termo focalização foi proposto por G. Genett, baseado em Brooks e Warren, os quais denominaram foco de narração. E esse termo foi se consolidando no domínio da teoria da Análise do Discurso.

Assim sendo, focalização refere-se ao conceito de ponto de vista, podendo ser entendido como a representação da informação por meio de um determinado campo de consciência. É ela que condiciona a quantidade de informação veiculada (eventos, personagens, espaços, etc.), atinge a qualidade por representar uma certa posição afetiva, ideológica, moral e ética em relação a essa informação.

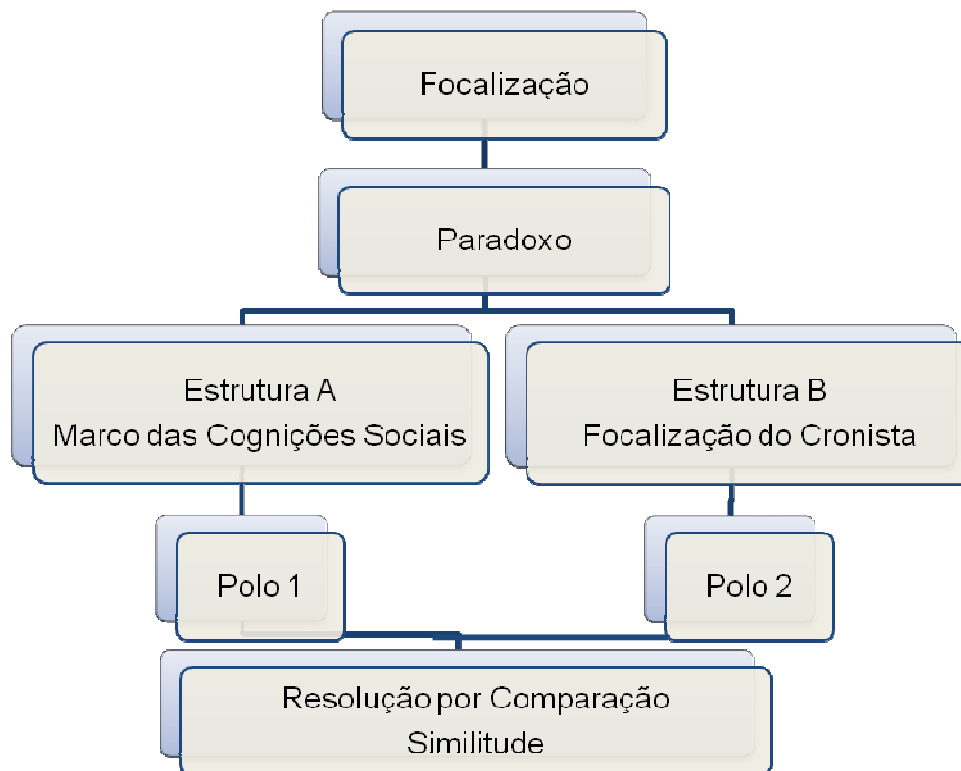
Scafuro (1999), caracteriza a crônica de cotidiano como texto opinativo construído pelas categorias semânticas Usual/Inusitado e as categorias temporais Frequência/Atualidade, contendo as estruturas textuais do Paradoxo, as estruturas textuais da Comparação e a superestrutura da argumentação do cronista.

O embricamento dessas estruturas textuais propiciam que a opinião do cronista tenha uma organização textual típica, como forma de avaliação. Esta ocorre por meio da comparação, do paradoxo criado pelo cronista, entre o Esperado e o Inesperado, que compreendem o saber factual no Marco das Cognições Sociais.

Segundo a autora, a crônica do cotidiano, no Brasil, mantém uma relação com as suas origens historiográficas (século XIV) do registro de acontecimentos da vida da corte e do povo português. Nesse sentido, a crônica do cotidiano tem por tematização fatos que ocorrem no dia a dia do povo brasileiro.

De acordo com Palma (1988), o termo Paradoxo é de origem Grega e é relativo a contrário ou opinião comum. Em latim, a forma Paradoxo mantém-se com o mesmo sentido do Grego – relativo a contrário ou à opinião comum. Trata-se, portanto, de inserir, pela estrutura A, uma ancoragem aceita por todos, e uma estrutura B, com uma proposição antagônica ao modo comum de se julgar algo, estrutura A.

Pode-se visualizar, segundo Scafuro (1999), a focalização da crônica do cotidiano pelo seguinte esquema textual.



Apesar do esquema situar focalizações polares, o cronista se utiliza dessa estratégia argumentativa para a construção de um eixo condutor/ comparativo entre o Marco das Cognições Sociais e a Focalização do cronista, ou seja, o cronista leva o leitor a uma aproximação entre eles, por meio da similitude criada entre saber social do leitor e do cronista, conduzindo o primeiro a um novo modo de focalizar aquele saber, criando um mundo possível, uma outra possibilidade para o fato, que era inesperado pelo leitor. Dessa forma, o cronista leva o leitor a aderir ao “novo”, a sua opinião, por meio de sua argumentação.

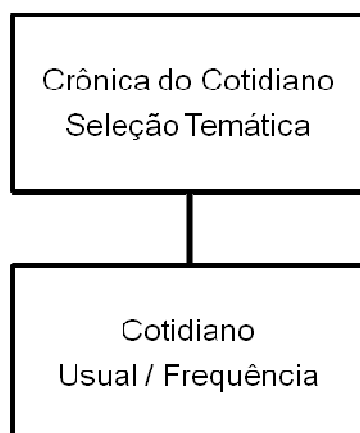
3.2.1.1 A seleção temática e as categorias: semântica e temporal.

A crônica do cotidiano é organizada hierarquicamente pela categoria semântica Usual e pela categoria aspectiva Iterativa.

O cronista organiza seu texto por meio de ações que se sucedem no eixo narrativo, as quais são fruto da seleção temática de uma representação do cotidiano que compõe o Marco das Cognições Sociais.

O cronista conhece o que ocorre, socialmente, no cotidiano e, por isso, é capaz de selecionar dele um fato. Dessa forma, essa seleção ocorre no que é Usual. Tal categoria agrupa outras três categorias semânticas: o Esperado, o Conhecido e o Iterativo.

Assim apresenta-se o esquema textual e sua exemplificação:



Texto 1 Crônica do Cotidiano: “Eu repórter” (ver anexo)

Nesta crônica, a seleção temática é feita a partir de um fato do cotidiano (Usual) e que tem frequência, participando do Marco das Cognições Sociais de um grupo social: os jornalistas estão divididos

em burocratas e repórteres, sendo esse segundo grupo quem busca a notícia fora do escritório e que tem a habilidade para perguntar, enquanto o primeiro grupo permanece dentro do escritório, exercendo funções burocráticas.

Texto 2 Crônica do Cotidiano: “Acabou o tempo do “Deus Ihe Pague”

Nesta crônica, a seleção temática é feita de um fato do cotidiano (Usual) e que tem frequência, participando do Marco das Cognições Sociais extragrupais: o fato de como o brasileiro enfrenta o drama da miséria.

Texto 3 Crônica do cotidiano: “ Amor platônico”

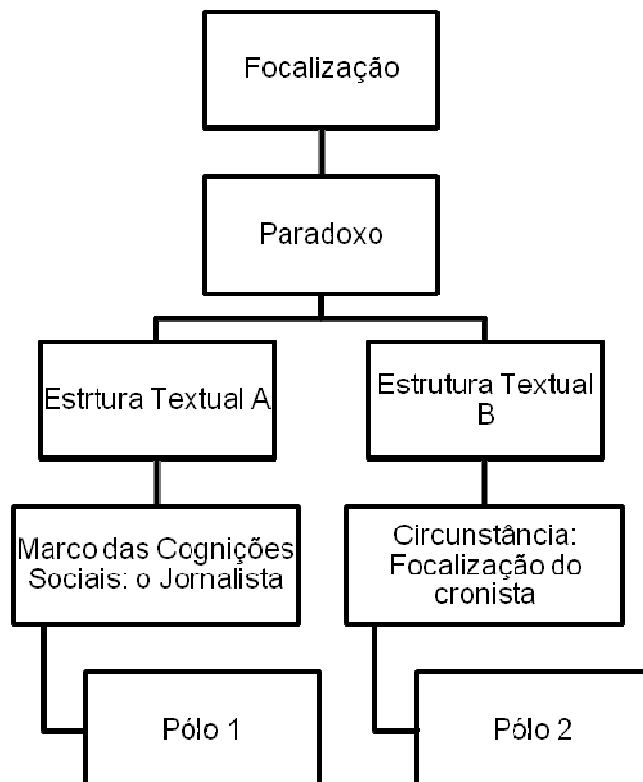
Nesta crônica, a seleção temática é feita de um fato do cotidiano (Usual) que tem frequência deste fato, participando do Marco das Cognições Sociais do brasileiro extragrupal; trata-se do fato da paixão de um jovem.

3.2.1.2 A focalização e sua estrutura textual: Polaridade

A crônica do cotidiano é construída por focalizações que criam uma circunstância no Marco da Cognição Social. Dessa forma, ocorre um Paradoxo textual.

O Paradoxo decorre da inserção de um novo pólo, criando, assim, uma bipolaridade pólos A e B, devido ao ponto de vista novo projetado pelo cronista.

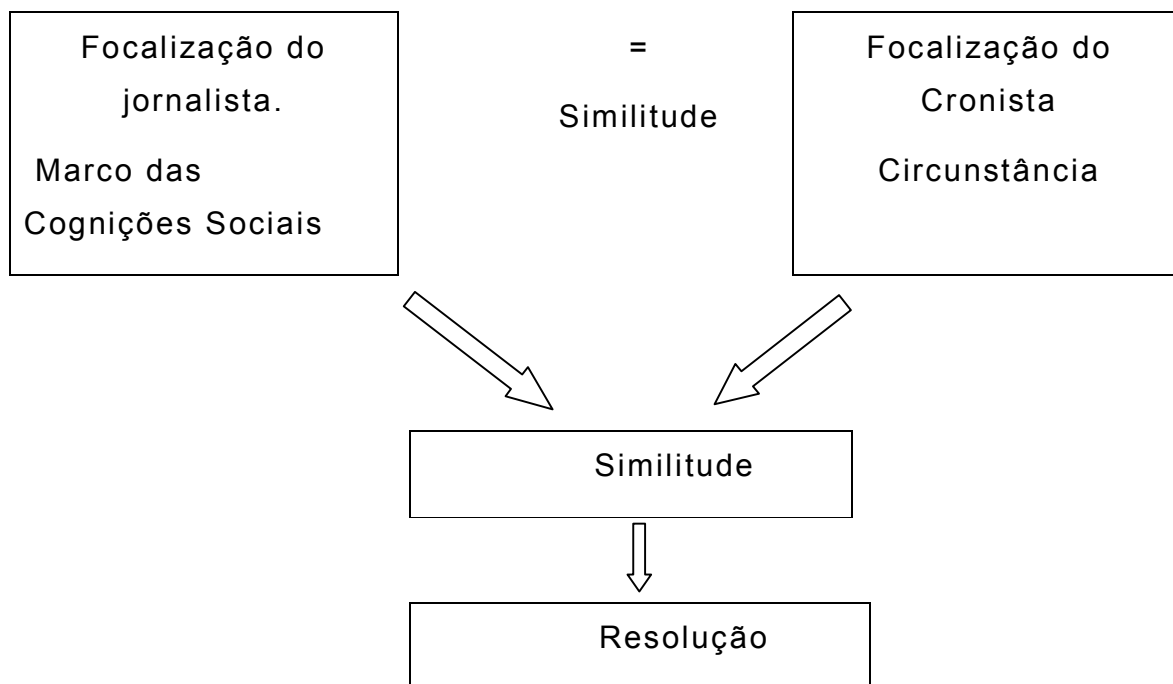
A estrutura textual da focalização pode ser visualizada dessa, forma:



Como demonstrado no quadro anterior, a crônica do cotidiano caracteriza-se pela criação de um Paradoxo. Mesmo sendo uma focalização polar, ambas se hierarquizam pela categoria Usual, por serem apresentadas pela relação Esperado/Inesperado que compõe o saber dos brasileiros a respeito de seu mundo.

A crônica parte do Marco de Cognições Sociais para chegar ao ponto de vista do cronista, construindo textualmente uma comparação por semelhança a partir das dissemelhanças, levando a novo ponto de vista – Resoluções.

Tal similitude e resolução, pode ser visualizada na seguinte estrutura textual:



A seguir, são apresentados, a título de exemplificação, resultados relativos à organização textual de três crônicas de cotidiano, selecionadas no jornal *O Estado S. Paulo*, Caderno 2. Os textos exemplificados são:

Texto 01

Crônica do cotidiano “**Eu repórter**”

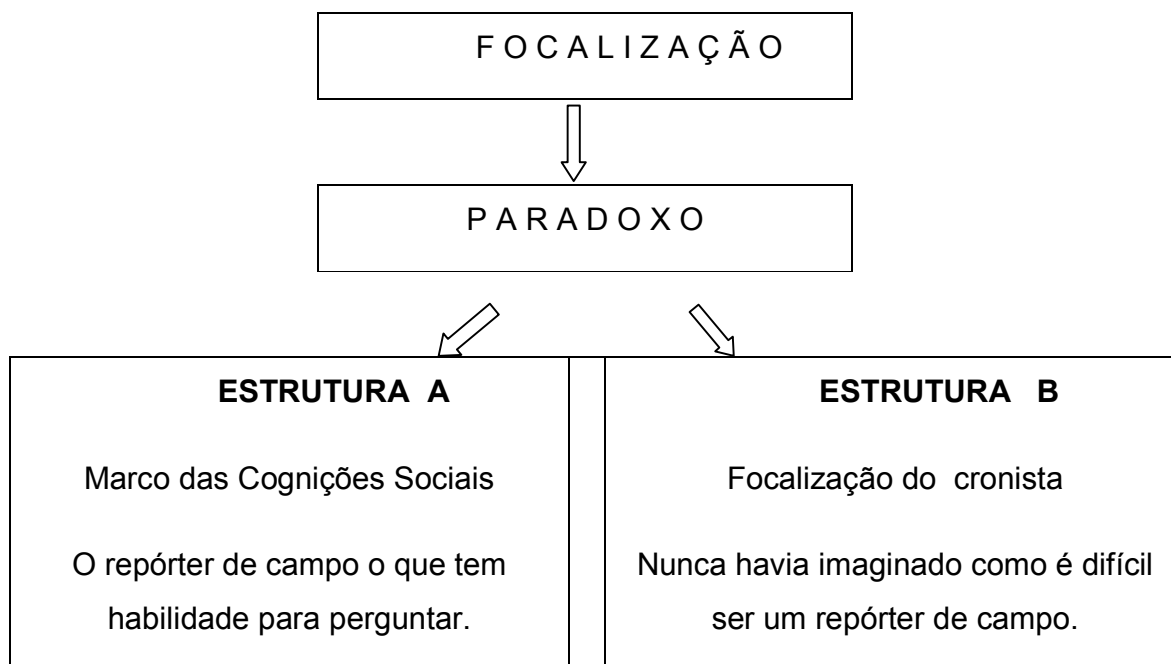
Nessa crônica, a seleção temática é feita de uma representação do cotidiano (Usual) e na frequência do fato, que fazem parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro: os jornalistas estão divididos em burocratas e repórteres, sendo este segundo grupo quem busca a notícia fora do escritório e que tem a habilidade para

perguntar, enquanto o primeiro grupo permanece dentro do escritório, exercendo funções burocráticas.

O Paradoxo constrói-se, textualmente, por uma sucessão de informações que garante ser jornalista toda uma categoria de pessoas além do repórter de campo, mas somente esse último é quem detém o traquejo necessário para situações de pressão e dificuldades, ocorridas na rua.

Na construção do Paradoxo, o cronista utiliza-se de argumentos de legitimidade e de reforço, como Justificativa. Esta compreende textualmente a apresentação e desenvolvimento do Paradoxo, visto que são apresentadas as focalizações do Marco das Cognições Sociais, no Pólo 1, como legitimador do acontecimento, isto é, o conhecimento é compartilhado por todos; logo após traz a focalização do cronista, Pólo 2, imbuído de sua crença, isto é, aquilo que ele acredita, suas ações, emoções diante do fato, criando uma similitude entre as cognições sociais e a circunstância.

Quanto à estrutura textual da comparação por semelhança, tem-se:



<i>Repórter burocrático é:</i> <i>Trabalhar em jornal há mais de 40 anos.</i> <i>Fazer de tudo na redação do jornal Zero Hora.</i> <i>Fazer artigos de opinião, guias de bares e restaurantes.</i> <i>Inventar personalidades que davam palpites.</i> <i>(eu trabalhava na redação do jornal há mais de quarenta anos)</i>	<i>Fui repórter por um dia.</i> <i>Por falar inglês, fui escolhido para entrevistar dr. Barnard.</i> <i>Tinha uma única pergunta, definitiva. O que perguntar?</i> <i>Algo mais científico.</i> <i>Desde então, só aumentou a minha admiração por repórteres de campo.</i>
--	---

S I M I L I T U D E

Ser repórter de campo não é quem faz perguntas, mas quem tem habilidade para fazê-las.

RESOLUÇÃO (avaliação)

A subserviência ao poder coloca-nos em situações em que nem sempre temos habilidades para isso.

Texto 02

Crônica do cotidiano: “ Acabou o tempo do “Deus lhe pague”

Nessa crônica, a seleção temática é feita de uma representação do cotidiano (Usual) que é frequente e que faz parte do Marco das Cognições Sociais extragrupoais, no Brasil: a miséria armada e a miséria indefesa. O Paradoxo constrói-se, textualmente: o Marco das Cognições Sociais – a miséria brasileira: miséria visível em todas as cidade brasileiras é prova do nosso fracasso; estrutura B - a miséria armada está nos fazendo esquecer da miséria indefesa: evitamos vê-la e culpamos alguém, pela nossa omissão.

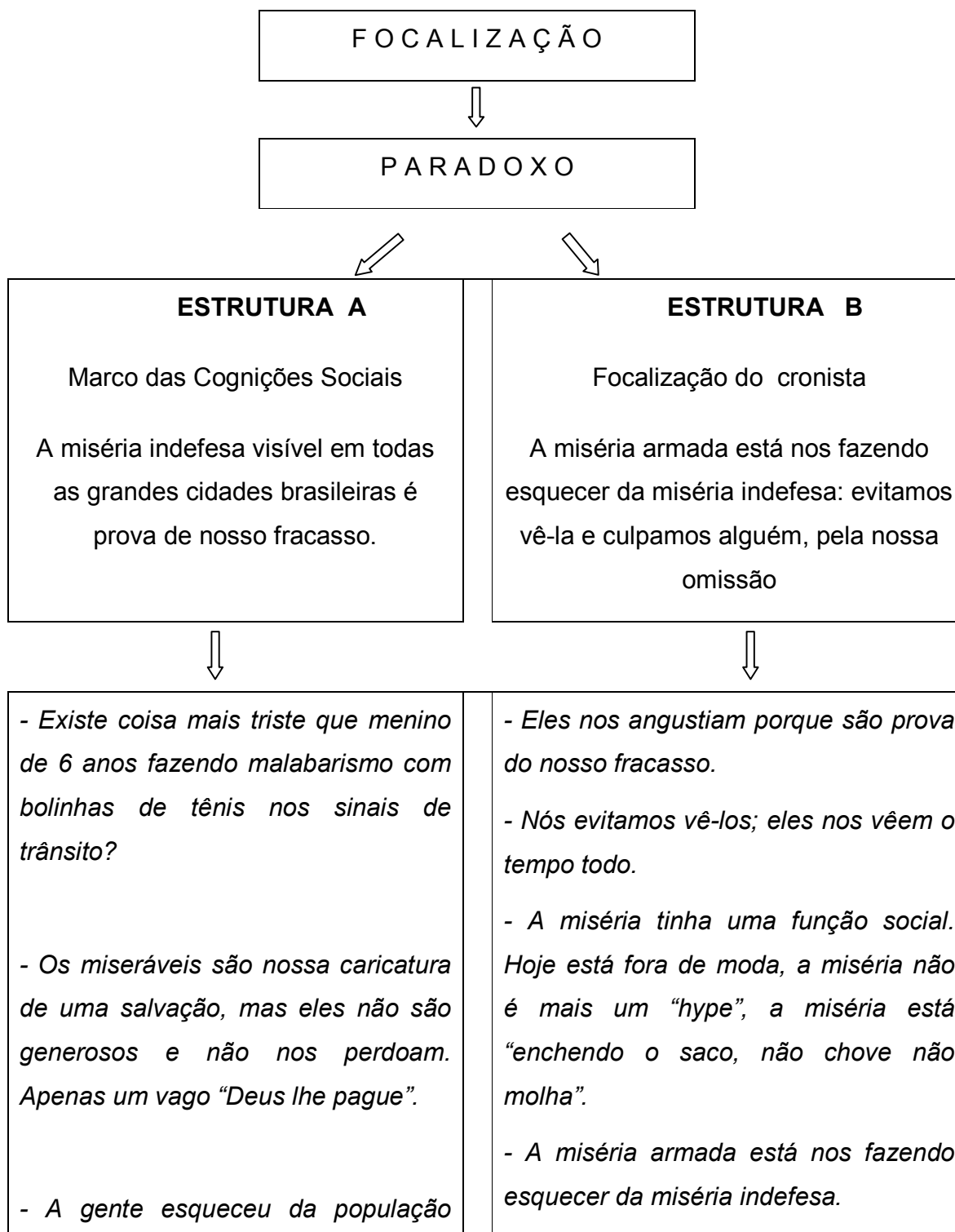
Na construção do Paradoxo, o cronista utiliza-se de argumentos de legitimidade e de reforço, como Justificativa.

A Justificativa compreende textualmente a apresentação e o desenvolvimento do Paradoxo, visto que são apresentadas as focalizações do Marco das Cognições Sociais, como legitimador do acontecimento, isto é, o conhecimento é compartilhado por todos

Nessa crônica, informa-se sobre as revoltas da Febem, os tiros dos bandidos, a periferia de São Paulo(mais afastada dos ricos, diferente do Rio de Janeiro, onde a periferia está situada nos morros, próximo aos bairros ricos) ou a do Nordeste, cuja paisagem já é de desolação.

Logo após, traz a focalização do cronista, imbuído de sua crença, isto é, aquilo que ele acredita, dizendo que na Cidade de São Paulo a miséria é periférica, enquanto no Rio de Janeiro ela detém uma tradição na arte. Desse modo, por mais que tentemos fechar os olhos para essa situação, mais ela irá avançar e nos atingirá de qualquer forma; não devemos, pois, ser omissos para os problemas que nós mesmos geramos.

Quanto à estrutura textual da comparação por semelhança, tem-se:



trabalhadora dos morros, com operários, domésticas, faxineiras.

- em São Paulo, a miséria não é uma paisagem natural, como no Nordeste... é mais periférica.

- no Rio. Príncipes como Cartola, Nelson Cavaquinho, o samba.

- na Avenida Santo Amaro, em São Paulo, às 7 da noite.

- Em volta, privilegiados encalhados no trânsito.

- A fumaça cresce.

- Todos nós falamos da desgraça nacional como se fosse culpa de seres impalpáveis: o Congresso, o governo, os americanos, os jornalistas...

- Houve uma época em que a miséria nos tocava mais, ela era útil para nossa piedade, mesmo como tema para arte de literatura.

- Com a onda de violência, perdemos a compaixão pelos pobres.

- A miséria não é igual em qualquer parte. A miséria em São Paulo não é estrelada, invasiva como a do Rio.

- Em São Paulo, a miséria é mais periférica e só entre para pequenos serviços – úteis “paraíbas” nas construções, no lixo.

- No Rio, nossa pobreza já teve uma tradição, uma arte.

- A favela paulista se atravanca em planícies. Não venta, não tem vista para o mar, não dança. É lama pura e dormitório para mão de obra não qualificada.

- A miséria carioca tinha uma certa “allure”, bafejo de elegância. Agora só tem servido para criar “consciência da morte” nos pequenos e grandes burgueses (oh! Céus).

- Tive um encontro com um empresário e um americano antropólogo. Cinema, grana, outros papos. O empresário e eu falamos do Brasil para o gringo: “Eles...eles...eles”. O Brasil estaria sendo destruído por “eles”.

- “O senhor aguenta esta fumaça na cara o dia inteiro?”, pergunto com os

- A miséria dá lucro político, falar na miséria denota preocupação humanitária, traz votos populistas.

- Antes, havia uma miséria “boa”, controlável. Tínhamos pena, desde que ela ficasse no seu lugar, ela aplacava nossa consciência. Nossos sonhos “revolucionários” dos pequenos burgueses, a miséria era nossa bandeira.

-na época, éramos a favor de um socialismo imaginário, panacéia para nossos problemas e ficávamos tranquilos sem fazer nada.

- Desde que caiu o socialismo, caiu a ilusão de que éramos úteis em pensamento.

- “A fome debilita, fragiliza e extingue tudo num genocídio branco, sem autores. A fome regula o mercado da pobreza”. A fome é o grande freio à falta de planejamento familiar destes nordestinos eróticos”.

olhos vermelhos...”

- “Respire fundo, vá, moço, respire fundo que passa, vá”, diz o Paraíba de meio metro que dirige o taxa.

- São Paulo é feito uma cebola. Não é apenas a Bélgica da Belíndia. É uma cebola de Bélgicas cada vez mais fechadas, mais finas.

- Hoje, para sofrer menos, temos de usar antolho para não ver o destino negro das cidades.

- Parei, travado. Aí, descobri o óbvio triunfal: para mim, “eles” seriam os outros, as forças ocultas que desculpam nossa omissão.

- Todos, menos nós.

- No Brasil, miséria é quase uma indústria. Quanto lucro uma igreja de charlatões tem com os dízimos?

- Desde que caiu o socialismo, caiu a ilusão de que éramos úteis de pensamento. Desde, então somos habitados, por um desalento pela ausência de formas de luta contra a injustiça. Esse desalento gerou um desconforto inicial, mas, aos poucos, deu lugar a um secreto cinismo quase doce.

- Hoje sofremos menos porque não

	<i>adianta mesmo...Assim, passamos a cuidar de nossos jardins, nosso narcisismo, nossa arte pessoal de viver.</i> <i>- O fim das ideologias é o um alívio para a culpa.</i> <i>- As regras básicas estão no ar, no lar, no bar, como os mandamentos da felicidade pós tudo</i> <i>- uma virtude negativa, fugitiva. Todos começam com “não”: não olhar tragédias, não ler nem assistir a jornal, não ouvir conversa de câncer ou chacina, providenciar grades, carros blindados, companhias de seguranças e as armas, se preciso.</i>
--	---




S I M I L I T U D E

Todos nós fechamos os olhos para os problemas sociais que assolam a nossa sociedade e acabam por nos atingir. Vemos que nossa miséria “pobre” é a ponta de uma miséria maior. Não existe um mundo limpo e outro sujo. Um infecta o outro. A burocracia é miséria, a corrupção é miséria. Somos uns miseráveis cercados de miseráveis por todos os lados.



RESOLUÇÃO (avaliação)

Vemos que nossa miséria “pobre” é a ponta de uma miséria maior. Somos uns miseráveis cercados de miseráveis por todos os lados.

Texto 3

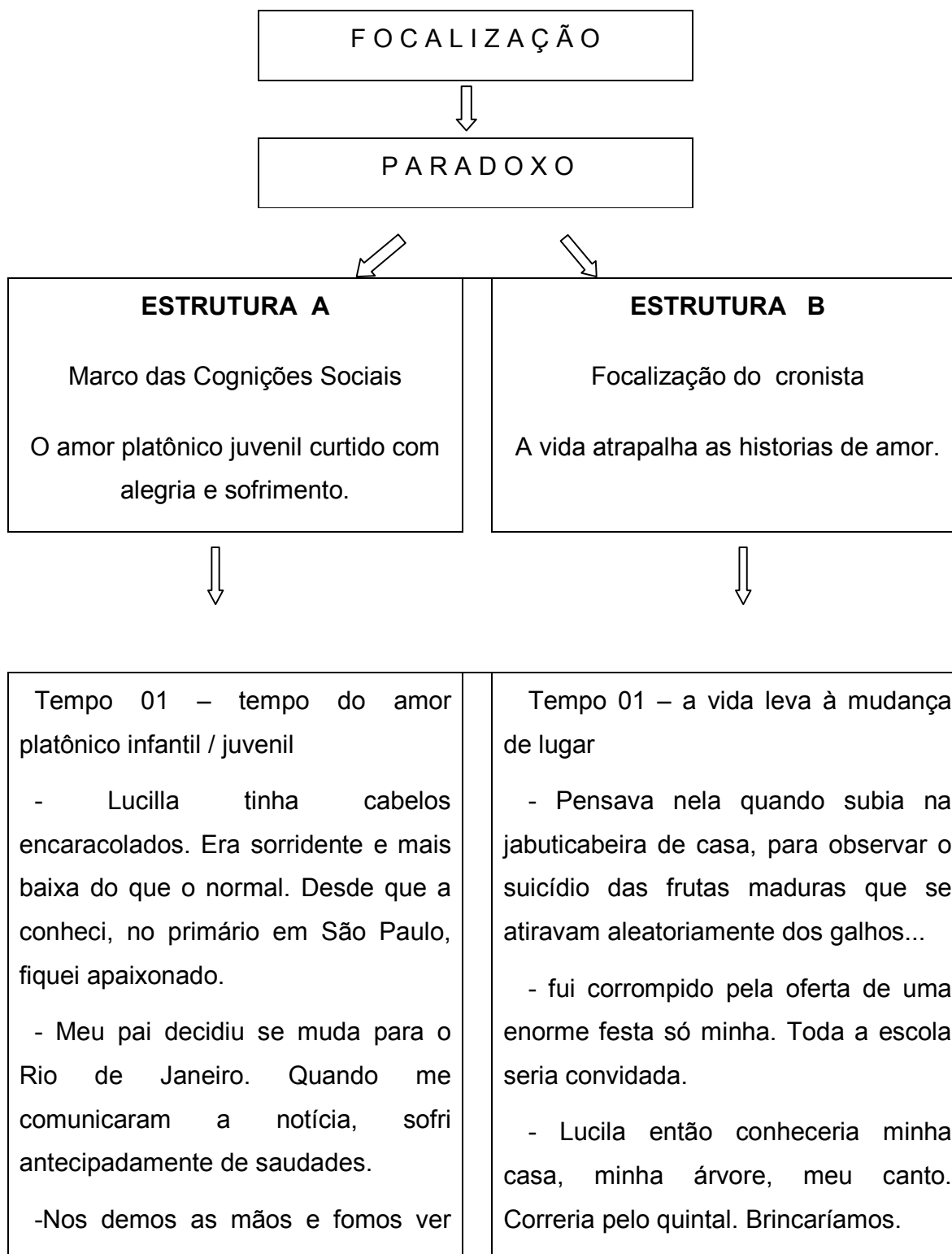
Crônica do cotidiano: “Amor platônico”

Nessa crônica, a seleção temática é feita de uma representação do cotidiano (Usual) e na frequência desse fato, que fazem parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro: o amor infantil e juvenil. O Paradoxo constrói-se, textualmente, por uma sucessão de informações sem que nos demonstrem como se dá o comportamento de uma criança e de um adolescente quando está apaixonado, dos seus sonhos e medos. Na construção do Paradoxo, o cronista se utiliza de argumentos de legitimidade e de reforço, como Justificativa.

A Justificativa compreende textualmente a apresentação e desenvolvimento do Paradoxo, visto que são apresentadas as focalizações do Marco das Cognições Sociais, como legitimador, do fato, isto é, o conhecimento é compartilhado por todos. Essa crônica informa sobre apaixonar-se quando criança e adolescente, que é um sentimento platônico e este é um resultado da afetividade profunda, acompanhada da timidez. E a focalização do cronista está em tentar demonstrar como os jovens vivem uma paixão fugaz, vivendo a experiência do apaixonar-se como uma intensidade ímpar e, que, na realidade, é um amor ocasional ou situacional.

Tal focalização cria como paradoxo ou dissimilitude a visão desse amor ocasional ou situacional, para chegar à Similitude de vivenciar um amor intenso, como o amor platônico da vida é igualmente o amor com três pessoas diferentes, levando-nos à Conclusão de que o amor, platônico, é fugaz, efêmero, como o olhar de uma criança para a vida.

Quanto à estrutura textual da comparação por semelhança, tem-se:



outro número do palhaço.

- Nas aulas, dividíamos as mesas com elas. Eu com a Roberta, ele com a Isabel...

- Passávamos os recreios com elas, para a inveja coletiva. Nas aulas de música, tocávamos triângulo, elas, coco. Ou vice-versa.

- Se não me engano, Roberta era mais alta de todas. Para um moleque, é um entrave que afugenta o amor. Especialmente aos 8 anos.

- até passar para o ginásio, mudar de prédio, recepcionar novas turmas e conhecer Carla, loirinha enigmática, linda como a vista do recreio, o Pão de açúcar.

-A ditadura apertou o cerco. Edu se exilou em Londres. Me mandava cartas perguntando de futebol e Carla.

- Meu pai foi preso e morto naquele ano.

- na festa de São João, comuniquei a mudança. Muitos vieram se despedir. Eu estava numa barraquinha comprando doces, quando Carla se aproximou, para se despedir. Ela disse meu nome,

- Se eu não tivesse que me mudar, eu sabia, seríamos o casal mais feliz da cidade, eu, com 6 anos, e ela, com 5. Como a vida atrapalha histórias de amor.

- Havia um obstáculo para o desenvolvimento de paixões. As duas eram maiores do que eu.

- A timidez era na mesma proporção que minha admiração. Nunca ouviu minha voz. Puro amor platônico.

- Carla despertava o amor platônico em todo Colégio Andrews.

-me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de um cachorro molhado. Muitos passaram a evitar. Afinal, eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do País.

- ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha idéia do que se passava nos porões. A censura e o milagre brasileiro chegavam.

- Minhas pernas tremeram como sempre. Fiquei sem ar.

- Mais um amor era deixado pra trás.

Marrcelo, com aquele sotaque carioca delicioso. Me beijou.

Tempo 2 – retorno a São Paulo
reencontro com ex-amores platônico
(Carla e Lucila)

Rimos das maluquices platônicas são
os cometas da memória.



S I M I L I T U D E

O amor platônico é comparado a um amor à distância, sem envolvimento e contato, que os inseguros alimentam especialmente na adolescência. Ao amadurecer, as pessoas riem das maluquices platônicas que fizeram como cometas em suas memórias.



RESOLUÇÃO (avaliação)

O amor platônico é objeto de riso mais tarde; rimos das maluquices platônicas que permanecem como cometas em nossas memórias.

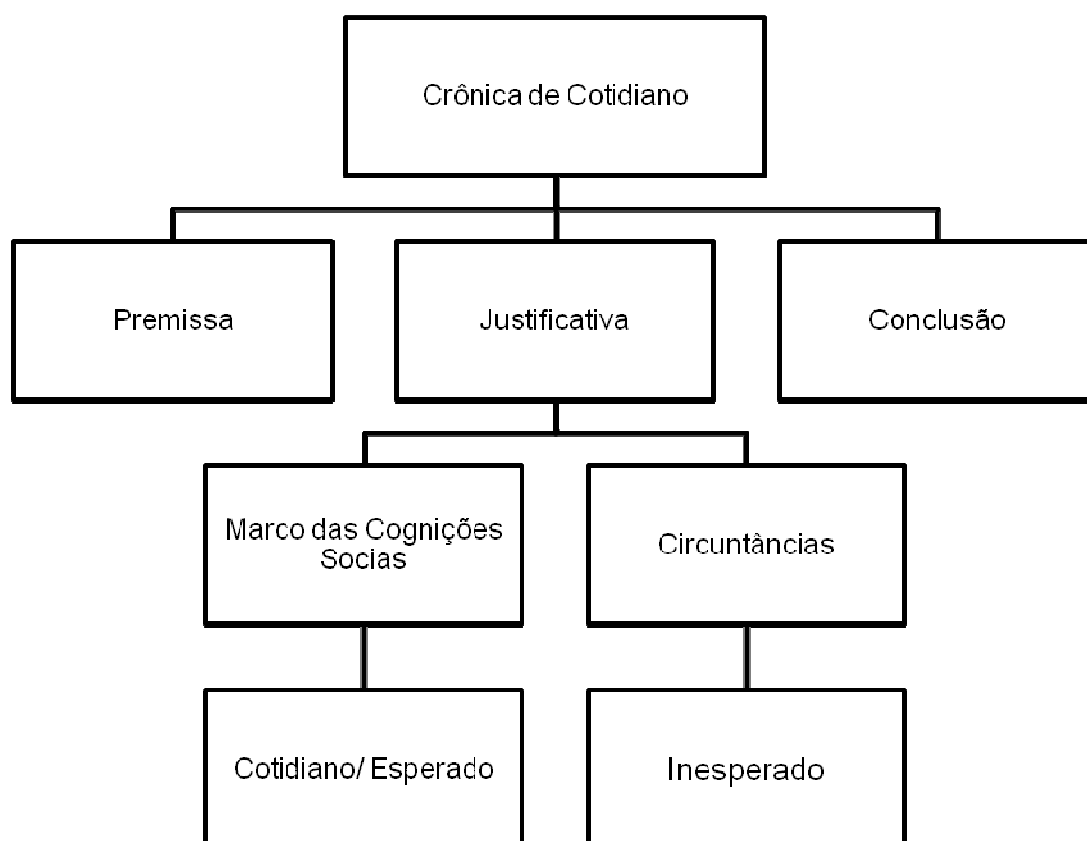
Não há amor platônico na idade adulta, embora ele fique na memória e a cada lembrança nos faz rir.

3.2.1.3 a organização textual da opinião do cronista por argumentos

A formulação argumentativa de opiniões pode se situar na forma de representação do que o texto traz em língua, bem como expresso na opinião, pelo uso de argumentos.

Na crônica de cotidiano, temos em sua organização textual da opinião um esquema cujas categorias mais altas são as da estrutura argumentativa (Premissa, Justificativa, Conclusão). Seus conteúdos são guiados, seletivamente, pelas categorias semânticas Esperado/Inesperado, que propiciam a seleção de fatos do cotidiano que justificam a opinião do cronista com argumentos de probabilidade e de possibilidade.

A crônica do cotidiano apresenta a seguinte superestrutura:



A seguir, são apresentados, a título de exemplificação, resultados relativos à organização textual de 03 crônicas do cotidiano, selecionadas no jornal *O Estado S. Paulo*:

1. “Eu, repórter” de Luís Fernando Veríssimo (09.04.2009)
2. “Amor platônico” de Marcelo Rubem Paiva (11.04.2009)
3. “Acabou o tempo do “Deus lhe pague” de Arnaldo Jabor (07.04.2009)

Texto 1

Crônica do Cotidiano: “Eu repórter”

Pode-se observar a organização textual desta crônica:

Premissa: se você não é repórter de campo.

Conclusão: encontrará dificuldades para fazer a reportagem de campo.

Justificativa:

a) Marco das Cognições Sociais:

1. Jornalistas estão divididos em burocratas e repórter.
2. Cada jornalista precisa ter conhecimento e experiência para realizar a tarefa.

b) Circunstância /Fato e Pontos de partida:

Circunstância: Um jornalista não ter experiência para executar sua tarefa.

b.1.fato: Um jornalista burocrata fazendo papel de jornalista de campo e ter de entrevistar Dr. Barnard.

b.2-Pontos de partida: Legitimidade é o depoimento das dificuldades enfrentadas por um jornalista burocrático e o Reforço é a dificuldade de saber o que dizer e o que perguntar ao entrevistado.

Zona de similitude (Argumentos de reforço e legitimidade):

1. Jornalista / repórter é aquele que traz a informação que o leitor quer saber.

2. Trabalho em jornal há 40 anos é o mesmo que dizer “sou jornalista/repórter”.

3. só quem está na linha de frente é soldado mesmo – o resto é burocracia fardada.

4. eu fazia de tudo na redação do jornal Zero Hora... horóscopos, artigos para página de opinião, guia de bares e restaurantes. Legítima a ideia de ser um jornalista/repórter com experiência.

5. quer dizer, nada menos sério e mais longe da reportagem do que minha enclausurada atividade jornalística na época, mas eu falava inglês, e fui escolhido para entrevistar dr. Barnard.

6. Entrei na fila. O Leca ficaria perto do doutor e ligaria a câmera quando eu chegasse lá.

7. fiquei pensando o que perguntar ao Barnard.

8. algo mais científico. Como está passando o paciente que recebeu o coração transplantado?

9. eu chegava cada vez mais perto do começo da fila. O Leca fazia sinal de positivo, estava a postos.

b.2 Paradoxo: fazer papel de jornalista de campo sem o ser.

Similitude: Ser repórter de campo não é quem faz perguntas, mas quem possui habilidade para fazê-las.

Resolução/ Avaliação: O controle exercido pelo poder coloca pessoas habilidosas e experientes em dificuldades.

Pode-se observar a organização textual desta crônica:

Texto 02

Crônica do cotidiano: “ Acabou o tempo do “Deus lhe pague”

Premissa: Se a miséria brasileira não se reduz à pobreza.

Conclusão: somos uns miseráveis cercados por miseráveis por todos os lados.

Justificativa

a) Marco das Cognições Sociais:

Não encaramos os nossos problemas sociais de frente, sempre imputamos a outrem a nossa culpa e, como meio de fuga, refugiamo-nos em desculpas e negativas dos fatos que nos cercam.

O abandono dos responsáveis gera diferentes tipos de pobreza.

- menininho de 6 anos fazendo malabarismo com bolas de tênis;
- esmoladores;
- a pobreza que obriga pessoas a morarem em favelas;
- O nordestino sobrecarregado de filhos;

b) Circunstâncias: Fatos e Pontos de partida

Circunstância: É o abandono dos responsáveis que gera a miséria, uma miséria mais ampla.

b.1.fatos: a miséria não se reduz à pobreza.

- a miséria ocorre também devido à poluição que atinge a todos; devido ao roubo; decorrente o assassinato; decorrente da corrupção; decorrente da burocracia; decorrente da ignorância.

b.2-Pontos de partida: A miséria não decorrente do abandono dos grupos políticos, religiosos e sociais.

Além da miséria, da pobreza, também ocorre a miséria pelo abandono da população.

Zonas de similitude (Argumentos de reforço e de legitimidade):

1. A gente esqueceu da população trabalhadora dos morros, com operários, domésticas, faxineiras.

2. Em São Paulo, a miséria não é uma paisagem natural, como no Nordeste... é mais periférica.

3. Na Avenida Santo Amaro, em São Paulo, às 7 da noite.

4. Em volta, privilegiados encaçados no trânsito. A fumaça cresce.

5. Tive um encontro com um empresário e um americano antropólogo. Cinema, grana, outros papos. O empresário e eu falamos do Brasil para o gringo: “Eles...eles...eles”. O Brasil estaria sendo destruído por “eles”.

6. Todos nós falamos da desgraça nacional como se fosse culpa de seres impalpáveis: o Congresso, o governo, os americanos, os jornalistas...

7. Houve uma época em que a miséria nos tocava mais, ela era útil para nossa piedade, mesmo como tema para arte de literatura.

8. A miséria dá lucro político, falar na miséria denota preocupação humanitária, traz votos populistas.

9. Antes, havia uma miséria “boa”, controlável. Tínhamos pena, desde que ela ficasse no seu lugar, ela aplacava nossa consciência. Nossos sonhos “revolucionários” dos pequenos burgueses, a miséria era nossa bandeira.

10. Na época, éramos a favor de um socialismo imaginário, panacéia para nossos problemas e ficávamos tranquilos sem fazer nada.

11. Desde que caiu o socialismo, caiu a ilusão de que éramos úteis em pensamento.

12. “A fome debilita, fragiliza e extingue tudo num genocídio branco, sem autores. A fome regula o mercado da pobreza”. A fome é o grande freio à falta de planejamento familiar destes nordestinos eróticos”.

13. Os miseráveis são nossa caricatura de uma salvação, mas eles não são generosos e não nos perdoam. Apenas um vago “Deus lhe pague”.

14. Em São Paulo, a miséria é mais periférica e só entre para pequenos serviços – úteis “paraíbas” nas construções, no lixo. A favela paulista se atravanca em planícies. Não venta, não tem vista para o mar, não dança. É lama pura e dormitório para mão de obra não qualificada.

15. No Brasil, miséria é quase uma indústria. Quanto lucro uma igreja de charlatões tem com os dízimos?

Similitude: a pobreza é decorrente do abandono de grupos sociais por parte dos responsáveis. “Todos nós fechamos os olhos para os problemas sociais que assolam a nossa sociedade e acabam por nos atingir. Vemos que nossa miséria “pobre” é a ponta de uma miséria maior. A burocracia é miséria, a corrupção é miséria. Não existe um mundo limpo e outro sujo. Um infecta o outro. Tentamos viver da negativa na existência de problemas sociais próximos a nós, sempre empurrando-os para uma periferia longínqua.”

Paradoxo: Irresponsabilidade dos responsáveis. Havia um tempo em que as misérias tocavam mais, ela era útil para gerar uma indústria de políticos, de igrejas; ela era controlável e servia para aplacar nossa consciência e atualmente vivemos um desalento, uma falta de perspectiva geral, em que

acreditamos no nada irá mudar, as ideologias e os sonhos em mudar o mundo se acabaram.

Resolução/ Avaliação: Vemos que nossa miséria “pobre” é a ponta de uma miséria maior. Somos uns miseráveis cercados de miseráveis por todos os lados.

Texto 03

Crônica do cotidiano: “ Amor platônico”

Pode-se observar a organização textual desta crônica:

Premissa: o amor platônico juvenil é curtido com alegria e sofrimento.

Conclusão: O amor platônico é objeto de riso mais tarde; rimos das maluquices platônicas que permanecem como cometas em nossas memórias.

Justificativa:

a) Marco das Cognições Sociais:

1. Lucilla tinha cabelos encaracolados. Era sorridente e mais baixa do que o normal. Desde que a conheci, no primário em São Paulo, fiquei apaixonado.

2. Meu pai decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. Quando me comunicaram a notícia, sofri antecipadamente de saudades.

3. Nos demos as mãos e fomos ver outro número do palhaço.

4. Nas aulas, dividíamos as mesas com elas. Eu com a Roberta, ele com a Isabel...

5. Passávamos os recreios com elas, para a inveja coletiva. Nas aulas de música, tocávamos triângulo, elas, coco. Ou vice-versa.

6. Se não me engano, Roberta era mais alta de todas. Para um moleque, é um entrave que afugenta o amor. Especialmente aos 8 anos.

c) Circunstância /Fato e Pontos de partida:

Circunstância: o amor infantil e juvenil vivenciados.

b.1.fato: O amor platônico chega com uma grande intensidade, produzindo uma entrega, uma necessidade de estar próximo do ser amado.

b.2-Pontos de partida: O amor na infância e juventude como é intenso, como produz entrega do ser.

Zona de similitudes (argumentos de reforço e legitimidade):

1. Lucilla tinha cabelos encaracolados. Era sorridente e mais baixa do que o normal. Desde que a conheci, no primário em São Paulo, fiquei apaixonado.

2. Meu pai decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. Quando me comunicaram a notícia, sofri antecipadamente de saudades.

3. Nos demos as mãos e fomos ver outro número do palhaço.

4. Nas aulas, dividíamos as mesas com elas. Eu com a Roberta, ele com a Isabel...

5. Passávamos os recreios com elas, para a inveja coletiva. Nas aulas de música, tocávamos triângulo, elas, coco. Ou vice-versa.

6. Se não me engano, Roberta era mais alta de todas. Para um moleque, é um entrave que afugenta o amor. Especialmente aos 8 anos.

7. até passar para o ginásio, mudar de prédio, recepcionar novas turmas e conhecer Carla, loirinha enigmática, linda como a vista do recreio, o Pão de açúcar.

8. A ditadura apertou o cerco. Edu se exilou em Londres. Me mandava cartas perguntando de futebol e Carla.

Meu pai foi preso e morto naquele ano.

9. na festa de São João, comuniquei a mudança. Muitos vieram se despedir. Eu estava numa barraquinha comprando doces, quando Carla se aproximou, para se despedir. Ela disse meu nome, Marrrcelo, com aquele sotaque carioca delicioso. Me beijou.

10. Pensava nela quando subia na jabuticabeira de casa, para observar o suicídio das frutas maduras que se atiravam aleatoriamente dos galhos...

11. fui corrompido pela oferta de uma enorme festa só minha. Toda a escola seria convidada.

12. Lucila então conheceria minha casa, minha árvore, meu canto. Correria pelo quintal. Brincaríamos.

13. Se eu não tivesse que me mudar, eu sabia, seríamos o casal mais feliz da cidade, eu, com 6 anos, e ela, com 5. Como a vida atrapalha histórias de amor.

14. Havia um obstáculo para o desenvolvimento de paixões. As duas eram maiores do que eu.

15. A timidez era na mesma proporção que minha admiração. Nunca ouviu minha voz. Puro amor platônico.

16. Carla despertava o amor platônico em todo Colégio Andrews.

17. me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de um cachorro molhado. Muitos passaram a em evitar. Afinal, eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do País.

18. ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha idéia do que se passava nos porões. A censura e o milagre brasileiro chegavam.

19. Minhas pernas tremeram como sempre. Fiquei sem ar.

b.2 Paradoxo: O amor platônico juvenil causa emoções (risos).

Similitude: O amor platônico juvenil, curtido com alegria e sofrimento, causa emoções,. A vida atrapalha as histórias de amor.

Resolução/Avaliação: O amor infanto-juvenil permanece na lembrança, torna-se objeto de riso mais tarde; rimos das maluquices platônicas que permanecem como cometas em nossa memórias.

Em síntese, a crônica do cotidiano é hierarquicamente organizada pela estrutura argumentativa: Premissa, Justificativa e Conclusão.

A categoria Justificativa agrupa as categorias Marco das Cognições Sociais e Circunstância. A categoria Circunstância reúne os pontos de partida que legitimam e reforçam por argumentos a opinião do cronista, além do fato selecionado e construído por ele como objeto da sua opinião.

No Marco das Cognições Sociais encontram-se as representações mentais como forma de conhecimento.

A sociedade é formada por um conjunto de grupos sociais, sendo que cada qual se define pela reunião de pessoas que têm os mesmos objetivos, interesses e propósitos. Estes guiam a projeção de um ponto de vista para captar o mundo e representá-lo mentalmente. Como cada grupo social tem um ponto de vista específico, há um conflito intergrupal. Todavia, como há discursos públicos institucionalizados, existem, também, representações mentais que são extragrupais. O cronista do cotidiano seleciona no Marco das Cognições Sociais uma determinada representação mental de um fato que passa a ser reconstruído por ele e se torna objeto de sua opinião.

Segundo Vignaux (1976), os conhecimentos sociais não são objetos de argumentação, pois esses são compartilhados socialmente. Para haver argumentação é necessário um fato novo, que não é do conhecimento social. Esse fato novo van Dijk (1978) designa circunstância.

O cronista do cotidiano, embora trate do Usual, com aspecto Iterativo vivenciado e experienciado, representado pelo discurso para os interlocutores,

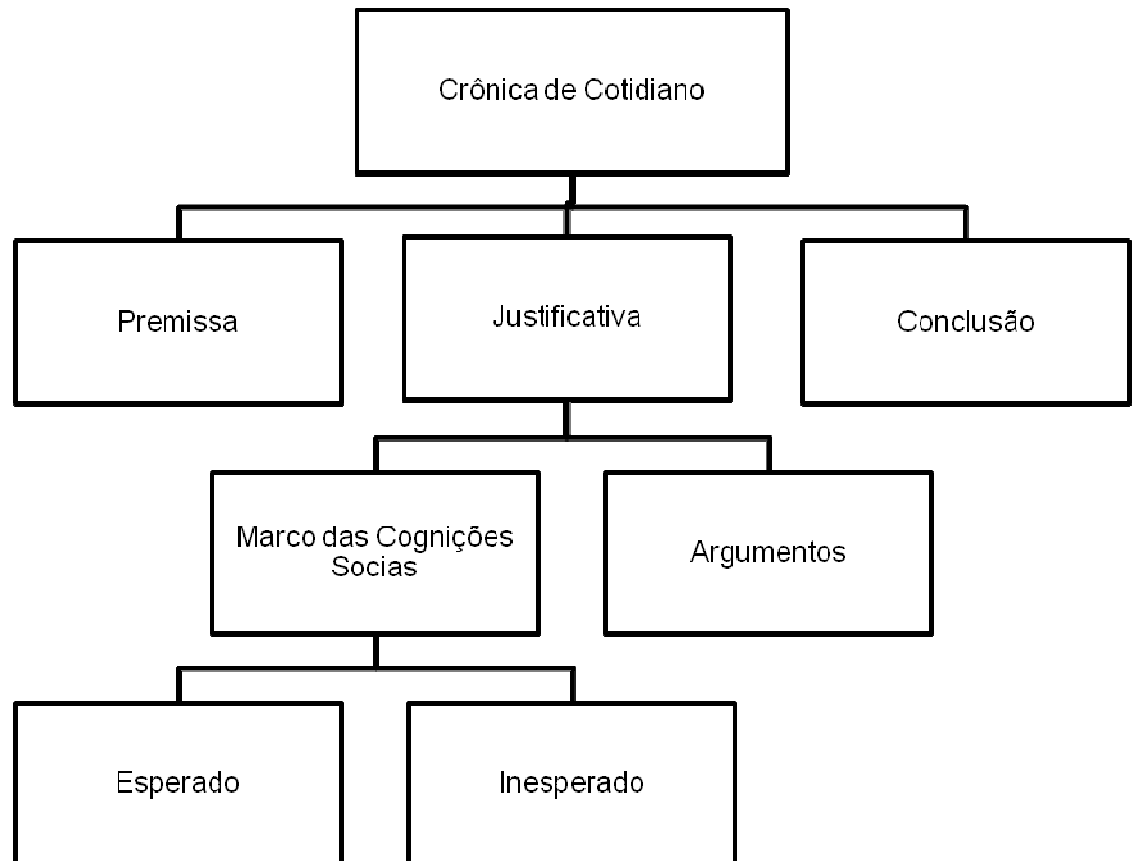
precisa construir uma circunstância. Dessa forma, o fato construído por ele difere das Cognições Sociais, embora tenha com elas uma zona de similitude textual.

É a partir desse fato que o cronista constrói uma premissa para a qual apresenta uma opinião como forma de julgamento avaliativo. A fim de justificar a sua conclusão, legitima-a recorrendo ao Marco das Cognições Sociais, a fim de selecionar dele os seus argumentos que ao se repetirem reforçam a veracidade de sua opinião.

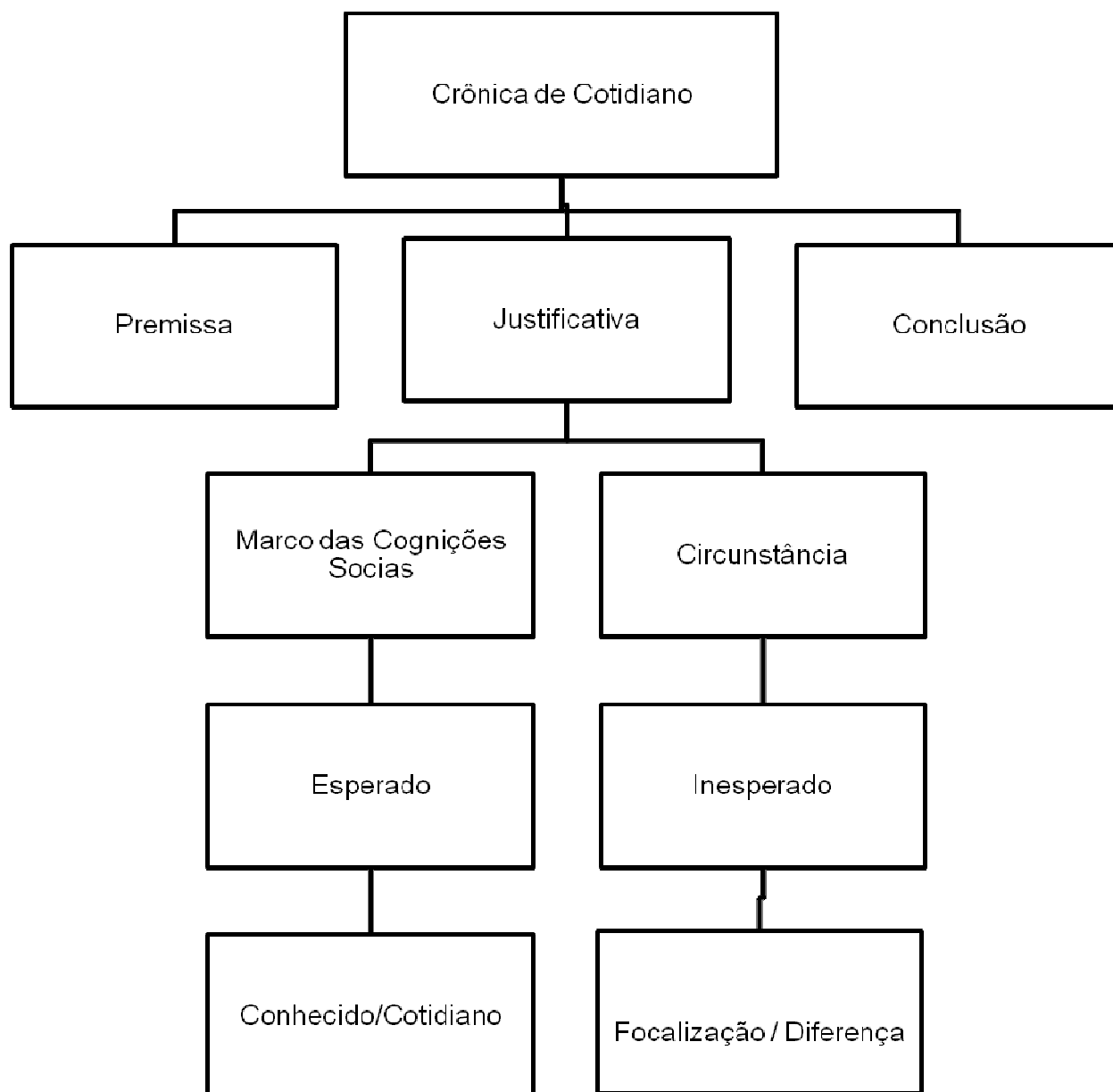
Embora as crônicas do cotidiano tenham por ponto de partida os resultados obtidos por Scafuro (1999), os resultados obtidos dessa investigação apresentam diferenças no que se refere a Argumentos de Comparação e à categoria Resolução.

Os resultados obtidos indicam que a comparação é uma figura intertextual que estabelece zonas de similitude entre as Cognições Sociais e o fato estabelecido pelo cronista e os argumentos de comparação propostos por Scafuro são vistos como argumentos de legitimidade e de reforço que justificam a opinião do cronista. Nesse sentido, acredita-se que não há resolução, mas, sim, opinião como forma de julgamento avaliativo.

A proposta de Scafuro para a visualização do esquema textual da crônica do cotidiano é:



Os resultados obtidos das análises realizadas propiciam propor o seguinte esquema textual para as crônicas do cotidiano.



3.3 A crônica de notícia

A Crônica de notícia trata de assuntos publicados no jornal, especificamente Nesse contexto, o cronista seleciona uma notícia publicada anteriormente como ponto de partida para as suas reflexões e avaliações.

O cronista de notícia parte dos fatos noticiados, para criar uma Circunstância, a qual será ponto de partida para avaliar. O produtor do texto organiza os fatos em uma estrutura narrativo-argumentativa, para a qual se produz uma focalização e justifica -se a sua opinião. Recorre o cronista tanto ao Marco de Cognições Sociais quanto à notícia para construir argumentos de reforço e de legitimidade.

As crônicas de notícias podem ser definidas por uma Circunstância construída em relação às Cognições Sociais. A notícia é definida pelas categorias: semântica Inusitado/Usual; temporal Atualidade/Frequência.

Segundo Scafuro (1999), a crônica de notícia é organizada textualmente, no que se refere à focalização, por uma polaridade estrutura textual A (focalização do jornalista – Pólo 1) X estrutura textual B (focalização do cronista – Pólo 2). Poder-se – ia dizer que há uma focalização em pólos contraditórios, levando ao paradoxo, resultando em uma reflexão do cronista.

Segundo Reis e Lopes (1988), o termo focalização foi proposto por G. Genett, baseado em Brooks e Warren, os quais denominaram foco de narração. E esse termo foi se consolidando no domínio da teoria da Análise do Discurso. Assim sendo, focalização refere-se ao conceito de ponto de vista, podendo ser entendido como a representação da informação por meio de um determinado campo de consciência.

A focalização condiciona a quantidade de informação veiculada (eventos, personagens, espaços etc.) e atinge a qualidade por representar uma certa posição afetiva, ideológica, moral e ética em relação a essa informação.

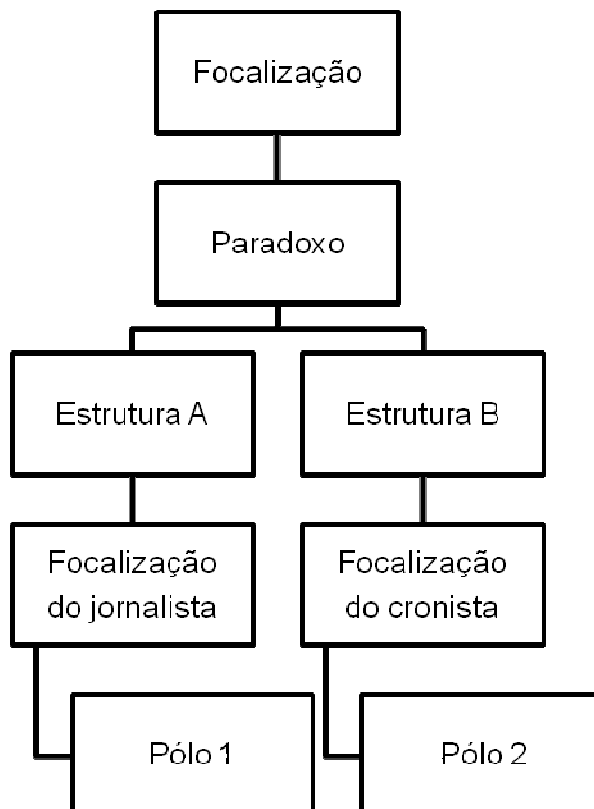
Scafuro (1999), caracteriza a crônica de notícia como texto opinativo construído pelas categorias semânticas Inusitado/Usual e as categorias temporais Frequência/Atualidade, contendo as estruturas textuais do Paradoxo, assim como as estruturas textuais da Comparação e a superestrutura da argumentação do cronista.

O embricamento dessas estruturas textuais propiciam que a opinião do cronista tenha uma organização textual típica, como forma de avaliação. Esta ocorre por meio da comparação, do paradoxo criado pelo cronista, entre o Esperado e o Conhecido, que compreendem o saber factual no Marco das Cognições Sociais.

Segundo a autora, a crônica de notícia, no Brasil, mantém uma relação com as suas origens historiográficas (século XIV) do registro de acontecimentos da vida da corte e do povo português. Nesse sentido, a crônica de notícia tem por tematização fatos que ocorrem no dia a dia do povo brasileiro.

Segundo Palma (1988), o termo Paradoxo é de origem Grega e é relativo a contrário ou opinião comum. Em latim, a forma Paradoxo mantém-se com o mesmo sentido do Grego – relativo a contrário ou à opinião comum. Trata-se, portanto, de inserir, pela estrutura A, uma ancoragem aceita por todos, e uma estrutura B, com uma proposição antagônica ao modo comum de se julgar algo, estrutura A.

Pode-se visualizar, segundo Scafuro (1999), a focalização da crônica de notícia pelo seguinte esquema textual:



Apesar de o esquema situar focalizações polares, o cronista utiliza-se dessa estratégia argumentativa para a construção de um eixo condutor/ comparativo entre a Focalização do jornalista X Focalização do cronista, ou seja, o cronista leva o leitor a um distanciamento entre eles, por meio da dissimilitude criada entre saber social do leitor e do cronista, conduzindo o leitor a um novo modo de focalizar aquele saber, criando um mundo possível, uma outra possibilidade para o fato, que era inesperado pelo leitor. Dessa forma, o cronista leva o leitor a aderir ao “novo”, a sua opinião, por meio de sua argumentação.

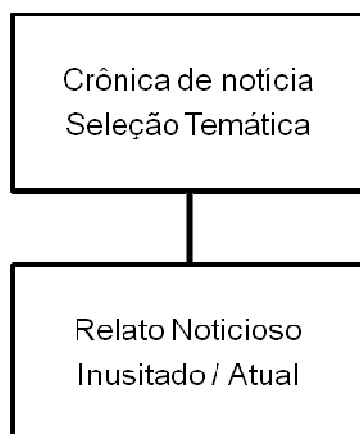
3.3.1 A seleção temática e as categorias: semântica e temporal.

A crônica de notícia é organizada hierarquicamente pela categoria semântica Inusitado/Usual e pela categoria temporal Passado conclusivo/ atual em curso.

O cronista organiza seu texto por meio de ações que se sucedem no eixo narrativo. Essas ações elencadas são fruto da seleção temática de uma representação do Inusitado/Atual que compõe o Marco das Cognições Sociais.

O produtor da crônica conhece o que ocorre, socialmente, no dia a dia no mundo e que foi transformado em notícia. Dessa forma, seleciona, entre as notícias, uma para construir a sua crônica. Essa categoria agrupa outras três categorias: o Inesperado, o Desconhecido e o Atual.

Assim, apresenta-se o esquema textual e sua exemplificação:



Texto 4

Crônica de notícia: “A maleta e a viagem”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/Esperado), o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual trata do pedido do ministro da Defesa, Nelson Jobim, para adiar o seu depoimento, em sessão marcada para quarta-feira (dia 10/09/2008) em virtude de ter recebido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o convite para acompanhá-lo em viagem ao Amazonas, no mesmo dia em que falaria aos deputados.

Quanto ao Esperado/Conhecido/Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do leitor, nesse texto, relaciona-se ao fato de o presidente da república fazer um convite ao seu ministro, logo após este ter sido convocado a dar explicações junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

O Esperado/Conhecido/Atual é a convocação para esclarecer na CPI suas declarações quanto às ações da Abin, Exército e PF subordinados a ele e o convite do presidente Lula para uma viagem sem agenda prévia ou algum assunto que justificasse a mudança da agenda do ministro Jobim.

O cronista de notícia inicia seu texto com um relato que direciona a tematização da notícia.

Criador da confusão que desviou para uma tal maleta da Abin as atenções suscitadas pelo problema das escutas, o ministro Nelson Jobim age com a mesma impropriedade ao se valer, agora, de uma viagem de Lula para desviar-se do seu depoimento, quarta-feira, como convocado da CPI das Escutas Telefônicas.

Texto 5

Crônica de notícia: “A PF insiste no autoeculacho”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual trata da operação Castelo de Areia, efetuada pela Polícia Federal, com a finalidade de combater a lavagem de dinheiro e crimes financeiros pela construtora Camargo Corrêa.

Ocorre que, transcorrida a operação em 25/03/2009, ou seja, passadas mais de duas semanas, a polícia Federal divulga arquivos apreendidos, em especial um ofício de número 139/2009, do senador Valdir Raupp, solicitando um emprego para uma engenheira.

Esperado/Conhecido e Atual, que fazem parte do Marco das Cognições Sociais do leitor: a divulgação de informações que deveriam ser sigilosas, já que ocorre uma investigação criminal, por parte do órgão responsável, não somente pela investigação, mas por ter como princípio a busca da verdade de forma isenta.

A Polícia Federal divulgou o ofício, documento oficial, numerado e assinado, pelo senador Valdir Raupp, na tentativa de transformar o documento oficial em motivo de escândalo, assim como há outras demonstrações de ações com o objetivo midiático.

O cronista de notícia inicia o seu texto direcionando-nos à tematização escolhida por ele com a notícia apresentada.

Deve-se ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, o empenho pelo restabelecimento da ordem pública na esfera da Polícia Federal. Infelizmente, ainda falta muito para que se veja luz no fim do túnel. O ministro participava de uma cerimônia comemorativa de intenções enquanto circulava por Brasília a última peraltice dos agentes que conduziram a Operação Castelo de Areia. Os federais revelaram ter apreendido nos arquivos da Camargo Corrêa um documento no qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pede um emprego para uma engenheira. Trata-se do ofício 139/2009, assinado por Raupp.

Texto 6

Crônica de notícia: “O crime sem resposta”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual) a qual traz o fato de uma equipe jornalística do jornal “O Dia”, na cidade do Rio de Janeiro, ter sido atacada por milicianos.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro, nesse texto é o fato de a criminalidade ter feito “o papel do Estado” em regiões de baixa renda, isto é, a cada dia os criminosos ditam leis e regras para essas regiões, enquanto o Estado, como sempre, omite-se e admite esse poder paralelo, até o momento em que a criminalidade impõe-se por meio da violência, de forma contumaz, a diversas instâncias sociais, causando críticas e manifestações da sociedade. Nesse momento, o Estado tenta demonstrar sua presença por intermédio da polícia, ocorrendo uma demonstração de força e mais violência.

O cronista de notícia inicia a crônica fazendo um direcionamento e faz um breve relato sobre a notícia selecionada.

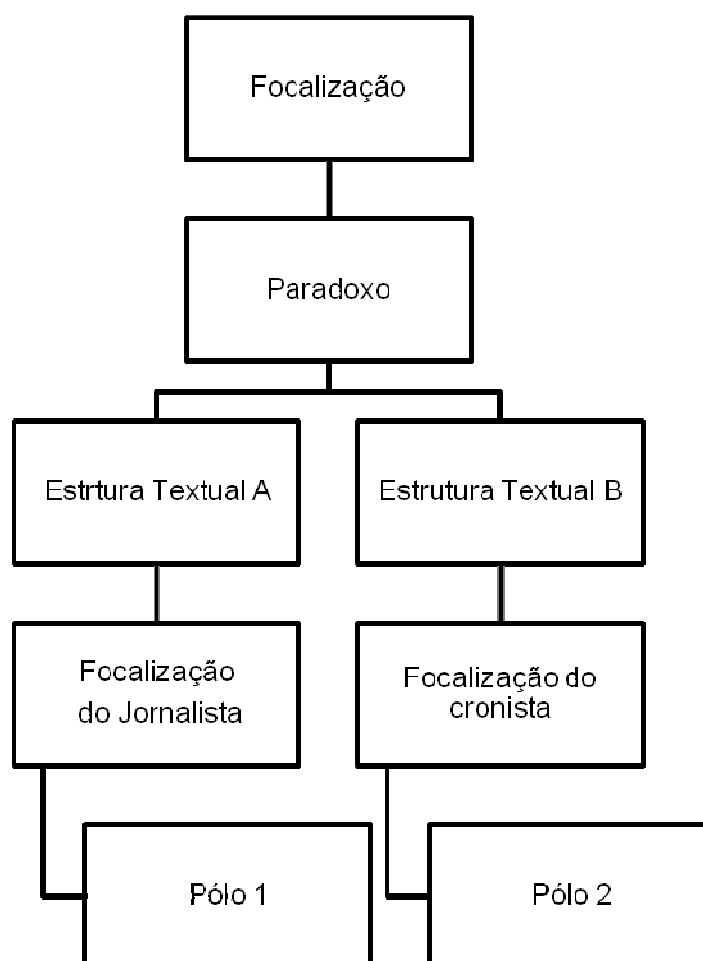
As reações verbais à violência sofrida por uma equipe do jornal “O Dia”, em favela no Rio, correspondem a um sentimento justo, mas sua cobrança de providências contra a criminalidade abrigada nas favelas impõe uma indagação tão simples quanto evitada: quais providências?

3.3.2 A focalização e sua estrutura textual: Paradoxo

A crônica de notícia é construída por focalizações que criam uma circunstância no Marco da Cognição Social. Dessa forma, ocorre um Paradoxo textual.

O Paradoxo decorre da inserção de um novo pólo, criando, assim, uma bipolaridade entre pólos A e B, devido ao ponto de vista novo projetado pelo cronista.

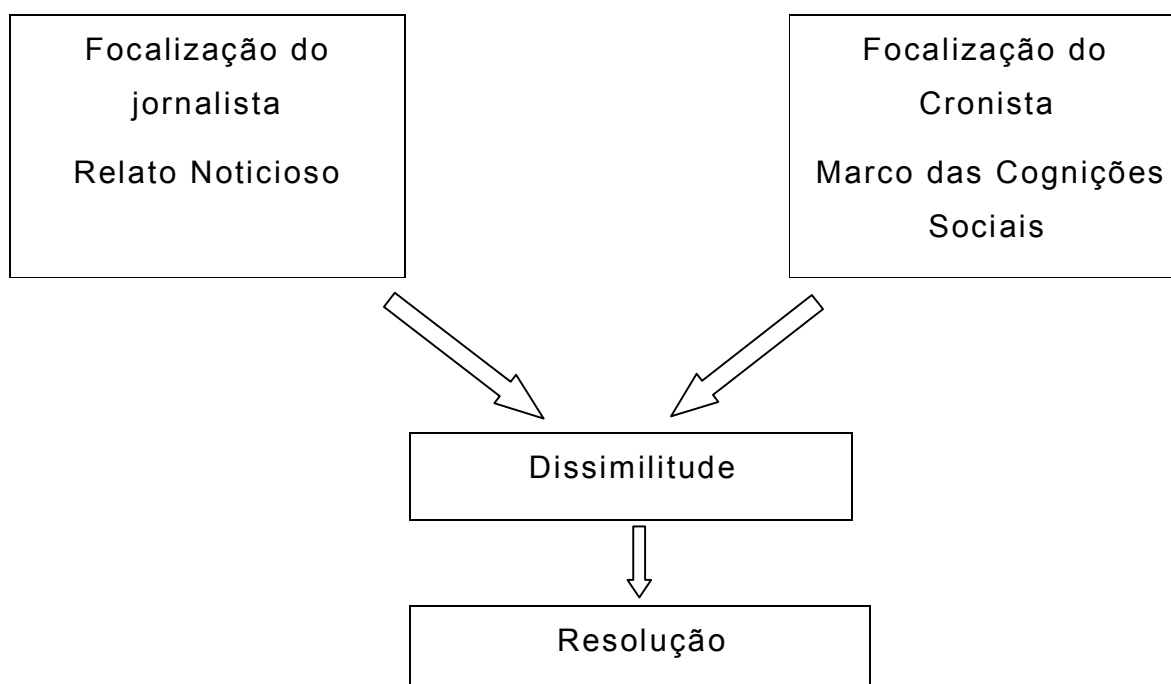
A estrutura textual da focalização pode ser visualizada da seguinte maneira:



Como demonstrado no quadro anterior, a crônica de notícia caracteriza-se pela criação de um Paradoxo. Mesmo sendo uma focalização polar, ambas se hierarquizam pela categoria Usual, por serem apresentadas pela relação Esperado/Inesperado que compõem o saber dos brasileiros a respeito de seu mundo.

A crônica parte do Marco de Cognições Sociais para chegar ao ponto de vista do cronista, construindo textualmente uma comparação por semelhança a partir das dissemelhanças, levando ao novo ponto de vista – Resoluções

Tal dissimilitude (e resolução) pode ser visualizada na seguinte estrutura textual:



A seguir, são apresentados, a título de exemplificação, resultados relativos à organização textual de três crônicas de notícias, selecionadas no jornal Folha de S. Paulo, Caderno 2. Os textos exemplificados são:

Quanto à estrutura textual da dissimilitude, tem-se:

Texto 4

Crônica de notícia: “A maleta e a viagem”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Desconhecido/Inesperado), o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual trata do pedido do ministro da Defesa, Nelson Jobim, para adiar o seu depoimento, em sessão marcada para quarta-feira (dia 10/09/2008) em virtude de ter recebido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o convite para acompanhá-lo em viagem ao Amazonas, no mesmo dia em que falaria aos deputados.

O Inesperado/Desconhecido/Atual, que não faz parte do Marco das Cognições Sociais do leitor: o presidente da república fazer um convite ao seu ministro, logo após este ter sido convocado a dar explicações junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

O Esperado/Conhecido/Atual é a convocação para esclarecer na CPI suas declarações quanto às ações da Abin, Exército e PF, subordinados a ele e o Inesperado/Desconhecido/Atual é o convite do presidente Lula para uma viagem sem agenda prévia ou algum assunto que justificasse a mudança da agenda do ministro Jobim.

O cronista de notícia inicia seu texto com um relato que direciona a tematização da notícia.

Criador da confusão que desviou para uma tal maleta da Abin as atenções suscitadas pelo problema das escutas, o ministro Nelson Jobim age com a mesma impropriedade ao se valer, agora, de uma viagem de Lula para desviar-se do seu depoimento, quarta-feira, como convocado da CPI das Escutas Telefônicas.

Paradoxo	
FOCALIZAÇÃO DO CRONISTA MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	FOCALIZAÇÃO DO JORNALISTA NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A corrupção e inadimplência dos políticos brasileiros, que propicia a impropriedade de suas ações. Argumentos de reforço e legitimidade <i>Ganhar uma semana, com a inquirição na quarta 17, talvez lhe ofereça um cenário mais abrandado na CPI, consideradas as explicações que deve. Mas seu compromisso, em todos os sentidos funcionais e pessoais, é com a convocação que vale como palavra do Congresso, para esclarecimentos relevantes no inquérito. E não comum passeio à Amazônia onde nada de importante tem a fazer.</i> <i>Tanto mais que o arranjo da escapada fica à mostra como o “convite” presidencial tão posterior à convocação da CPI.</i>	<i>Criador da confusão que desviou para uma tal maleta da Abin as atenções suscitadas pelo problema das escutas, o ministro Nelson Jobim age com a mesma impropriedade ao se valer, agora, de uma viagem de Lula para desviar-se do seu depoimento, quarta-feira, quando convocado pela CPI das Escutas Telefônicas.</i> <i>A solicitação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, para adiar o seu depoimento na CPI dos Grampos, em virtude de uma viagem com o presidente Lula ao Amazonas no mesmo dia.</i>

DISSIMILITUDE

Encontra-se na tentativa corrupta do Ministro da Defesa em postergar seu depoimento junto à CPI, mesmo tendo dado declarações que confundam as investigações desse caso. Dessa forma, ele ganhará mais tempo e, simultaneamente, fará com que os ânimos da oposição se arrefeçam, proporcionando um ambiente mais favorável para seu depoimento.

Texto 5

Crônica de notícia: “A PF insiste no autoeculacho”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Desconhecido/Inesperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual trata da operação Castelo de Areia, efetuada pela Polícia Federal, com a finalidade de combater a lavagem de dinheiro e crimes financeiros pela construtora Camargo Corrêa.

Ocorre que, transcorrida a operação em 25/03/2009, ou seja, passadas mais de duas semanas, a polícia Federal divulga arquivos apreendidos, em especial um ofício de número 139/2009, do senador Valdir Raupp, solicitando um emprego para uma engenheira.

O Inesperado/Desconhecido e Atual, que não faz parte do Marco das Cognições Sociais do leitor: a divulgação de informações que deveriam ser sigilosas, já que ocorre uma investigação criminal, por parte do órgão responsável não somente pela investigação, mas por ter como princípio a busca da verdade de forma isenta.

A Polícia Federal divulgou o ofício, documento oficial, numerado e assinado, pelo senador Valdir Raupp, na tentativa de transformar o documento oficial em motivo de escândalo, assim como outras demonstrações de ações com o objetivo midiático.

O cronista de notícia inicia o seu texto direcionando-nos à tematização escolhida por ele com a notícia apresentada.

Deve-se ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, o empenho pelo restabelecimento da ordem pública na esfera da Polícia Federal. Infelizmente, ainda falta muito para que se veja luz no fim do túnel. O ministro participava de uma cerimônia comemorativa de intenções enquanto circulava por Brasília a última peraltice dos agentes que conduziram a Operação Castelo de Areia. Os federais revelaram ter apreendido nos arquivos da Camargo Corrêa um documento no qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pede um emprego para uma engenheira. Trata-se do ofício 139/2009, assinado por Raupp.”

Paradoxo	
FOCALIZAÇÃO DO CRONISTA MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	FOCALIZAÇÃO DO JORNALISTA NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A corrupção e inadimplência da polícia brasileira. Argumentos de reforço e legitimidade <i>Uma polícia incapaz de perceber que um documento desse tipo é exemplo de transparência e lisura não deveria investigar senadores nem empresas. É legítimo e até desejável que um parlamentar recomende a uma empresa os serviços de uma pessoa por meio de</i>	<i>Deve-se ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, o empenho pelo restabelecimento da ordem pública na esfera da Polícia Federal. Infelizmente, ainda falta muito para que se veja luz no fim do túnel. O ministro participava de uma cerimônia comemorativa de intenções enquanto circulava por Brasília a última peraltice dos agentes que conduziram a Operação Castelo de Areia.</i>

<i>documento oficial, numerado, datado e assinado. Se o indicado foi eficiente, a empresa deverá um favor a quem o recomendou.</i> <i>Raupp foi um paladino da luta pela formação da bancada que permitiu a reeleição de FFHH e é também baluarte do sigilo das contas dos senadores, mas essa é outra história.</i>	<i>Os federais revelaram ter apreendido nos arquivos da Camargo Corrêa um documento no qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pede um emprego para uma engenheira. Trata-se do ofício 139/2009, assinado por Raupp.</i>
DISSIMILITUDE Embora a Polícia Federal diga ter realizado diversas operações contra corrupção, lavagem de dinheiro, corruptamente deixa vazar informações no curso de investigações, a fim de se autopromover com exibicionismo exacerbado, perdendo a credibilidade.	

Texto 6

Crônica de notícia: “O crime sem resposta”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Desconhecido/ Inesperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual traz o fato de uma equipe jornalística do jornal “O Dia”, na cidade do Rio de Janeiro, ter sido atacada por milicianos

O Inesperado/Desonhecido e Atual, que não faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro está em a criminalidade ter feito “o papel do Estado” em regiões de baixa renda, isto é, a cada dia os criminosos ditam leis e regras para essas regiões, enquanto o Estado omite-se e admite esse poder paralelo, até o momento em que a criminalidade se impõem pela violência, de forma contumaz, a diversas instâncias sociais, causando críticas e manifestações

da sociedade. Nesse momento, o Estado tenta demonstrar sua presença por meio da polícia, ocorrendo uma demonstração de força e mais violência.

O cronista de notícia inicia a crônica fazendo um direcionamento e faz um breve relato sobre a notícia selecionada.

As reações verbais à violência sofrida por uma equipe do jornal “O Dia”, em favela no Rio, correspondem a um sentimento justo, mas sua cobrança de providências contra a criminalidade abrigada nas favelas impõe uma indagação tão simples quanto evitada: quais providências?

Crônica de notícia: “O crime sem reposta”

PARADOXO	
FOCALIZAÇÃO DO CRONISTA MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	FOCALIZAÇÃO DO JORNALISTA NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A violência nas favelas do Brasil e o dever de providência contra a criminalidade pelo Estado e não cumprido. Argumentos de reforço e legitimidade <i>A cobrança se repete há mais de 20 anos, com o mesmo tipo de seguimento fantasiado de resposta: para instalar a presença do Estado nas favelas, para livrar da opressão de criminosos os</i>	<i>As reações verbais à violência sofrida por uma equipe do jornal “O Dia”, em favela no Rio (repórteres do O Dia foram presos e torturados, devido a realização de uma cobertura na região). Tais reações verbais correspondem a um sentimento justo, mas sua cobrança de providências contra a criminalidade abrigada nas favelas impõe uma indagação tão simples quanto evitada: quais providências?</i>

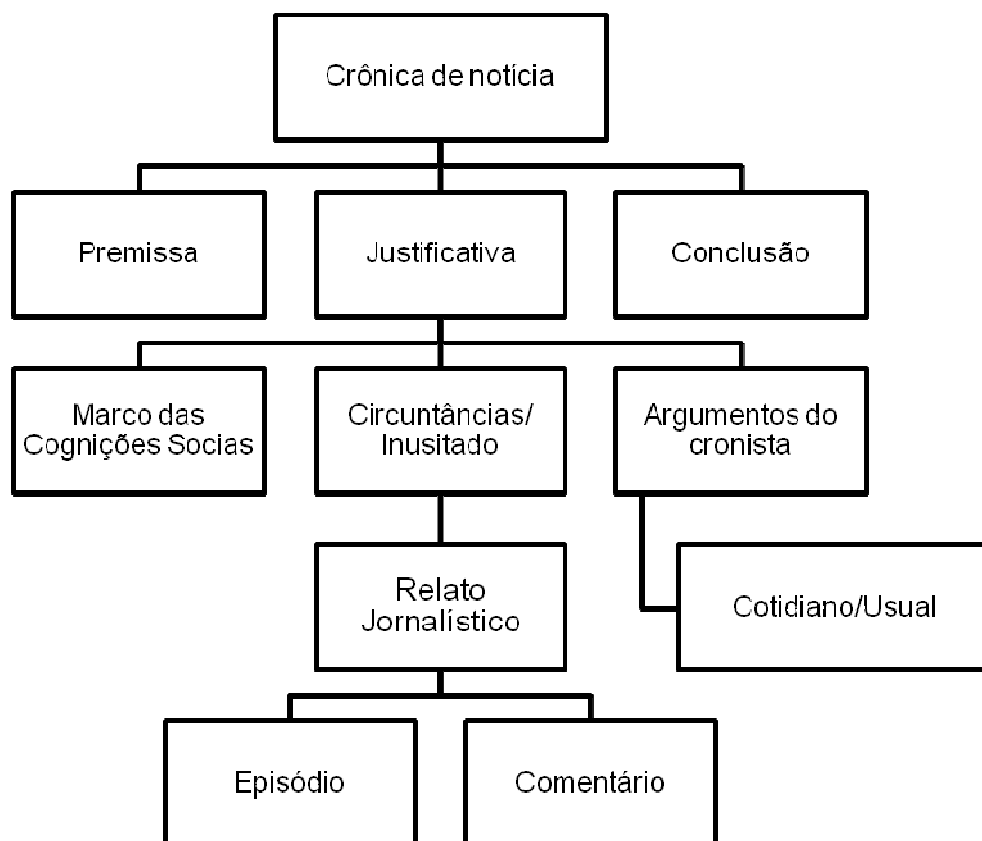
<i>favelados decentes, para impedir as guerras que agridem a cidade, e por aí. A pergunta permanece intocada: quais são as providências para fazê-lo?</i>	
DISSIMILITUDE A violência e a corrupção do Estado à violência e a corrupção policial que agride a liberdade de imprensa.	

3.3.3 A organização textual da opinião do cronista por argumentos

A formulação argumentativa de opiniões pode se situar na forma de representação do que o texto traz em língua, bem como expresso na opinião, pelo uso de argumentos.

Na crônica de notícia, temos em sua organização textual da opinião um esquema cujas categorias mais altas são as da estrutura argumentativa (Premissa, Justificativa, Conclusão). Seus conteúdos são guiados, seletivamente, pelas categorias semânticas Atual/Inesperado e Esperado/Frequente, que propiciam à seleção do fato noticioso e do Marco das Cognições Sociais que justificam a opinião do cronista com argumentos de probabilidade e de reforço.

Segundo Scafuro, a crônica de notícia apresenta a seguinte superestrutura:



A seguir, são apresentados, a título de exemplificação, resultados relativos à organização textual de 03 crônicas de notícias, selecionadas no jornal Folha de S. Paulo:

Texto 4 - “A maleta e a viagem” de Janio de Freitas (09.09.2008)

Texto 5 - “A PF insiste no autoesgulacho” de Elio Gaspari (15.04.2009)

Texto 6 - “O crime sem resposta” de Janio de Freitas (03.06.2008)

Texto 4

Crônica de notícia: “A maleta e a viagem”

Fato: a impropriedade dos políticos para não assumirem as responsabilidades de seu cargo.

Premissa: Se há irresponsabilidade na representação dos papéis políticos.

Conclusão: há uma armação política realizada por métodos pesados, que precisa ser desvendada.

Justificativa:

a) **Marco das Cognições Sociais:** O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é de servir como guardião da Constituição Federal.

O Poder Judiciário cuida dos conflitos de interesses em cada caso concreto, por meio de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas. O segundo papel é o controle de constitucionalidade.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o serviço de inteligência civil do Brasil. A função principal da Abin é investigar ameaças reais e potenciais, bem como identificar oportunidades de interesse da sociedade e do Estado brasileiro, e defender o estado democrático de direito e a soberania nacional.

Gilmar Ferreira Mendes é um jurista brasileiro, empossado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 20 de junho de 2002, por indicação de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então Presidente da República do Brasil. Desde 2008, é o presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de

Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é a de servir como guardião da Constituição Federal.

Demóstenes Torres ocupa cargo de senador da República e desde fevereiro de 2009 é presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a mais importante Comissão da Casa.

A Câmara dos Deputados do Brasil faz parte do Poder Legislativo do País. São 513 deputados que, pelo voto proporcional, são eleitos e exercem seus cargos por quatro anos. À Câmara dos Deputados compete privativamente: eleger os membros do Conselho da República e autorizar a abertura de processo contra o presidente da República e seus ministros.

Nelson Azevedo Jobim é um jurista e político brasileiro. É o atual ministro da Defesa.

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País. O Ministério da Defesa tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande sensibilidade e complexidade, como, por exemplo, as operações militares, o orçamento de defesa, política e estratégia militares, e o serviço militar.

General Jorge Armando Felix é um economista e militar brasileiro, atual ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Esse Gabinete é, no Brasil, o órgão responsável pela assistência direta e imediata ao Presidente da República no assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança.

O Exército Brasileiro (EB) é uma das três Forças Armadas responsáveis, no plano externo, pela defesa do Brasil em operações eminentemente terrestres, e, no interno, pela garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais.

B) Circunstância/Inusitado: A convocação do ministro da defesa Nelson Jobim para depor na CPI das Escutas Telefônicas da Câmara para quarta feira, dia 10/09/2008, em virtude deste ter afirmado que a Abin teria adquirido ilegalmente maletas de interceptação telefônica. Ao ser convocado, o ministro telefonou para o presidente da Comissão de Inquérito Parlamentar, Marcelo Itagiba, solicitando o adiamento para a próxima semana, dia 17/09/2008, pois o ministro iria empreender viagem a convite do presidente Lula até o Estado do Amazonas, convite este que foi efetuado após a convocação da CPI.

b.1) Relato Jornalístico: o cronista utiliza-se do fato noticioso da viagem do ministro da Defesa, Nelson Jobim, em companhia do presidente Lula, justamente quando ele é convidado a prestar esclarecimentos à CPI das Escutas Telefônicas, em virtude de suas declarações quanto à ilegalidade da aquisição da maleta espiã.

b.1.2) episódio : *Criador da confusão que desviou para uma tal maleta da Abin as atenções suscitadas pelo problema das escutas, o ministro Nelson Jobim age com a mesma impropriedade ao se valer, agora, de CPI das Escutas Telefônicas.*

b.2) Comentários do cronista: *Ganhar uma semana, com a inquirição na quarta, 17, talvez lhe ofereça um cenário mais abrandado na CPI, consideradas as explicações que deve. Mas seu compromisso, em todos os sentido funcionais e pessoais, é com a convocação que vale como palavra do Congresso, para esclarecimentos relevantes no inquérito. E não como um passeio à Amazônia onde nada de importante tem a fazer.*

A própria gravação sugere, como primeiro indício, a velha escuta por linha telefônica, no entanto relegada pela “denúncia” de Jobim. Com as responsabilidades de ministro da Defesa, Nelson Jobim deve ter explicação interessante a dar à CPI, sobre os fundamentos de sua colaboração.

Em depoimento à CPI, o ministro da Segurança Institucional, general Jorge Felix, afirmou que pedira ao Exército o exame de especialistas em todo o

equipamento da Abin, para verificação das respectivas finalidades. Não lhe constava haver maleta com gravador, mas tão só para varreduras. Nelson Jobim contestou-o com a informação de que a maleta foi comprada para a Abin pelo Exército, por intermédio de sua comissão de compras nos EUA.

d) Argumentos do cronista:

... Tanto mais que o arranjo da escapada fica à mostra com o “convite” presidencial tão posterior à convocação da CPI.

...Ocorre que o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres falam ambos ao telefone quando são gravados, logo, um deles não poderia ser captado por um gravador ambiental.” “Arrasador.

Por alguns dias, sim. O Exército informou que a maleta não era de gravação. Arrasador. Um desmentido frontal do Exército ao ministro da Defesa? Veio então o habilidoso laudo do exame a que o general Felix se referira: o dispositivo da maleta é próprio para varredura, não para gravação, sendo necessário submetê-lo a adaptações para que possa servir como gravador em determinadas circunstâncias.

Adaptações para quê, se qualquer gravador se prestaria ao serviço sem o trabalho de adaptá-lo, cabendo ao interessado apenas a conveniência de escolhê-lo segundo a duração das gravações? Jobim, no final de semana, preferiu dizer aos repórteres que “a divergência com o general Felix está encerrada.

Na CPI não está. Há informações inverídicas lançadas por um dos lados divergentes, delas advieram desdobramentos, a alguém ou a alguma corrente serviram para fins ainda obscuros, ou duvidosos.

Texto 5

Crônica de notícia: “A PF insiste no autoesculacho”

Fato: A peraltice dos agentes da Polícia Federal manifestadas por um exibicionismo que daria para abrir em Brasília o museu da comédia policial, reunindo apenas casos risíveis de desvios.

Premissa: As ações, declarações da Polícia Federal diante de suas operações somente denigrem sua imagem.

Conclusão: Acabará beneficiando os malfeitores.

Justificativa:

a.) Marco das Cognições Sociais: A Operação Satiagraha, conduzida pelo delegado Protógenes Queiroz, contra um suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro. Essa operação causou grande embaraço para a Polícia Federal e órgãos da Justiça por ter sido acompanhada da prisão do ex-prefeito Celso Pitta por uma emissora de televisão.

Operação Castelo de Areia efetuada pela Polícia Federal, que visa o combate a crimes financeiros e lavagem de dinheiro, com intuito de desarticular uma quadrilha que atua na construtora Camargo Corrêa.

Valdir Raupp de Matos é um político brasileiro, atualmente ocupa o cargo de senador da República.

O Departamento de Polícia Federal (DPF ou PF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é, de acordo com a Constituição de 1988, exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O Grupo Camargo Corrêa atua no ramo de engenharia e construção, operando no Brasil e exterior, ligado a grandes obras do governo.

Bonnie Parker e Clyde Barrow são um jovem casal de assaltantes de banco e assassinos que aterrorizaram os estados centrais dos Estados Unidos durante a Grande Depressão no país.

Paulo Salim Maluf, empresário, engenheiro e político brasileiro. Foi duas vezes prefeito de São Paulo e está envolvido em graves denúncias de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção e crime contra o sistema financeiro (evasão fiscal).

Márcio Thomaz Bastos, advogado criminalista brasileiro. Foi ministro da Justiça do Brasil durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva e durante três meses do segundo.

Genival Inácio das Silva é irmão do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Aloizio Mercadante Oliva, mais conhecido como Aloizio Mercadante, político brasileiro, um dos fundadores do PT em fevereiro de 1980. Desde 2002, é senador pelo Estado de São Paulo.

Antônio Romero Lago, chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas. A Censura, como abreviadamente era chamada. Era um impostor. Fora condenado como mandante de um assassinato, preso em 1944, no Rio Grande do Sul. Falsificou um documento de identidade e subiu nos escadões do Ministério da Justiça. Seu nome verdadeiro era Hermelindo Ramirez Godoy. O carimbo com a assinatura de "Romero Lago" apareceu na introdução de todos os filmes exibidos no Brasil durante anos. Romero Lago assumiu em 1966e caiu alguns anos depois.

b) Circunstâncias: A Polícia Federal busca um exibicionismo exagerado.

b.1) Relato Jornalístico: A operação deflagrada hoje pela Polícia Federal na empreiteira Camargo Corrêa vai respingar em alguns dos principais partidos políticos do país. De acordo com fonte que participou das investigações, a operação revela contribuições para partidos políticos "por dentro e por fora" com a participação de "uma pessoa muito influente em São Paulo". Intitulada Castelo de Areia, trata-se da operação contra crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

Deve-se ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, o empenho pelo restabelecimento da ordem pública na esfera da Polícia Federal. Infelizmente, ainda falta muito para que se veja luz no fim do túnel. O

ministro participava de uma cerimônia comemorativa de intenções enquanto circulava por Brasília a última peraltice dos agentes que conduziram a Operação Castelo de Areia. A ela: Os federais revelaram ter apreendido nos arquivos da Camargo Corrêa um documento no qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pede um emprego para uma engenheira.

b.1.2) Episódio: *Uma polícia incapaz de perceber que um documento desse tipo é exemplo de transparência e lisura não deveria investigar senadores nem empresas. É legítimo e até desejável que um parlamentar recomende a uma empresa os serviços de uma pessoa por meio de documento oficial, numerado, datado e assinado. Se o indicado for eficiente, a empresa deverá um favor a quem o recomendou.*

b.1.2) Comentários do cronista: *A Polícia Federal sabe que não deve vaziar informações de inquéritos, muito menos documentos que não querem dizer nada. Admita-se que uma compulsão exibicionista estimule até mesmo fotografias de objetos de uso doméstico de diretores da Camargo Corrêa, como um horrível cortador de charutos.*

Existe em Washington um Museu do Crime, onde acaba de ser inaugurada uma exposição sobre a dupla de assaltantes Bonnie e Clyde (Faye Dunaway e Warren Beatty, no filme).

Entre os documentos apreendidos pela polícia estava uma carta com um pedido de emprego ao senador Aloizio Mercadante.

Esse museu poderia recuperar a história de Romero Lago, o diretor da censura de cinema, rádio e televisão ao tempo da ditadura, quando a tesoura ficava sob a jurisdição da Polícia Federal.

c) Argumentos do cronista

Raupp foi um paladino da luta pela formação da bancada que permitiu a reeleição de FFHH e é também um baluarte do sigilo das contas dos senadores, mas essa é outra história.

Daí a se transformar um documento oficial e legítimo em veículo de suspeita vai enorme distância. No caso da engenheira, ela não foi contratada.

Do jeito que os federais esculacham algumas de suas investigações, poderia ser aberto em Brasília o Museu da Comédia Policial, reunindo apenas caso risíveis de desvairo.

Além do ofício de Raupp, o Museu da Comédia apresentaria, logo na entrada, o áudio de uma gravação de 2005, feita com autorização judicial, no qual o deputado Paulo Maluf mantém um breve diálogo com a secretária eletrônica do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: “É Paulo, bom dia”. (...) Clic.

Dois anos depois, a Polícia Federal produziu outra gloriosa peça de investigação. Autorizada pela Justiça, varejou a casa de Genival Inácio da Silva, irmão de Nosso Guia. Buscavam documentos capazes de comprovar suas traficâncias de influência. O que acharam não deve ter rendido muita coisa, pois faz tempo que não se ouve falar de Vavá, imortalizado pela frase “Ô, arruma dois pau pra eu.

Parece elementar que uma carta a Mercadante guardada na casa de Vavá contém um pedido que não foi encaminhado.

O doutor zelava pelos bons costumes e era homem da confiança do general que comandava a instituição. Não se chamava Romero nem Lago, era Hermenildo Ramires de Godoy, estelionatário foragido da Justiça.

Texto 6

Crônica de notícia: “O crime sem resposta”

Fato: As providências tomadas contra a criminalidade são insuficientes.

Premissa: se os políticos nada fazem para criar providências com a finalidade de garantir a segurança da população, a criminalidade irá aumentar.

Conclusão / Avaliação: é necessário combinar a inteligência e a coragem para criarem-se as providências que tornem dispensáveis os protestos cobranças e manifestações populares.

Justificativa:

a) Marco das Cognições Sociais: Violência nas favelas das grandes cidades, comandadas pelo tráfico de drogas;

A ausência do Estado promove o surgimento de organizações criminosas que impõem as suas regras pela força.

Pac das favelas – programa similar ao governo federal, tendo como plataforma a construção de habitação para parcela carente da população.

Cidade de Deus foi um projeto habitacional dos governos na década de 70, se tornou um local dominado pelo crime organizado e de grande violência até os dias atuais.

Rocinha e Complexo do Alemão, um complexo de favelas interligadas e dominadas pelo crime organizado para o tráfico de drogas.

Jaime Lerner, político carioca.

Leonel Brizola, político brasileiro.

Complexo da Maré – região de favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Galeão- aeroporto da cidade do rio de Janeiro.

b) Circunstâncias – focalização do cronistas: Equipe do Jornal *O Dia* terem sido atacados por criminosos armados em um favela da cidade do Rio de Janeiro.

b.1) Relato Jornalístico: As reações verbais à violência sofrida por uma equipe do jornal *O Dia*, em favela no Rio, correspondem a um sentimento justo, mas sua cobrança de providências contra a criminalidade abrigada nas favelas impõe uma indagação tão simples quanto evitada: quais providências? A cobrança se repete há mais de 20 anos, com mesmo tipo de seguimento fantasiado de resposta: para instalar a presença do Estado nas favelas, para livrar da opressão

de criminosos os favelados decentes, para impedir as guerras que agredem a cidade, e por aí. A pergunta permanece intocada: quais são as providências para fazê-lo?

b.1.2) Episódio: A ausência do Estado, originária da sua longa omissão, hoje é a contrapartida da presença de bandos criminosos. Nos casos em que alguma representação do Estado tenha a retardatária intenção de mostrar a sua face, a expectativa da recepção letal na favela só deixa de cumprir-se em um caso: a representação do Estado usa sua própria letalidade e sai o mais depressa possível.

b.2) Comentários do cronista: *E então vêm as acusações de abuso de violência armada, configurando execuções de criminosos e de inocentes vitimados por “balas perdidas”- essa denominação desrespeitosa e desumana dada pelos jornalistas e TV a inocentes que, pelo visto, não valem nem uma bala. Tiro errado, tiro a esmo, isso sim.*

Nos casos em que alguma representação do Estado tenha a retardatária intenção de mostrar a sua face, a expectativa de recepção letal na favela só deixa de cumprir-se em um caso: a representação do Estado usa sua própria letalidade e sai o mais depressa possível.

c) Argumentos do cronista:

Como, então, levar o Estado, suas diferentes representações civis e razoável pacificação às favelas? Com o PAC das favelas é que não será. Os conjuntos habitacionais, de que a Cidade de Deus é o melhor exemplo, tiveram o mesmo destino das favelas. São, hoje, o PAC concluído (se o for) de amanhã. As pequenas obras do PAC se fazem por acordo de consentimento dos bando criminosos. Consentimento relativo, porque, quando mandam parar tudo, pára tudo mesmo. Nada sequer sugere que os grupos armados vão abandonar os convenientes domínios da Rocinha e do Complexo do Alemão porque ali se construiu certo ar de urbanização como nos conjuntos cedo transformados também em domínios.

Os protestos contra a ação, digamos, bélica da polícia têm razão de ser, tão óbvia que nem precisaria mostrar-se para ser conhecida. Mas os choques fatais de polícia e criminosos são necessários? São mais do que isso: em certas situações, são indispensáveis, se o Estado não abdicar de toda a resposta ao crime. O que não justifica a frequência dos excessos de violência, apesar de explicável em parte. Na parte em que o medo compreensível leva a descargas descontroladas da força, para intimidar e afugentar. O mesmo que recepção dos criminosos faz.

Esses choques e incursões efêmeras representam o Estado no território de que foi banido, ou mais confirmam sua ausência e o domínio alheio. Da mesma maneira, o estatal PAC das Favelas é útil por outros motivos que não o fim, nessas áreas, do domínio criminoso. É grotesca a moda de tomar as obras em favelas de Bogotá como exemplo de eficácia para eliminar a criminalidade.

Ignora o dado, básico para a reflexão, que é a densidade populacional e estrutural tão menor nas favelas de Bogotá, em relação às nossas. Ignora as diferenças do tráfico de drogas lá e cá. E, para não estender exemplos, ignora até que a inspiração é inversa: Bogotá mirou-se em projetos de Jaime Lerner, mirou-se no plano inclinado construído pelo governo Brizola em um favela de Ipanema, mirou-se nos conjuntos habitacionais do Complexo da Maré e adjacências, visíveis por quem transita do Galeão para o centro e zona sul do Rio. Obras excelentes, hoje “áreas de risco”, como diz o jargão.

Nesse sentido, pode-se dizer que as análises obtidas por Scafuro dão conta de que as crônicas de notícias e de cotidiano estão organizadas pela mesma estrutura argumentativa, diferenciando-se na categoria *Justificativa*.

A categoria *Justificativa* agruparia as categorias *Marco das Cognições Sociais e Argumentos*, tanto para crônica de notícia quanto para a de cotidiano e somente nas crônicas de notícias haveria a categoria *Circunstância/Inusitado*. Ela reúne o *Relato Jornalístico/Episódio* e *Comentários*, que são legitimados e reforçados por argumentos, construindo-se, assim, a opinião do cronista.

Vale afirmar que não são os fatos que importam, mais as versões destes, as quais são reconstruídas pelo cronista na forma de avaliação. Os resultados apresentados e discutidos indicam que há novas perspectivas, que podem dar uma continuidade à caracterização textual das crônicas públicas em jornal.

CAPÍTULO 4

A ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DA CRÔNICA DE NOTÍCIA

Este capítulo apresenta os resultados obtidos da análise de 15 crônicas jornalísticas, agrupadas pelos seus respectivos cadernos de publicação, a saber:

a. Jornal *Folha de S. Paulo*

Caderno Brasil

1. “O monstro vive”, de Janio de Freitas (02.09.2008)
2. “Submundo”, de Jânio de Freitas (04.09.2008)
3. “Segurança das ilegalidades” de Jânio de Freitas (05.06.2008)
4. “O homem da ONU ganhou um Caveirão”, de Elio Gaspari (04.06.2008)

Caderno Cotidiano

1. “Tiro pela culatra”, de Barbara Gancia (06.06.2008)
2. “Foi feita Justiça?”, de Barbara Gancia (13.06.2008)
3. “A lei pode virar fumaça”, de Barbara Gancia (10.04.2009)
4. “A falta de informação”, de Danuza Leão (12.04.2009)
5. “Esse é o cara, vírgula”, de Barbara Gancia (03.04.2009))
6. “Natureza se impões ao direito”, de Walter Ceneviva (20.03.2010)

Caderno Dinheiro

1. “Juros, BB e o BBB de Lula”, de Vinicius Torres Freire (09.04.2009)
2. “O emprego e a virada do ministro”, de Vinicius Torres Freire (16.04.2009)
3. “Lula abre as asas sobre nós”, de Vinicius Torres Freire (17.04.2009)

b. Jornal *O Estado de S. Paulo*

Caderno 2

- 4 “O problema do muro no Brasil”, de Roberto Damatta (15.04.2009)
- 5 “Racismo nem com “metáfora”, de Roberto Damatta (01.04.2009)

As crônicas foram analisadas de acordo com a seguinte ordem:

Texto	7	- “A falta de informação”, de Danuza Leão.
Texto	8	- “Juros, BB e o BBB de Lula”, de Vinicius Torres Freire.
Texto	9	-“A lei pode virar fumaça”, de Barbara Gancia.
Texto	10	-“Lula abre as asas sobre nós”, de Vinicius Torres Freire.

Texto	11	-“O emprego e a virada do ministro”, de Vinicius Torres Freire
Texto	12	“O homem da ONU ganhou um Caveirão”, de Elio Gaspari.
Texto	13	“O monstro vive”, de Janio de Freitas.
Texto	14	-“O problema do muro no Brasil”, de Roberto Damatta.
Texto	15	-“Racismo nem com “metáfora”, de Roberto Damatta.
Texto	16	-“Segurança das ilegalidades, ” de Janio de Freitas.
Texto	17	-“Submundo”, de Janio de Freitas.
Texto	18	-“Tiro pela culatra”, de Barbara Gancia.
Texto	19	-“Foi feita Justiça?”, de Barbara Gancia
Texto	20	-“Natureza se impões ao direito”, de Walter Ceneviva.
Texto	21	-“Esse é o cara, vírgula”, de Barbara Gancia.

Diariamente, os jornais publicam um grande número de notícias e, dentre elas, o cronista de notícia seleciona uma como ponto de partida para suas reflexões e avaliações, a fim de construir, no texto, a sua opinião. Entende-se que a opinião contida na crônica é formada pelos parâmetros avaliativos do autor diante do Marco das Cognições Sociais e de uma notícia já publicada, selecionada por ele.

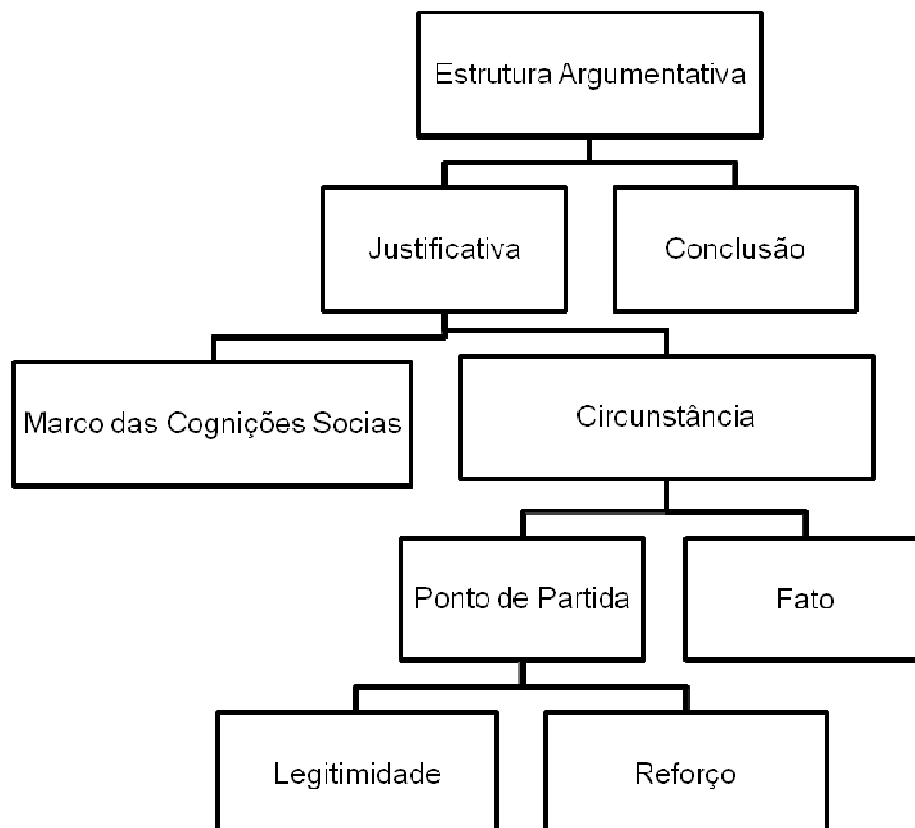
Esse processo resulta na ação de recorrer às Cognições Sociais do grupo de leitores. Desse modo estabelece-se, intertextualmente, a similitude ou a diferença com os comentários da notícia publicada.

As categorias selecionadas para análise foram:

1. A seleção temática e as categorias semânticas da notícia;
2. a focalização na Cognição Social, em busca de uma similitude com a notícia selecionada;
3. a focalização para a construção de uma Circunstância em relação às Cognições Sociais.

4.1 A seleção temática e as categorias semânticas da notícia

Tendo por pressuposto que a crônica é um texto opinativo, as análises foram realizadas a partir do esquema textual da estrutura argumentativa (van Dijk, 1978), a saber:



A notícia é organizada de forma a representar, opinativamente, para os seus leitores, o evento noticioso que é construído pelo relato daquilo que está a ocorrer no mundo. Como o jornalista não tem o controle sobre o que está acontecendo no mundo, o seu relato sempre será factual e será representado por uma avaliação opinativa, que depende da ideologia do grupo empresarial do jornal.

O contexto local da notícia é construído pelas categorias Ignorado/Conhecido e Inesperado/Esperado e, haja vista ser o jornal diário, o leitor terá um contexto cognitivo decorrente do que já se representou mentalmente, durante a leitura realizada anteriormente.

Nesse sentido, esse contexto, representado anteriormente, será categorizado como Esperado e Conhecido. Dessa maneira, a notícia lida hoje, sempre apresentará uma relevância, obrigando o leitor a reformular o seu contexto cognitivo, já que o Inesperado e o Desconhecido noticiado é ostensivo em relação ao que ele já sabia.

4.1.2 A seleção temática e as categorias: semântica *Ignorado-Esperado*, temporal *Atualidade*.

A crônica de notícia é construída a partir da seleção da notícia. Este é o ponto de partida para as reflexões e avaliações do cronista, de forma a construir, no texto, a sua opinião.

A notícia de jornal organiza-se textualmente no nível discursivo pela categoria Inusitado, no nível semântico pela categoria Ignorado-Esperado, no nível textual pelas categorias Evento Noticioso e Comentários.

O cronista de notícia seleciona uma notícia veiculada no jornal, anteriormente, tendo por categoria da notícia o Inusitado, estando ela imbricada com as categorias Inesperado e Desconhecido.

Já que as categorias Ignorado/Conhecido e Inesperado/Esperado constroem o contexto da notícia, o leitor tem um contexto cognitivo decorrente do que já fora representado mentalmente e textualmente, durante a leitura realizada da notícia.

Dessa forma, esse contexto, já representado pela notícia, é, portanto, categorizado pelo leitor como Esperado e Conhecido, pois a notícia já havia sido lida pelo leitor do jornal. A atualidade é relativa à opinião do cronista, que não é conhecida devido à Circunstância construída por ele.

Em síntese, o esquema textual da crônica de notícia apresentado tem a sua tematização realizada em um relato, isto é, uma sucessão de ações que faz referência ao evento noticioso já veiculado; portanto, a crônica tem uma estrutura narrativa decorrente da sucessão de ações no tempo.

A título de exemplificação, tem-se:

Texto 7

Crônica de notícia: “A falta de informação”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), a qual traz o fato do presidente americano, Barack Obama, ter declarado que o presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, ‘é o cara’, em um encontro das nações para discutir sobre o aquecimento global e a crise econômica mundial.

O Esperado/ Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro, diz respeito às declarações do chefe de Estado da maior

potência mundial, seja econômica ou militar, a um presidente brasileiro, elevando seu status junto a comunidade mundial.

O cronista de notícia inicia a crônica com o direcionamento desejado, já que faz um relato do fato já noticiado.

Ok. Ninguém é perfeito. Mas por um momento Obama nos pareceu a pessoa mais perfeita do mundo; aquele presidente que adoraríamos ter. mas pouco tempo passou para ele dar uma pisada de bola. Foi quando disse, de maneira elogiosa, que Lula era o “cara.

Texto 8

Crônica de notícia: “Juros, BB e o BBB de Lula”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista/jornalista (Esperado/Conhecido/Atual), que trata da tentativa do presidente Lula em forçar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a baixarem os juros dos seus empréstimos. Dessa forma os bancos emprestariam mais dinheiro, o que levaria os bancos privados a seguirem a tendência de baixarem os juros.

O cronista de notícia inicia o texto direcionando-nos quanto a sua tematização ao fazer um relato da notícia selecionada por ele, como se pode observar:

Lula começa a fuçar a caixinha de mágicas & milagres econômicos. Força a barra no Banco do Brasil. Quer o Bolsa Empréstimo (cortar imposto de quem não demitir). Renegocia dívidas a granel. Quer repetir em regra a fórmula do IPI dos carros.

Texto 9

Crônica de notícia: “Lei pode virar fumaça”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que relata a aprovação pela Assembléia Legislativa de São Paulo do projeto de lei que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes,

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro é a proibição de fumar em locais privados e a proibição de uma área destinada aos fumantes, visto que, até o momento, todo o comércio destinara um espaço restrito e específico para esse grupo.

O cronista de notícia inicia o texto direcionando para a tematização selecionada ao fazer um relato do fato noticiado, como se pode verificar:

Como dizia o jogador de balsebol Yogi Berra, “It’s like déjàvu all over again”. Pois é, eu já vi esse filme antes.

Na terça-feria, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, por 69 votos a 18, o projeto de lei que bane o cigarro e derivados do tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes.

Texto 10

Crônica de notícia: “Lula abre as asas sobre nós”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata do aumento de gastos anunciado pelo governo Lula, aumento este ligado não à crise econômica por que passou todos os países, mas a gastos do próprio governo ao ampliar o número de funcionários, sejam de cargos de confiança, sejam

concursados e ao aumentar o Fundo Participação do Municípios (FPM) e os programas sociais.

O cronista de notícia inicia o texto direcionando-nos quanto à tematização selecionada por ele, já que faz um relato do fato noticiado, como se pode ver:

O aumento de gastos anunciado anteontem pelo governo Lula não é uma medida “anticíclica”, como se diz em Brasília. Não se trata de providências destinadas a contrabalancear os efeitos da crise. Por ora, apenas se acomoda o aumento já contratado dos gastos correntes (salários, custeio), e se poupa menos. Tais despesas têm escasso efeito “anticíclico”, se algum.

Texto 11

Crônica de notícia: “O emprego e a virada do ministro”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata da diminuição do emprego formal no país em comparação ao primeiro trimestre de 2008, em que o setor terciário, ou seja, as indústrias de veículos, materiais de transporte, metalúrgicas, materiais elétricos e comunicações são as que mais demitiram neste início de ano.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro, é de que o governo manterá a redução do IPI sobre carros, como forma de garantir a não demissão nesses setores, porém se trata de um acordo informal.

O cronista de notícia inicia a crônica direcionando-nos quanto à tematização selecionada por ele, já que apresenta um relato do fato noticiado, como se pode observar:

De janeiro a março de 2008, o país criou 612 mil empregos formais a mais do que no primeiro trimestre deste ano. As indústrias ligadas à produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica são dois dos três subsetores

que, proporcionalmente, mais demitiram no primeiro trimestre (o outro foi a indústria de materiais elétricos e comunicações).

Texto 12

Crônica de notícia: “O homem da ONU ganhou um Caveirão”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), o qual trata da violência na cidade do Rio de Janeiro pelas "milícias" de policiais e outros na favela do Batan;

O texto trata também do relatório de Philip Alston, relator das Nações Unidas para Execuções Extrajudiciais, que aponta para uma piora na segurança do Estado, fazendo um retrato sombrio da segurança no Estado do Rio de Janeiro, com foco na violência policial. Para ele, o governo fluminense omite-se quanto ao aumento da violência e fracassou ao confiar sua política de segurança à prática sistemática de mortes.

Para Alston, embora o Rio precise de policiamento efetivo de forma "crônica", o governo do Estado prefere investir "em fogos de artifício e matanças altamente divulgadas sob a rubrica da política de confrontação".

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro é o relatório apresentar dados alarmantes sobre a cidade do Rio de Janeiro, como traçar um perfil dos governos que construíram uma política de segurança ineficaz e não sabem como solucionar esse problema sem gerar mais violência.

O cronista de notícia inicia a crônica direcionando quanto a sua tematização, ao fazer um relato sobre o fato noticiado, conforme se pode notar:

O coronel PM Marcus Jardim, chefe do 1º Comando da Área da Capital do Rio de Janeiro e rotundo quindim da política de segurança do governador Sérgio Cabral, gosta de gracinhas. Em novembro de 2007, quando comandava um batalhão em Olaria, anunciou que “este ano será marcado por três pés: Pan, PAC e

pau". Em abril passado, depois que morreram nove "supostos traficantes" numa operação policial contra um morro, o coronel informou que a PM "é o melhor inseticida social.

Texto 13

Crônica de notícia: "O monstro vive"

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual) sobre a escuta telefônica, conforme publicação na revista VEJA, e veiculada pelos jornais do país, feita pela Abin, clandestinamente, no gabinete do presidente do Superior Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, em julho de 2009, em conversa com o senador Demóstenes Torres.

Quanto ao Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro, trata-se de as escutas telefônicas ilegais atingirem o alto escalão do governo brasileiro e essas escutas terem sido praticadas por agentes da Abin, órgão que tem como competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar atividades de Inteligência do País.

O texto trata, ainda, da análise de dados para produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República ou trazer conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

Inusitadas são as declarações do diretor da ABIN, ao afirmar que o órgão de inteligência trabalha somente na legalidade, mesmo quando a instituição à qual esta à frente vê-se diante de denúncias graves à imprensa, comprovadas pelos órgãos do governo, sobre a existência de escutas ilegais a representantes do governo.

O cronista de notícia inicia o seu texto direcionando-nos para tematização selecionada por ele, fazendo um relato com a notícia veiculada, como se pode verificar:

A insegurança da privacidade é total no Brasil de hoje e de alguns anos já, imprecisos embora. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário – o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas-, sabe quem foi e quem está sendo gravado.

Texto 14

Crônica de notícia: “O problema do muro no Brasil”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata da construção de muros, pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, junto a comunidades carentes, favelas, para conter a expansão de 19 comunidades populares.

A construção de muros ao redor de favelas cariocas começou no morro da Dona Marta, em Botafogo (zona sul). Segundo as autoridades, a intenção é proteger a vegetação nativa remanescente nesses espaços. O projeto conta com um recurso de 40 milhões de reais para cerca de 11 quilômetros de muros e para a remoção de 550 casas que devem dar lugar à nova construção.

O cronista de notícia nos direciona para a tematização selecionada por ele, ao relatar a notícia já veiculada, como se pode averiguar:

As casas americanas não têm muro. É um índice psicológico. A vida de comunidade não compete com a vida de intimidade. É uma continuação, se não for, ao contrário, uma fonte.(Alceu Amoroso Lima, A Realidade Americana (1955).

Aqueles primeiros brasileiros que visitaram os Estados Unidos – gente do porte de Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, Érico Veríssimo e de Vianna Moog – deram-me régua e compasso para “ler” o Brasil. Porque, num sentido implícito, como desvendaram os antropólogos na figura pioneira de um Gilberto Freyre”...

A observação que abre esta crônica alinhavou toda uma interpretação da vida social brasileira que expressei num conjunto de trabalhos lidos, usados, criticados, recalcados e ignorados.

Texto 15

Crônica de notícia: “Racismo nem como “metáfora”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata das afirmações do presidente Lula, no encontro das nações para discutir sobre o aquecimento global e a crise econômica mundial. No momento em que discursava, o presidente afirmou que a crise econômica mundial era culpa dos brancos de olhos azuis.

O cronista de notícia direciona-nos para tematização selecionada por ele, ao fazer um relato da notícia já veiculada, conforme se observa em:

Escrevo constrangido, pois não tenho nenhum prazer em comentar mais uma das tais “metáforas” de mau gosto do presidente Lula. Gafes com implicações morais e políticas tão profundas e desagradáveis que nem mesmo os políticos mais autocondescentes, cabotinos e engordados pela mamadeira de um Estado que os trata como realeza, devem repetir.

Texto 16

Crônica de notícia: “Segurança das ilegalidades”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de três eventos noticiados (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que tratam das CPIs no governo federal e governo do Estado de São Paulo. Ambas deveriam investigar a corrupção nos governos, desvios de verbas, no entanto, os parlamentares da situação e da oposição, nesses casos, tornam-se aliados para

colocarem fim às investigações, como a Lei aprovada no Supremo Tribunal Federal, de biossegurança, que possibilita e regula pesquisas com células tronco.

A CPI da Eletropaulo não foi instalada por uma manobra do governador José Serra. Sua bancada na Assembléia Legislativa de São Paulo bloqueou, pela segunda vez, impedindo que se investigassem ou se discutissem as acusações que pesam sobre a fornecedora de equipamentos Alstom e os governos do PSDB.

A CPI dos cartões corporativos encerrou-se isentando todos os ministros do governo Lula. Essa CPI originou-se com as denúncias sobre gastos irregulares no uso de cartões corporativos. Os cartões corporativos, instituídos em 2001, que visavam a transparência e rapidez, deveriam ser usados para despesas pequenas e urgentes, entretanto acabaram sendo usados para dispensar licitações e dar mimos aos governistas.

A Lei de Biossegurança nº 11.105, de 24.03.2005 estabeleceu normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre o que especifica no

Art.1º Saiu da pantalha e alumiou o destino, os sentimentos e desejos de seres humanos que dependem da terapia com células-tronco ou "células polivalentes que se transformam em qualquer parte do corpo", afastando a cronicidade e degeneração, portanto, suprimindo a irreversibilidade do mal que os acomete, defendendo o direito à vida do homem universal.

O cronista de notícia direciona-nos para sua tematização, fazendo um relato dos fatos noticiados, como se vê:

Uma CPI que acaba por inutilidade e outra que nem consegue começar, as duas na mesma semana, dão bem a medida da liberdade, cada vez menos contestada, de que os governos desfrutam para as improbidades administrativas impunes. Não precisam mais do que ter casas legislativas maiorias ainda que mínimas.

A gravidade e a dimensão de imoralidades que investigações suíças levantam, nas duradouras relações entre a multinacional Alstom e administrações

públicas paulistas e federais brasileiras, por si só explicaria o bloqueio da bancada de José Serra à necessária CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo...

A CPI dos Cartões Corporativos foi só isso mesmo: um circo sem gaça, embora com os personagens de praxe nos picadeiros...

Células de novo – por parte de católicos e por parte de evangélicos, inclusive na bancada religiosa do Congresso, está retomada a busca de um providência parlamentar que suste, ou restrinja, a pesquisa com células-tronco embrionárias convalidadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Texto 17

Crônica de notícia: “Submundo”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de dois eventos noticiados (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata da prisão de três rapazes, há dois anos, acusados de violência sexual e assassinato de uma jovem e sobre as escutas telefônicas efetuadas contra o ministro da justiça Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro relaciona-se à prisão dos três jovens, acusados de violento crime e, após dois anos, descobre-se que as declarações extraídas foram sob tortura por parte dos agentes do Estado, os policiais. Após dois anos da prisão e acusação, o verdadeiro culpado pelo crime foi preso cometendo outro crime. Ele confessa o assassinato e a violência sexual contra a jovem, sem qualquer coação por parte da polícia.

Inusitadas são, novamente, as declarações do diretor da ABIN, o qual afirma que o órgão de inteligência trabalha somente na legalidade, mesmo quando a instituição a qual esta à frente vê-se diante de denúncias graves à imprensa, comprovadas pelos órgãos do governo sobre a existência de escutas ilegais a representantes do governo.

O cronista de notícia direciona-nos para sua tematização ao relatar o fato noticiado, como se pode ler em:

A tortura não é crime hediondo só quando de responsabilidade do coronel Carlos Alberto Ustra e seus congêneres nos quartéis e cadeias ilegais das Forças Armadas. Logo, o governador José Serra deve providências extremadas e imediatas contra os policiais que extraíram com torturas as admissões indevidas, por três rapazes em prisão há dois anos, de violência sexual e assassinato de uma jovem. A aceitação de protelações investigatórias e da lerdeza convencional nos processos administrativos equivalerá, sob as aparências do Estado de Direito, à conduta acobertadora ante as denúncias de tortura durante a ditadura..

“... o diretor-adjunto da Abin, em afastamento provisório, José Milton Campana – “A Abin não trabalha no submundo”, disse, “a Abin não faz interceptações telefônicas”...

Texto 18

Crônica de notícia: “Tiro pela culatra”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de um evento noticiado (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), em que o Exército cercara uma emissora de TV para prender sargento, que dava seu depoimento ao programa Super Pop, relatando sobre sua homossexualidade. O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro diz respeito ao Homossexualismo nas forças armadas brasileiras não dar certo, tendo em vista que os homossexuais podem não saber diferenciar trabalho de diversão.

O cronista de notícia direciona-nos para sua tematização ao fazer um relato sobre o fato noticiado, como se observa:

Israel, Reino Unido, Canadá, Suíça e Austrália são alguns dos países em que a questão dos homossexuais nas Forças Armadas já foi amplamente

debatida, digerida e resolvida. Nesses lugares, gays e lésbicas estão livres para servir e, ao mesmo tempo, têm seus direitos preservados por lei.

Nos países árabes, o assunto nem sequer é colocado em discussão e, em locais como Rússia, Turquia, Coréia do Sul e Líbia, os gays, por lei, não podem seguir carreira militar.

Nos Estados Unidos da América, a questão continua em aberto até 1993, a lei dizia o seguinte: “O homossexualismo é incompatível com o serviço militar. A presença em ambiente militar de pessoas que praticam conduta homossexual ou que, por meio de suas afirmações, demonstram propensão para a prática de conduta homossexual, compromete seriamente o cumprimento da missão militar”. Bill Clinton redirecionou a controvérsia ao introduzir o ato que ficou conhecido com “don’t ask, don’t tell” (não pergunte, não diga), que admite homossexuais, mas os proíbe de revelar sua preferência, e o comando militar de investigar a sexualidade dos seus comandados.

Texto 19

Crônica de notícia: “Foi feita justiça?”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de três eventos noticiados (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata da soltura, após sete meses de prisão, dos envolvidos na extorsão do Pe. Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua e um dos principais defensores dos direitos de jovens infratores, pelo ex-interno Anderson Marcos Batista, a sua mulher Conceição Eleutério e os irmãos Evandro e Everson Guimarães.

O texto trata também da fuga das adolescentes Anna Lívia Destefani Luciano, 16 anos, e Giovanna Marsetti Sant’Anna Silva, 15 anos, jovens de classe média de São Paulo e sem qualquer motivo aparente para que fugissem de casa e permanecessem durante seis dias fora dela, sem dar qualquer notícia, até serem localizadas na cidade de Curitiba, em Santa Catarina, rumo à Argentina .

A prisão de Alexandre Nardoni e sua esposa, apontados como os assassinos da menor Isabella Nardoni, filho de Alexandre e de Ana Carolina Cunha de Oliveira é outro tema tratado no texto.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro está relacionado ao fato de os envolvidos na extorsão agradecerem pela absolvição e soltura após sete meses “sem qualquer crime”, como todos fecham os olhos para onde o Padre Júlio teria arrumado os R\$ 700,00 pagos. Há, ainda, um questionamento sobre por que duas jovens de classe média mentem e fogem de casa, sem a mínima explicação e como um pai pode assassinar a própria filha de oito anos de idade.

A cronista de notícia direciona -nos para sua tematização escolhida ao relatar os fatos noticiados, como se pode constatar:

Não é possível saber os pormenores do julgamento, uma vez que o processo corre em segredo de justiça. Mas há algumas dúvidas antigas por esclarecer no caso do Padre Júlio Lancelotti, famoso por defender os direitos dos adolescentes, que no ano passado acusou de extorsão o ex-interno da Febem, Anderson Marcos Batista, a mulher dele, Conceição Eleutério, e os irmãos Evandro e Everson Guimarães.

Texto 20

Crônica de notícia: “Natureza se impõe ao direito”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de três eventos noticiados (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata dos terremotos ocorridos entre os meses de janeiro a março de 2010, assim como trata das fortes chuvas ocorridas no Brasil desde dezembro passado ,causando muitos estragos e mortes. Os eventos são:

O terremoto no Haiti em 12 de janeiro de 2010, com magnitude de 7,0 graus;

O terremoto no Chile em 27 de fevereiro de 2010, com magnitude de 8,8 graus;

O terremoto na Turquia em 8 de março de 2010, com magnitude 6,0 graus.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro são o fato de os grandes sismos serem popularmente designados também pelo termo terremoto e este é um fenômeno de vibração brusca e passageira da superfície da Terra, resultante de movimentos subterrâneos de placas rochosas. O movimento é causado pela liberação rápida de grandes quantidades de energia sob a forma de ondas sísmicas.

A maioria dos países não tem planos emergenciais para catástrofes naturais.

Como as elites políticas dos países deixam a população à própria sorte.

Os mais desprovidos de recursos financeiros são os que mais sofrem com os desastres naturais.

Registros históricos mostram que sempre houve enormes desastres causados diretamente pela natureza e, em muitos deles, por fatos repetitivos agravados por ação, omissão, imprudência ou incapacidade humana. Três deles são recentíssimos: os terremotos do Chile, do Haiti e da Turquia. A comparação do Chile (menos de mil mortos) com o Haiti (dezenas de milhares de mortos ou desaparecidos) da uma ideia da importância dos cuidados prévios, ainda quando se reconheça a diferença entre as condições nos dois países...

Texto 21

Crônica de notícia: “Esse é o cara, vírgula”

Nessa crônica, a seleção temática é feita a partir de dois eventos noticiados (Conhecido/ Esperado), com o relato do cronista (Esperado/Atual), que trata do parecer pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Imprensa, dos tempos da ditadura, bem como sobre a frase dita pelo presidente americano Barack Obama

sobre Lula, “that’s my man”, em um encontro mundial para se discutir a crise financeira mundial.

O Esperado/Conhecido e Atual, que faz parte do Marco das Cognições Sociais do brasileiro é a lei de imprensa estar em vigor e propiciar o bloqueio de fatos noticiosos, assim como acabar por controlar as empresas de imprensa em todo o país.

A frase do presidente americano ao se referir a Lula foi destacada na imprensa nacional, contudo a expressão utilizada teve um enfoque literal das palavras, assim houve uma valorização dessa expressão para enaltecer ainda mais a posição do presidente Lula enquanto estadista de repercussão mundial.

Veja o trecho abaixo:

Neste dias em que o Supremo Tribunal Federal discute se aceita modificações ou se joga no lixo de uma vez por todas a Lei de Imprensa, herança asquerosa do regime militar que ajudou a retirar a condição de réu primário de dezenas de profissionais condenados apenas por expressar sua opinião, ainda há quem acredite que a imprensa deveria de alguma forma ser domesticada...

Sinto desapontar tanto ao nobre leitor quanto aos idiotas latino-americanos que ficaram empolgadíssimos com a troca de gentilezas entre Barack Obama e Lula, na cúpula do G 20, em Londres. Mas a expressão usada por Obama ao se referir a Lula, “That’s my man”, não tem nada a ver coma tradução que foi empregada por meio mundo e seu vizinho.

4.1.3 A focalização na Cognição Social, em busca de uma similitude com a notícia selecionada

O termo focalização, conforme já dito, foi proposto por G. Genett (1966), baseado no trabalho de Brooks e Warren, que denominaram foco de narração.

Esse termo consolidou-se nos estudos linguísticos e se refere ao conceito de ponto de vista, podendo ser definido como a representação da informação que se encontra ao alcance de um determinado campo de consciência. É ela quem condiciona a *quantidade* de informação veiculada, por exemplo, personagens, espaços, tempo, evento etc., a sua *qualidade* é alcançada pela representação de uma certa posição afetiva, ideológica, moral e ética em relação a essa informação.

Segundo a Análise Crítica do Discurso, o social guia o individual. Dessa forma, a Cognição Social guia a focalização do cronista.

As análises indicam que a organização textual da crônica de notícia dá-se por uma resolução transformadora, ou seja, o Inusitado (notícia) em Usual (cotidiano).

Assim, o cronista estabelece uma metáfora, ou seja, uma relação de similitude entre o fato noticiado e o cotidiano (Marco das Cognições Sociais). Esses dois termos focalizados por um ponto em comum, Cognições Sociais, leva a criar um eixo de similitude, que transforma o Inusitado da notícia em Usual, esperado, do cotidiano.

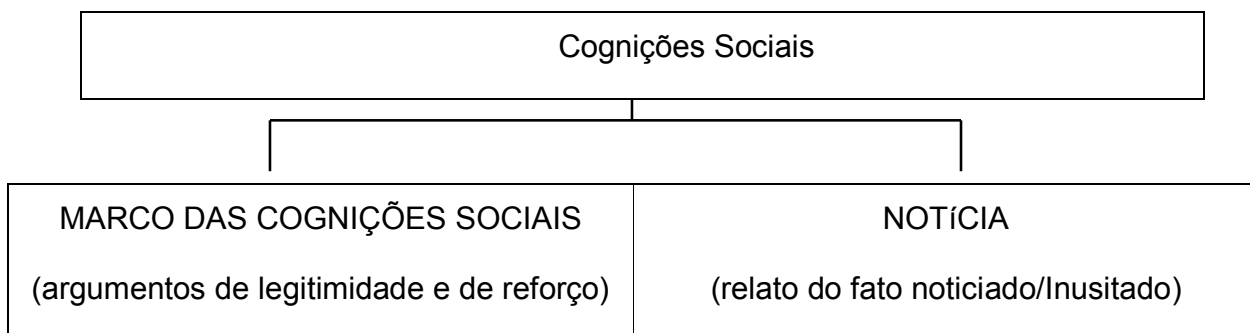
A título de exemplificação:

Texto 7 Crônica de notícia: “A falta de informação”

Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: Corrupção e a inadimplência dos políticos	<i>OK, NINGUÉM É perfeito. Mas por um momento Obama nos pareceu a</i>

brasileiros e seus discursos falaciosos. Argumentos de reforço e legitimidade <i>Tudo bem, ele não pode saber de tudo o que acontece no Brasil, mas para isso tem 500 assessores que deveriam contar as barbaridades que o nosso presidente diz – e permite que façam.</i> <i>Pode, no auge da crise, Lula dizer que tudo não passava de uma marolinha? Pode dizer que a culpa de tudo era dos brancos de olhos azuis? Além da bobajada, existe na frase uma conotação racista, e se fosse o contrário – um presidente dizendo que a culpa da crise era dos morenos de olhos escuros-, seria acusado de racismo, o que no Brasil é crime. Na mão e na contramão.</i>	<i>pessoa mais perfeita do mundo; aquele presidente que adorávamos ter, mas pouco tempo passou para ele dar uma pisada de bola. Foi quando disse, de maneira elogiosa, que Lula era o “cara.”</i> <i>Declarações do Presidente americano sobre o presidente brasileiro quando se referiu a ele como “esse é o cara” no encontro do G 20 para discutirem as ações contra a crise econômica mundial.</i>
SIMILITUDE A falácia do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao se representar no exterior.	

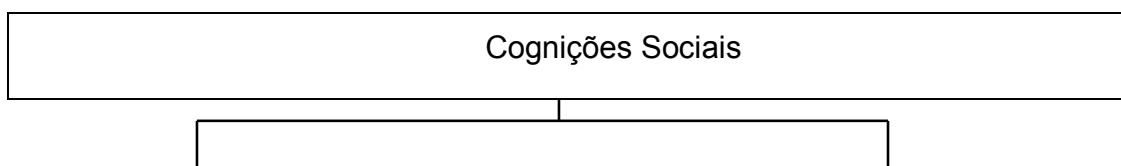
Texto 8 **Crônica de notícia: “Juros, BB e o BBB de Lula”**



Marco das Cognições Sociais: embora o dever do Estado seja garantir o bem estar da população, o Estado brasileiro não cumpre com essa função. Argumentos de reforço e legitimidade <i>Subsidiar casas para pobres foi boa idéia – basta implementar. Emprestar a empresas dólares das reservas também, assim como garantir o crédito de bancos menores. Inteligente ainda foi colocar mais dinheiro no BNDES. Se houver bom negócio, haverá financiamento barato.</i> <i>Mas a demanda privada cai. Cai a exportação, o desemprego sobe. As fábricas ficam ociosas. Cai, pois, o investimento. Mais obras públicas e concessões de serviços públicos estimulariam algum investimento. Quer repetir em regra a fórmula do IPI dos carros. Parece aflição desorientada e politiqueria.</i> <i>Mas o governo não consegue tapar buracos em estradas, como demonstrou outro dia esta Folha.</i> <i>Reduzir o IPI de carros foi outra boa idéia, mas pontual e emergencial. Evitou pânico maior, mais demissões, o que teria engrossado desnecessariamente a bola de neve recessiva. Mas, em clima de</i>	<i>Lula começa a fuçar a caixinha de mágicas & milagres econômicos. Força a barra no Banco do Brasil. Quer o Bolsa Empréstimo (cortar imposto de quem não demitir). Renegocia dívidas a granel.</i>
--	--

<i>demanda reduzida e desemprego crescente, reduções de tributos tendem a ser cada vez menos eficazes para estimular o consumo.</i>	
SIMILITUDE O Estado brasileiro por meio do seu presidente não se preocupa com o bem-estar da população e o presidente Lula diminui provisoriamente a quantidade de imposto para incentivar a economia brasileira.	

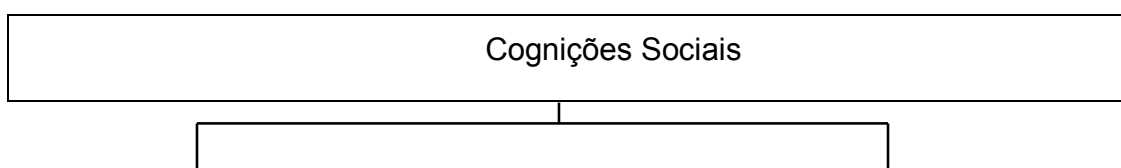
Texto 9 **Crônica de notícia: “A lei pode virar fumaça”**



MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: embora o cigarro faça mal à saúde, tanto para fumantes ativos quanto passivos, o brasileiro fumante continua a produzir esse mal. Argumentos reforço e legitimidade <i>Aos termocéfalos que ainda insistem em se matar a baforadas, ficou reservado o olho da rua e a intimidade (por quanto tempo, ninguém sabe) do próprio lar.</i>	<i>Como já dizia o jogador de beisebol Yogi Berra, “It’s like déjàvu all over again”. Pois é, eu já vi esse filme antes</i> <i>Na terça-feira, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, por 69 votos a 18, o projeto de lei que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes.</i> <i>Embora a lei tenha sido aprovada o</i>

<i>Nenhum ser provido de massa encefálica pode ser contrário a uma lei que visa proteger os fumantes passivos, evita doenças graves e promove uma melhora generalizada na saúde da população.</i>	<i>governador Serra advertiu que não será fácil assegurar o cumprimento da lei antifumo e pede a cooperação dos empresário e da sociedade, pois não tem autoridade para garantir o cumprimento de uma lei.</i>
SIMILITUDE É a falta de autoridade do brasileiro não fumante que o leva a conviver socialmente como fumante passivo e é a falta de autoridade do governo que, embora aprove uma lei, não consegue por si só colocá-la em execução.	

Texto 10 Crônica de notícia: “Lula abre as asas sobre nós”



MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: O Hino da Proclamação da República que liberta o Brasil do jugo exterior. Estribílhio: Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós Das lutas, na tempestade	<i>O aumento de gastos anunciado anteontem pelo governo Lula não é uma medida “anticíclica”, como se diz em Brasília. Não se trata de providências destinada a contrabalancear os efeitos da crise.</i> <i>Os efeitos da crise externa.</i>

Dá que ouçamos tua voz Argumentos de reforço e legitimidade <i>Por ora, apenas se acomoda o aumento já contratado dos gastos correntes (salários, custeio), e se poupa menos. Tais despesas têm escasso efeito “anticíclico”, se algum. Não se tratou de mais investimento. A fim de gastar em obras o que cortou na poupança, o governo teria de multiplicar por sete o aumento anual de investimento registrado nos anos Lula. Difícil, certo?</i>	
SIMILITUDE A crise econômica no exterior e as medidas do governo para diminuir a crise brasileira.	

Letra do Hino da proclamação da República de Medeiros e Albuquerque e música de Leopoldo Miguez.

Texto 11 Crônica de notícia: “O emprego e a virada do ministro

Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTICIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: O Brasil é um dos países de impostos mais caros do mundo, de forma que o seu povo é obrigado a pagar os gastos que o Estado	<i>De janeiro a março de 2008, o país criou 612 mil empregos formais a mais do que no primeiro trimestre deste ano. Ou seja, 2009 está num vermelho-sangue escuro</i>

faz, empobrecendo o seu povo. Argumentos de reforço e legitimidade. <i>As indústrias ligadas à produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica são dois dos três subsetores que, proporcionalmente, mais demitiram no primeiro trimestre (o outro foi a indústria de materiais elétricos e comunicações).</i> <i>Quando o governo renovou a redução do IPI sobre carros, disse que um “acordo de cavalheiros” suspenderia demissões. Depois de abril.</i>	<i>em matéria de emprego formal.</i> <i>O número baixo de empregos criados pelo governo neste primeiro trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período em 2008.</i>
SIMILITUDE O empobrecimento do povo brasileiro obrigado, por meio de imposto, a pagar as dívidas do Estado e o número baixo de empregos criados pelo governo em relação ao ano anterior que mantém o empobrecimento do povo, que é obrigado a pagar grandes impostos.	

Texto 12 Crônica de notícia: “O homem da ONU ganhou um Caveirão”

Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A	<i>O coronel PM Marcus Jardim, chefe do 1º</i>

impropriedade das ações realizadas pela polícia brasileira e a impropriedade da “gracinha” na fala do coronel PM Marcus Jardim. Argumentos de reforço e legitimidade <i>Em novembro de 2007, quando comandava um batalhão em Olaria, anunciou que “este ano será marcado por três pés: Pan, PAC e pau”. Em abril passado, depois que morreram nove “supostos traficantes” numa operação policial contra um morro, o coronel informou que a PM “é o melhor inseticida social”. Numa cidade onde a manipulação da histeria produziu a maldita e inexplicável figura do “suposto traficante”, fazia-se necessário um coronel engraçado.</i>	<i>Comando da Área da Capital do Rio de Janeiro e rotundo quindim da política de segurança do governador Sérgio Cabral, gosta de gracinhas.</i>
SIMILITUDE O coronel Jardim, durante seu encontro com o relator da ONU, entregou uma miniatura do Caveirão e fez declarações inusitadas e desproporcionais sobre o policiamento no Rio, tentando dissuadir, durante o encontro com o relator da ONU, a eficácia do carro blindado e da política de enfrentamento, adotada pelo governo como método eficaz de combate e diminuição da violência.	

Texto 13**Crônica de notícia: “O monstro vive”**

Cognições Sociais

MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A invasão da privacidade pela censura durante a ditadura militar e a invasão da privacidade pelos grampos telefônicos. Argumento de reforço e legitimidade <i>Além das autorizações à polícia para gravação legal, cujo montante de 407 mil já atesta o estado de desatino, as gravações são corriqueiras também em serviços oficiais sem direito de fazê-las e , ainda, nas vastas atividades clandestinas mas tacitamente toleradas pelos governos e até utilizadas por polícias, como já reconhecido. Em contrapartida de não saber quem foi gravado há, portanto, a ignorância sobre quem grava. É um mundo sem olhos e com ouvidos demais.</i>	<i>A insegurança da privacidade é total no Brasil de hoje e de alguns anos já, imprecisos embora. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário – o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas-, sabe quem foi e quem está sendo gravado.</i>
SIMILITUDE Ocorre no Brasil o uso da máquina policial, investigativa, para fins e interesse da manutenção do poder de algumas pessoas que se ocultam na máquina administrativa. Hábitos criados pela ditadura militar para a manutenção do poder, mantém-se dentro do Governo, visando apenas os interesses de um seleto e pequeno grupo oculto pela	

máquina governamental.

Texto 14 **Crônica de notícia: “O problema do muro no Brasil”**

Cognições Sociais

MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A necessidade de segurança do brasileiro manifestada pela construção de muros, que protegem o lugar onde vive. Argumentos de reforço e legitimidade: <i>Entre nós, a casa murada, com estátuas de leões nos seus limiares e cachorros ferozes nos seus quintais, defendia-se da rua.</i> <i>Nos Estados Unidos, prossegue Alceu Amoroso Lima “a vida em comunidade preceda à vida de intimidade. O geral, nesse terreno, se antecipa ao particular. O público ao privado. Não há homem público (...) que não tenha a sua altura, os seus ordenados ou rendimentos e até mesmo a sua dieta posta em pratos limpos. Não há barreiras entre a sala de visitas, a sala de jantar e até mesmos os quartos, tudo é</i>	<i>As casas americanas não têm muro. É um índice psicológico. A vida de comunidade não compete com a vida de intimidade. É uma continuação, se não for, ao contrário, uma fonte. (Alceu Amoroso Lima, A Realidade Americana (1955).</i> <i>Aqueles primeiros brasileiros que visitaram os Estados Unidos – gente do porte de Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, Érico Veríssimo e de Vianna Moog – deram-me régua e compasso para “ler” o Brasil. Porque, num sentido implícito, como desvendaram os antropólogos na figura pioneira de um Gilberto Freyre (que por lá andou, tornando-se mais brasileiro), ao descobrir a América, redescobriam o Brasil numa complexa dialética de presenças e ausências. Só os idiotas viajam e não aprenderam coisa nenhuma!</i> <i>A observação que abre esta crônica</i>

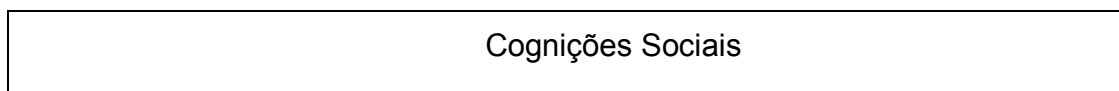
público”. E, um pouco mais adiante, com profundidade característica e sem os labirintos retóricos, típicos dos presunçosos que infestam o nosso mundo público, arremata: “A comunidade mata a intimidade naquilo que tem, por vezes, de mais precioso. As linhas suprimem as entrelinhas. A vida superficial se desenvolveu em detrimento da vida profunda.” (pag. 41 da obra mencionada)	<i>alinhavou toda uma interpretação da vida social brasileira que expressei num conjunto de trabalhos lidos, usados, criticados, recalcados e ignorados.</i>
SIMILITUDE A necessidade de segurança do brasileiro, que o leva a cercar a sua propriedade privada por muros e a necessidade de segurança dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, que leva o governador a querer cercar as favelas por muros.	

Texto 15 Crônica de notícia: “Racismo nem como “metáfora”

Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: O movimento da inclusão imposto pelo governo Lula contra o preconceito racial do Brasil. Argumentos de legitimidade e reforço:	<i>Escrevo constrangido, pois não tenho nenhum prazer em comentar mais uma das tais “metáforas” de mau gosto do presidente Lula. Gafes com implicações morais e políticas tão profundas e</i>

<i>Que eles jurem que não sabiam, que nos conheciam o sócio canalha ou a origem do dinheiro, eu amargamente engulo, mas o caso em pauta não pode passar em branco e visto com olhos azuis.</i> <i>Se a ditadura militar reduziu os problemas nacionais a corruptos e comunistas, eu não posso calar diante de um presidente da República - um político que lutou conta as mais vis simplificações morais e elegeu-se com a bandeira da transformação libertária e do antirracismo – que afirma: “A crise foi feita por gente branca e do olhos azuis.” Seria a frase racista uma tentativa canhestra de dizer que nós – povo e governo Lula – não temos nada com essas perdas, cuja responsabilidade seria de exclusiva fabricação externa (e, portanto, “branca”)?</i>	<i>desagradáveis que nem mesmo os políticos mais auto condescentes, cabotinos e engordados pela mamadeira de um Estado que os trata como realeza, devem repetir.</i>
SIMILITUDE O movimento da inclusão imposto pelo presidente Lula para acabar com o preconceito racial negro e indígena no Brasil e o pronunciamento de exclusão racial do europeu.	

Texto 16 **Crônica de notícia: “Seguranças das ilegalidades”**

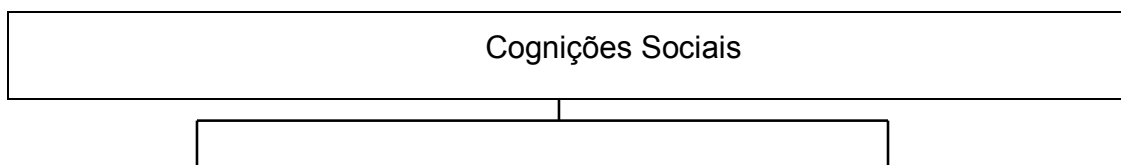


MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: A legalidade de um país democrático consiste num Governo na situação e a presença da oposição. Argumentos de legitimidade e reforço: <i>Mas se trata da explicação que condena, com numeroso acréscimo de cumplicidades à bandidagem originária.</i> <i>Os suíços são muito cautelosos na comunicação das constatações tanto por exigência de suas leis, como por experiências frustrantes em liberações passadas para poderes brasileiros. Apesar do comedimento, o que já foi informado é indicativo de um conjunto de casos de corrupção com metástases por vários setores de poder. Daí vem uma decorrência oportuna e rara. É a provável inutilidade do bloqueio à CPI pela bancada de José Serra, porque a extensão e, também para a Suíça, a ilegalidade das ações atribuídas à Alstom levarão a</i>	<i>Uma CPI que acaba por inutilidade e outra que nem consegue começar, as duas na mesma semana, dão bem a medida da liberdade, cada vez menos contestada, de que os governos desfrutam para as improbidades administrativas impunes. Não precisam mais do que ter casas legislativas majorias ainda que mínimas. (em número, não em carência moral).</i> <i>A gravidade e a dimensão de imoralidades que investigações suíças levantam, nas duradouras relações entre a multinacional Alstom e administrações públicas paulistas e federais brasileiras, por si só explicaria o bloqueio da bancada de José Serra à necessária CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo.</i>

<i>investigação lá que, fatalmente, se tornarão públicas e, portanto, conhecidas aqui. Já houve finais assim, com a Suíça mesmo, com a Itália e com os Estados Unidos, em casos que vieram implodir aqui.</i>	
SIMILITUDE Em um país democrático, há situação e oposição. No regime atual, há oposição José Serra (PSDB) e situação governo federal Lula (PT) estão neutralizadas.	

Texto 17

Crônica de notícia: “Submundo”

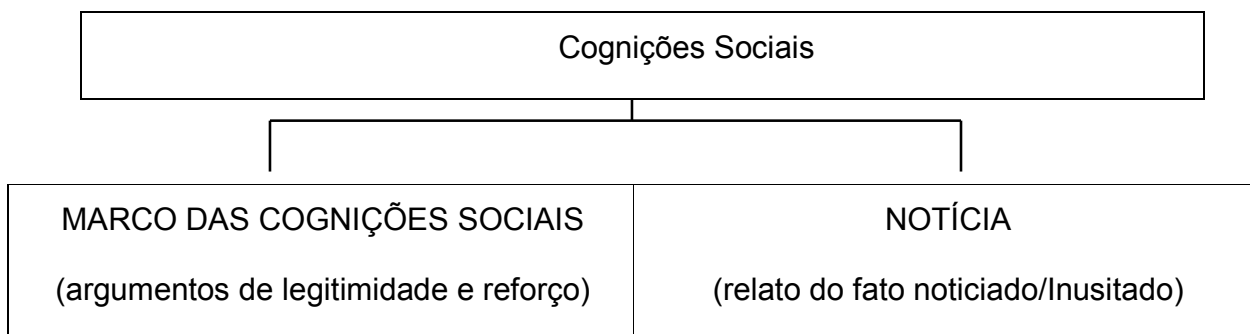


MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: num país democrático, a tortura é crime que precisa ser investigado pelo governo, bem como as escutas ilegais. Embora desde a ditadura isso não tenha sido considerado. Argumentos de legitimidade e reforço: <i>A tortura não é crime hediondo só quando de responsabilidade do coronel Carlos Alberto Ustra e seus congêneres nos quartéis e cadeias ilegais das Forças</i>	<i>A aceitação de protelações investigatórias e da lerdeza convencional nos processos administrativos equivalerá, sob as aparências do Estado de Direito, à conduta acobertadora ante as denúncias de tortura durante a ditadura.</i> <i>No caso da conversa gravada de Gilmar Mendes e Demóstenes Torres, e talvez mesmo no decorrer do governo Lula, não há pista alguma que torne a Abin mais</i>

<i>Armadas. Logo, o governador José Serra deve providências extremadas e imediatas contra os policiais que extraíram com torturas as admissões indevidas, por três rapazes em prisão há dois anos, de violência sexual e assassinato de uma jovem.</i> <i>A tal submundo referiu-se, no depoimento ontem à CPI das Escutas Telefônicas, o diretor-adjunto da Abin, em afastamento provisório, José Milton Campana (em tempo: não é trocadilho). “A Abin não trabalha no submundo”, disse, “a Abin não faz interceptações telefônicas”.</i>	<i>suspeita do que qualquer outra das possíveis autorias da gravação, como a Polícia Federal e interessados eventuais.</i> <i>A prisão por dois anos de Renato Correia de Brito, William César de Brito Silva e Wagner Conceição da Silva sob acusação de violência sexual e assassinato de uma jovem;</i> <i>A gravação de dois minutos entre o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF e o senador Demóstenes Torres, efetuadas pela Agência Brasileira de Inteligência.</i>
SIMILITUDE Persistem hábitos criados pela ditadura militar, como o abuso de poder por parte dos órgãos policiais para a manutenção dele após a ditadura , em que a situação se mantém.	

Texto 18

Crônica de notícia: “Tiro pela culatra”

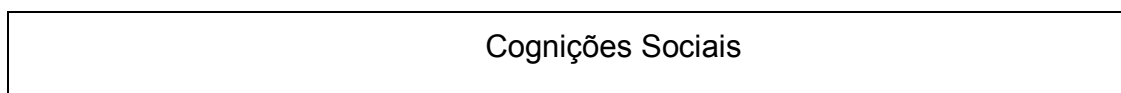


Marco das Cognições Sociais: A luta dos homossexuais brasileiros e estrangeiros para serem incluídos socialmente e considerados cidadãos: eles têm deveres com o Estado (pagam impostos) e o Estado não tem deveres com eles. Argumentos de legitimidade e reforço: <i>Israel, Reino Unido, Canadá, Suíça e Austrália são alguns dos países em que a questão dos homossexuais nas Forças Armadas já foi amplamente debatida, digerida e resolvida. Nesses lugares, gays e lésbicas estão livres para servir e, ao mesmo tempo, têm seus direitos preservados por lei.</i> <i>Nos países árabes, o assunto nem sequer é colocado em discussão e, em locais como Rússia, Turquia, Coreia do Sul e Líbia, os gays não podem, por lei, seguir carreira militar.</i> <i>Nos EUA, a questão continua em aberto. Até 1993, a lei dizia o seguinte: “O homossexualismo é incompatível com o serviço militar. A presença em ambiente militar de pessoas que praticam conduta homossexual ou que, por meio de suas afirmações, demonstram propensão para a prática de conduta homossexual,</i>	<i>Atualmente, o Congresso norte-americano estuda um novo ato, que admite, sem restrições, os homossexuais e ainda promete garantir plenamente os seus direitos.</i> <i>Já aqui na terrinha, como era de se esperar, a questão virou galhofa. A história da prisão por suposta deserção do sargento Laci Marinho de Araújo, gay assumido, enquanto gravava o programa “Superpop”, fez mais gente rir do que aprofundar na questão de se homossexuais devem ou não ter os mesmos direitos do restante da população.</i>
---	--

<i>compromete seriamente o cumprimento da missão militar”.</i> <i>Bill Clinton redirecionou a controvérsia ao introduzir o ato que ficou conhecido como “don’t ask, don’t tell”(não pergunte, não diga), que admite homossexuais, mas os proíbe de revelar sua preferência, e o comando militar de investigar a sexualidade dos seu comandados.</i>	
SIMILITUDE A luta dos homossexuais brasileiros para serem considerados cidadãos e a manifestação da parada gay ,que manifesta indiretamente essa luta.	

Texto 19

Crônica de notícia: “Foi feita justiça?”



MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: Em um país como o Brasil com maioria cristã, todas as instituições são guiadas pelos princípios morais. Argumentos legitimidade e reforço: <i>Detidos desde outubro de 2007, o ex-interno, a mulher e os dois irmãos acabaram absolvidos e soltos. Na saída da</i>	<i>Não é possível saber os pormenores do julgamento, uma vez que o processo correu em segredo de Justiça. Mas ainda há algumas duvidas antigas por esclarecer no caso do padre Júlio Lancelotti, famoso por defender os direitos dos adolescentes, que no ano passado acusou de extorsão o ex-interno da Febem, Anderson Marcos</i>

<i>Penitenciária Feminina do Estado, onde passou os últimos sete meses sem receber visita. Conceição Eletério afirmou que foi feita justiça no seu caso.</i> <i>...desabafou aos jornalistas depois da volta da pimpolha: “Eu sou uma mãe superlegal, dou liberdade; ao mesmo tempo, levo e busco no colégio, converso, aí ela vai e desaparece”. Não tenho filhos, mas ousa dizer que também sumiria se minha mãe fosse tão despreparada.</i>	<i>Batista, a mulher dele, Conceição Eleutério, e os irmãos Evandro e Everson Guimarães.</i> <i>A mãe de uma das adolescentes que desaparecem dizendo que iam ao cinema (e foram encontradas em Curitiba, Santa Catarina)...</i>
SIMILITUDE Em um país como o Brasil, com maioria cristã, todas as instituições são guiadas pelos princípios morais. O padre Júlio, famoso por defender os adolescentes, e a mãe que se representa moralmente como amiga da filha adolescente, dando-lhe excesso de liberdade.	

Texto 20

Crônica de notícia: “Natureza se impõe ao direito”

Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: Dever do Estado garantir adequação ou proteção do meio ambiente para garantir a segurança da população.	<i>Registros históricos mostram que sempre houve enormes desastres causados diretamente pela natureza e, em muitos deles, por fatos repetitivos agravados por</i>

Argumentos de legitimidade e reforço: <i>A comparação do Chile (menos de mil mortos) com o Haiti (dezenas de milhares de mortos ou desaparecidos) dá uma idéia da importância dos cuidados prévios, ainda quando se reconheça a diferença entre as condições nos dois países.</i> <i>A natureza no Brasil é menos agressiva que na maior parte das nações. Não temos sequer a surpresa da intensidade imprevisível, caso dos terremotos. Mesmo assim, gera aqui prejuízos materiais e humanos muito grandes, reiterados, cuja causa pode ser debatida, em parte, à incúria de nossos administradores, na omissão de providências acauteladoras.</i>	<i>ação, omissão, imprudência ou incapacidade humana. Três deles são recentíssimos: os terremotos do Chile, do Haiti e da Turquia.</i>
SIMILITUDE Após o desastre, o governo brasileiro busca garantir o bem-estar da população.	

Texto 21

Crônica de notícia: “Esse é o cara, vírgula”

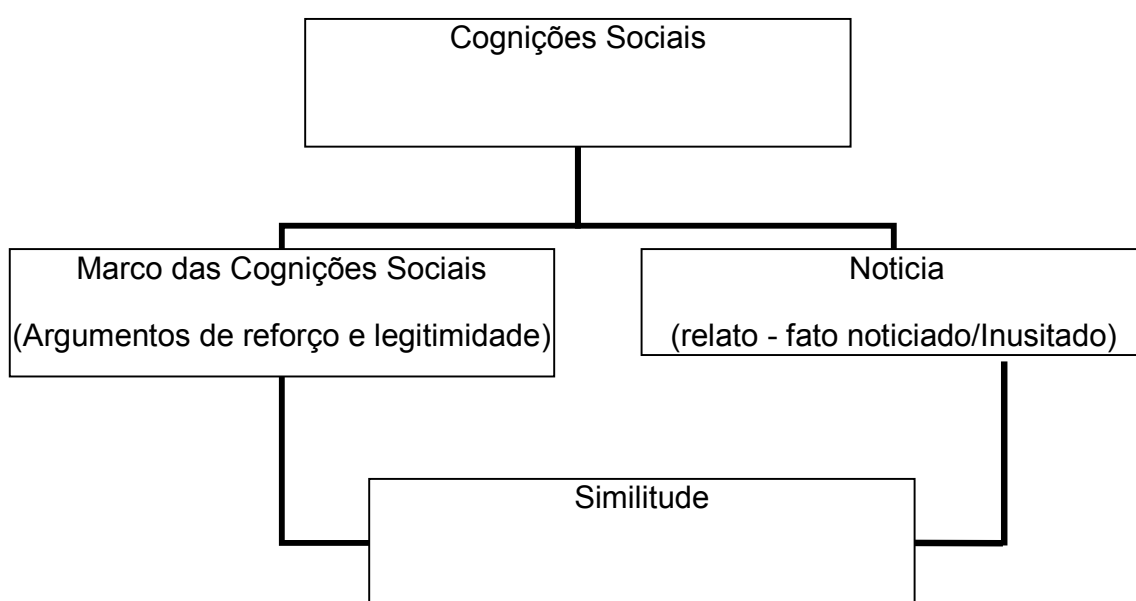
Cognições Sociais	
MARCO DAS COGNIÇÕES SOCIAIS (argumentos de legitimidade e de reforço)	NOTÍCIA (relato do fato noticiado/Inusitado)
Marco das Cognições Sociais: Em um país democrático, há liberdade de	<i>Nestes dias em que o Supremo Tribunal Federal discute se aceita modificações ou</i>

imprensa e todos os repórteres têm o direito a entrevistar pessoas sem alterar depoimentos. No Brasil, embora oficializado como país democrático, desde sua criação, a imprensa é controlada pela ideologia do Poder, pois o jornal empresa divide poder com as instituições. Argumentos de legitimidade e reforço: <i>Não conheço caso de excesso de liberdade de expressão. Que eu saiba, quanto mais democrático e justa a sociedade, mais livre pensar e se expressar é valorizado.</i> <i>Mas nós tapuias ainda não perdemos a mania de ser capacho, a servilidade que vem dos tempos da escravidão. Basta ver o que acontece em qualquer coletiva de imprensa em que estejam presentes os presidentes do Brasil e dos EUA.</i>	<i>se joga no lixo de uma vez por todas a Lei de Imprensa, herança asquerosa do regime militar que ajudou a retirar a condição de réu primário de dezenas de profissionais condenados apenas por expressar sua opinião, ainda há quem acredite que a imprensa deveria de alguma forma ser domesticada.</i>
SIMILITUDE A falta de liberdade de expressão da imprensa brasileira por um jogo de poder e a tradução inadequada da fala do presidente Obama para garantir o poder de Lula.	

Os resultados obtidos indicam que as estruturas textuais da focalização por similitude transforma a categoria Inusitado (noticioso) em Usual (cotidiano), resultante da focalização na Cognição Social. Indica, ainda, que se cria uma metáfora intertextual, isto é, uma comparação por similitude, com o fato noticioso, em que a categoria Inusitado (fato noticioso) estabelece relações semânticas com Usual (cotidiano).

Tal similitude é uma estratégia argumentativa, na medida em que o cronista recorre às Cognições Sociais, fazendo com que os conhecimentos factuais que compõem o Marco das Cognições Sociais e os fatos noticiados aos brasileiros já façam parte das Cognições Sociais; por isso, o cronista consegue transformar o Usual, por meio de sua focalização, que irá levar o leitor a construir uma nova forma de enxergar os acontecimentos do dia a dia.

É possível verificar a estrutura textual da similitude, por meio da seguinte visualização:



Apesar de a estrutura demonstrar focalizações polares, o cronista utiliza-se dessa estratégia argumentativa para a construção de um eixo condutor/comparativo entre o Marco das Cognições Sociais X Notícia (fato noticiado), ou seja, o cronista conduz o leitor a uma aproximação entre eles, por meio da similitude criada pelo saber social do leitor e do cronista, construindo, para o leitor, um novo modo de enxergar aquele saber, ou seja, um mundo possível, uma outra possibilidade para o acontecimento, o qual é provável que ocorra em nosso cotidiano.

Assim, o cronista leva o leitor a aderir ao novo, por meio de sua argumentação, para iniciar seu ponto de vista sobre o fato focalizado e, dessa maneira, formar opiniões sobre os fatos acontecidos no dia a dia.

4.1.4 A focalização para a construção de uma Circunstância em relação às Cognições Sociais e a opinião do cronista

Como dito anteriormente, a focalização relaciona-se com o conceito de ponto de vista e pode ser definida como a representação da informação que se encontra ao alcance do cronista e um determinado campo de sua consciência. Dessa forma, a focalização condiciona a *quantidade* de informação veiculada, como, por exemplo, personagens, espaços, tempo, evento etc. A sua *qualidade* é alcançada pela representação de uma certa posição afetiva, ideológica, moral e ética em relação a essa informação.

A crônica de notícia organiza-se textualmente como um texto opinativo. Opinar implica atribuir uma avaliação a algo. O objeto da opinião do cronista é um fato construído por ele no texto a partir de uma zona de similitude estabelecida nas Cognições Sociais de forma a selecionar uma notícia já publicada e focalizar, nas Cognições Sociais, certas formas de conhecimento.

Desse modo, a estratégia argumentativa na crônica é justificar a sua opinião a partir de conhecimentos sociais que a legitimam e reforçam.

Serão analisadas as crônicas de notícias para demonstrar como ocorre a construção de um *Fato*, que passa a ser objeto da opinião do cronista de notícia.

Por exemplo:

Texto 7 Crônica de notícia: “A falta de informação”

Fato: A falta de informação sobre as ações de Lula como presidente do Brasil leva Obama a tratá-lo com intimidade.

Premissa: Se há falta de informação para o presidente dos Estados Unidos.

Conclusão/opinião: ele não deve se manifestar em público, pois se expõe.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: A crise econômica de 2008-2009 é um desdobramento da crise financeira internacional, precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram.

A afirmação do presidente Lula, no auge da crise, ao dizer que era apenas uma marolinha que passava pelo país, apesar do grande temor dos empresários, dos economistas, banqueiros do país.

A afirmação do presidente Lula na reunião do G20, que reúne líderes das principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento para discutir a crise financeira internacional, imputando a culpa da crise, ser dos brancos de olhos azuis.

Escândalo do Mensalão ou "Esquema de compra de votos de parlamentares", crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006 no. O termo foi usado para se referir a uma suposta "mesada" paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo.

Da mesma forma, há representação dos cartões corporativos que foram instituídos em 2001, mas só entraram em funcionamento no ano seguinte. Para uma maior transparência e rapidez em gastos emergenciais, sua criação foi com a finalidade de ser usado para despesas pequenas e urgentes dos funcionários do governo, porém estava sendo usado para dispensar licitações e dar mimos aos políticos governistas.

O escândalo dos atos secretos constituiu-se em uma série de denúncias sobre a não publicação de atos administrativos, tais como de nepotismo e medidas impopulares, como, por exemplo, a extensão da assistência odontológica e psicológica vitalícia a cônjuges de ex-parlamentares, a nomeação de mais de

200 diretores para o Senado Federal. Ness episódio, que incluem atos de mais de 10 anos, os atos serviam para benefício próprio dos senadores e funcionários.

Escândalo da gráfica do Senado, órgão instituído para uso nos assuntos do governo e fora utilizada para confecção de panfletos eleitorais, materiais particulares do governo.

Todas essas informações são ativadas na memória do leitor e constituem marcos de cognição social.

a.2) Relato Jornalístico: nessa crônica em particular, a cronista se utiliza do fato noticioso que diz respeito às declarações do presidente americano, Barack Obama, no encontro do G20. Ao apresentar Lula para o primeiro-ministro da Austrália Kevin Rudd, Obama disse:- “Esse é o cara. Eu adoro esse cara. É o político mais popular da terra. É porque ele é bonito”.

Ok, ninguém é perfeito. Mas por um momento Obama nos pareceu a pessoa mais perfeita do mundo; aquele presidente que adorávamos ter. Mas pouco tempo passou para ele dar uma pisada de bola. Foi quando disse, de maneira elogiosa, que Lula era o “cara”. Tudo bem, ele não pode saber de tudo o que acontece no Brasil, mas para isso tem 500 assessores que deveriam contar as barbaridades que o nosso presidente diz – e permitem que façam”.

b) Circunstância: O presidente Lula parece estar com respaldo diante do presidente Barack Obama. Na reunião do G20, o presidente brasileiro ganhou o dia diante de tantos elogios recebidos do presidente Barack Obama. Ao apresentar Lula para o primeiro-ministro da Austrália, Kevin Rudd, Obama disse:- “Esse é o cara. Eu adoro esse cara. É o político mais popular da terra. É porque ele é bonito”.

b.1) Ponto(s) de Partida: Pode, no auge da crise, Lula dizer que tudo não passava de uma marolinha? Pode dizer que a culpa de tudo era dos brancos de olhos azuis? Além de “a bobajada”, existe na frase uma conotação racista, e se fosse ao contrário – um presidente dizendo que a culpa da crise era dos morenos de olhos escuros? Seria acusado de racismo, o que no Brasil é crime. Na mão e na contramão.

b.1.2) Comentários do Cronista:

... E claro que Obama não soube do mensalão, das vezes que Lula se esconde e finge que não é com ele, das viagens que faz o tempo todo...

Será que Obama sabe que a mulher do presidente é ítalo-brasileira, pois conseguiu um passaporte italiano para ela e para o filho, coisa jamais vista numa primeira-dama de um país?...

Obama não deve saber também que Lula nomeou mais de 200 mil funcionários, onerando em milhões o orçamento do país. Não deve saber também dos cartões corporativos, com os quais os funcionários gastavam sem prestar contas ao governo

Nem deve saber das estrepolias de Lulinha, outro escândalo do governo. Nem dos quase 200 diretores do Senado.

b.1.2.1) Argumentos do cronista

... além da bobajada, existe na frase uma conotação racista, e se fosse o contrário – um presidente dizendo que a culpa da crise era dos morenos de olhos escuros-, seria acusado de racismo, o que no Brasil é crime. Na mão e na contramão.

...acho que fica mais tempo viajando do que em Brasília-, a cara-de-pau com que cruza o país no seu lindo avião com sua protegida Dilma já fazendo campanha, quando é proibido por lei ...

...Não que seja ilegal, mas para que a mulher de um presidente que outro passaporte, para ela e para o filho, se ela, com seu passaporte diplomático, tem todas as regalias quando chega a outro país? É claro que Lula estava de acordo; então é esse “o cara”? até uma estrela do PT plantaram nos jardins tombados do Alvorada, como se o palácio fosse deles.

... pois ele não sabe de nada; nem ele nem Sarney, presidente daquela casa de marimbondos. Nem ao menos quantos são seus funcionários.

Os jornais não dão conta de falar de tudo porque não há espaço, já que cada dia tem um novo. “Esse é o cara”. Que mancada, Obama.

Por que Lula não chama os presidentes da Câmara e do Senado e não dá uma dura neles, para que ponham ordem na casa? Porque o que se passa ali dentro nem nosso senhor Jesus Cristo é capaz de saber. E gráfica do Senado, com não sei quantos funcionários? E a TV do governo, que nunca ouvi falar que alguém tenha visto? Você já viu?

Eu juro que deu pena quando ouvi Lila dizer que achava chique emprestar dinheiro ao FMI, como se fosse um lavrador que um dia emprestasse dinheiro a seu patrão que sempre o humilhou. Fiquei com pena e compreendi.

O que não impede de lembrar que Lula largou de mão seus mais próximos, com Genoino e Mercadante, como se nunca os tivesse conhecido. Isso não é bonito, é falta de lealdade - para não dizer de caráter -, por isso acho que Obama errou feio quando disse que ele “é o cara”.

Texto 8

Crônica de notícia: “Juros, BB e o BBB de Lula”

Fato: as atitudes do governo Lula para forçar BB e CEF a emprestar mais e a juros menor é uma aflição politiqueira.

Premissa: Se o governo Lula age com aflição politiqueira.

Conclusão/opinião: recorre a mágicas e milagres ineficazes para justificar a economia.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista brasileiro e político atual, presidente da República Federativa do Brasil,

cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

O governo lançou uma medida a qual reduz o IPI, imposto sobre produtos industrializados, dos veículos e alguns eletrodomésticos. Esse imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

Carlos Drummond de Andrade, poeta, contista e cronista brasileiro, assim como os modernistas, proclama a liberdade das palavras. Segue a libertação proposta por Mário de Andrade e com a instituição do verso livre, acentua-se a libertação do ritmo. O autor faz uso da linguagem coloquial, de temas como o desajustamento do indivíduo, ou as preocupações sócio-políticas da época.

Spread refere-se à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) da mesma ação, título ou transação monetária. Por exemplo, se comprarmos uma ação na bolsa de valores a 10 centavos e a vendermos a 1 real, temos um *spread* de 0,90 centavos. Grande parte do lucro obtido pelos corretores de títulos advém dessa diferença.

Banco do Brasil S.A. (BB) é uma instituição financeira brasileira, constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União em 68,7% das ações. Dessa forma, a União é detentora, mantenedora do banco, estando as decisões a seu cargo.

A Caixa Econômica Federal (CEF) é uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília - DF. Trata-se de órgão vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil. Integra o Sistema Financeiro Nacional, auxiliando na política de crédito do Governo Federal, submetendo-se às suas decisões e à disciplina normativa ao Ministro da Fazenda, e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

BBB – Big Brother Brasil, programa de televisão que é transmitido pela emissora Globo, tem como objetivo deixar os participantes confinados dentro de uma casa, a qual têm câmeras transmitindo as imagens 24 horas por dia.

a.2) Relato Jornalístico: o cronista utiliza-se de um fato noticioso, a tentativa de criação do “Bolsa empréstimo” pelo presidente Lula.

Lula começa a fuçar a caixinha de mágicas & milagres econômicos. Força a barra no Banco do Brasil. Quer o Bolsa Empréstimo (cortar imposto de quem não demitir). Renegocia dívidas a granel. Quer repetir em regra a formula do IPI dos carros. Parece aflição desorientada e politiqueira.

Subsidiar casas para pobres foi boa idéia – basta implementar. Emprestar a empresas dólares das reservas também, assim como garantir o crédito de bancos menores. Inteligente ainda foi colocar mais dinheiro no BNDES. Se houver bom negócio, haverá financiamento barato. Mas a demanda privada cai. Cai a exportação, o desemprego sobe. As fabricas ficam ociosas. Cai, pois, o investimento. Mais obras públicas e concessões de serviços públicos estimulariam algum investimento. Mas o governo não consegue tapar buracos em estradas, como demonstrou outro dia esta Folha. Reduzir o IPI de carros foi outra boa idéia, mas pontual e emergencial. Evitou pânico maior, mais demissões, o que teria engrossado desnecessariamente a bola de neve recessiva. Mas, em clima de demanda reduzida e desemprego crescente, reduções de tributos tendem a ser cada vez menos eficazes para estimular o consumo.

b. Circunstância: A decisão do presidente Lula em forçar os bancos públicos a disputarem e influenciar, no setor de empréstimos, os bancos privados a baixarem os seus juros.

b.1) Ponto(s) de Partida: O recurso a esquisitices é também evidência de que o governo passou seis anos “quentando ao sol, comendo banana e coçando a perna da perna”, como a família do poema de Drummond. O spread está alto desde o período jurássico. Qual foi o plano organizado do governo para reduzi-lo, até agora?

b.1.2) Comentários do Cronista:

Quer repetir em regra a fórmula do IPI dos carros. Parece aflição desorientada e politiqueria.

Subsidiar casas para pobres foi boa idéia – basta implementar.

O governo quer forçar BB e CEF a emprestar mais e a juro menor.

Primeiro, falta dinheiro na praça. Segundo, a procura das empresas anda devagar – considere o caso do BNDES. Terceiro, desde outubro de 2008, início da crise, a fatia dos bancos públicos no total de crédito subiu. Até então, andava em torno de 34%. Agora está em 37%.

O governo imagina que se BB e CEF emprestarem mais, a custo menor, tiram mercado dos bancos privados, que seriam obrigados a reagir. Os bancos privados já abriram mão de mercado em troca de rentabilidade e de segurança.

1.2.1) Argumentos do cronista

Vai dar certo?

É uma mudança forte. Os estatais têm mais gás?

De quanto teria de ser o avanço de BB e CEF para a banca privada emprestar mais e a custo menor? Os estatais, como qualquer banco, têm fundos limitados e não podem ficar no vermelho. Mas correriam mais risco de “seleção adversa”: a de dar mais empréstimo a mais gente sem condição de pagá-lo, risco que os bancos privados tentam evitar.

Isto posto, é provável que os bancos privados exagerem no conservadorismo e no spread. Os estatais podem substituí-los? BB e CEF tinham, em dezembro, uns 32% das operações de crédito dos bancos comerciais – é peso. Mas os estatais atuam pesadamente em setores largados pelo setor privado, como habitação e agropecuária. Logo, é menor o peso dos estatais em outros setores de crédito caro e escasso. Por fim, os bancos não atuam todos nas mesmas áreas. BB e CEF podem baixar custos em áreas que não afetam os privados, o que não teria efeito nos juros.

TEXTO 9

Crônica de notícia: “Lei pode virar fumaça”

Fato: Leis necessárias no Brasil são fadadas ao fracasso devido à falta de empenho do governo

Premissa: se a lei seca não deu certo.

Conclusão/opinião: a lei antifumo também não dará devido à falta de empenho para que o governo mantenha a sua autoridade.

Justificativa:

a) **Cognições Sociais:**

a.1) Marco das Cognições Sociais: Assembléia Legislativa de São Paulo é o órgão que tem por função legislar sobre a educação, saúde, estradas e outros assuntos de interesse do Estado.

Governador Serra, José Serra, político brasileiro filiado ao Partido Social Democracia Brasileira, atualmente exerce a função de Governador de Estado.

Lei seca apelido dado a Lei 11.705 que proíbe o consumo de bebida alcoólica superior a 0,1 mg de álcool por litro.

Mandado de segurança é um instituto jurídico que serve para resguardar Direito líquido e certo, não amparado por *Habeas Corpus* ou *Habeas Data*, que seja negado, ou mesmo ameaçado, em face de ato de quaisquer dos órgãos do Estado Brasileiro.

a.2) Relato Jornalístico: o cronista se utiliza de um fato noticioso, a lei antifumo aprovada em São Paulo, a qual proíbe derivados do tabaco em locais públicos ou privados.

Como dizia o jogador de beisebol Yogi Berra, “It’s like déjà vu all over again”. Pois é, eu já vi esse filme antes.

Na terça-feira, a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, por 69 votos a 18, o projeto de lei que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes.

Aos termocéfalos que ainda insistem em se matar a baforadas, ficou reservado o olho da rua e a intimidade (por quanto tempo, ninguém sabe) do próprio lar

b) Circunstâncias: *Aprovação da lei que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes.*

b.1) Ponto(s) de Partida: *Nenhum ser provido de massa encefálica pode ser contrário a uma lei que visa proteger os fumantes passivos, evita doenças graves e promove uma melhora generalizada na saúde de população.*

b.1.2) Comentários do Cronista: *Mas, ontem, em entrevista por email à Folha, o governador Serra advertiu que não será fácil assegurar o cumprimento da lei antifumo: “Só o controle do governo não vai bastar. É essencial a cooperação dos empresários e, principalmente, do público”, disse ele.*

Nesse caso, eu ousaria afirmar que a nova lei está fadada a tomar o rumo de lei seca (lembra-se dela?), que começou muito bem, mas desandou por falta de empenho.

Direitos são sempre acompanhados de responsabilidades, e o pessoal que aplaudiu a lei seca e depois deixou o trabalho duro exclusivamente nas mãos das autoridades serve para ilustrar o que pode vir a acontecer com a lei antifumo.

b.1.2) Argumentos do cronista

De que adianta a fiscalização por parte do poder público se os pais, os educadores e o próprio consumidor não dão continuidade ao processo de implementação da lei?

De junho do ano passado, quando foi aprovada a lei que proíbe o motorista de dirigir depois de ingerir bebidas alcoólicas, até hoje, quantos estabelecimentos

que servem bebidas para menores foram autuados? Essa mudança de atitude não tinha sido vislumbrada para completar o endurecimento contra o consumo de álcool? Onde forma parar os pais da classe média alta que prometiam fiscalizar a saída das casa noturnas para verificar se os filhos estavam pegando no volante depois da balada?

Quantas pessoas ainda tomam táxi ou escolhem um motorista designado, aquele que não vai beber em determinada noite, para levá-las do bar até em casa?

No meu círculo de amigos, não vejo ninguém se preocupar com a lei seca. E se o governador já está avisando que a lei antifumo também corre o risco de virar fumaça, quem sou eu para duvidar?

Imagino que, a fim de deixar tudo como está, vários donos de bares e de restaurantes já estejam se preparando para entrar com o manjado remédio do mandado de segurança contra a nova lei.

Pressuponho que outros pensem em adaptar seus estabelecimentos para receber o anexo de uma tabacaria de fachada, que acabará servindo como área de fumantes.

Texto 10

Crônica de notícia: “Lula abre as asas sobre nós”

Fato: As mediadas tomadas pelo governo Lula para um programa anticrise econômica mundial acarretarão o aumento de gastos do governo.

Premissa: Se o governo propõe um programa anticrise para deixar o povo brasileiro feliz.

Conclusão/opinião: trata-se de uma plataforma eleitoral para as eleições de 2010.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista brasileiro e político, atual presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

O governo lançou uma medida a qual reduz o IPI, imposto sobre produtos industrializados, dos veículos e alguns eletrodomésticos. Esse imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

Anticíclica, em economia, consiste no conjunto de ações governamentais voltadas a impedir, sobrepujar, ou minimizar os efeitos provocados por choques econômicos externos (petróleo, moral *hazard* internacional das bolsas etc) que afetam uma economia, levando-a à recessão ou depressão econômicas.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma autarquia do Governo Federal do Brasil que recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei.

Banco do Brasil S.A. (BB) é uma instituição financeira brasileira, constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União em 68,7% das ações. Dessa forma, a União é detentora, mantenedora do banco, estando as decisões a seu cargo.

A Caixa Econômica Federal (CEF) é uma instituição financeira, sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília - DF. Órgão vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil. Integra o Sistema Financeiro Nacional, auxiliando na política de crédito do Governo Federal, submetendo-se às suas decisões e à disciplina normativa ao Ministro da Fazenda, e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Banco Central (BC) tem a função de gerir a política econômica, ou seja, garantir a estabilidade e o poder de compra da moeda de cada país e do sistema financeiro como um todo.

Além disso, tem como objetivo definir as políticas monetárias (taxa de juros e câmbio, entre outras) e aquelas que regulamentam o sistema financeiro local. O banco faz isso interferindo mais ou menos no mercado financeiro, vendendo papéis do tesouro, regulando juros e avaliando os riscos econômicos para o país.

COHABs - Companhias de Habitação, empresas estatais responsáveis por executar políticas públicas de habitação nas cidades e em suas regiões metropolitanas.

a.2) Relato Jornalístico: nessa crônica em particular o cronista se utiliza de um fato noticioso do aumento de gastos por parte do governo.

O aumento de gastos anunciado anteontem pelo governo Lula não é uma medida “anticíclica”, como se diz em Brasília. Não se trata de providências destinada a contrabalancear os efeitos da crise. Por ora, apenas se acomoda o aumento já contratado dos gastos correntes (salários, custeio), e se poupa menos. Tais despesas têm escasso efeito “anticíclico”, se algum. Não se tratou de mais investimento. A fim de gastar em obras o que cortou na poupança, o governo teria de multiplicar por sete o aumento anula de investimento registrado no anos Lula, certo?

b) Circunstâncias: A decisão do presidente Lula em aumentar os gastos do governo em uma medida de modo a contrabalancear os efeitos da crise econômica que atingiu vários países.

b.1) Ponto(s) de Partida: *Mas o ativismo luliano, no que tem de melhor e de pior, desconsiderando por ora seu mérito econômico e social, é de amplitude para deixar a já medíocre oposição ainda mais diminuída. “Ninguém será deixado para trás”, parece dizer Lula. A lista dos beneficiados é conhecida, mas impressiona quando alinhada.*

b.1.2) Comentários do Cronista:

São as quase 200 mil pessoas de classe média a comprar carros novos mais baratos, a cada mês, devido ao IPI menor. São as centenas de milhares de metalúrgicos e correlatos, menos ameaçados de perder o emprego, além de seus sindicatos cada vez mais alinhados ao governo. Ainda virá o desconto de imposto para quem comprar eletrodomésticos de cozinha e área de serviço.

São as dezenas de milhões que receberão outro aumento real do salário mínimo, seja via INSS, emprego privado ou público em prefeituras e Estados mais pobres, quase todos.

São as centenas de milhares de famílias ora apenas esperançosas de comprar uma casinha quase toda subsidiada, mas que já fazem filas em prefeituras, em Cohabs etc., para um cadastramento. A isso se junte a construção civil agradecida, com casas para fazer e incentivos e fundos para obras de infraestrutura.

São milhares de prefeitos que, penhorados e agradecidos, poderão continuar a gastar como se não houvesse amanhã, dado o capilé federal para compensar a queda de receita, prefeitos que têm boas clientelas e são bons cabos eleitorais nas cidades pequenas.

São dezenas de milhares de servidores federais que ganharão mais. Serão talvez os governadores, já na fila do auxílio federal prometido, mas ainda não negociado.

Pouco numerosas, mas com voz política, são as empresas que podem renegociar suas dívidas externas com dólares emprestados pelo Banco Central. E outras que poderão tomar empréstimos baratos devido ao caixa ampliado do BNDES. São os bancos pequenos, que ganharam seguros de crédito e financiamentos incentivado por medidas do BC, o que melhora a vida de empresas menores ou de compradores de carros usados.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: A fim de gastar em obras o que cortou na poupança, o governo teria de multiplicar por sete o aumento anual de investimento registrado nos anos Lula.

Difícil, certo?

Daqui a pouco serão as micro e pequenas empresas, que talvez tenha acesso menos difícil ao crédito devido ao seguro que o governo deve criar para tais financiamentos.

Os frigoríficos e seus milhares de empregos restantes poderão sair do gelo devido a linhas especiais de crédito e isenção de impostos, o que agradará bases políticas no Sul e no Centro-Oeste; nessa conta entram também os agricultores que outra vez renegociam suas dívidas oficiais.

Texto 11

Crônica de notícia: “O emprego e a virada do ministro”

Fato: Embora o governo tenha aumentado o número de empregos, estes são insuficientes para melhorar a condição de vida do brasileiro

Premissa: Se o governo Lula representa a criação menor de número de empregos como melhora da economia.

Conclusão/opinião: Há “despiora” da economia, tornando mais pobre o brasileiro.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: A renovação por parte do governo da redução do IPI, imposto sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros, sobre os automóveis.

A indústria automóvel brasileira encontra-se em amplo crescimento desde 2005, a cada ano ocorre novo recorde de vendas no setor;. No país, encontram-se

instalados os maiores fabricantes mundiais, como Toyota, Ford, GM (Chevrolet), Volkswagen, Fiat, Peugeot, Citroën, Mercedes-Benz, Renault etc., e também alguns fabricantes nacionais emergentes, como a Troller, Marcopolo, Agrale, Randon, dentre outros.

Sindicato é uma agremiação fundada para a defesa comum dos interesses de categorias profissionais, conhecidos como sindicatos laborais ou de trabalhadores, e de classes econômicas, conhecidos como sindicatos patronais ou empresariais.

Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. é uma fabricante brasileira de aviões para uso comercial, executivo, agrícola e militar. É a terceira maior fabricante de aviões do mundo, atrás da Boeing e da Airbus, e uma das maiores companhias exportadoras do Brasil em termos de valor absoluto desde 1999.

Carlos Roberto Lupi é um político brasileiro, atual ministro do Trabalho e Emprego.

Frigorífico ou abatedouro (português brasileiro) é a instalação industrial destinada ao abate, processamento e armazenamento de produtos de origem animal.

Afirmação em uma entrevista do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao adotar um tom otimista após a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro, que indicou um saldo positivo de postos de trabalho pela primeira vez em três meses. "O Brasil começou a sair da crise em fevereiro e março será a grande virada", disse Lupi.

a.2) Relato Jornalístico: Episódio: nessa crônica utiliza-se do fato noticioso "*Consumidores endividados chegam a 55% em São Paulo, mostra Fecomercio*". Segundo a pesquisa, nesse primeiro trimestre o número de inadimplência tem aumentado, isso ocorre devido ao aumento de demissões no país.

De janeiro a março de 2008, o país criou 612 mil empregos formais a mais do que no primeiro trimestre deste ano. De janeiro a março de 2008, o país criou 612 mil empregos formais a mais do que no primeiro trimestre deste ano.

As indústrias ligadas à produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica são dois dos três subsetores que, proporcionalmente, mais demitiram no primeiro trimestre (o outro foi a indústria de materiais elétricos e comunicações).

Quando o governo renovou a redução do IPI sobre carros, disse que um “acordo de cavalheiros” suspenderia demissões. Depois de abril.

b) Circunstâncias: O número muito pequeno de empregos gerados no primeiro trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período do ano de 2008 e a demissão de trabalhadores das indústrias automobilísticas, metalúrgicas, transporte e elétrica.

b.1) Ponto(s) de partida: *Evitar desemprego por decreto é um equívoco. Mas, ainda que seja para valer, o pacto dos cavalheiros, intermediado pelos sindicatos, cai um pouco no ridículo: muitas cabeças já foram cortadas no primeiro trimestre e no final de 2008.*

b.1.2) Comentários do Cronista: *O pacto protege uma porta arrombada e escorrega no leite derramado.*

Quando o governo renovou a redução do IPI sobre os carros, disse que um “acordo de cavalheiros” suspenderia demissões. Depois de abril.

Evitar desemprego por decreto é um equívoco. Mas, ainda que seja para valer, o pacto dos cavalheiros, intermediado pelos sindicatos, cai um pouco no ridículo: muitas cabeças já foram cortadas no primeiro trimestre e no final do 2008.

Ontem, o governo disse que pretende arrumar uma redução de impostos também para os frigoríficos. Os produtores de carnes foram ao matadouro devido à queda violenta das exportações e, em alguns casos, devido a apostas alucinadas no preço do dólar. Apenas um grande frigorífico demitiu mais gente

que a Embraer. A fabricante de aviões foi parar nos tribunais e mereceu um show de Lula, que considerava as demissões “inaceitáveis”.

Segundo o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, março foi “o mês da virada do Brasil”. Lupi destaca a informação, factualmente também correta, de que em março foram criados 34 mil empregos formais. Isto é, entre demitidos e contratados, sobraram 34 mil empregados em março deste ano...De novembro de 2008 até janeiro de 2009, mais gente havia sido demitida do que contratada: o “saldo” havia ficado negativo em 797 mil empregos formais. Na média, foram quase 266 mil empregos a menos por mês.

A depender de quem faz a conta, estima-se que é preciso criar de 90 mil a 120 mil empregos formais por mês apenas para incorporar novos trabalhadores.

b.1.2.1) Argumentos do cronista

O pacto protege uma porta arrombada e escorrega no leite derramado.”

“São aceitáveis as demissões nos frigoríficos?

...(em março de 2008, sobraram 206 mil). É um número positivo, decerto...

O problema da “virada”de Lupi reside no fato de que os brasileiros que passam a procurar emprego todos os anos mal vão perceber que o saldo de empregos foi de 34 mil em março. Vão sentir na pele é que, de novembro de 2008 até março de 2009, caiu em 753 mil a “criação” de empregos formais (em relação ao período de novembro de 2007 a março de 2008)

Isto é, o desemprego formal cresce; assim, os novos empregos que sobram pagam menos, em média. Apenas a indústria de transformação (exclui a extrativa, como a de minérios) perdeu 501 mil empregos desde novembro de 2008. É o grande setor que paga salários maiores.

Enfim, note-se que foi na administração pública que o emprego mais cresceu, proporcionalmente, no trimestre (afora o subsetor de “ensino”). No governo. Bidu.

Texto 12

Crônica de notícia: “O homem da ONU ganhou um Caveirão”

Fato: As ações de situação e oposição no governo do Rio de Janeiro são idênticas.

Premissa: Os governantes do Rio de Janeiro preferem investir em equipamentos blindados, armas e munição, além de matanças altamente divulgadas sob a rubrica da política de confrontação, que uma política séria e de resultados a longo prazo. Para a segurança pública, estaremos fadados a uma maior violência.

Conclusão/opinião: Se em governos opositores entre si (Cabral X Garotinho) tomam a mesma atitude frente à segurança no Rio de Janeiro, logo não há oposição e situação, pois ambas caminham juntas.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Coronel PM Marcus Jardim, considerado oficial linha dura e adepto da política de enfrentamento, famoso por dar declarações controversas.

Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, político e jornalista fluminense, atualmente governador do Estado do Rio de Janeiro.

Os Jogos Panamericanos são um evento multiesportivo, que tem como base os Jogos Olímpicos e são organizados pela ODEPA. Funcionam como uma versão das Olimpíadas modernas, dos quais participam os países do continente americano.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

Philip Alston ,relator das Nações Unidas para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

Caveirão é o nome popular do carro blindado usado pelo batalhão de operações policiais especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em incursões nas favelas na capital fluminense.

George Smith Patton Jr., general do 3º Exército dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial, responsável pela tomada de Palermo, Itália.

Universidade de Nova York (em inglês New York University; NYU) é uma importante universidade de pesquisa em Nova Iorque.

A Universidade Harvard (em inglês Harvard University) é uma das instituições educacionais mais prestigiadas do mundo, bem como a instituição de ensino superior mais antiga dos Estados Unidos da América. Eleita a melhor universidade do mundo pelo Institute of Higher Education Shanghai Jiao Tong University.

O Complexo do Alemão é um bairro-favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, constituído por um conjunto de 12 favelas, sendo um dos mais violentos da cidade.

A operação policial no Complexo do Alemão aconteceu em 27 de junho de 2007, no Rio de Janeiro, e reuniu 1.350 policiais, entre civis, militares e soldados da Força Nacional. F

Foi a maior operação realizada no complexo desde que a polícia ocupou as favelas, no dia 2 de maio de 2007, após criminosos que seriam do Alemão terem assassinado dois policiais, em Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Dezenove pessoas foram mortas e várias outras feridas. Treze dos corpos foram recolhidos pela própria polícia, e outros seis foram deixados à noite numa van em frente à delegacia local, na Penha.

Anthony William Matheus de Oliveira, conhecido como Anthony Garotinho, político brasileiro. Foi o 58º governador do Rio de Janeiro e Secretário Estadual do Governo do Rio de Janeiro.

a.2) Relato Jornalístico: nessa crônica utiliza-se do fato noticiosos, que é: o relatório de Philip Alston à ONU sobre a polícia brasileira, afirmando ser bastante violenta e costumeiramente assassina.

O coronel PM Marcus Jardim, chefe do 1º Comando a Área da Capital do Rio de Janeiro e rotundo quindim da política de segurança do governador Sérgio Cabral, gosta de gracinhas. Em novembro de 2007, quando comandava um batalhão em Olaria, anunciou que “este ano será marcado por três pés: Pan, Pac e pau”. Em abril passado, depois que morreram nove “supostos traficantes” numa operação policial contra um moro, o coronel informou que a PM é “o melhor inseticida social”. Numa cidade onde a manipulação da histeria produziu a maldita e inexplicável figura do “suposto traficante”, fazia-se necessário um coronel engraçado.

b) Circunstâncias: o relatório de Philip Alston à Nações Unidas, retrata as condições da criminalidade. Segundo o autor, a polícia brasileira é bastante violenta e costumeiramente assassina suspeitos de serem criminosos, seja utilizando-se de grupos de extermínio seja durante suas operações.

b.1) Ponto(s) de partida: “Seu melhor momento deu-se em novembro, quando recebeu no quartel o professor Philip Alston, fiscal das Nações Unidas para questão relacionadas com execuções sumárias. Diante da imprensa, presenteou-o com uma miniatura do “Caveirão”, aquele blindado que dá aos coronéis da PM do Rio a sensação de comandar os tanques do general George Patton na Itália. Dando voz à inteligência de sua piada, anunciou: “Quem não gosta do Caveirão gosta de maconha. Quem não gosta do Caveirão gosta de cocaína”. Ou ainda: “O que nós vivemos é uma guerra urbana”.

b.1.2) Comentários do Cronista: *O coronel PM Marcus Jardim, chefe do 1o Comando da Área da Capital do Rio de Janeiro e rotundo quindim da política de segurança do governador Sérgio Cabral, gosta de gracinhas. Em*

novembro de 2007, quando comandava um batalhão em Olaria, anunciou que “este ano será marcado por três pés: Pan, PAC e pau”. Em abril passado, depois que morreram nove “supostos traficantes” numa operação policial contra um morro, o coronel informou que a PM “é o melhor inseticida social.

Alston visitou o Rio depois da ocupação militar do Complexo do Alemão, onde morreram 19 pessoas. Relatou que ninguém lhe mostrou uma só prova de que essas mortes tenham sido investigadas.

A crítica de Alston vai ao coração da política do governador Sérgio Cabral e da cenografia do coronel Jardim: “No Rio, muitos funcionários consideram a operação do Complexo do Alemão um modelo para iniciativas futuras. Seus resultados reais são dignos de nota: os maiores traficantes não foram presos nem mortos, e poucas drogas ou armas foram capturadas(...)”

b.1.2.1 Argumentos do cronista: Numa cidade onde a manipulação da histeria produziu a maldita e inexplicável figura do “suposto traficante”, fazia-se necessário um coronel engraçado.

O coronel desperdiçou valentia, pois Alston não estava sob sua jurisdição. Nascido na Austrália, ele é professor da New York University, já passou uma temporada em Harvard e há poucos dias concluiu a versão preliminar de seu relatório sobre o Brasil.

Não fez referência ao mimo que recebeu, mas mencionou a filosofia pesticida do coronel Jardim. Parece até que Alston coordenou seu trabalho com a milícia da favela Batan. Disse o seguinte, referindo-se ao Brasil, não apenas ao Rio: “Uma das principais razões da ineficiência da polícia na proteção dos cidadãos diante das gangues está no fato de frequentemente aplicar violência excessiva e contraproducente quando está de serviço. Fora do serviço, participa daquilo que resulta no crime organizado.

Na medida em que a operação do Complexo do Alemão reflete a estratégia central do governador do Rio, ela é orientada politicamente e resulta em policial de acordo com as pesquisas de opinião. Ela é popular junto àqueles que buscam demonstrações de força e resultados rápidos. É irônico que seja contraproducente.

Vários policiais experientes com quem eu falei mostraram-se muito críticos em relação a essa ideia de “guerra”.

Quem não lembra da figura de Anthony Garotinho em 2004 cantando vantagem depois que sua polícia matou cinco na Maré? Dizia assim: “O papel da polícia não é fugir do bandido, é enfrentá-lo.”

Texto 13

Crônica de notícia: “O monstro vive”

Fato: A censura e a invasão de privacidade da ditadura militar mantêm-se na abertura.

Premissa: se ainda há grampos telefônicos,

Conclusão/opinião: logo a privacidade pessoal no Brasil está em insegurança.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco da Cognições Sociais: General Golbery, Golbery do Couto e Silva, em 1962 criou e dirigiu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES, por meio de financiamento do governo e de empresas ligadas à direita, montou uma extensa rede de informações. Os arquivos, gravações telefônicas e documentos levantados nessa época formaram dossiês que foram transferidos para o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, também dirigido pelo General Golbery. O SNI teve grande influência em todo o regime militar, tanto do lado estratégico quanto da manipulação da sociedade mediante instrumentos de controle da mídia.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é de servir como guardião da Constituição Federal.

O Poder Judiciário cuida dos conflitos de interesses em cada caso concreto, por meio de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas. O segundo papel é o controle de constitucionalidade.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o serviço de inteligência civil do Brasil. A função principal da Abin é investigar ameaças reais e potenciais, bem como identificar oportunidades de interesse da sociedade e do Estado brasileiro, e defender o estado democrático de direito e a soberania nacional.

Gilmar Ferreira Mendes é um jurista brasileiro, empossado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 20 de junho de 2002, por indicação de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então Presidente da República do Brasil. Desde 2008, é o presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é a de servir como guardião da Constituição Federal.

Demóstenes Torres ocupa cargo de senador da República e desde fevereiro de 2009 é presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a mais importante Comissão da Casa.

Departamento de Polícia Federal (DPF ou PF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é, de acordo com a Constituição de 1988, de exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A Câmara dos Deputados do Brasil faz parte do Poder Legislativo do Brasil. São 513 deputados, que pelo voto proporcional, são eleitos e exercem seus cargos por quatro anos. À Câmara dos Deputados compete privativamente: eleger os membros do Conselho da República e autorizar a abertura de processo contra o Presidente da República e seus ministros.

O Senado Federal faz parte do Poder Legislativo do Brasil, juntamente com a Câmara Federal forma o Congresso Nacional, cabendo a essa instituição: a aprovação, alteração e revogação de Leis; autorização ao Presidente para a declaração de guerra; sustar atos do Poder Executivo; julgar as contas do Presidente da República; dentre outras funções, enumeradas no capítulo I, título IV, da Constituição Federal de 1988.

a.2) Relato Jornalístico: Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, citando matéria da revista *Veja*, a qual mostra que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, teve todos os telefones de seu gabinete grampeados por arapongas da Abin (Agência Brasileira de Inteligência)

A insegurança da privacidade é total no Brasil de hoje e de alguns anos já, imprecisos embora. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário – o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas-, sabe quem foi e quem está sendo gravado. Além das autorizações à polícia para gravação legal, cujo montante de 407 mil já atesta o estado de desatino, as gravações são corriqueiras também em serviços oficiais sem direito de fazê-las e, ainda, nas vastas atividades clandestinas mas tacitamente toleradas pelos governos e até utilizadas por policias, como já reconhecido. Com contrapartida de não saber quem foi gravado há, portanto, a ignorância sobre quem grava. É um mundo som olhos e com ouvidos demais.

b) Circunstância: Escutas telefônicas ilegais contra o ministro do Supremo Tribunal Federal e um Senador da República.

b.1) Ponto(s) de partida: *Uma certeza nesse mundo: toda a cúpula do governo, da Justiça e das atividades financeiras está sob pleno risco de haver deixado em gravações sigilosas, ilegais ou autorizadas, conversas que precisavam de reserva.*

b.1.2) Comentários do Cronista: *Ainda mais grave: ninguém pode nem sequer imaginar o material que as gravações, autorizadas ou ilegais, já recolheram e o que pode ser feito com isso. Ou melhor, com esse arsenal.*

Dá uma idéia da vulnerabilidade, até mesmo por ameaça institucional, os recentes equipamentos de que a Polícia Federal está dotada (também a Abin estaria). São dispositivos capazes de gravar telefonemas sem utilizar os serviços das telefônicas, onde se fazem as conexões batizadas de “grampos”. Com isso, são possíveis gravações sem a autorização judicial, à distancia e em qualquer lugar.

Esses novos recursos tecnológicos, cujo alto preço não impede sua posse por particulares, faz lembrar a única referencia técnica à gravação da conversa do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com o senador Demóstenes Torres: parece uma “gravação ambiental”. Como as gravações que não se fazem por intermédio das telefônicas.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *Como ponto de partida para as várias investigações anunciadas (na PF, na Abin, na Câmara, no Senado), a gravação do ministro e do senador lança indagações à margem do problema de violação do recôndito pessoal. O teor da gravação dada a “Veja” não justifica a divulgação, logo, o propósito não foi atingir Gilmar Mendes nem o STF. Pode ser contra a Abin. Mas imaginar que algum agente da Abin seja tão puro e democrata que prefira denunciar más práticas da agência, como sugere a entrega da gravação “por um agente da Abin”, beira o anedótico.*

São, pois, duas obscuridades: as gravações como norma disseminada e o motivo da divulgação de uma delas sem, no entanto, qualquer implicação dos gravados, mas a pretensa indicação de origem – a Abin.

Só nos últimos dois meses, foram publicados aqui pelo menos seis artigos tratando, embora não só, de gravações telefônicas e da atividade ilegal da Abin a pretexto da Operação Satiagraha (“Escuta aqui, em 15/7; “Vozes de mais e de menos”, 17/7; “Trechos de uma mau enredo”, 20/7; “A recriação da bomba”, 22/7; “Conselhos ao telefone”, 27/7; “Da inação à ameaça”, 7/8), sobre o aglomerado de “antiética, incompetência e tapeações chamado de Operação Satiagraha”, figurou como uma realidade merecedora de atenções, por seus possíveis efeitos, a

contraposição das correntes lideradas pelo atual diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e do ex-diretor e hoje diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda.

Ex-ocupante de cargos de relevo na PF, o deputado Marcelo Itagiba mencionou ontem, como uma das possíveis raízes da entrega de uma gravação e da referencia à Abin, a “disputa” entre Corrêa e Lacerda. Presidente da atual CPI das Escutas Telefônicas, Marcelo Itagiba parece ter um ponto de partida para as investigações pela Câmara, se não tiver mais.

Texto 14

Crônica de notícia: “O problema do muro no Brasil”

Fato: O levantamento de muros brasileiros para proteção pessoal. Oo governo pretende levantar muros nas favelas do Rio de Janeiro para segurança pessoal.

Premissa: . Se é necessário levantar muros que circulam as favelas para a proteção ecológica.

Conclusão/opinião: Logo o que o governo visa é proteção da população, por ser ineficaz e como forma de garantir a segurança pública.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Alceu Amoroso Lima foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. *A Realidade Americana* é ao mesmo tempo uma narrativa de viagem e um ensaio, que contém o relato detalhado da mudança da concepção amorosiana em relação aos EUA de uma opinião bastante crítica a um conceito prevalentemente positivo.

José Bento Renato Monteiro Lobato foi um dos mais influentes escritores brasileiros do século XX. Foi um importante editor de livros inéditos e autor de importantes traduções.

Anísio Spínola jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da Educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização. .

Érico Lopes Veríssimo foi um dos escritores brasileiros mais populares do século XX.

Clodomir Viana Moog advogado, jornalista, romancista e ensaísta brasileiro.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo genebrino, escritor, teórico político e um compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do Romantismo. Ao defender que todos os homens nascem livres, e a liberdade faz parte da natureza do homem, Rousseau inspirou todos os movimentos que visavam uma busca pela liberdade.

Lei do Ventre-Livre que declarava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquele ano de 1885.

Zuenir Carlos Ventura, jornalista, escritor e colunista do jornal *O Globo* e da revista *Época*. Ganhou o Prêmio Jabuti em 1995, na categoria reportagem, pelo livro *Cidade Partida*.

a.2) Relato Jornalístico: o cronista utiliza-se de um fato noticioso da construção de muros em torno das favelas do Rio de Janeiro com o argumento de preservação ecológica.

A Grande Muralha do Rio de Janeiro – terra do carnaval, da praia e da mistura aberta – prestes a ser edificada não terá nada a ver com ausência de coragem política para zonear a cidade, com o uso dos instrumentos apropriados – fiscalização, policiamento, aplicação da lei, distinção plena e clara do legal e do ilegal – mas será parte da “questão ecológica”.

b) Circunstância: A matéria de 14/04/2009, da *Folha de S.Paulo*, que informa a construção de muros nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, removendo várias famílias de suas casas durante a construção dos paredões de

três metros de altura. O argumento colocado pelo poder público para a construção dos muros é a preservação ambiental.

b.1) Ponto(s) de partida: *As casas americanas não têm muro. É um índice psicológico. A vida de comunidade não compete com a vida de intimidade. É uma continuação, se não for, ao contrário, uma fonte. (Alceu Amoroso Lima, A Realidade Americana, 1955).*

Aqueles primeiros brasileiros que visitaram os Estados Unidos – gente do porte de Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, Érico Veríssimo e de Vianna Moog deram-me régua e compasso para “ler” o Brasil. Porque, num sentido implícito, como desvendaram os antropólogos na figura de um Gilberto Freyre (que por lá andou, tornando-se mais brasileiro), ao descobrir a América, redescobriam o Brasil numa complexa dialética de presença e ausências. Só os idiotas viajem para dizer que foram, comeram, compraram e viram e não aprenderam coisa nenhuma!

A observação que abre esta crônica alinhavou toda uma interpretação da vida social brasileira que expressei num conjunto de trabalhos lidos, usados, criticados, recalcados e ignorados.

b.1.2) Comentários do Cronista: *Nos Estados Unidos” prossegue Alceu Amoroso Lima “a vida em comunidade preceda à vida de intimidade. O geral, nesse terreno, se antecipa ao particular. O público ao privado. Não há homem público (...) que não tenha a sua altura, os seus ordenados ou rendimentos e até mesmo a sua dieta posta em pratos limpos. Não há barreiras entre a sala de visitas, a sala de jantar e até mesmos os quartos, tudo é público”. E, um pouco mais adiante, com profundidade característica e sem os labirintos retóricos, típicos dos presunçosos que infestam o nosso mundo público, arremata: “A comunidade mata a intimidade naquilo que tem, por vezes, de mais precioso. As linhas suprimem as entrelinhas. A vida superficial se desenvolveu em detrimento da vida profunda. (Lima, 1945, p. 41).*

...deram-me régua e compasso para “ler” o Brasil. Porque, num sentido implícito, como desvendaram os antropólogos na figura de um Gilberto Freyre (que por lá andou, tornando-se mais brasileiro), ao descobrir a América, redescobriam o

Brasil numa complexa dialética de presença e ausências. Só os idiotas viajem para dizer que foram, comeram, compraram e viram e não aprenderam coisa nenhuma!

Entre nós, a casa murada, com estátuas de leões nos seus limiares e cachorros ferozes nos seus quintais, defendia-se da rua.

Nos Estados Unidos, prossegue Alceu Amoroso Lima “a vida em comunidade preceda à vida de intimidade. O geral, nesse terreno, se antecipa ao particular. O público ao privado. Não há homem público (...) que não tenha a sua altura, os seus ordenados ou rendimentos e até mesmo a sua dieta posta em pratos limpos. Não há barreiras entre a sala de visitas, a sala de jantar e até mesmos os quartos, tudo é público”. E, um pouco mais adiante, com profundidade característica e sem os labirintos retóricos, típicos dos presunçosos que infestam o nosso mundo público, arremata: “A comunidade mata a intimidade naquilo que tem, por vezes, de mais precioso. As linhas suprimem as entrelinhas. A vida superficial se desenvolveu em detrimento da vida profunda. (Lima, 1945, p. 41)

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *Ou seja, na América, não há como tenho reiterado no meu trabalho – contraste ou paradoxo entre as normas da casa e as da rua. Para bem e mal, ambas – intimidade e vida pública – são expressões de um mesmo e único conjunto de leis escritas no papelório jurídico e – como dizia Rousseau – nos corações.*

Quando visitei os Estados Unidos, em 1963, tive o mesmo choque. Não havia muros. A igualdade como valor (e como causa perdida a ser incessantemente perseguida e implementada) suprime muros e conduz a uma terrível transparência.

Um dos preços da tal democracia boa de falar, complicada de fazer e duríssima de praticar é, derrubar muros. Mas eis que, neste Brasil democrático, estamos pensando em construí-los em volta de favelas como um modo “ecológico” de proteger a natureza!

A grande Muralha do Rio de Janeiro – terra do carnaval, da praia e da mistura aberta – prestes a ser edificada não terá nada a ver com ausência de coragem política para zonear a cidade, com o uso dos instrumentos apropriados –

fiscalização, policiamento, aplicação da lei, distinção plena de clara do legal e do ilegal – mas será parte da “questão ecológica”. No passado quando éramos mais honestos e cada qual sabia o seu lugar, os escravos viviam enclausurados em senzalas; hoje, usamos o ideário da correção política e falamos em proteção ambiental para segregar os mais agressivamente desiguais.

Construindo um “muro ecológico” mudamos, como convém, os termos do problema. Não se trata mais de conviver comum a avassaladora pobreza historicamente engendrada por um sistema que odeia a igualdade na prática, para incensá-la no altar do politicamente correto. Não! Trata-se, isto sim, de proteger a natureza. A proteção da natureza racionaliza a solução definitiva inapelável (e, portanto, ditatorial) para a pobreza em massa, que envergonha (e ameaça) os que residem ao seu redor. Quando descobrirmos mais invasões, a culpa terá sido do muro, não nossa.

De minha parte, eu – um conservador de carteirinha e já em várias listas de paredão – continuo achando incrível que se continue a pensar que um muro (e não um programa pra valer de educação primária, secundária e de igualdade em geral) vai estancar a desigualdade; tal como no período escravista pensávamos que a Lei do Ventre Livre ia, um belo dia, liquidar espontaneamente a escravidão.

“Um muro para deter o avanço da iniquidade social que nos não conseguimos seque equacionar não vai deter coisa alguma. Antes de realizar tal monumento ao nosso gosto pela sacralização da desigualdade em escala estupidamente grandiosa, vale a pena pensar numa coisa óbvia..

Texto 15

Crônica de notícia: “Racismo nem como metáfora”

Fato: O preconceito racial é contra qualquer raça e não apenas a negra.

Premissa: se a crise econômica mundial, segundo Lula, é provocada por gente branca de olhos azuis.

Conclusão/opinião: Lula, embora se diga antiracista, é racista.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: A ditadura militar foi o período, de 1964 a 1985, em que os militares assumiram a presidência da República. O novo regime destinava-se a ser transitório, entretanto gradualmente foi permanecendo no poder e aumentando a repressão de opositores da ditadura.

Luiz Inácio Lula da Silva, político e ex-sindicalista brasileiro, trigésimo quinto e atual Presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. Tem em sua trajetória política a luta contra as desigualdades sociais.

Plano Real foi um programa brasileiro de estabilização econômica, iniciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual trouxe estabilização da moeda.

Darcy Ribeiro foi antropólogo, escritor e político brasileiro, que se preocupava com os índios e a Educação do país.

O racismo é a tendência do pensamento, ou do modo de pensar em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas e superiores umas às outras. Nesse contexto, existe a convicção de que alguns indivíduos e sua relação entre características físicas hereditárias e determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais, são superiores a outros.

a.2) Relato Jornalístico: o cronista utiliza-se de um fato noticioso da declaração com conotação racista do presidente Lula.

Escrevo constrangido, pois não tenho nenhum prazer em comentar mais uma das tais “metáforas” de mau gosto do presidente Lula. Gafes com implicações morais e políticas tão profundas e desagradáveis que nem mesmo os políticos mais autocondescentes, cabotinos e engordados pela mamadeira de um Estado que os trata como realeza, devem repetir. Que eles jurem que não sabiam, que nos conheciam o sócio canalha ou a origem do dinheiro, eu amargamente engulo, mas o caso em pauta não pode passar em branco e visto com olhos azuis.

- b) **Circunstância:** A declaração do Presidente no encontro das nações para debater a crise econômica, que imputa aos brancos de olhos azuis a culpa pela crise.

b.1) Ponto(s) de partida: *Se a ditadura militar reduziu os problemas nacionais a corruptos e comunistas, eu não posso calar diante de um presidente da República- um político que lutou contra as mais vis simplificações morais e elegeu-se com a bandeira da transformação libertária e do antirracismo – que afirma: “A crise foi feita por gente branca e de olhos azuis.” Seria a frase racista uma tentativa canhestra de dizer que nós – povo e governo Lula – não temos nada com essas perdas, cuja responsabilidade seria de exclusiva fabricação externa (e, portanto, “branca”)?*

b.1.2) Comentários do Cronista: *Crise desse brancos insensíveis e irresponsáveis que, mais uma vez, vitimam tanto Lula e seus asseclas quanto o povo brasileiro que, é claro (vejam só o racismo enviesado) não seria “gente” (da “raça”) branca de olhos azuis? Como é o Lula, que sofreu quase todos os preconceitos, pode dizer uma barbaridade racista de tamanho calibre?*

É coagido, pois, pelo embaraço que sou obrigado a reconhecer como o “racismo à brasileira”, denunciado, aliás, por mim em 1981, no livro relativizando: Uma introdução à Antropologia Social, sirva para explicar tanto a crise econômica que vivemos; quanto antigamente foi usado para justificar o atraso do Brasil. Um país que, até o Plano Real e a crise, era subdesenvolvido, andando – como gostava de dizer o gênio da raça, o professor e ideólogo Darcy Ribeiro – aos “trancos e barrancos. Que os políticos mais reacionários tenham sido racistas, ao lado dos seus irmãos escravistas, dos matadores e catequizadores de índios, eu entendo. Mas ouvir essa frase de um presidente com os compromissos políticos e morais do Lula, foi uma trombada.

Torna-se ideal, modelar, “platônica”, universal e como ela é construída numa base biológica, torna-se irrecorrível. Só quem tem certeza absoluta fala que o negro é boçal; que o índio tem muita terra; que toda loura é burra, e que todo burguês e judeu merecem paredão e câmara de gás.

É óbvio que a crise explodiu no centro, mas é claríssimo também que, numa economia globalizada, todos dela tiram um bom partido, pois as parcerias comerciais relacionavam centro e periferias diminuindo, primeira vez na história do capitalismo, suas teoricamente irremovíveis distâncias.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *O problema do racismo não é que ele opere por exageros, substituindo o artigo indefinido pelo definido, é a sua produção de segmentações irreconciliáveis.*

Vejam bem: quando eu falo em gente branca de olhos azuis, eu sou absolutamente inclusivo. Seria melhor dizer, uns tantos brancos de olhos azuis? Certamente. Pois quando o “o” substitui o “um” a classificação, que é sempre aglutinadora e exagerada, mas que permite discriminação – pois há brancos e brancos de olhos azuis – fica fechada.

Toda classificação simplifica. Mas o código racista faz mais que isso. Ela reduz um evento complicado a uma causa única e situa no campo das aparências físicas, fatos que tem muitas causas e não podem ser satisfatoriamente explicáveis exclusivamente por nenhuma delas.

Não pode passar em branco o fato de que a frase do presidente tem uma antiga linhagem. O racismo é uma máquina mortal de simplificar coisas, animais, pessoa e situações. Quando se diz que o Brasil é um país atrasado porque foi feito por negros, índios e criminosos portugueses, faz-se uma redução absurda da complexidade de uma coletividade que é, ao mesmo tempo, língua, cultura, território, religião, comportamentos, paisagens, comidas, gestos, mercados e tudo mais. Cria-se uma segmentação irreduzível, incapaz de ser transformada pela educação, pela política e por sua própria vontade como sociedade, pois como mudar esse código biológico que a aprisiona num sistema de “raças” imutáveis? Ao falar em brancos de olhos azuis, Lula fez como os velhos escravistas: usou a cláusula pétrea do tempo biológico que tudo congela na lógica do imutável, abandonando a dinâmica das diferenciações empáticas e produtivas que, sendo culturais, são transitórias, arbitrárias, históricas, negociáveis e passíveis de modificação.

Texto 16

Crônica de notícia: “Seguranças das ilegalidades”

Fato: As propostas de leis votadas no Congresso Nacional não atendem aos valores morais e éticos do brasileiro e sim a pactos políticos.

Premissa: Se oposição e situação estão neutralizadas para votar as propostas do congresso.

Conclusão/opinião: Logo não há perspectiva de êxito para melhorar a vida do brasileiro.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: O Escândalo do caso Alstom consiste numa série de denúncias de pagamentos de propina feitos pela empresa francesa Alstom a vários políticos brasileiros do PSDB, que vêm sendo feitas por órgãos de imprensa da mídia internacional, tais como o Wall Street Journal e o Der Spiegel, e que foram, em parte, repercutidos no Brasil, principalmente pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

O escândalo dos cartões corporativos gerou uma crise política, iniciada em 2008, após denúncias sobre gastos irregulares no uso de cartões corporativos. As primeiras denúncias levaram à demissão da Ministra da Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e originaram abertura de CPI. As denúncias geraram um pedido de abertura de CPI por parte do Congresso. A investigação, no entanto, contou com a abrangência desde o período de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, meses depois, sob críticas da oposição, a CPI dos Cartões Corporativos isentou todos os ministros do governo Lula acusados de irregularidades no uso dos cartões.

José Serra, economista e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2006 foi eleito governador do Estado de São Paulo até abril de 2010.

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista, brasileiro e político, atual Presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003.

Cármem Lúcia Antunes Rocha, jurista brasileira nomeada ao cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal em virtude a aposentadoria do ministro Nelson Jobim, em 26 de maio de 2006, sendo empossada em 21 de junho de 2006.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é de servir como guardião da Constituição Federal, apreciando casos que envolvam lesão ou ameaça a esta última.

a.2) Relato Jornalístico: o cronista se utiliza de três fatos noticiosos, a tentativa frustrada para abertura da CPI da Alstom; o final da CPI dos Cartões sem qualquer punição aos culpados e o voto a favor da lei de Biossegurança.

“Uma CPI que acaba por inutilidade e outra que nem consegue começar, as duas na mesma semana, dão bem a medida da liberdade, cada vez menos contestada, de que os governos desfrutam para as improbidades administrativas impunes. Não precisam mais do que ter casas legislativas maiorias ainda que mínimas. (em número, não em carência moral).

A CPI dos Cartões Corporativos foi só isso mesmo: um circo sem graça, embora com os personagens de praxe nos picadeiros.

b) Circunstância: As denúncias do uso irregular dos cartões corporativos geraram um pedido de abertura de CPI por parte do Congresso Nacional. A Assembleia Legislativa de São Paulo tentou abrir uma CPI para investigar as denúncias de propinas supostamente pagas pela Alstom a membros do governo do PSDB e voto da ministra Cármem Lúcia Rocha a favor da lei de Biossegurança.

b.1) Ponto(s) de partida: *A gravidade e a dimensão de imoralidades que investigações suíças levantam, nas duradouras relações entre a multinacional Alstom e administrações públicas paulistas e federais brasileiras, por si só*

explicaria o bloqueio da bancada de José Serra à necessária CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo. Mas se trata da explicação que condena, com numeroso acréscimo de cumplicidades, à bandidagem originária.

b.1.2) Comentários do Cronista: *Os suíços são muito cautelosos na comunicação das constatações...*

Por parte de católicos e por parte de evangélicos, inclusive na bancada religiosa do Congresso, está retomada a busca de uma providência parlamentar que suste, ou restrinja, a pesquisa com células-tronco embrionárias convalidada pelo Supremo Tribunal Federal.

As relações solidárias entre o governador José Serra e o presidente Lula atenuam possíveis estranhezas, outrora inevitáveis, como estarem os dois enlaçados também em relações a CPIs. As reuniões que levaram tal nome, com senadores e deputados do governo e da oposição, devem encerrar-se hoje com mais um espetáculo patético.

Por parte de católicos e por parte de evangélicos, inclusive na bancada religiosa do Congresso, está retomada a busca de uma providência parlamentar que suste, ou restrinja, a pesquisa com células-tronco embrionárias convalidada pelo Supremo Tribunal Federal.

...vai aí um trecho do valioso voto da ministra Cármen Lúcia Rocha: “A pesquisa com células-tronco embrionárias não é certeza de conquistas no campo científico. Mas a não-pesquisa é certeza de não-conquista.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *... tanto por exigência de suas leis, como por experiências frustrantes em liberações passadas para poderes brasileiros. Apesar do comedimento, o que já foi informado é indicativo de um conjunto de casos de corrupção com metástases por vários setores de poder. Daí vem uma decorrência oportuna e rara. É a provável inutilidade do bloqueio à CPI pela bancada de José Serra, porque a extensão e, também para a Suíça, a ilegalidade das ações atribuídas à Alstom levarão a investigação lá que, fatalmente, se tornarão públicas e, portanto, conhecidas aqui. Já houve finais assim, com a*

Suíça mesmo, com a Itália e com os Estados Unidos, em casos que vieram implodir aqui.

A perspectiva de êxito, porém, é muito pequena. A composição atual do Congresso é pior que a anterior, em todos os sentidos.

Seu destino poderia ter-se definido há muito tempo, por alguém que tivesse a sensatez de chegar à porta, em qualquer dia, e bradar para a sala: “Todos daqui para fora. Já. Chega de gaiatice”.

A CPI dos Cartões Corporativos foi só isso mesmo: um circo sem graça, embora com os personagens de praxe nos picadeiros.

A perspectiva de êxito, porém, é muito pequena. A composição atual do Congresso é pior que a anterior, em todos os sentidos. Mas a aprovação de Lei de Biossegurança em 2003 foi por margem tão ampla que, de lá para cá, não pode estar toda perdida.

Texto 17

Crônica de notícia: “Submundo”

Fato: A impropriedade das ações realizadas pelo governo.

Premissa: Se o Serra e Lula se eximem de providências contra seus órgãos de investigação.

Conclusão/ opinião: Logo o nosso governo é irresponsável.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (também conhecido por Ulstra), coronel reformado do Exército Brasileiro e o primeiro oficial a ser declarado torturador em uma sentença judicial. Comandou de setembro de 1970 a janeiro de 1974, o Doi-Codi de São Paulo, órgão que

perseguiu opositores do regime militar brasileiro iniciado no ano de 1964 após um golpe de estado.

Em 2008, segundo a *Folha de São Paulo*, por decisão do juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, de primeira instância, o coronel tornou-se o primeiro oficial condenado na Justiça brasileira em uma ação declaratória, por sequestro e tortura, durante o regime militar (1964-1985).

José Serra, político brasileiro filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2006 foi eleito atual governador do Estado de São Paulo.

O Ministério Público (MP) é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Poder Judiciário cuida dos conflitos de interesses em cada caso concreto, por meio de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas. O segundo papel é o controle de constitucionalidade.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o serviço de inteligência civil do Brasil. A função principal da Abin é investigar ameaças reais e potenciais, bem como identificar oportunidades de interesse da sociedade e do Estado brasileiro, e defender o estado democrático de direito e a soberania nacional.

Gilmar Ferreira Mendes é um jurista brasileiro, empossado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 20 de junho de 2002, por indicação de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então Presidente da República do Brasil. Desde 2008, é o presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é de servir como guardião da Constituição Federal.

Demóstenes Lázaro Xavier Torres (Anicuns, 23 de janeiro de 1961) é um político brasileiro e ocupa cargo de senador da República. Desde fevereiro de 2009 é presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a mais importante Comissão da Casa.

Departamento de Polícia Federal (DPF ou PF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é, de acordo com a Constituição de 1988, exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

a.2) Relato Jornalístico: cronista parte da prisão de três rapazes, há dois anos, pela acusados de violência sexual e assassinato de uma jovem. As escutas telefônicas efetuadas contra o Ministro da Justiça, Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres

Tortura não é crime hediondo só quando de responsabilidade do coronel Carlos Alberto Ustra e seus congêneres nos quartéis e cadeias ilegais das Forças Armadas. Logo, o governador José Serra deve providências extremadas e imediatas contra os policiais que extraíram com torturas as admissões indevidas, por três rapazes em prisão há dois anos, de violência sexual e assassinato de uma jovem. A aceitação de protelações investigatórias e da lerdeza convencional nos processos administrativos equivalerá, sob as aparências do Estado de Direito, à conduta acobertadora ante as denúncias de tortura durante a ditadura.

b) Circunstância: *A descoberta do verdadeiro e confesso criminoso da jovem Vanessa Batista de Freitas, enquanto os três jovens, Renato Correia de Brito, Wagner Conceição da Silva e Willian César de Brito Silva aguardavam presos, em virtude da condenação que sofreram na cidade de Guarulhos. Eles passaram cerca de dois anos presos, mesmo tendo sido alegado que confessaram o crime sob tortura. Os três acusados foram libertados após o crime ser atribuído a Leandro Basílio Rodrigues, chamado de “maníaco de Guarulhos”. Os jovens afirmaram que haviam sido torturados para confessar o crime.*

b.1) ponto(s) de partida: *Nenhuma dúvida pode fazer sentido em relação à tortura sofrida pelos três, que a denunciaram com insistência a inutilidade à Justiça*

e à Promotoria criminal. Nenhum dos três, consciente todos da inocência, assinaria “confissões” para ser preso e julgado, com a certeza de sentença muito pesada, não fossem torturas insuportáveis. Salvas pela prisão do criminoso verdadeiro e comprovado pelos pormenores espontâneos da confissão, as três vítimas da tortura e da injustiça terão a falsa reparação das indenizações, quando os trocados cheguem em dia não sabido nem previsível. **b.1.2) Comentários do Cronista:** O governador paulista, porém, não terá reparação moral, jamais, se não adotar as diligências de rito veloz para que os torturadores, quadrilheiros do submundo do Estado, tenham o pronto e pleno destino prescrito para os que, além de representarem ameaça à sociedade e suas leis, traem o poder recebido.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: A tal submundo referiu-se, no depoimento ontem à CPI das Escutas Telefônicas, o diretor-adjunto da Abin, em afastamento provisório, José Milton Campana (em tempo: não é trocadilho). “A Abin não trabalha no submundo”, disse, “A Abin não faz interceptações telefônicas”. No caso da conversa gravada de Gilmar Mendes e Demóstenes Torres, e talvez mesmo no decorrer do governo Lula, não há pista alguma que torne a Abin mais suspeita do que qualquer outra das possíveis autorias da gravação, como a Polícia Federal e interessados eventuais.

Há, portanto, improbidade de duas ordens na decisão de Lula de afastar o diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, e o diretor-adjunto, durante as investigações pela Polícia Federal. A primeira é a improbidade ética de pesar sobre pessoas de um lado só, inclusive acentuando, com isso, suspeitas unilaterais em uma situação de equivalência, no mínimo isso, entre a Abin e PF.

Em possibilidades equivalentes de comprometimento, conceder à PF a condução das investigações é, também, decisão tecnicamente errada e politicamente privilegiante. Por mais isentos que sejam os funcionários incumbidos da investigação, quem pode assegurar a priori que a PF esteja inocente de alguma ingerência, no caso repleto de complexidades, e que suas correntes internas não cometam influências ao menos subjetivas nas investigações?

Lula forçou o processo de esclarecimento a um erro já no início, não se sabe se capaz de comprometer o final.

Texto 17

Crônica de notícia: “Tiro pela culatra”

Fato: Inconveniência das ações dos homossexuais para lutar pelos seus direitos de inclusão social.

Premissa: Se no Brasil existe discriminação para os homossexuais e eles lutam de forma inconveniente pela sua inclusão.

Conclusão/ opinião: logo manter-se –ão excluídos.

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: O homossexualismo é incompatível com o serviço militar?

O Exército Brasileiro (EB) é uma das três Forças Armadas responsável, no plano externo, pela defesa do Brasil em operações eminentemente terrestres, e, no interno, pela garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais.

Rede Manchete de Televisão, emissora de televisão fundada em 1983 por Adolph Bloch.

Superpop, programa popular que tem como apresentadora Luciana Gimenez e trata de temas polêmicos.

O Village People é uma banda disco norte-americana e a banda ficou conhecida por apresentar-se com fantasias que evocavam símbolos de "masculinidade": policial (Victor Willis), índio norte-americano (Felipe Rose), cowboy (Jeff Olson), operário (David Hodo), soldado (Alex Briley) e motociclista (Glenn M. Hughes).

Cher ,cantora, atriz, apresentadora, dançarina, produtora cinematográfica e musical, diretora, compositora e escritora americana.

Liza Minnelli ,atriz e dançarina americana.

Teatro Broadway é a mais prestigiada forma de teatro profissional nos Estados Unidos e representa o mais elevado nível de teatro comercial no mundo de língua inglesa.

O termo orgulho gay (ou seu equivalente em inglês gay pride) refere-se a uma série de ações afirmatórias dos gays ao redor do mundo anglófono e em alguns outros países, semelhantes às ocorridas no Brasil, popularmente conhecidas como Paradas Gay.

a.2 Relato Jornalístico: nessa crônica a cronista utiliza-se de fatos noticiosos de outros países para chegar ao fato noticiado no Brasil, a prisão do sargento Laci Marinho de Araújo.

Israel, Reino Unido, Canadá, Suíça e Austrália, são alguns dos países em que a questão dos homossexuais nas Forças Armadas já foi amplamente debatida, digerida e resolvida. Nesses lugares, gays e lésbicas estão livres para servir e, ao mesmo tempo, têm seus direitos preservados por lei.

Nos países árabes, o assunto nem sequer é colocado em discussão e, em locais como Rússia, Turquia, Coreia do Sul e Líbia, os gays não podem, por lei, seguir carreira militar.

Nos EUA, a questão continua em aberto pois, até 1993, a lei dizia o seguinte: “O homossexualismo é incompatível com o serviço militar. A presença em ambiente militar de pessoas que praticam conduta homossexual ou que, por meio de suas afirmações, demonstram propensão para a prática de conduta homossexual, compromete seriamente o cumprimento da missão militar”.

Bill Clinton redirecionou a controvérsia ao introduzir o ato que ficou conhecido como “don’t ask, don’t tell” (não pergunte, não diga), que admite homossexuais, mas o proíbe de revelar sua preferência, e o comando militar de investigar a sexualidade dos seus comandados.

Atualmente, o Congresso norte-americano estuda um novo ato, que admite, sem restrições, os homossexuais e ainda promete garantir plenamente os seus direitos.

Já aqui na terrinha, como era de se esperar, a questão virou galhofa. A história da prisão por suposta deserção do sargento Laci Marinho de Araújo, gay assumido, enquanto gravava o programa “Superpop”, fez mais gente rir do que se aprofundar na questão de se homossexuais devem ou não ter os mesmos direitos do restante da população”

b) Circunstância: Sargento assume homossexualidade em um programa de comunicação de massa, voltado a situações polêmicas.

b.1) Ponto(s) de partida: *Mas, vem cá: dava para ser diferente? Como é que a gente vai se compadecer com o sargento, que se diz perseguido por comandantes preconceituosos, quando o próprio, num arroubo de candura, afirma que “as Forças Armadas são um paraíso”, pois não há, segundo ele, “coisa melhor para um homossexual do que tomar banho com um monte de homem pelado e sarado?*

b.1.2) Comentários do Cronista: *Já aqui na terrinha, como era de se esperar, a questão virou galhofa...*

... fez mais a gente rir do que se aprofundar na questão de se homossexuais devem ou não ter os mesmo direitos do restante da população...

Mas, vem cá: dava para ser diferente? Como é que gente vai se compadecer com o sargento, que se diz perseguido por comandantes... afirma que “as forças Armadas são um paraíso”... não há segundo ele, “coisa melhor para um homossexual do que tomar banho com um monte de homem pelado e sarado?...

Ora, não é justamente por conta desse tipo de pensamento que a presença dos homossexuais é malvista nas Forças Armadas?

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *Confesso que, ao tomar conhecimento da declaração do sargento Laci, a primeira coisa que me veio em mente foi a imagem do referido militar passeando pela caserna de pênis ereto. E olha que eu*

não sou nenhuma carola, não tenho nada contra o Village People, adoro a Cher e a Liza Minnelli, os musicais da Broadway e já aplaudi de pé muito número de transformista imitando a Bethênia

O que eu quero dizer é que, em vez de elevar a discussão ao degrau que ela merecia, a história do sargento Laci só serve como exemplo para aprofundar o preconceito e mostrar aos contribuintes, cujos os impostos sustentam as Forças Armadas, que os homossexuais não tem temperamento adequado para servir.

...como na Parada Gay de São Paulo que, para muitos, virou sinônimo de dia em que o sexo está liberado para ser praticado no meio da rua (há inúmeros relatos de gente que vive no entorno das avenidas Paulista e Rebouças atestando que, neste ano, a farra passou dos limites).

b.2) Fato: não é por conta de atitudes como a do sargento que a presença de homossexuais é malvista nas Forças Armadas?

Texto 19

Crônica de notícia: “Foi feita justiça?”

Fato: Quero saber se quem mentiu no caso do padre Júlio receberá o mesmo tratamento de quem disse a verdade;

Não está na hora de pai e mãe assumirem o seu papel de educador.

Premissa: A Corrupção no Brasil.

Conclusão/opinião: “A ruína total está a um passo.”

JUSTIFICATIVA:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: Compete à Igreja colocar o homem em contato com uma doutrina religiosa, seguindo, dessa forma, preceitos religiosos/morais que irão guiar a vida do homem em sociedade;

O Poder Judiciário tem como papel fazer cumprir as leis existentes no país, bem como resolver os conflitos de interesses em cada caso concreto, por meio de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas;

A prisão, como a conhecemos hoje, é um lugar de reclusão onde o indivíduo, acusado por algum tipo de crime, é condenado a cumprir pena privativa de liberdade.

A família, como principal célula da sociedade, deve ter, entre outras as funções, a de amar e prover todas as necessidades físicas, intelectuais, emocionais e morais do indivíduo. Dessa forma, cabe à família o dever de educar, orientar, criar, proteger, enfim, deve lutar e procurar todos os recursos necessários ao bem-estar de seus membros.

a.2) Relato jornalístico: a cronista utiliza-se de três fatos noticiosos.

A extorsão do Pe. Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua e um dos principais defensores dos direitos de jovens infratores, pelo ex-interno Anderson Marcos Batista, a sua mulher Conceição Eleutério e os irmãos Evandro e Everson Guimarães;

A fuga das adolescentes Anna Lívia Destefani Luciano, 16 anos, e Giovanna Marsetti Sant'Anna Silva, 15 anos, jovens de classe média de São Paulo e sem qualquer motivo aparente para que fugissem de casa e permanecessem durante seis dias fora, sem dar qualquer notícia, até serem localizadas na cidade de Curitiba, em Santa Catarina, rumo à Argentina.

A prisão de Alexandre Nardoni e sua esposa, apontados como os assassinos da menor Isabella Nardoni, filho de Alexandre e de Ana Carolina Cunha de Oliveira

Não é possível saber os pormenores do julgamento, uma vez que o processo correu em segredo de Justiça. Mas ainda há algumas dúvidas antigas por esclarecer no caso do padre Júlio Lancelotti, famoso por defender os direitos dos adolescentes, que no ano passado acusou de extorsão o ex-interno da Febem,

Anderson Marcos Batista, a mulher dele, Conceição Eletério, e os irmãos Evandro e Everson Guimarães.

Detidos desde outubro de 2007, o ex-interno, a mulher e os dois irmãos acabaram absolvidos e soltos. Na saída da Penitenciária Feminina do Estado, onde passou os últimos sete meses sem receber visitas, Conceição Eleutério afirmou que foi feita justiça no seu caso.”

A mãe de uma das adolescentes que desapareceram dizendo que iam ao cinema (e foram encontradas em Curitiba, Santa Catarina) desabafou aos jornalistas depois da volta da pimpla: “Eu sou uma mãe superlegal, dou liberdade; ao mesmo tempo, levo e busco no colégio, converso, aí ela vai e desaparece”. Não tenho filhos, mas ousa dizer que também sumiria se minha mãe fosse tão despreparada.

b) Circunstância: a corrupção das instituições sociais.

b.1) Comentários do cronista: *Não sei, não. Ser inocente e passar sete meses como inquilina de uma penitenciária tapuia não é exatamente minha idéia de equidade...*

... Quero saber se a história fica por isso mesmo. Quero saber se quem mentiu neste caso receberá o mesmo tratamento de quem disse a verdade e, enxada que sou, quero saber também de onde vieram os tais R\$ 700,00 mil que o padre teria dado ao antigo protegido...

eu pergunto: não está na hora de pai e mãe saírem dessa camisa-de-força de ser “superlegal” com os filhos? Desde quando os pais têm de ser melhores amigos e confidentes?...

b.1.2) Argumentos do Cronista: Os acusados de extorsão pelo padre Julio Lancellotti, após serem absolvidos, soltos da prisão, e se dizendo inocentes, afirmam que foi feita justiça. *...Ser inocentes e passar sete meses como inquilina de uma penitenciária tapuia não é exatamente minha idéia de equidade...; A suposta vítima deste crime Pe. Júlio não quis comentar sobre o veredicto.*

Quero saber se a história fica por isso mesmo. Quero saber se quem mentiu neste caso receberá o mesmo tratamento de quem disse a verdade e, enxada que sou, quero saber também de onde vieram os tais R\$ 700,00 mil que o padre teria dado ao antigo protegido.

... E quem tem poder e dinheiro contrata verdadeiras estrelas para fazer suas defesas. E quem não tem vai preso e, na hora de ir embora para casa, ainda agradece pelo tratamento dispensado...

... Desde quando os pais têm de ser melhores amigos e confidentes? Quem faça isso, está cheio por aí, mas para estabelecer limites, orientar e impor disciplina, só mesmo os chatos do papai e da mamãe....

... que a minha geração que acha normal beber, fumar cigarro e até cigarrinho (ilegal) do diabo na frente da filharada, tem horror de passar por cricri...

... dá muito mais trabalho dizer “não” do que ceder às pressões dos filhos...

... quem disse que gostamos de fazer esforço? É muito mais fácil deixar como está. Até a hora em que o filho revela ser um Alexandre Nardoni...

...basta ver, nas noites de domingo, a criançada correndo e gritando nas pizzarias. Ou fazendo fita, batendo o pé e dando piti nos caixas de supermercado porque os pais não compraram isso ou aquilo...

Texto 20

Crônica de notícia: “Natureza se impõe ao direito”

Fato: na crise, a administração pública faz esforços para minorar as consequências. Passada a crise, volta à rotina.

Premissa: A natureza não se domina por força ou resoluções burocráticas.

Conclusão/opinião: “Em matéria ambiental, a natureza é justa. Não dê as costas para ela. Você será a vítima.”

Justificativa: Marco das Cognições Sociais: Os grandes sismos são popularmente designados também pelo termo terremoto. É um fenômeno de vibração brusca e passageira da superfície da Terra, resultante de movimentos subterrâneos de placas rochosas. O movimento é causado pela liberação rápida de grandes quantidades de energia sob a forma de ondas sísmicas.

Países que foram acometidos por terremotos recentemente foram Haiti, Chile, China, Turquia.

Engarrafamento, enchentes que são costumeiras nas grandes cidades brasileiras.

Direito, sistema de normas de conduta imposto por um conjunto de instituições para regular as relações sociais. Nesse sentido, equivale ao conceito de "ordem jurídica".

Poder público é o conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado, constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

A Constituição da República Federativa do Brasil é a atual lei fundamental e suprema do País, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do Ordenamento jurídico.

a.1) Relato jornalístico: o cronista faz referências às catástrofes naturais que têm assolado muitos países de nosso planeta.

Registros históricos mostram que sempre houve enormes desastres causados diretamente pela natureza e, em muitos deles, por fatos repetitivos agravados por ação, omissão, imprudência ou incapacidade humana. Três deles são recentíssimos: os terremotos do Chile, do Haiti e da Turquia. A comparação do Chile (menos de mil mortos) com o Haiti (dezenas de milhares de mortos ou desaparecidos) dá uma idéia da importância dos cuidados prévio, ainda quando se reconheça a diferença entre as condições nos dois países.

b) Circunstância: como os políticos agem nas catástrofes naturais.

b.1) Ponto(s) de partida: *A natureza no Brasil é menos agressiva que na maior parte das nações. Não temos sequer a surpresa da intensidade imprevisível, caso dos terremotos. Mesmo assim, gera aqui prejuízos materiais e humanos muito grandes, reiterados, cuja causa pode ser debitada, em parte, à incúria de nossos administradores, na omissão de providências acauteladoras, impeditivas da ocorrência dos gravames conhecidos.*

b.1.2) Comentários do cronista: *As chuvas desta ano, no Brasil, resultaram em muitas vítimas, sérios prejuízos materiais, deslizamentos, estradas interrompidas, pontes caídas, grandes alagamentos nas margens de rios estaduais e federais.*

Repetem e agravam conseqüências registradas nos últimos 20 ou 30 anos...Nada obstante parecem ter apanhado de surpresa as autoridades responsáveis. Supresa filiada à falta de medidas sérias, durante o tempo das secas, compatíveis com a correção dos defeitos observados.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: *No tráfego congestionado das estradas o panorama se repete feriado longo após feriado longo. Na crise, a administração pública faz esforço para minorar as conseqüências. Passada a crise, volta a rotina, postas de lado medidas preventivas, preferidas obras novas, que dão mais espaço no noticiário e mais votos.*

Nas maiores cidades brasileiras é evidente a inexistência da capacidade profilática. Alguma comparação é viável. O Chile tem pouco menos de 260 mil km² de superfície. O estado de São Paulo tem 225 mil km². A diferença não está nos números, mas nas conseqüências da desatenção ou atenção insuficiente para ações cabíveis. Na adequação ou proteção do meio ambiente.

A Constituição brasileira é taxativa no artigo 225, ao enunciar que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O equilíbrio constitucional do meio ambiente assegura a todos, nas cidades e no campo, condições médias que preservem seus bens, suas vidas e sua saúde.

O direito não visa a obter o impossível, mas a velha ressalva não escusa o administrador público quando se percebe a repetição de obras mal calculadas, mal executadas, mal conservadas, omitidas informações prévias e eficazes, aos ameaçados pelo aumento dos prejuízos, em particular dos desprovidos de meios.

O eleitor deve manter-se atento para as necessidades de seu entorno e mostrar a consciência de seu direito. A natureza não perdoa omissos. As regras jurídicas devem ser aplicadas com severidade quando os responsáveis falhem na prevenção.

Texto 21

Crônica de notícia: “Esse é o cara, vírgula”

Fato: Se Obama estivesse falando sério, será que ele iria dizer que Lula é o mais popular por conta da aparência? Como a imprensa focalizou as declarações de Obama.

Premissa: Pessoa mal assessorada faz afirmações errôneas.

Conclusão/opinião: “mas, no frigir dos ovos, não significa absolutamente nada no que diz respeito às relações entre os EUA e o Brasil. O resto é torcida da turma do Fla-Flu ideológico...”

Justificativa:

a) Cognições Sociais:

a.1) Marco das Cognições Sociais: O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil e acumula competências típicas de Suprema Corte e Tribunal Constitucional. Sua função institucional principal é de servir como guardião da Constituição Federal.

A Lei de Imprensa é uma lei instituída durante a Ditadura Militar.

Roberto Carlos é um cantor e compositor brasileiro, sendo um dos principais representantes da Jovem Guarda.

Paulo Salim Maluf é um empresário, engenheiro, político brasileiro de origem libanês, envolvido em várias investigações sobre corrupção de desvio de verbas públicas.

Barack Hussein Obama, o quadragésimo quarto e atual presidente do país norte-americano, visto com grande esperança de mudanças globais.

G20 maiores economias, também chamado de G20 financeiro, grupo das 20 maiores economias do planeta.

a.2) Relato jornalístico: a cronista relata sobre as declarações sobre o presidente Lula, feitas por Barack Obama.

Nestes dias em que o Supremo Tribunal Federal discute se aceita modificações ou se joga no lixo de uma vez por todas a Lei de Imprensa, herança asquerosa do regime militar que ajudou a retirar a condição de réu primário de dezenas de profissionais condenados apenas por expressar sua opinião, ainda há quem acredite que a imprensa deveria de alguma forma ser domesticada.

b) Circunstância: os nossos jornalistas ainda têm resquícios do regime militar, por isso temem fazer perguntas mais profundas a nossos governantes.

b.1) Ponto(s) de partida: Não conheço caso de excesso de liberdade de expressão. Que eu saiba, quanto mais democrática e justa a sociedade, mais o livre pensar e se expressar é valorizado.

b.1.2 Comentários do cronista: Mas nos tapuias ainda não perdemos a mania de ser capacho, a servilidade que vem dos tempos da escravidão. Basta ver o que acontece em qualquer coletiva de imprensa em que estejam presentes os presidentes do Brasil e EUA.

Os jornalistas norte-americanos não se deixam intimidar e costumam fazer perguntas duríssimas ao seu chefe de Estado.

Nós não podemos nos dar a esse luxo. Nas raríssimas entrevistas concedidas pelos presidentes brasileiros, os jornalistas são sempre escolhidos a dedo e as perguntas costumam vir cheias de obséquios. Claro, ninguém é louco de usar o expediente dos americanos se quiser voltar a ser credenciado pelo Planalto.

b.1.2.1) Argumentos do cronista: A censura à biografia do cantor Roberto Carlos é outro episódio emblemático na história da nossa limitada liberdade de expressão.

Por que volto a chover no molhado? Bem, na noite de quarta-feira os telejornais noturnos esbanjaram o uso do adjetivo “suposto” ao falar do dinheiro e das contas de Paulo Salim Maluf no exterior.

Foi um tal de “dinheiro supostamente mantido no exterior” para cá e “supostas contas em paraísos fiscais” para lá que era de se perguntar se a grana preta que está sendo repatriada vem a ser uma doação dos bancos de Jersey e da Suíça à Santa Casa de Misericórdia.

Como assim “supostamente”? O dinheiro não existe e não está voltando para casa? O que é que está faltando para tirar o “supostamente” da conversa?

Sinto desapontar tanto ao nobre leitor quanto aos idiotas latinos-americanos que ficaram empolgadíssimos com a troca de gentilezas entre Barack Obama e Lula, na cúpula do G 20, em Londres. Mas a expressão usada por Obama ao se referir a Lula, “That’s my man”, não tem nada a ver com a tradução que foi empregada por meio mundo e seu vizinho. “That’s my man” não quer dizer “Esse é o cara”. Está mais para : “Esse é o meu camarada” ou “Esse é o meu chapinha.

O vídeo mostra ainda Obama dizendo que Lula é “o político mais popular do mundo”, o que fez os barbudos dos sindicatos e das universidades tapuias praticamente rolares pelo chão em orgasmos múltiplos.

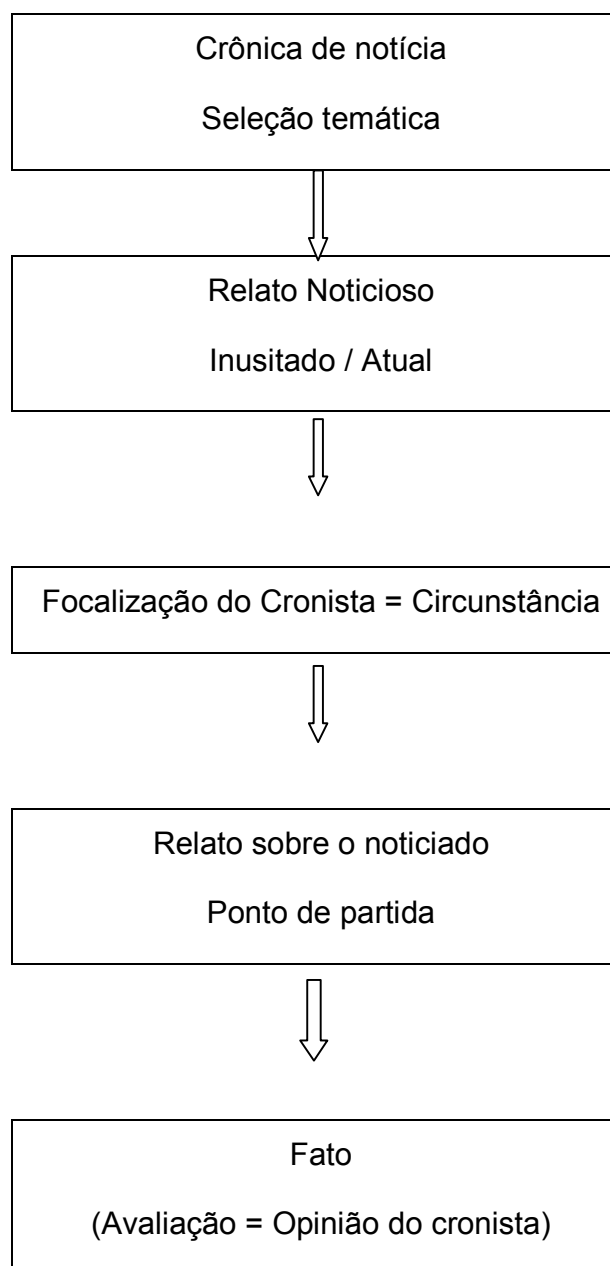
Mas, vem cá: se Obama estivesse falando sério, será que ele iria emendar dizendo que é por causa dos “goods looks”, da bela aparência, que Lula é considerado o político mais popular do planeta?

I don’t think so. A troca de gentilezas entre os dois presidentes certamente foi das mais simpáticas.

As análises das crônicas de notícias, possibilita-nos dizer que a crônica de notícia organiza-se, hierarquicamente, pela categoria semântica

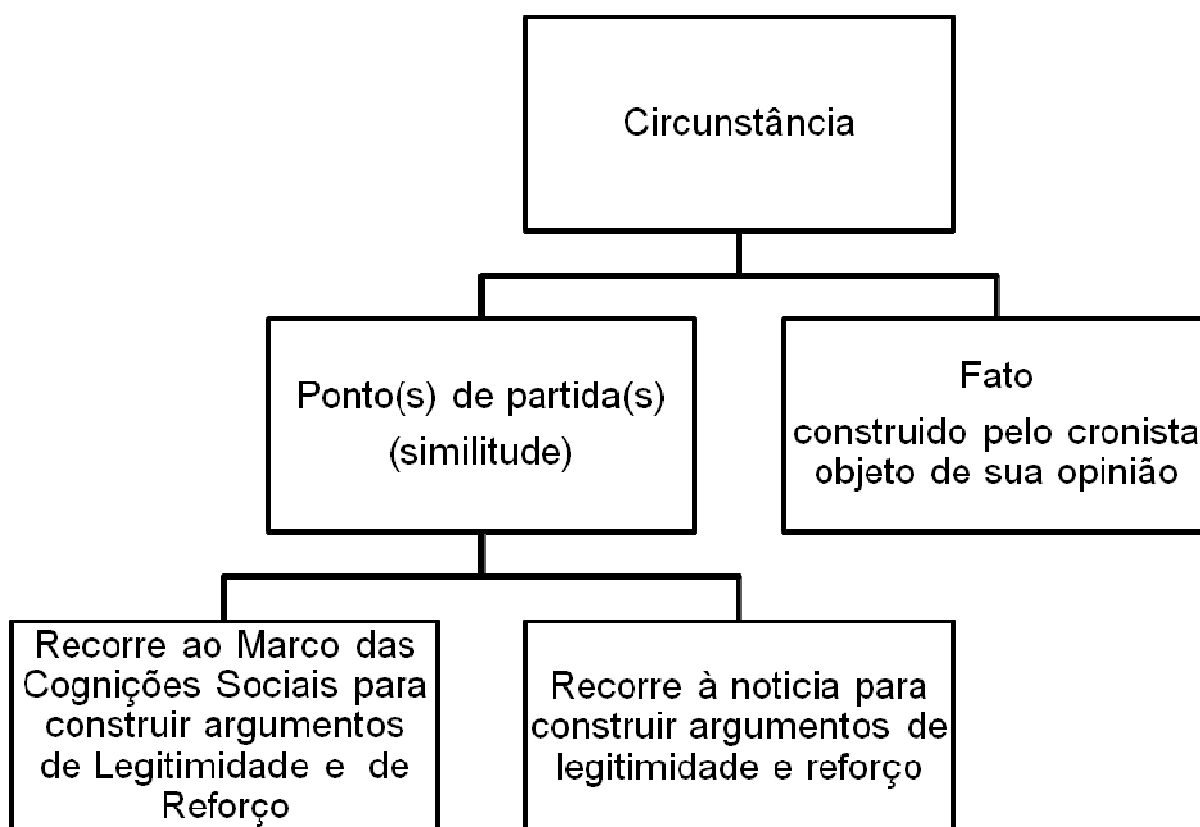
Conhecido/Esperado e pela categoria temporal *Atualidade*, visto que o cronista seleciona uma notícia já publicada anteriormente para a construção de seu texto opinativo, por meio de uma *Circunstância* criada pela sua focalização, o que possibilita estruturar seu texto argumentativamente, recorrendo às *Cognições Sociais*, como argumentos de reforço e de legitimidade.

Os resultados obtidos das análises referentes à seleção temática do cronista possibilitam a apresentação da seguinte estrutura textual.

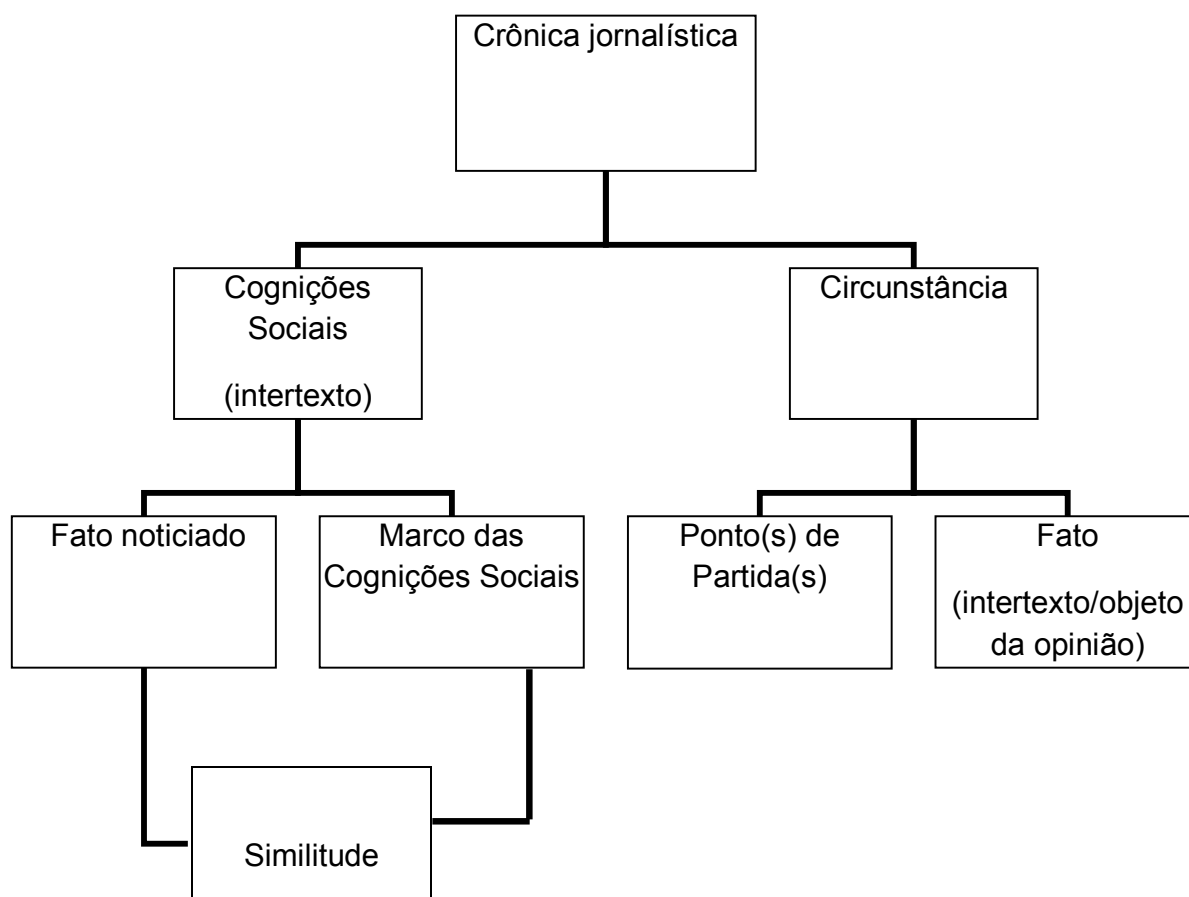


Os resultados indicam que a organização textual da crônica de notícia compreende a construção de um *Fato* pelo cronista, que passa a ser objeto de sua opinião. Para tanto, ele recorre às Cognições Sociais: o social guia o individual. Como o Fato é construído por ele, o individual modifica o social. Dessa forma, os argumentos construídos para legitimar e reforçar a sua opinião a respeito do fato representado no texto são construídos com as Cognições Sociais.

É possível verificar o esquema textual da Circunstância, por meio da seguinte visualização:



Diante do exposto, propomos o esquema textual para a organização textual opinativa da crônica de notícias:



Segundo van Dijk (1997), todas as formas de conhecimento são representações mentais avaliativas. Dessa forma, a opinião é atitude mais frequente do ser humano.

Uma opinião pode ser pensada ou pensada e transmitida pelo texto. Logo, não há textos ingênuos, todos eles contêm avaliações. Todavia, a opinião apresenta-se modificada em diferentes esquemas textuais, tais como o da história, da fábula, da avaliação do cientista, do dissertativo acadêmico-científico, do anúncio publicitário etc.

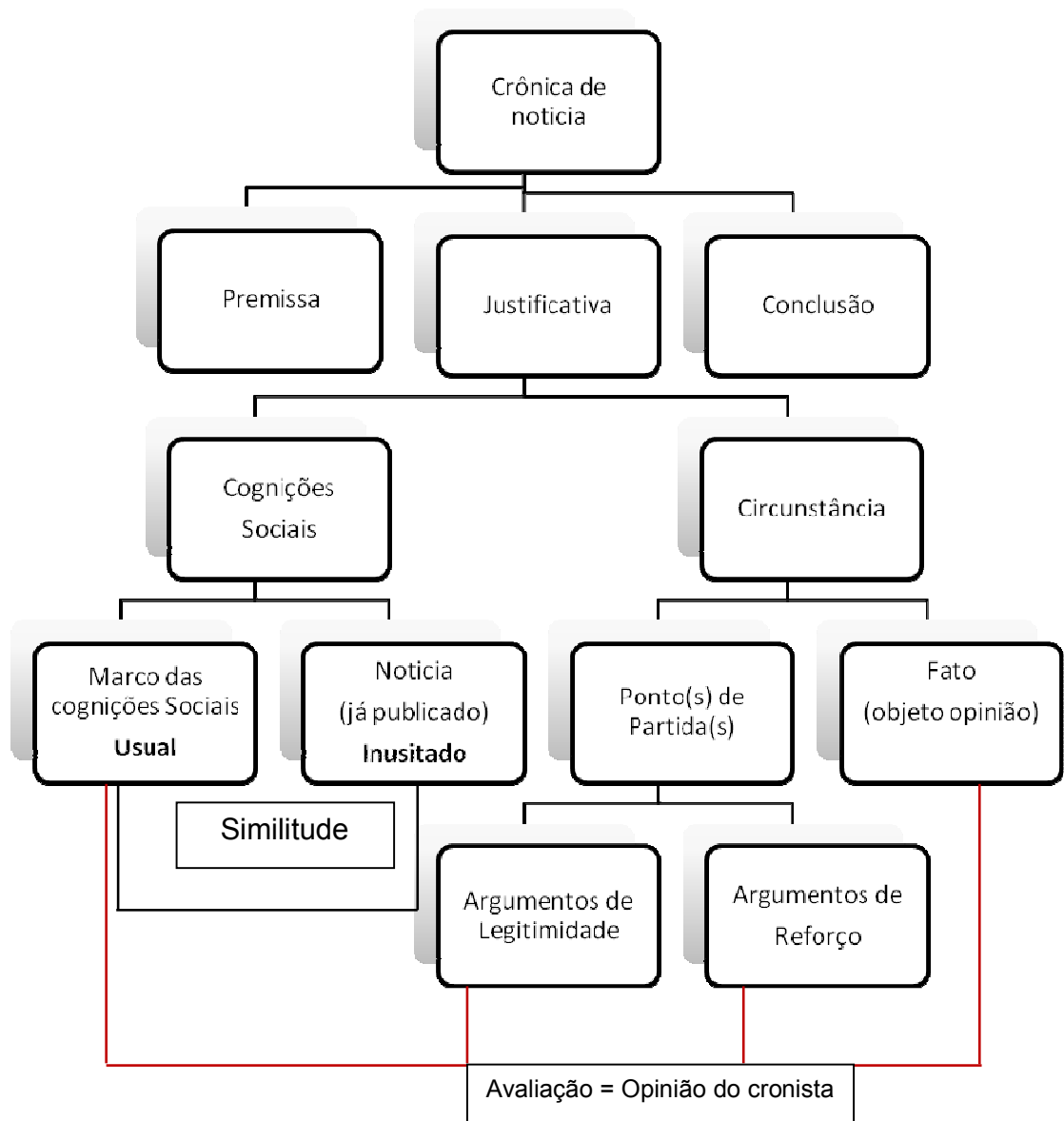
Os resultados obtidos das análises demonstram que o esquema textual da notícia está encaixado, na superestrutura argumentativa, na categoria Justificativa. Essa categoria agrupa categorias Cognições Sociais e Circunstância.

Os resultados demonstram, também, que o fato noticiado já participa das Cognições Sociais (pois a notícia foi publicada anteriormente) e do Marco das Cognições Sociais (o vivido e experienciado em sociedade pelo grupo de leitores).

O cronista estabelece uma zona de similitude entre o fato noticiado e o Marco das Cognições Sociais. É a partir dessa similitude que ele constrói um novo fato, que passa a ser objeto de sua opinião. Esse novo fato está agrupado na categoria Circunstância da estrutura argumentativa tratada.

A crônica de notícia organiza-se, hierarquicamente, pela categoria semântica Conhecido/Esperado e pela categoria temporal Atualidade, visto que o cronista seleciona uma notícia já publicada anteriormente para a construção de seu texto opinativo.

Dessa forma, é possível de se propor o seguinte esquema textual:



A crônica de notícia organiza-se, hierarquicamente, pela categoria semântica Conhecido/Esperado e pela categoria temporal Atualidade, visto que o cronista seleciona uma notícia já publicada anteriormente para a construção de seu texto opinativo.

Em síntese, os resultados apresentados nesse capítulo propiciam caracterizar a crônica de notícias como um texto opinativo que progride semanticamente por argumentos de legitimidade e de reforço. A questão orientadora da pesquisa realizada consiste em encontrar uma resposta para a seguinte questão: a opinião do cronista apresenta similitude ou diferença com os comentários da empresa jornal?

Pode-se responder à questão levantada da seguinte maneira: a opinião do cronista, ao avaliar a notícia, na maioria das vezes não segue a mesma avaliação feita pelo jornalista ao apresentar o fato noticioso, todavia, ambas as opiniões seguem a ideologia da empresa-jornal

A opinião do jornalista, ao representar o fato noticioso, incorpora valores positivos e negativos, dependendo dos participantes do poder

Embora guiada pela ideologia do poder do jornal-empresa e construída com confronto de conhecimentos sociais com o inusitado da notícia de modo a propiciar argumentos de legitimidade e de reforço tanto no Inusitado da notícia quanto no Usual dos Marcos de Cognições Sociais, a opinião do cronista avalia por similitude tanto o fato noticioso quanto as Cognições Sociais. .

Considerações Finais

Ao terminar essa dissertação, são tomados os objetivos a fim de verificar se foram cumpridos.

O objetivo geral, “contribuir com os estudos das crônicas brasileiras publicadas em jornal”, foi cumprido, na medida em que os resultados obtidos da pesquisa realizada propiciou a apresentação de dois esquemas textuais, desde suas categorias textuais mais hierárquicas até as mais inferiores.

Os objetivos específicos, também, podem ser considerados cumpridos, na medida em que:

1. Foram confrontadas, por análise, as crônicas do cotidiano com as crônicas de notícia, a partir dos esquemas textuais propostos por Scafuro (1999). Os resultados obtidos dessa investigação indicaram que é necessário reformular os esquemas propostos por Scafuro, pois estes não consideram a similitude estabelecida pelo cronista entre as cognições sociais e a notícia e a sua opinião é relativa a ambas. Os resultados obtidos indicam também que a notícia articula o conhecido pelo leitor (fatos noticiosos publicados anteriormente) com o desconhecido por ele (o inusitado e atual, objeto da crônica). Dessa forma, a opinião do cronista é construída estabelecendo um acordo com as cognições sociais dos seus leitores, tanto no que se refere ao marco das cognições sociais, quanto aos fatos noticiosos lidos.

2. As categorias semânticas das Crônicas de notícia foram diferenciais em: categoria Conhecido-Esperado e a categoria temporal Passado (concluso) / Atualidade (em curso). Como o cronista de notícia seleciona uma notícia já publicada anteriormente e que é conhecida de seus leitores, ele necessita criar para essa notícia uma *Circunstância*, e o faz por uma focalização, que propicia o ponto de partida para construção de um *Fato* que será avaliado por ele.

3. A construção textual da crônica de notícia ocorre pelo imbricamento do esquema textual da notícia, na superestrutura argumentativa, por meio da categoria *Justificativa*. Essa categoria agrupa as categorias *Cognições sociais* e *Circunstância*. O cronista estabelece uma similitude entre o fato noticiado e o Marco das Cognições Sociais, a partir disso constrói um fato novo, que será objeto de sua opinião. Tal fato está agrupado na categoria *Circunstância* da estrutura argumentativa.

4. Os resultado das análises da opinião jornalística na construção da notícia e a sua relação com a opinião do cronista, são realizadas por figuras intertextuais: metáfora, antítese e Paradoxo.

Os resultados obtidos da investigação propiciam responder às perguntas propostas no início dessa pesquisa:

1. A opinião do cronista de notícia apresenta similitude ou diferença com os comentários da empresa jornal?

A opinião do cronista de notícia apresenta similitude com as avaliações contidas no fato noticioso e que são guiadas pela ideologia da empresa jornal. Por exemplo, a avaliação negativa

discriminatória, portanto, discriminatória dos dois sargentos aos serem entrevistados e declararem homossexuais, sendo a notícia acompanhada por uma fotografia que revela essa avaliação ideológica negativa.

Todavia, a opinião do cronista apresenta diferença com os comentários que compõem a notícia jornalística, pois estes são relativos a um fato noticioso (no caso exemplificado, a avaliação negativa de sargentos *gays*) e a opinião do cronista de notícia é relativa a mais de um fato noticioso, pois parte do fato noticioso de um passado próximo [para recuperar com similitude semântica um outro fato noticioso estendendo a avaliação do primeiro à do segundo. No caso exemplificado, sargentos *gays* são avaliados do ponto de vista ideológico negativamente ao mesmo tempo em que a parada *gay*, que vem sendo realizada em São Paulo, também o é, devido às atitudes representadas como escandalosas em ambas notícias.

2. A opinião do cronista é construída além da notícia jornalística, de forma a considerar, também, as Cognições Sociais?

A opinião do cronista de notícia é construída também com as Cognições Sociais, sejam estas relativas à vida cotidiana ou a outras notícias já publicadas.

Nas Cognições Sociais, as pessoas (homossexuais) buscam serem incluídos na sociedade e realizam paradas urbanas, conferências, solicitam modificações jurídicas etc... porém sempre de forma inadequada, segundo a cronista.

3. Que relação se estabelece entre as categorias textuais da crônica jornalística e a notícia?

Essas categorias relacionam-se tanto pela categoria do fato noticioso quanto do comentário. A notícia trata de apenas um fato noticioso atual, portanto, desconhecido e inusitado. A crônica de notícia trata de mais de um fato noticioso, juntamente com o Marco das Cognições Sociais, de forma a estabelecer uma relação entre o inusitado da notícia, o conhecido da notícia já publicada e do Marco das Cognições Sociais.

Novas perspectivas

A pesquisa realizada deve ser continuada com novas perspectivas. Atualmente, o jornal *Folha de S. Paulo* abriu um espaço em todos os seus cadernos diários para a publicação de crônicas, enquanto o *Estado de S. Paulo* destina espaço somente no Caderno 2 para as crônicas, de notícia ou de cotidiano.

É necessário verificar se nesses espaços reservados todos os textos publicados são crônicas do cotidiano ou de notícias. A leitura dos textos publicados nesse espaço reservado, em todos os cadernos ou somente em um, sugere que ou os textos que aí se encontram não são todos crônicas ou que a crônica nacional está sendo modificada.

Como os gêneros textuais são históricos, estaríamos nós nos defrontando com uma modificação histórica do gênero?

Faz-se necessário investigar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRAMO, C. *Depoimentos sobre a imprensa e o jornalismo*. In: A regra do jogo. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1989.
- AMORA, A. S. *Minidicionário Soares amora da Língua portuguesa*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ARISTÓTELES (1967-1973) *Rhétorique I-III*, tradutor M. Dufour, Paris: Belles Lettres (1^o éd. 1938) [*Retórica*. Lisboa: INCM, 1998.]
- ARNT, R. *A Desordem do mundo e a ordem do jornal*. In: NOVAES, A. (org.) *Rede Imaginária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ATKINSON, R. C. And M. Raugh. *An application of the mnemonic keyword method to the acquisition of Russian vocabulary*. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*. London: Lawrence Erlbaum, 1975.
- BAHIA, J. *Jornal, história a técnica: as técnicas do jornalismo*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. "Os gêneros do discurso". 3a ed. In: ---. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- BARROS, D. L. P. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2002.
- BARTLETT, F.C. *Remembering*. Londres: Cambridge U.P., 1932.
- BAZILLI, C. et al. *Interacionismo simbólico e teoria dos papéis: uma aproximação para a psicologia social*. São Paulo: EDUC, 1998.
- BEAUGRANDE, R.A. de e DRESSLER, W. U. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.
- BENDER, F. e LAURITO, I. *História*. In: *Crônica- História, Teoria e Prática*. São Paulo: editora Scipione, 1993.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de lingüística genral I*, Campinas: Pontes, 1995.
- BOLIVAR, A. *Discurso a Interaction en el Texto Escrito*. Universidad Central de Caracas, Venezuela: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico. 1994.

BONNAFOUS, S. & TOURNIER, M. *Analyse du Discours lexicométrie, communication e politique*. In: MAINGUENEAU, D. (org). *Revue Langages*, nº 117. Les Analyses Du Discours em France, Paris: Larousse, 1995.

BOUDIER, P. *A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção Sergio Miceli*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: Publicações Dom Quixote, 2000.

BRINKER, K. *Linguistische Textanalyse*. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden. Berlin: Erich Schmidt.

BROWN, G. & YULE, G. *Discourse analysis*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CÂNDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

_____. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

CARNEIRO, A D. *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CASCARDI A., HINTIKKA J., MEYER M., PORCHT O., TOULMIN S. *Retórica e Comunicação*. Trad. F. Martinho. São Paulo: Edições ASA, 2004.

CIRLOT, J. E. *Dicionário de símbolos / Juan-Eduardo Cirlot*; tradutor Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2007.

CHARAUDEAU, P. *De La compétence sociale de communication aux compétences de discours*, in *Didactique des langues romanes: Le développement des compétences chez l'apprenant*, Louvain-la-Neuve: Deboeck Université, 2000b.

_____. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução F. Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Discurso das Mídias*. Trad. M. S. de Â. Corrêa, São Paulo: Contexto, 2006.

COMMELIN, P. *Mitologia Grega e Romana*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

COUTINHO, A. *A literatura no Brasil - Volume III - RJ: Livr. São José*, 1964.

_____. *Crítica e poética*. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1968.

_____. (1953) *Ensaio e crônica*. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). COUTINHO, Eduardo de Faria (Co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 1997.

DRESSLER, W. *Modelle und Methoden der Textsyntax*. *Folia Lingüística* 4, 1970".

_____. *On the phonology of language death*. Papers from the 8th regional Meeting, Chicago: Linguistics Society, 1972.

DOWDEN, K. *Os Usos da Mitologia Grega*. Trad. C.K. Moreira. Campinas: Papirus, 1994.

DUCROT, O. *Provar & Dizer*. São Paulo: Global, 1981.

_____. & TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. MIYASHIRO, A.K., GUINSBURG, J., BARROS, M. A. L. e SOUZA, G.G. (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 2010.

EAGLETON, T. *Ideologia*. VIEIRA, S. e BORGES, L. C. (Trad.). São Paulo: Editora Unesp e Editora Boitempo, 1997.

Fairclough, N. *Discourse and social change*. Cambridge, England: Polity Press, 1992.

_____. & Wodak, R. *Análisis crítico del discurso*. In: *El discurso como interacción social*. Teun A. Van Dijk compilador. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

_____. *Discurso e mudança social*. MAGALHÃES, I. (Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, J. R. *Prefácio (Alencar conversa com os seus leitores)* de "Crônicas escolhidas - José de Alencar" - São Paulo: Ed. Ática e Folha de São Paulo, 1995.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo :Martins Fontes, 2004.

FERREIRA, A.B.H. *NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, R. M. *Individuação e socialização em Jurgen Habermas: um estudo sobre a formação discursiva da vontade*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2000.

FIORIN, J.L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1988.

FOULCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Trad. de Luiz Felipe Beata Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GENETTE, G. *Essais de linguistique générale*. Paris, 1963.

_____. *Figures I*. Paris: Seuil, 1966.

GRICE, H. Paul. *Lógica e Conversação*. In DASCAL, Marcelo (Org). *Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística – bibliografia*. Campinas: edição do autor, 1982.

GRIMAL, P. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Trad. V. Jabouille. Lisboa: DIFEL, 2ª ed., 1993.

GUIMARÃES, R. *Dicionário da Mitologia Grega*. S. Paulo : Cultrix, 1996.

GUIMARAES, D. M. *Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos*. São Paulo, 1992. 163p. Dissertação (Mestrado). PUC.

GUIMARAES, E. *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.

GREGOLIN, M. do R. (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. Coleção Olhares Oblíquos.

_____. (org) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GRILLO, S. V. C. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Hummanitas, 2004.

HALLIDAY, M. A. K . *The functional basis of language*, in BERNSTEIN, B. Class, codes and control, London: Routledge and Kegan Paul, 1973.

HOUAISS, A & VILLAR, M.S. *MÍNÍ Houaiss – Dicionário da língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ISENBERG, H. *Cuestiones fundamentales de tipología textual*. In: Linguística del texto. Madrid: Arco/Libros S.A., 1987.

JAKOBSON, R. *Essai de linguistique générale*, Paris: Minuit, 1963.

_____. *Langage enfantin et aphasie*, Paris: Minuit, 1969.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980) *La Enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Trad. espanhola de Gladys Anfora e Emma Gregores. 3 ed. Buenos Aires: Edicial, 1997.

KINTSCH, W. & VAN DIJK, T. A. *Comment on se rappelle et on resume des histoires*. In: Langages, n.40. Paris: Didier-Larousse, 1975.

_____. *Strategies Discourse Comprehension*. London: Academic Press, 1983.

KLEIMAN, A. *Texto e Leitor - Aspectos Cognitivos da Leitura*. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, I.G.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1993.

Kristeva, J. *História da linguagem*, Rio de Janeiro: Edições, 2003.

LAKOFF G. & Johnson M. *Metáfora da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Educ, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

- _____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____ & COSSUTA, F. (1995) *L'analyse des discours constitutants*, in MALDIDIER, D. A inquietação do discurso. Campinas: Pontes. 2003.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife: Série Debates 1, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- _____. *A ação dos verbos introdutórios de opiniões*. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, ano XIV, n ° 64, jan/jun 1991.
- _____. *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife:UFPE,1983.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Moirand, S. *Une grammaire des textes et des dialogues*. Paris: Hachette,1990.
- _____.MORAIND,S. *Communicative and cognitive dimension of discourse on sciene in the French mass media*, *Discurse Studies*, v.5, 2003.
- MOISÉS,M. (1967). *A criação literária – Prosa II*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1984.
- MOTA, L.G.(org). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- PAULA, D. G. – *Estratégias sócio-interacionais na construção da notícia jornalística*. São Paulo: Dissertação (Mestrado): PUC-SP, 2008.
- PENA, F. *Teoria do jornalismo –* São Paulo: Contexto, 2005.
- PERELMAN C. & OLBRECHTS-TYTECA L. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- QUEIROZ, E. C. R. “O funcionamento do ideológico na textualização de notícias telejornalísticas: a diretividade argumentativa”. In: *Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos*. J. B. C. dos Santos e C. A. Fernandes (Org.). Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- REIS, C. & LOPES, A. C. M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- RÓNAI, P. *Um Gênero Brasileiro: A Crônica*. In : HOWER, A. e PRETO-RODAS, R. org. *Crônicas Brasileiras*. Center for Latin American Studies, University of Florida, 1971.
- ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- SÁ, J. de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, 1985.
- SARAIVA, A. J. & LOPES,O. (1945) – *História da literatura portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Porto editora, 1950.

SCAFURO, G. - *A organização textual de crônicas publicadas em jornal*. Mestrado em do programa de estudos pós-graduados em língua portuguesa da PUC – São Paulo, 1999.

SILVEIRA, R. C. P. da. *A lexicalização na organização coerente do texto*. In: Descrição do Português. Araraquara: UNESP, 1990.

_____. (org.). *Português Língua estrangeira: Perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. “Opinião, marco de cognições sociais e a identidade cultural do brasileiro: as crônicas nacionais”. In: JÚDICE N. *Português língua estrangeira: leitura, produção e avaliações de textos*. Niterói: Intertexto, 2000.

_____. “Enunciados clichês populares reduzidos e cultura: sociedade, cognição e discurso”. In: *Análise do discurso: perspectivas*. C. A. FERNANDES, (org). Uberlândia: EDUFU, 2007.

SPERBER, D. & WILSON, D. (1986) *La Relevancia – comunicación y procesos cognitivos*. Madrid: Visor Dis S.A., 1994.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Trad. P. A. de Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

TORRINHA, F.(1942) *Dicionário Latino-Português*.Porto: Gráficos Reunidos Ida., 1982.

VIGINAUX,G. (1976). *La Argumentacion – Ensayo de Lógica Discursiva*. Trad. Espanhola de Cecilia Hidalgo e Oscar Travesa, Buenos Aires: Libreria Hachette S.A., 1986.

VAN DIJK, T. A. *Beiträge zur generativen Poetik* . München: Bayerischer Schulbuch Verlag, 1972.

_____.*Some aspects of text grammars. A Study in theoretical poetics and linguistics* . The Hague:Mouton, 1972.

_____. *La ciencia del texto*. Barcelona: ediciones Paidós Iberica, 1978.

_____. *La ciencia del texto: Um enfoque interdisciplinario*. Barcelona-Buenos Aires: Ediciones Paidos, 1978.

_____. *La noticia como discurso: comprehension, estructura y production de la information*. Barce, 1980.

_____. *Studies in the Pragmatics of Discourse*, New York : Mouton, 1981.

_____. & KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

_____. *News Schemata*. In: Studing Writing: Linguistic Approaches. Beverly Hills, 1986.

_____. *El discurso y la reproduccion del racism*. In: Lenguaje en contexto, v. 1, n. 1-2, septiembre, 1988.

_____ - *La noticia como discurso* – Comprensión, estructura y producción de la información, Trad. Española de guillermo Gal. Paidós Comunicación: Barcelona – Espanha: Paidós comunicación, 1990.

_____. *Racismo y analisis critico de los medios*. Barcelona, Paidós, 1997.

_____.(org) - *El discurso como interacción social*, Barcelona: Gedisa editorial, 2000.

WEINRICH, H. (1964) *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart Klett. 2ª edição, 1971, 1973.

_____.(1964) *Le Tempus: le récit et le commentaire*, Paris: Seuil (trad. Franc de Tempus Stuttgar: Verlag W. Kohlhammer, 1973.

Anexos

verissimo



segunda-feira
MATTHEW
SHIRTS
LÚCIA
GUIMARÃES

terça-feira
ARNALDO
JABOR

quarta-feira
ROBERTO
DAMATTA

quinta-feira
LUIS
FERNANDO
VERISSIMO

sexta-feira
IGNÁCIO DE
LOYOLA
BRANDÃO

MILTON
HATOUM

sábado
MARCELO
RUBENS
PAIVA

ADRIANA
FALCÃO

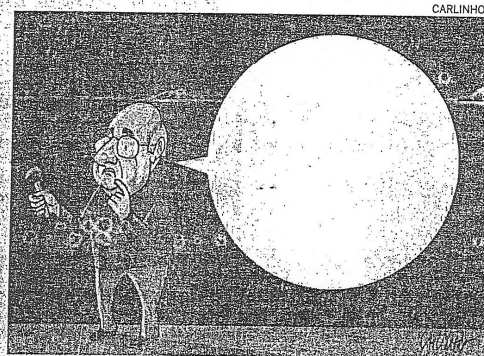
domingo
VERISSIMO
JOÃO UBALDO
RIBEIRO
DANIEL PIZA

Eu, repórter

Reminiscências, reminiscências... Trabalho em jornal há mais de 40 anos mas uma única vez sai da redação para fazer uma reportagem. Dizem que só o repórter é jornalista mesmo, no sentido em que só quem está na linha de frente é soldado mesmo – o resto é burocracia fardada. Pois fui repórter por um dia, em 1968. O sul-africano Christian Barnard, que meses antes fizera o primeiro transplante de coração da História, viria participar de um congresso em Buenos Aires. Eu fazia de tudo na redação do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Até, como já contei mais de uma vez, o horóscopo. Quando faltavam artigos para a página de opinião eu fazia, usando pseudônimos. Certa vez dois dos meus pseudônimos polemizaram violentamente, pois

tinham opiniões radicalmente opostas sobre determinado assunto. Eu também fazia um guia de bares e restaurantes da cidade e vez que outra inventava personalidades que os frequentavam (o conde italiano Ettore Fanfani, o empresário e bom vivant Aldo Gabarito) e davam seus palpites. Quer dizer, nada menos sério e mais longe da reportagem do que minha enclausurada atividade jornalística na época. Mas eu falava inglês, e fui o escolhido para entrevistar o Barnard. Me botaram num avião para Buenos Aires. Junto com um cinegrafista, o Leca, porque a matéria que eu conseguisse também seria para a TV.

O dr. Barnard se tornara uma celebridade mundial com seu feito. Havia uma multidão querendo entrevistá-lo em



Buenos Aires. Ele atenderia a imprensa de uma vez só, numa coletiva, e depois responderia a perguntas individuais – mas

só a uma pergunta por repórter. Entrei na fila. O Leca ficaria perto do doutor e ligaria a câmera quando eu chegasse lá.

Fiquei pensando no que perguntar ao Barnard. O argentino atrás de mim me cutucava com seu microfone à altura dos rins. Ouvi uma alteração vin-do do começo da fila. Um repórter desobedecera as ordens, tentara fazer uma segunda pergunta ao cirurgião e ouvia protestos dos colegas. Eu não conseguia pensar na pergunta que faria ao Barnard. Tinha que ser uma única pergunta. Uma pergunta definitiva.

– O que o senhor está achando de Buenos Aires?

Não! Algo mais científico. Como está passando o paciente que recebeu o coração transplantado? Não! O paciente poderia já ter morrido, a pergunta seria vista como provocação. Falei do apartheid na África do Sul? Não, nada a ver.

Perguntar o quê?

Eu chegava cada vez mais perto do começo da fila. O Leca me fazia sinal de positivo, estava a postos. A ansiedade do argentino atrás de mim aumentava e as cutucadas também. Perguntar o quê?

Finalmente cheguei na frente do dr. Barnard e...

Sabe que eu não me lembro o que perguntei? Tenho a vaga lembrança de alguma coisa como "O senhor espera operar num brasileiro, um dia?" mas prefiro estar enganado. Minha única vontade era estar de volta à redação da *Zero Hora*, inventando frases para o conde Fanfani ou o Aldo Gabarito, em vez de para mim.

Desde então, só aumentou a minha admiração por repórteres. ●

ARNALDO JABOR



segunda-feira
MATTHEW SHIRTS
LÚCIA GUIMARÃES

terça-feira
ARNALDO JABOR

quarta-feira
ROBERTO DAMATTA

quinta-feira
LUIS FERNANDO VERISSIMO

sexta-feira
IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO
MILTON HATOUM

sábado
MARCELO RUBENS PAIVA
ADRIANA FALCÃO

domingo
VERISSIMO
JOÃO UBALDO RIBEIRO
DANIEL PIZA

Acabou o tempo do "Deus lhe pague..."

Existe coisa mais triste do que menininhos de 6 anos fazendo malabarismo com bolinhas de ténis nos sinais de trânsito? Eles nos angustiam porque são prova do nosso fracasso. Nós evitamos vê-los, eles nos veem o tempo todo. Os miseráveis são nossa caricatura e damos esmola na esperança de uma salvação, mas eles não são generosos e não nos perdoam. Apenas um vago "Deus lhe pague"...

Antes, as esmolas faziam mais bem a nós do que a eles. A miséria tinha uma "função social". Hoje está fora de moda, a miséria não é mais um "hype", a miséria está "enchendo o saco, não chove nem molha". A gente esqueceu da população trabalhadora dos morros, com operários, domésticas, faxineiros; ela só aparece violenta, nas revoltas da Febem, nos tiros de bandidos. A miséria armada está nos fazendo esquecer da miséria indefesa. Com a onda de violência, perdemos a compaixão pelos pobres. E como ninguém sabe resolver o drama da miséria, surge até um vago rancor contra ela, pois ela teima em reaparecer.

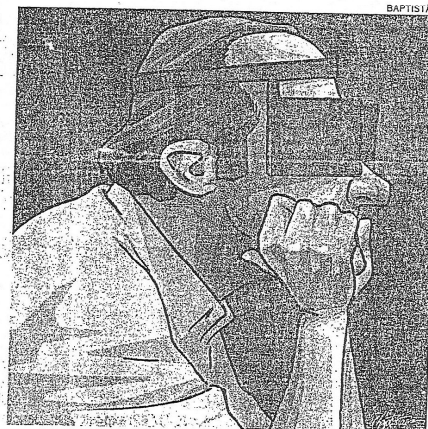
Miséria não é igual em qualquer parte. A miséria em São Paulo não é estrelada, invasiva como a do Rio, onde os jardins suspensos das favelas nos olham do alto. Em São Paulo, a miséria também não é uma paisagem natural, como no Nor-

deste. Em São Paulo, a miséria é mais periférica e só entra para pequenos serviços - úteis 'parafusos' nas construções, no lixo.

No Rio, nossa pobreza já teve uma tradição, uma arte. Príncipes como Cartola, Nelson Cavaquinho, o samba. A favela paulista se atravancava em planícies. Não venta, não tem vista para o mar, não dança. É lama pura e dormitório para a mão de obra não qualificada. A miséria carioca tinha uma certa "allure", bafejo de elegância. Agora, só tem servido para criar uma "consciência da morte" nos pequenos e grandes burgueses (oh, céus...). Hoje, temos esta "living art", constante "instalação" de trapos e mãos postas. Nos "olhos azuis de brancos" (Lula "dixit..."), já vemos o sentido trágico da vida.

"O Senhor aguenta esta fumaça na cara o dia inteiro?", pergunto com os olhos vermelhos na Avenida Santo Amaro, em São Paulo, às 7 da noite.

"Respire fundo, vá, moço, respire fundo que passa, vá!", diz o parafuso de meio metro que dirige o táxi. E ri de mim, de minha queixa ecológica. Em volta, privilegiados encalhados no trânsito. Rostos mortos ao volante. A fumaça cresce. Vingança dos miseráveis que construíram a cidade? Vingança de quem, esta fumaça? São Paulo é feita uma cebola. Não é



apenas a Bélgica da Belíndia. É uma cebola de Bélgicas cada vez mais fechadas, mais finas.

Hoje, para sofrer menos, temos de usar antolhos para não ver o destino negro das cidades.

Uma vez, tive um encontro com um empresário e um americano antropólogo. Cinema, grana, outros papos. O empresário e eu falamos sobre o Brasil para o gringo: "Eles... eles... eles...". O Brasil estaria sendo destruído por "eles". Até que o americano não aguentou mais

de curiosidade e perguntou: "Who are they?" (Quem são eles?)

Parei, travado. Aí, descobri o óbvio triunfal: para mim, "eles" seriam os outros, as forças ocultas que desculparam nossa omissão. Todos nós falamos da desgraça nacional como se fosse culpa de seres impalpáveis: o Congresso, o governo, os americanos, os jornalistas... Todos, menos nós.

Houve uma época em que a miséria nos tocava mais, ela era útil para nossa piedade,

mesmo como tema para arte e literatura. A miséria sempre deu lucro. No Brasil, miséria é quase uma indústria. Quanto lucro uma igreja de charlatões tem com os dizimos? A miséria dá lucro político; falar na miséria denota preocupação humanitária, traz votos populistas.

Antes, havia uma miséria "boa", controlável. Tínhamos pena, desde que ela ficasse no seu lugar, ela aplacava nossa consciência. Nos sonhos "revolucionários" dos pequenos burgueses, a miséria era nossa bandeira. Sofríamos com ela. A miséria dos outros era nosso problema existencial. Iludíamos-nos achando que nosso sofrimento interior minorava o horror de suas vidas.

Na época, éramos a favor de um socialismo imaginário, parecia para nossos problemas e ficávamos tranquilos sem fazer nada. Mas nos enganávamos, achando que nosso mal-estar com a tragédia dos pobres ajudava-os em alguma coisa. Desde que caiu o socialismo, caiu a ilusão de que éramos úteis em pensamento. Desde então, somos habitados por um desalento pela ausência de formas de luta contra a injustiça. Esse desalento gerou um desconforto inicial, mas, aos poucos, deu lugar a um secretismo quase doce. Hoje sofremos menos porque não adianta mesmo... Assim, passamos a cuidar de nossos jardins, nosso

narcisismo, nossa arte pessoal de viver. O fim das ideologias é um alívio para a culpa.

Hoje, só nos resta tentar não sofrer com a miséria que nos cerca. As regras básicas estão no ar, no lar, no bar, como os mandamentos da felicidade pós-tudo - uma vida negativa, fugitiva. Todos começam com "não": não olhar tragédias, não ler nem assistir a jornais, não ouvir conversa de cânceres ou chacina, providenciar grades, carros blindados, companhias de segurança e as armas, se preciso. Chegamos a temer: "Se acabar o tráfico, vai ser pior - vão descer mais das favelas para o asfalto..."

Alguns mais canalhas podem até pensar: "A única arma que luta contra a miséria é a fome. A fome debilita, fragiliza e extingue tudo num genocídio branco, sem autores. A fome regula o mercado da pobreza. A fome é o grande freio à falta de planejamento familiar destes nordestinos eróticos."

No entanto, depois de tantos vexames de nossa burguesia secularmente sordida, vemos que nossa miséria "pobre" é a ponta de uma miséria maior. Não existe um mundo limpo e outro sujo. Um infecto e outro, a burocracia é miséria, a corrupção é miséria, a estupidéz brasileira é miséria. Somos uns miseráveis cercados de miseráveis por todos os lados. •

Marcelo Rubens Paiva



segunda-feira
MATTHEW
SHIRTS
LÚCIA
GUIMARÃES

terça-feira
ARNALDO
JABOR

quarta-feira
ROBERTO
DAMATTA

quinta-feira
LUIS
FERNANDO
VERISSIMO

sexta-feira
IGNÁCIO DE
LOYOLA
BRANDÃO
MILTON
HATUOM

sábado
MARCELO
RUBENS
PAIVA
ADRIANA
FALCÃO

domingo
VERISSIMO
JOÃO UBALDO
RIBEIRO
DANIEL PIZA

Amor platônico

Lucila tinha cabelos encaracolados. Era sorridente e mais baixa do que o normal. Desde que a conheci, no primário em São Paulo, fiquei apaixonado. Pensava nela quando subia na jabuticabeira de casa, para observar o suicídio das frutas maduras que se atiravam aleatoriamente dos galhos, enquanto minhas irmãs corriam pelo quintal.

Havia um canto debaixo da escada da garagem. Era o meu canto. Por que adoramos tocas? O darwinismo deve explicar nosso encanto por cantos. Mas fazem parte da seleção natural os amores platônicos?

Meu pai decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. Quando me comunicaram a notícia, sofri antecipadamente de saudades. Lucila... Como seria a minha vida sem ela? Que desgraça! A primeira coisa em que pensei foi fugir de casa, para marcar posição e o meu protesto.

Fui corrompido pela oferta de uma enorme festa só minha. Toda a escola seria convidada. Lucila então conheceria minha casa, minha árvore, meu canto. Correria pelo quintal. Brincaríamos.

Apareceu uma multidão. A casa parecia uma quermesse. Teve palhaço e mágico. Eu nem sabia que tinha tantos amigos. A maioria eu não conhecia. Era difícil se locomover entre tanta gente. Não encontrava a minha amada. Me lembro que, num certo momento, me escondi na garagem, sufocado, estressado.

Ela apareceu para se despedir, com aquele cabelo dourado cacheado, como molas. Lucila era a fim de mim também, eu tinha certeza. Ficamos juntos conversando. Toda a escola respeitou nossa privacidade. Nos demos as mãos e fomos ver outro número do palhaço. Passamos o resto do dia grudados. Foi uma única vez em que demos vazão para o nosso amor.

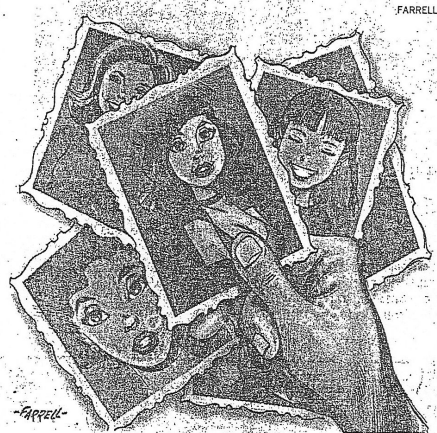
Se eu não tivesse que me mudar, eu sabia, seríamos o casal mais feliz da cidade, eu, com 6 anos, e ela, com 5. Como a vida atrapalha histórias de amor... Que lição meu pai me dava, ao me amputar a paixão.

Vivi no Rio com saudades. Pensava, sonhava, imaginava. Lucila. Lá, reencontrei meu melhor amigo, Eduardo Gasparian, outro paulista exilado. Estudamos na mesma classe. Edu já estava enturmado, o que me ajudou no convívio. Ele também tinha irmãs. Tinha diálogo com as cariocas.

Ficamos amigos de Roberta e Isabel, duas morenas amadas por toda a escola.

Nas aulas, dividíamos as mesas com elas. Eu com Roberta, ele com Isabel, conhecida como Isaboa. Ou vice-versa. Passávamos os recreios com elas, para a inveja coletiva. Nas aulas de música, tocávamos triângulo, elas, coco. Ou vice-versa. Ficávamos juntos, fora do ritmo, tocando uma outra música, só nossa.

Havia um obstáculo para o desenvolvimento de paixões. As duas eram maiores do que eu.



era a mais alta de todas. Para um moleque, é um entrave que afugenta o amor. Especialmente aos 8 anos.

Apesar de toda a escola achar que namorávamos as duas, era pura amizade. E eu não me esquecia de Lucila e seus cachos malucos. Um dia, eu iria reencontrá-la.

Até passar para o ginásio, mudar de prédio, recepcionar novas turmas e conhecer Carla, loirinha enigmática, linda como a vista do recreio, o Pão de Açúcar. Do meu tamanho. Nutri por ela uma paixão secreta. Quando ela passava, mi-

dez era na mesma proporção que a minha admiração. Nunca ouviu a minha voz. Puro amor platônico.

A maioria de nós compreendia o que significava o amor platônico e já vivera o seu, idealizando uma garota e sofrendo por causa de uma timidez revoltante. Apesar de a maioria não ter ideia de quem foi Platão, nem de que seu amor foi definido na Renascença, baseado nos diálogos do filósofo, que apontavam que o amor mistura fantasia e realidade pelo ser perfeito, e a essência desse amor é a idealização. O amor platônico é comprado

volvimento e contato, que os inseguros alimentam especialmente na adolescência.

Carla despertava o amor platônico em todo Colégio Andrews. Para nos confundir, ela era filha do nosso maior ídolo, Carlos Niemeyer, do Canal 100, telejornal que revolucionou a linguagem, era exibido antes dos filmes, e terminava com imagens em câmera lenta, com câmeras na beira dos gramados, de lances do último clássico de futebol, sob uma trilha sonora marcante. Queríamos Carla e conviver com a sua família, sermos convidados para ver os jogos de perto e termos em mãos aquele acervo.

A ditadura apertou o cerco. Edu se exilou em Londres. Me mandava cartas perguntando de futebol e Carla. Eu mentia. Dizia que estávamos namorando. Que ficávamos na casa dela nos pegando, apesar dos 11 anos de idade.

Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de um cachorro molhado. Muitos passaram a me evitar. Afinal, eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do País, aprendiam com alguns pais, professores, liam na imprensa, viam nos telejornais.

Ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava nos portões.

No meio do ano, minha família foi obrigada a sair do Rio. Na festa de São João, comuniquéi a mudança. Muitos vieram se despedir. Eu estava numa barrquinha comprando doces, quando Carla se aproximou, para se despedir. Minhas pernas tremaram, como sempre. Fiquei sem ar. Ela disse o meu nome, Marrcelo, com aquele sotaque carioca delicioso. Me beijou. "Você vai embora, Marrcelo?" Eu não disse nada. Mais um amor era deixado pra trás. E por instantes perderei o meu pai por não ter se exilado, como a maioria, para salvar a pele.

Reencontrei Lucila no colégio, na volta para São Paulo. Não tinha mais os cachos. Continuava uma encantada. Relembramos o passado. Para ela, eu também representava o primeiro amorado. Fui gentil. Mas havia uma baixinha do meu ano, misteriosa, secreta, apaixonante, de poucas palavras e muitos fãs. Que nem sabia da minha existência e eu não reparava nos meus olhos tristes.

Reencontrei Carla no ano passado. Aliás, coincidentemente, na Livraria Argumento, do meu amigo Edu. Ela se apresentou. Sabia das cartas, em que eu mentia sobre o nosso amor. Não sabia que era tão idolatrada assim. Rimos das maluquices platônicas. São os cometas da memória.

Leia também o blog de Marcelo Rubens Paiva em

JANIO DE FREITAS

A maleta e a viagem

CRIADOR DA confusão que desviou para uma tal maleta da Abin as atenções suscitadas pelo problema das escutas, o ministro Nelson Jobim age com a mesma impropriedade ao se valer, agora, de uma viagem de Lula para desviar-se do seu depoimento, quarta-feira, como convocado da CPI das Escutas Telefônicas.

Ganhar uma semana, com a inquirição na quarta 17, talvez lhe ofereça um cenário mais abrandado na CPI, consideradas as explicações que deve. Mas seu compromisso, em todos os sentidos funcionais e pessoais, é com a convocação que vale como palavra do Congresso, para esclarecimentos relevantes no inquérito. E não com um passeio à Amazônia onde nada de importante tem a fazer. Tanto mais que o arranjo da escapadica à mostra com o "convite" pre-

sidencial tão posterior à convocação da CPI.

A confusão começa ao ser dito a Lula (e outros), por Jobim, que a maleta seria destinada a gravações ambientais. Ocorre que o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres falam ambos ao telefone quando são gravados, logo, um deles não poderia ser captado por um gravador ambiental. A própria gravação sugere, como primeiro indício, a velha escuta por linha telefônica, no entanto relegada pela "denúncia" de Jobim. Com as responsabilidades de ministro da Defesa, Nelson Jobim deve ter explicação

O ministro Jobim age com impropriedade ao se valer de uma viagem com Lula para desviar-se de depor na CPI

interessante a dar à CPI, sobre os fundamentos de sua colaboração.

Em depoimento à CPI, o ministro da Segurança Institucional, general Jorge Felix, afirmou que pedira ao Exército o exame de especialistas em todo o equipamento da Abin, para verificação das respectivas finalidades. Não lhe constava haver maleta com gravador, mas tão só para

varreduras. Nelson Jobim contestou-o com a informação de que a maleta foi comprada para a Abin pelo Exército, por intermédio de sua comissão de compras nos EUA. Arrasador.

Por alguns dias, sim. O Exército informou que a maleta não era de gravação. Arrasador. Um desmentido frontal do Exército ao ministro da Defesa? Veio então o habilitado laudo do exame a que o general Felix se referira: o dispositivo da maleta é próprio para varreduras, não para gravação, sendo necessário submetê-lo a adaptações para que possa servir como gravador em determi-

nadas circunstâncias.

Adaptação para quê, se qualquer gravador se prestaria ao serviço sem o trabalho de adaptá-lo, cabendo ao interessado apenas a conveniência de escolhê-lo segundo a duração das gravações? Jobim, no final da semana, preferiu dizer aos repórteres que "a divergência com o general Felix está encerrada".

Na CPI não está. Há informações inverídicas lançadas por um dos lados divergentes, delas advieram desdobramentos, a alguém ou a alguma corrente serviram para fins ainda obscuros, ou duvidosos.

Há, portanto, mais do que escutas a serem desvendadas. Ainda que o "mais" não tenha relação direta com a escuta em questão, seja parte de uma armação política por métodos pesados.

ELIO GASPARI

A PF insiste no autoesculacho

DEVE-SE AO ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, o empenho pelo restabelecimento da ordem pública na esfera da Polícia Federal. Infelizmente, ainda falta muito para que se veja luz no fim do túnel. O ministro participava de uma cerimônia comemorativa de intenções enquanto circulava por Brasília a última peraltice dos agentes que conduziram a Operação Castelo de Areia. A ela:

Os federais revelaram ter apreendido nos arquivos da Camargo Corrêa um documento no qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pede um emprego para uma engenheira. Trata-se do ofício 139/2000, assinado por Raupp. Uma polícia incapaz de perceber que um documento desse tipo é exemplo de transparência e lisura não deveria investigar senadores nem empresas. É legítimo e até desejável que um parlamentar

recomende a uma empresa os serviços de uma pessoa por meio de documento oficial, numerado, datado e assinado. Se o indicado for eficiente, a empresa deverá um favor a quem o recomendou. (Raupp foi um paladino da luta pela formação da bancada que permitiu a reeleição de FFHH e é também um baluarte do sigilo das contas dos senadores, mas essa é outra história.)

A Polícia Federal sabe que não deve vazar informações de inquéritos, muito menos documentos que não querem dizer nada. Admita-se que uma compulsão exibicionista estimule até mesmo fotografias de objetos de uso doméstico de diretores da Camargo Corrêa, como um horrível

O exibicionismo da turma da 'Castelo de Areia' acabará beneficiando os malfeitores

cortador de charutos. Daí a se transformar um documento oficial e legítimo em veículo de suspeita vai enorme distância. No caso da engenheira, ela não foi contratada.

Existe em Washington um Museu do Crime, onde acaba de ser inaugurada uma exposição sobre a dupla de assaltantes Bonnie e Clyde (Faye Dunaway e Warren Beatty, no filme). Do jeito que os federais escutam algumas de suas investiga-

ções, poderia ser aberto em Brasília o Museu da Comédia Policial, reunindo apenas casos risíveis de desvario.

Além do ofício de Raupp, o Museu da Comédia apresentaria, logo na entrada, o áudio de uma gravação de 2005, feita com autorização judicial, no qual o deputado Paulo Maluf mantém um breve diálogo com a secretária eletrônica do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: "É Paulo, bom dia". (...) Clic.

Dois anos depois, a Polícia Federal produziu outra gloriosa peça de investigação. Autorizada pela Justiça, varejou a casa de Genival Inácio da Silva, irmão de Nosso Guia. Buscavam documentos capazes de

comprovar suas traficâncias de influência. O que acharam não deve ter rendido muita coisa, pois faz tempo que não se ouve falar de Vavá, imortalizado pela frase "Ô, arruma dois pau pra eu". Entre os documentos apreendidos pela polícia estava uma carta com um pedido de emprego ao senador Aloizio Mercadante. Parece elementar que uma carta a Mercadante guardada na casa de Vavá contém um pedido que não foi encaminhado.

Esse museu poderia recuperar a história de Romero Lago, o diretor da censura de cinema, rádio e televisão ao tempo da ditadura, quando a tesoura ficava sob a jurisdição da Polícia Federal. O doutor zelava pelos bons costumes e era homem da confiança do general que comandava a instituição. Não se chamava Romero nem Lago. Era Herminildo Ramires de Godoy, este-lionatário foragido da Justiça.

JANIO DE FREITAS

O crime sem resposta

AS REAÇÕES verbais à violência sofrida por uma equipe do jornal "O Dia", em favela no Rio, correspondem a um sentimento justo, mas sua cobrança de providências contra a criminalidade abrigada nas favelas impõe uma indagação tão simples quanto evitada: quais providências? A cobrança se repete há mais de 20 anos, com o mesmo tipo de seguimento fantasiado de resposta: para instalar a presença do Estado nas favelas, para livrar da opressão de criminosos os favelados decentes, para impedir as guerras que agredem a cidade, e por aí. A pergunta permanece intocada: quais são as providências para fazê-lo?

A ausência do Estado, originária da sua longa omissão, hoje é a contrapartida da presença de bandos criminosos. Nos casos em que alguma representação do Estado tenha a retardatária intenção de mostrar a sua face, a expectativa da recepção letal na favela só deixa de cumprir-se em um caso: a representação do

Estado usa sua própria letalidade e sai o mais depressa possível.

E então vêm as acusações de abuso de violência armada, configurando execuções de criminosos e de inocentes vitimados por "balas perdidas" —essa denominação desrespeitosa e desumana dada pelos jornais e TV a inocentes que, pelo visto, não valem nem uma bala. Tiro errado, tiro a esmo, isso sim.

Como, então, levar o Estado, suas diferentes representações civis e razoável pacificação às favelas? Com o PAC das Favelas é que não será. Os conjuntos habitacionais, de que a Cidade de Deus é o melhor exemplo, tiveram o mesmo destino das favelas. São, hoje, o PAC concluído (se o for) de amanhã. As pequenas obras do PAC se fazem por acordo de consentimento dos bandos criminosos.

A cobrança de providências contra a criminalidade nas favelas impõe uma indagação simples: quais providências?

Consentimento relativo, porque, quando mandam parar tudo, pára tudo mesmo. Nada sequer sugere que os grupos armados vão abandonar os convenientes domínios da Rocinha e do Complexo do Alemão porque ali se construiu certo ar de urbanização, como nos conjuntos cedo transformados também em domínios.

Os protestos contra a ação, digamos, bélica da polícia têm razão de ser, tão óbvia que nem precisaria mostrar-se para ser conhecida. Mas

os choques fatais de polícia e criminosos são necessários? São mais do que isso: em certas situações, são indispensáveis, se o Estado não abdicar de toda a resposta ao crime. O que não justifica a frequência dos excessos de violência, apesar de explicável em parte. Na parte em que o medo compreensível leva a descarregas descontroladas da força, para intimidar e afugentar. O mesmo que a recepção dos criminosos faz.

Esses choques e incursões efêmeras representam o Estado no território de que foi banido, ou mais confirmam sua ausência e o domínio alheio. Da mesma maneira, o estatuto PAC das Favelas é útil por outros motivos que não o fim, nessas áreas, do domínio criminoso. É grotesca a moda de tomar as obras em favelas de Bogotá como exemplo de eficácia

para eliminar a criminalidade. Ignora o dado, básico para a reflexão, que é a densidade populacional e estrutural tão menor das favelas de Bogotá, em relação às nossas. Ignora as diferenças do tráfico de drogas lá e cá. E, para não estender exemplos, ignora até que a inspiração é inversa: Bogotá mirou-se em projetos de Jaime Lerner, mirou-se no plano inclinado construído pelo governo Brizola em uma favela de Ipanema, mirou-se nos conjuntos habitacionais do Complexo da Maré e adjacências, visíveis por quem transita do Galeão para o centro e zona sul do Rio. Obras excelentes, hoje "áreas de risco", como diz o jargão.

Protestos, cobranças, manifestações (na orla de Ipanema e Copacabana, de preferência), muito bem para não passar por conformista. Mas o único que importa é saber-mos se há, ou quando haverá, a combinação de inteligência e coragem para criar as providências que tornem dispensáveis os protestos, cobranças e manifestações.

DANUZA LEÃO

A falta de informação

OK, NINGUÉM É perfeito. Mas por um momento Obama nos pareceu a pessoa mais perfeita do mundo; aquele presidente que adoraríamos ter. Mas pouco tempo passou para ele dar uma pisada de bola. Foi quando disse, de maneira elogiosa, que Lula era o “cara”. Tudo bem, ele não pode saber de tudo o que acontece no Brasil, mas para isso tem 500 assessores que deveriam contar as barbaridades que o nosso presidente diz —e permite que façam.

Pode, no auge da crise, Lula dizer que tudo não passava de uma marolinha? Pode dizer que a culpa de tudo era dos brancos de olhos azuis? Além da bobajada, existe na frase uma conotação racista, e se fosse o contrário —um presidente dizendo que a culpa da crise era dos morenos de olhos escuros—, seria acusado de racismo, o que no Brasil é crime. Na mão e na contramão.

E claro que Obama não soube do mensalão, das vezes que Lula se esconde e finge que não é com ele, das viagens que faz o tempo todo —acho que fica mais tempo viajando do que em Brasília—, da cara-de-pau com que cruza o país no seu lindo avião com sua protegida Dilma já fazendo campanha, quando é proibido por lei que a campanha comece dois anos antes da eleição. Será que Obama sabe que a mulher do presidente é ítalo-brasileira, pois conseguiu um passaporte italiano para ela e para o filho, coisa jamais vista numa primeira-dama de um país? Não que seja ilegal, mas para que a mulher de um presidente quer outro passaporte, para ela e para o filho, se ela, com

E claro que Obama não soube do mensalão, das vezes que Lula se esconde e finge que não é com ele, das viagens

seu passaporte diplomático, tem todas as regalias quando chega a outro país? É claro que Lula estava de acordo; então é esse “o cara”? Até uma estrela do PT plantaram nos jardins tombados do Alvorada, como se o palácio fosse deles.

Obama não deve saber também que Lula nomeou mais de 200 mil funcionários, onerando em milhões o orçamento do país. Não deve saber

também dos cartões corporativos, com os quais os funcionários gastavam sem prestar contas ao governo —e como gastavam. Nem deve saber das estrepolias de Lulinha, outro escândalo do governo. Nem dos quase 200 diretores do Senado, pois ele não sabe de nada; nem ele nem Sarney, presidente daquela casa de marimbondos. Nem ao menos quantos são seus funcionários. Os jornais não dão conta de falar de tudo porque não há espaço, já que cada dia tem um novo. “Esse é o cara”. Que mancada, Obama.

Por que Lula não chama os presidentes da Câmara e do Senado e não dá uma dura neles, para que ponham ordem na casa? Porque o que

se passa ali dentro nem nosso senhor Jesus Cristo é capaz de saber. E a gráfica do Senado, com não sei quantos funcionários? E a TV do governo, que nunca ouvi falar que alguém tenha visto? Você já viu?

Eu juro que me deu pena quando ouvi Lula dizer que achava chique emprestar dinheiro ao FMI, como se fosse um lavrador que um dia prestasse dinheiro a seu patrão que sempre o humilhou. Fiquei com pena e compreendi. O que não me impede de lembrar que Lula largou de mão seus companheiros mais próximos, como Genoíno e Mercadante, como se nunca os tivesse conhecido. Isso não é bonito, é falta de lealdade —para não dizer de caráter—, por isso acho que Obama errou feio quando disse que ele “é o cara”.

“O cara”; mas que pisada de bola, seu Obama.

danuza.leao@uol.com.br

VINICIUS TORRES FREIRE

Juros, BB e o BBB de Lula

LULA COMEÇA a fuçar a caixinha de mágicas & milagres econômicos. Força a barra no Banco do Brasil. Quer o Bolsa Empresário (cortar imposto de quem não demitir). Renegocia dívidas a granel. Quer repetir em regra a fórmula do IPI dos carros. Parece aflição desorientada e politiqueira.

Subsidiar casas para pobres foi boa ideia — basta implementar. Em prestar a empresas dólares das reservas também, assim como garantir o crédito de bancos menores. Inteligente ainda foi colocar mais dinheiro no BNDES. Se houver bom negócio, haverá financiamento barato. Mas a demanda privada cai. Cai a exportação, o desemprego sobe. As fábricas ficam ociosas. Cai, pois, o investimento. Mais obras públicas e concessões de serviços públicos estimulariam algum investimento. Mas o governo não consegue nem

tapar buracos em estradas, como o demonstrou outro dia esta **Folha**.

Reduzir o IPI de carros foi outra boa ideia, mas pontual e emergencial. Evitou pânico maior, mais demissões, o que teria engrossado desnecessariamente a bola de neve recessiva. Mas, em clima de demanda reduzida e desemprego crescente, reduções de tributos tendem a ser cada vez menos eficazes para estimular o consumo.

O recurso a esquisitices é também evidência de que o governo passou seis anos quentando ao sol, comendo banana e coçando a perna da perna, como a família do poema de Drummond. O "spread" está

Aflição politiqueira parece levar o governo a recorrer a mágicas e milagres ineficazes para estimular a economia

alto desde o período jurássico. Qual foi o plano organizado do governo para reduzi-lo, até agora?

O governo quer forçar BB e CEF a emprestar mais e a juro menor. Vai dar certo? Primeiro, falta dinheiro na praça. Segundo, a procura das empresas anda devagar — considere o caso do BNDES. Terceiro, desde outubro de 2008, início da crise, a fatia dos bancos pú-

blicos no total de crédito subiu. Até então andava em torno de 34%. Agora está em 37%. É uma mudança forte. Os estatais têm mais gás?

O governo imagina que, se BB e CEF emprestem mais, a custo menor, tiram mercado dos bancos privados, que seriam obrigados a reagir. Os bancos privados já abriram mão de mercado em troca de rentabilidade e de segurança. De quanto teria de ser o avanço de BB e CEF para a banca privada emprestar mais e a custo menor? Os estatais, como qualquer banco, têm fundos limitados e não podem ficar no vermelho. Mas correriam mais risco de "seleção adversa": de

dar mais empréstimo a mais gente sem condição de pagá-lo, risco que os bancos privados tentam evitar.

Isto posto, é provável que os bancos privados exagerem no conservadorismo e no "spread". Os estatais podem substituí-los? BB e CEF tinham, em dezembro, uns 32% das operações de crédito dos bancos comerciais — é peso. Mas os estatais atuam pesadamente em setores largados pelo setor privado, como habitação e agropecuária. Logo, é menor o peso dos estatais em outros setores de crédito caro e escasso. Por fim, os bancos não atuam todos nas mesmas áreas. BB e CEF podem baixar custos em áreas que não afetam os privados, o que não teria efeito nos juros.

O novo BB de Lula tem cara de BBB político. E de desespero.

vinit@uol.com.br

BARBARA GANCIA

Lei pode virar fumaça

COMO DIZIA o jogador de beisebol Yogi Berra, "It's like déjà vu all over again". Pois é, eu já vi esse filme antes.

Na terça-feira, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, por 69 votos a 18, o projeto de lei que bane o cigarro e derivados de tabaco de todos os ambientes coletivos fechados, públicos ou privados, e proíbe as atuais áreas de fumantes.

Aos termocéfalos que ainda insistem em se matar a baforadas, ficou reservado o olho da rua e a intimidação (por quanto tempo, ninguém sabe) do próprio lar.

Nenhum ser provido de massa encefálica pode ser contrário a uma lei que visa proteger os fumantes passivos, evita doenças graves e promove uma melhora generalizada na saúde da população.

Mas, ontem, em entrevista por e-mail à **Folha**, o governador Serra advertiu que não será fácil assegurar

o cumprimento da lei antifumo: "Só o controle do governo não vai bastar. É essencial a cooperação dos empresários e, principalmente, do público", disse ele.

Nesse caso, eu ousaria afirmar que a nova lei está fadada a tomar o rumo da lei seca (lembra-se dela?), que começou muito bem, mas desandou por falta de empenho.

Direitos são sempre acompanhados de responsabilidades, e o pessoal que aplaudiu a lei seca e depois deixou o trabalho duro exclusivamente nas mãos das autoridades serve para ilustrar o que pode vir a acontecer com a lei antifumo.

De que adianta a fiscalização por parte do poder público se os pais,

Quantos ainda tomam táxi ou escolhem um motorista designado para levá-los do bar até em casa?

os educadores e o próprio consumidor não dão continuidade ao processo de implementação da lei?

De junho do ano passado, quando foi aprovada a lei que proíbe o motorista de dirigir depois de ingerir bebidas alcoólicas, até hoje, quantos estabelecimentos que servem bebidas para menores foram autuados? Essa mudança de atitude não tinha sido vislumbrada para complementar o endurecimento

contra o consumo de álcool? Onde foram parar os pais da classe média alta que prometiam fiscalizar a saída das casas noturnas para verificar se os filhos estavam pegando no volante depois da balada? Quantas pessoas ainda tomam táxi ou escolhem um motorista designado, aquele que não vai beber em determinada noite, para levá-las do bar até em casa?

No meu círculo de amigos, não vejo ninguém se preocupar com a lei seca. E se o governador já está avisando que a lei antifumo também corre o risco de virar fumaça, quem sou eu para duvidar?

Imagino que, a fim de deixar tudo como está, vários donos de ba-

res e de restaurantes já estejam se preparando para entrar com o manjado remédio do mandado de segurança contra a nova lei.

Pressuponho que outros pensem em adaptar seus estabelecimentos para receber o anexo de uma tabacaria de fachada, que acabará servindo como área de fumantes.

Na quarta-feira, jantei na companhia de amigos em um restaurante fantástico dos Jardins. Éramos 16 à mesa, a maioria advogados. Perguntei sobre a lei antifumo e ouvi que ela pode fracassar por conta da enxurrada de contestações que chegarão aos tribunais.

Cihei ao meu redor e percebi uma penca de fumantes exercitando o seu vício como se não houvesse amanhã.

barbara@uol.com.br

www.barbaragancia.com.br

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula abre as asas sobre nós

O AUMENTO de gastos anunciado anteontem pelo governo Lula não é uma medida "anticíclica", como se diz em Brasília. Não se trata de providências destinadas a contrabalançar os efeitos da crise. Por ora, apenas se acomoda o aumento já contratado dos gastos correntes (salários, custeio), e se poupa menos. Tais despesas têm escasso efeito "anticíclico", se algum. Não se tratou de mais investimento. A fim de gastar em obras o que cortou na poupança, o governo teria de multiplicar por sete o aumento anual de investimento registrado nos anos Lula. Difícil, certo?

Mas o ativismo luliano, no que tem de melhor e de pior, desconsiderando por ora seu mérito econômico e social, é de amplitude para deixar a já medíocre oposição ainda mais diminuída. "Ninguém será deixado para trás", parece dizer Lula. A

lista dos beneficiados é conhecida, mas impressiona quando alinhada.

São as quase 200 mil pessoas de classe média a comprar carros novos mais baratos, a cada mês, devido ao IPI menor. São as centenas de milhares de metalúrgicos e correlatos, menos ameaçados de perder o emprego, além de seus sindicatos cada vez mais alinhados ao governo. Ainda virá o desconto de imposto para quem comprar eletrodomésticos de cozinha e área de serviço.

São as dezenas de milhões que receberão outro aumento real do salário mínimo, seja via INSS, emprego privado ou público em prefeituras e Estados mais pobres, quase todos.

Entre medidas certas ou só politiquêiras, governo cria tanto um programa anticrise como um plano de campanha

São as centenas de milhares de famílias ora apenas esperançosas de comprar uma casinha quase toda subsidiada, mas que já fazem filas em prefeituras, em Cohabs etc., para o cadastramento. A isso se junte a construção civil agradecida, com casas para fazer e incentivos e fundos para obras de infraestrutura.

São milhares de prefeitos que, penhorados e agradecidos, poderão

continuar a gastar como se não houvesse amanhã, dado o capilé federal para compensar a queda de receita, prefeitos que têm boas clientelas e são bons cabos eleitorais nas cidades pequenas. São dezenas de milhares de servidores federais que ganharão mais. Serão talvez os governadores, já na fila do auxílio federal prometido mas ainda não negociado.

Pouco numerosas, mas com voz política, são as empresas que podem renegociar suas dívidas externas com dólares emprestados pelo Banco Central. E outras que poderão tomar empréstimos baratos devido ao caixa ampliado do BNDES. São os bancos pequenos, que ganharam se-

guros de crédito e financiamento incentivado por medidas do BC, o que melhora a vida de empresas menores ou de compradores de carros usados. Daqui a pouco serão as micro e pequenas empresas, que talvez tenham acesso menos difícil ao crédito devido ao seguro que o governo deve criar para tais financiamentos.

Os frigoríficos e seus milhares de empregos restantes poderão sair do gelo devido a linhas especiais de crédito e isenção de impostos, o que agradará bases políticas no Sul e no Centro-Oeste; nessa conta entram também os agricultores que outra vez renegociam suas dívidas oficiais.

Nem se mencionem os beneficiários permanentes de programas sociais, que, direta ou indiretamente, alcançam quase 40% da população.

Lula abre as asas para 2010.

vinit@uol.com.br

VINICIUS TORRES FREIRE

O emprego e a virada do ministro

DE JANEIRO a março de 2008, o país criou 612 mil empregos formais a mais do que no primeiro trimestre deste ano. Ou seja, 2009 está num vermelho-sangue escuro em matéria de emprego formal.

As indústrias ligadas à produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica são dois dos três subsetores que, proporcionalmente, mais demitiram no primeiro trimestre (o outro foi a indústria de materiais elétricos e comunicações).

Quando o governo renovou a redução do IPI sobre carros, disse que um "acordo de cavalheiros" suspenderia demissões. Depois de abril.

Evitar desemprego por decreto é um equívoco. Mas, ainda que seja para valer, o pacto dos cavalheiros, intermediado pelos sindicatos, cai um pouco no ridículo: muitas cabeças já foram cortadas no primeiro trimestre e no final de 2008. O pacto

protege uma porta arrombada e escorega no leite derramado.

Ontem, o governo disse que pretende arrumar uma redução de impostos também para os frigoríficos. Os produtores de carnes foram ao matadouro devido à queda violenta das exportações e, em alguns casos, devido a apostas alucinadas no preço do dólar. Apenas um grande frigorífico demitiu mais gente que a Embraer. A fabricante de aviões foi parar nos tribunais e mereceu um show de Lula, que considerava as demissões "inaceitáveis". São aceitáveis as demissões nos frigoríficos?

Segundo o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, março foi "o mês da vi-

Em relação a 2008, país cria 612 mil empregos a menos; criação de vagas em março não evita alta do desemprego

rada do Brasil". Lupi destaca a informação, factualmente também correta, de que em março foram criados 34 mil empregos formais. Isto é, entre demitidos e contratados, sobraram 34 mil empregados em março deste ano (em março de 2008, sobraram 206 mil). É um número positivo, decerto. De novembro de 2008 até janeiro de 2009, mais gente havia sido demitida do que con-

tratada: o "saldo" havia ficado negativo em 797 mil empregos formais. Na média, foram quase 266 mil empregos a menos por mês.

O problema da "virada" de Lupi reside no fato de que os brasileiros que passam a procurar emprego todos os anos mal vão perceber que o saldo de empregos foi de 34 mil em março. Vão sentir na pele é que, de novembro de 2008 até março de 2009, caiu em 753 mil a "criação" de empregos formais (em relação ao período de novembro de 2007 a março de 2008). A depender de quem faz a conta, estima-se que é preciso criar de 90 mil a 120 mil empregos formais por mês apenas para

incorporar os novos trabalhadores.

Isto é, o desemprego formal cresce; assim, os novos empregos que sobram pagam menos, em média. Apenas a indústria de transformação (exclui a extrativa, como a de minérios) perdeu 501 mil empregos desde novembro de 2008. É o grande setor que paga salários maiores.

Enfim, note-se que foi na administração pública que o emprego mais cresceu, proporcionalmente, no trimestre (afora o subsetor de "ensino"). No governo, Bidu.

Muito bem que a desgraça no emprego tenha ficado menor. Em abril, felizmente, outra vez a tristeza deve ser um pouco menor. Mas os indicadores presentes de despiora da economia apenas nos dizem que empobrecemos bem e, por ora, apenas paramos de ficar mais pobres.

vinit@uol.com.br

ELIO GASPARI

O homem da ONU ganhou um Caveirão

O CORONEL PM Marcus Jardim, chefe do 1º Comando da Área da Capital do Rio de Janeiro e rotundo quindim da política de segurança do governador Sérgio Cabral, gosta de gracinhas. Em novembro de 2007, quando comandava um batalhão em Olaria, anunciou que “este ano será marcado por três pés: Pan, PAC e Pau”. Em abril passado, depois que morreram nove “supostos traficantes” numa operação policial contra um morro, o coronel informou que a PM é “o melhor inseticida social”. Numa cidade onde a manipulação da histeria produziu a maldita e inexplicável figura do “suposto traficante”, fazia-se necessário um coronel engraçado.

Seu melhor momento deu-se em novembro, quando recebeu no quartel o professor Philip Alston, fiscal das Nações Unidas para questões relacionadas com execuções

sumárias. Diante da imprensa, apresentou-o com uma miniatura do “Caveirão”, aquele blindado que dá aos coronéis da PM do Rio a sensação de comandar os tanques do general George Patton na Itália. Dando voz à inteligência de sua piada, anunciou: “Quem não gosta do Caveirão gosta de maconha. Quem não gosta do Caveirão gosta de cocaína”. Ou ainda: “O que nós vivemos é uma guerra urbana”.

O coronel desperdiçou valentia, pois Alston não estava sob sua jurisdição. Nascido na Austrália, ele é professor da New York University, já passou uma temporada em Harvard e há poucos dias concluiu a ver-

Amarquetagem da ‘guerra’ e uma polícia com um pé no crime envenenam a segurança pública

são preliminar de seu relatório sobre o Brasil. Não fez referência ao mimo que recebeu, mas mencionou a filosofia pesticida do coronel Jardim. Parece até que Alston coordenou seu trabalho com a milícia da favela Batan. Disse o seguinte, referindo-se ao Brasil, não apenas ao Rio:

“Uma das principais razões da ineficiência da polícia na proteção dos cidadãos diante das gangues está no fato de freqüentemente aplicar

violência excessiva e contraproducente quando está de serviço. Fora do serviço, participa daquilo que resulta no crime organizado”.

Alston visitou o Rio depois da ocupação militar do Complexo do Alemão, onde morreram 19 pessoas. Relatou que ninguém lhe mostrou uma só prova de que essas mortes tenham sido investigadas. A crítica de Alston vai ao coração da política do governador Sérgio Cabral e da cenografia do coronel Jardim:

“No Rio, muitos funcionários consideraram a operação do Complexo do Alemão um modelo para iniciativas futuras. Seus resultados reais são dignos de nota: os maiores traficantes

não foram presos nem mortos, e poucas drogas ou armas foram capturadas. (...) Na medida em que a operação do Complexo do Alemão refletiu a estratégia central do governador do Rio, ela é orientada politicamente e resulta em policiamento de acordo com as pesquisas de opinião. Ela é popular junto àqueles que buscam demonstrações de força e resultados rápidos. É irônico que seja contraproducente. Vários policiais experientes com quem eu falei mostraram-se muito críticos dessa idéia de ‘guerra’”.

Quem não lembra da figura de Anthony Garotinho em 2004 cantando vantagem depois que sua polícia matou cinco na Maré? Dizia assim: “O papel da polícia não é fugir do bandido, é enfrentá-lo”. Era a tal da linha do enfrentamento reciclada pelo doutor Sérgio Cabral. Afinal, no combate ao crime, Cabral e Garotinho sempre estiveram juntos.

JANIO DE FREITAS

O monstro vive

'O monstro' que o general Golbery criou e depois identificou só mudou algumas formas, não morreu

A INSEGURANÇA da privacidade é total no Brasil de hoje e de alguns anos já, imprecisos embora. Ninguém, em nenhuma instância do governo ou do Judiciário — o que inclui a própria polícia, a Abin e os vários serviços secretos das Forças Armadas —, sabe quem foi e quem está sendo gravado. Além das autorizações à polícia para gravação legal, cujo montante de 407 mil já atesta o estado de desatino, as gravações são corriqueiras também em serviços oficiais sem direito de fazê-las e, ainda, nas vastas atividades clandestinas mas tacitamente toleradas pelos governos e até utilizadas por policiais, como já reconhecido. Com contrapartida de não saber quem foi gravado há, portanto, a ignorância sobre quem grava. É um mundo sem olhos e com ouvidos demais.

Uma certeza nesse mundo: toda a cúpula do governo, da Justiça e das atividades financeiras está sob pleno risco de haver deixado em gravações sigilosas, ilegais ou autorizadas, conversas que precisavam de reserva.

Ainda mais grave: ninguém pode nem sequer imaginar o material que as gravações, autorizadas ou ilegais, já recolheram e o que pode ser feito com isso. Ou melhor, com esse arsenal.

Dá uma idéia da vulnerabilidade, até mesmo por ameaça institucional, os recentes equipamentos de que a Polícia Federal está dotada (também a Abin estaria). São dispositivos capazes de gravar telefônicas sem utilizar os serviços das telefônicas, onde se fazem as conexões batizadas de "grampos". Com isso, são possíveis gravações sem a autorização judicial, à distância e em qualquer lugar.

Esses novos recursos tecnológicos, cujo alto preço não impede sua posse por particulares, faz lembrar a única referência técnica à gravação da conversa do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Men-

des, com o senador Demóstenes Torres: parece uma "gravação ambiental". Como as gravações que não se fazem por intermédio das telefônicas.

Como ponto de partida para as várias investigações anunciadas (na PF, na Abin, na Câmara, no Senado), a gravação do ministro e do senador lança indagações à margem do problema de violações do recôndito pessoal. O teor da gravação dada a "Veja" não justifica a divulgação. Logo, o propósito não foi atingir Gilmar Mendes nem o STF. Pode ser contra a Abin. Mas imaginar que al-

gum agente da Abin seja tão puro e democrata que prefira denunciar más práticas da agência, como sugerir a entrega da gravação "por um agente da Abin", beira o anedótico.

São, pois, duas obscuridades: as gravações como norma disseminada e o motivo da divulgação de uma delas sem, no entanto, qualquer implicação dos gravados, mas a pretensa indicação de origem — a Abin.

Só nos últimos dois meses, foram publicados aqui pelo menos seis artigos tratando, embora não só, de gravações telefônicas e da atividade ilegal da Abin a pretexto da Operação Satiagraha ("Escuta aqui", em 15/7; "Vozes de mais e de menos", 17/7; "Trechos de um mau enredo", 20/7; "A recreação da bomba", 22/7; "Conselhos ao telefone", 27/7; "Da inação à ameaça", 7/8). Em "Trechos", sobre o aglomerado de "antiética, incompetência e tapeações

chamado de Operação Satiagraha", figurou como uma realidade merecedora de atenções, por seus possíveis efeitos, a contraposição das correntes lideradas pelo atual diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e do ex-diretor e hoje diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda.

Ex-ocupante de cargos de relevo na PF, o deputado Marcelo Itagiba mencionou ontem, como uma das possíveis raízes da entrega de uma gravação e da referência à Abin, a "disputa" entre Corrêa e Lacerda. Presidente da atual CPI das Escutas Telefônicas, Marcelo Itagiba parece ter um ponto de partida para as investigações pela Câmara, se não tiver mais. Hoje lá estará o general Jorge Felix, ministro da Segurança Institucional, a quem a Abin é subordinada. Mas a reconvocação de Paulo Lacerda, para novo depoimento, promete mais.

Em síntese, a constatação é simples: com os gravadores oficiais e os ilegais como força nacional, "o monstro" que o general Golbery criou e depois identificou só mudou algumas formas, não morreu.

ROBERTO DAMATTA



O
segunda-feira
MATTHEW
SHIRTS
LÚCIA
GUIMARÃES

O
terça-feira
ARNALDO
JABOR

O
quarta-feira
ROBERTO
DAMATTA

O
quinta-feira
LUIS
FERNANDO
VERISSIMO

O
sexta-feira
IGNÁCIO DE
LOYOLA
BRANDÃO

MILTON
HATOUN

O
sábado
MARCELO
RUBENS
PAIVA

ADRIANA
FALCÃO

O
domingo
VERISSIMO

JOÃO UBALDO
RIBEIRO

DANIEL PIZA

O problema do muro no Brasil

As casas americanas não têm muro. É um índice psicológico. A vida de comunidade não compete com a vida de intimidade. É uma continuação, se não for, ao contrário, uma fonte.

Alceu Amoroso Lima,
A Realidade Americana (1955)

Aqueles primeiros brasileiros que visitaram os Estados Unidos – gente do porte de Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, Erico Veríssimo e de Vianna Moog – deram-me régua e compasso para “ler” o Brasil. Porque, num sentido implícito, como desvendaram os antropólogos na figura pioneira de um Gilberto Freyre (que por lá andou, tornando-se mais brasileiro), ao descobrir a América, redescobriam o Brasil numa complexa dialética de presenças e ausências. Só os idiotas viajam para dizer que foram, comeram, compraram e viram e não aprenderam coisa nenhuma.

A observação que abre esta crônica alinhavou toda uma interpretação da vida social brasileira que expressei num conjunto de trabalhos lidos, usados, criticados, recalçados e ignorados. Entre nós, a casa murada,

com estátuas de leões nos seus limiares e cachorros ferozes nos seus quintais, defendia-se da rua. Nos Estados Unidos, prossegue Alceu Amoroso Lima, “a vida em comunidade precede à vida de intimidade. O geral, nesse terreno, se antecipa ao particular. O público ao privado. Não há homem público (...) que não tenha a sua altura, os seus ordenados ou rendimentos e até mesmo a sua dieta posta em pratos limpos. Não há barreiras entre a sala de visitas, a sala de jantar e até mesmo os quartos. Tudo é público”. E, um pouco mais adiante, com profundidade característica e sem os labirintos retóricos, típicos dos presunçosos que infestam o nosso mundo público, arremata: “A comunidade mata a intimidade naquilo que tem, por vezes, de mais precioso. As linhas suprimem as entrelinhas. A vida superficial se desenvolve em detrimento da vida profunda.”

(pág. 41 da obra mencionada)
Ouseja, na América, não há como tenho reiterado no meu trabalho – contraste ou paradoxo entre as normas da casa e as da rua. Para bem e mal, ambas – intimidade e vida pública – são

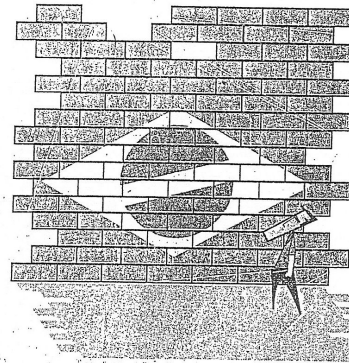
expressões de um mesmo e único conjunto de leis escritas no papelório jurídico e – como dizia Rousseau – nos corações.

Quando visitei os Estados Unidos, em 1963, tive o mesmo choque. Não havia muros. A igualdade como valor (e como causa perdida a ser incessantemente perseguida e implementada) suprime muros e conduz a uma terrível transparência. Um dos preços da tal democra-

cia boa de falar, complicada de fazer e duríssima de praticar, é derrubar muros. Mas eis que, neste Brasil democrático, estamos pensando em construí-los em volta de favelas como um modo “ecológico” de proteger a natureza!

A Grande Muralha do Rio de Janeiro – terra do carnaval, da praia e da mistura aberta – prestes a ser edificada não terá nada a ver com ausência de co-

CID GONÇALVES



ragem política para zonear a cidade, com o uso dos instrumentos apropriados – fiscalização, policiamento, aplicação da lei, distinção plena e clara do legal e do ilegal – mas será parte da “questão ecológica”. No passado, quando éramos mais honestos e cada qual sabia o seu lugar, os escravos viviam enclausurados em senzalas; hoje, usamos o ideário da correção política e falamos em proteção ambiental para segregar os mais agressivamente desiguais.

Construindo um “muro ecológico” mudamos, como convém, os termos do problema. Não se trata mais de conviver com uma avassaladora pobreza historicamente engendrada por um sistema que odeia a igualdade na prática, para incensá-la no altar do politicamente correto. Não! Trata-se, isto sim, de proteger a natureza. A proteção da natureza racionaliza a solução definitiva inapelável (e, portanto, ditatorial) para a pobreza em massa, que envergonha (e ameaça) os que residem ao seu redor. Quando descobirmos mais invasões, a culpa terá sido do muro, não nossa.

De minha parte, eu – um conservador de carteirinha e já em várias listas de paredão – continuo achando incrível que se continue a pensar que um muro (e não um programa pra valer de educação primária, secundária e de igualdade em geral) vai estancar a desigualdade; tal como no período escravista pensávamos que a Lei do Ventre Livre ia, um belo dia, liquidar espontaneamente a escravidão.

Um muro para deter o avanço da iniquidade social que nós não conseguimos sequer equacionar não vai deter coisa alguma. Antes de realizar tal monumento ao nosso gosto pela sacralização da desigualdade em escala estupidamente grandiosa, vale a pena pensar numa coisa óbvia. Todo muro tem dois lados. Se do lado de cá, ele impede o avanço do nosso descaso para com os pobres; do lado de lá, ele vai servir de trincheira, casamata e torre para os que se aproveitam da pobreza “criminosamente” e não apenas pelo voto. Com o muro, concretiza-se o que o Zuenir Ventura diagnosticou como uma cidade partida que, murada, será irremediavelmente repartida. ●

ROBERTO
Damatta



segunda-feira
MATTHEW
SHIRTS
LÚCIA
GUIMARÃES

terça-feira
ARNALDO
JABOR

quarta-feira
ROBERTO
DAMATTA

quinta-feira
LUIS
FERNANDO
VERISSIMO

sexta-feira
IGNÁCIO DE
LOYOLA
BRANDÃO
MILTON
HATOUM

sábado
MARCELO
RUBENS
PAIVA
ADRIANA
FALCÃO

domingo
VERISSIMO
JOÃO UBALDO
RIBEIRO
DANIEL PIZA

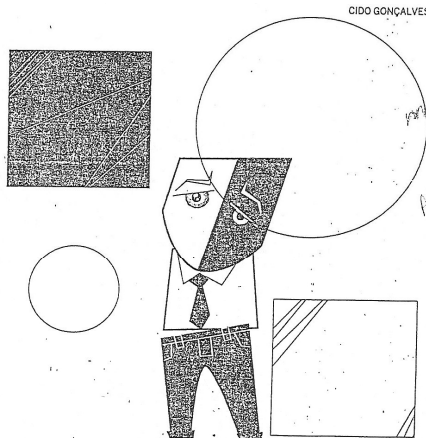
Racismo nem como "metáfora"

Escrevo constrangido, pois não tenho nenhum prazer em comentar mais uma das tais "metáforas" de mau gosto do presidente Lula. Gafes com implicações morais e políticas tão profundas e desagradáveis que nem mesmo os políticos mais autocondescendentes, cabotinos e engordados pela madeira de um Estado que os trata como realeza, devem repetir. Que eles jurem que não sabiam, que não conheciam o sócio canalha ou a origem do dinheiro, eu amargamente engulo, mas o caso em pauta não pode passar em branco e visto com olhos azuis.

Se a ditadura militar reduziu os problemas nacionais a corruptos e comunistas, eu não posso calar diante de um presidente da República - um político que lutou contra as mais vis simplificações morais e elegeu-se com a bandeira da transformação libertária e do antirracismo - que afirma: "A crise foi feita por gente branca e de olhos azuis." Seria a frase racista uma tentativa canhestra de dizer que nós - povo e governo Lula - não temos nada com essas perdas, cuja responsabilidade seria de exclusiva fabricação ex-

terna (e, portanto, "branca")? Crise desses brancos insensíveis e irresponsáveis que, mais uma vez, vitimam tanto Lula e seus asseclas quanto o povo brasileiro que, é claro (vejam só o racismo enviesado) não seria "gente" (da "raça") branca de olhos azuis? Como é o Lula, que sofreu quase todos os preconceitos, pode dizer uma barbaridade racista de tamanho calibre?

É coagido, pois, pelo embaraço que sou obrigado a reconhecer como o "racismo à brasileira", denunciado, aliás, por mim em 1981, no livrinho *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*, sirva para explicar tanto a crise econômica que vivemos; quanto antigamente foi usado para justificar o atraso do Brasil. Um país que, até o Plano Real e a crise, era subdesenvolvido, andando - como gostava de dizer o gênio da raça, o professor e ideólogo Darcy Ribeiro - aos "trancos e barrancos". Que os políticos mais reacionários tenham sido racistas, ao lado dos seus irmãos escravistas, dos matadores e cautequizadores de índios, eu entendo. Mas ouvir essa frase de um presidente com os compromissos políticos e morais do Lu-



CIDIO GONÇALVES

la, foi mais uma trombada.

O problema do racismo não é que ele opere por exageros, substituindo o artigo indefinido pelo definido, é a sua produção de segmentações irreconciliáveis. Vejam bem: quando eu falo em gente branca de olhos azuis, eu sou absolutamente in-

clusivo. Seria melhor dizer, uns tantos brancos de olhos azuis? Certamente. Pois quando o "o" substitui o "um" a classificação, que é sempre aglutinadora e exagerada, mas que permite discriminação - pois há brancos e brancos de olhos azuis - fica fechada. Torna-se ideal,

modelar, "platônica", universal e como ela é construída numa base biológica, torna-se irrecorrível. Só quem tem certezas absolutas fala que o negro é boçal; que o índio tem muita terra; que toda loura é burra, e que todo burguês e judeu merecem paredão e câmara de gás.

Toda classificação simplifica. Mas o código racista faz mais que isso. Ela reduz um evento complicado a uma causa única e situa no campo das aparências físicas, fatos que tem muitas causas e não podem ser satisfatoriamente explicáveis exclusivamente por nenhuma delas. É óbvio que a crise explodiu no centro, mas é claríssimo também que, numa economia globalizada, todos dela tiraram um bom partido, pois as parcerias comerciais relacionavam centro e periferias diminuindo, primeira vez na história do capitalismo, suas teóricas e irremovíveis distâncias.

Não pode passar em branco o fato de que a frase do presidente tem uma antiga linhagem. O racismo é uma máquina mortal de simplificar coisas, animais, pessoas e situações. Quando se diz que o Brasil é um país atrasado porque foi feito por negros,

índios e criminosos portugueses, faz-se uma redução absurda da complexidade de uma coletividade que é, ao mesmo tempo, língua, cultura, território, religião, comportamentos, paisagens, comidas, gestos, mercados e tudo mais. Cria-se uma segmentação irredutível, incapaz de ser transformada pela educação, pela política e por sua própria vontade como sociedade, pois como mudar esse código biológico que a aprisiona num sistema de "raças" imutáveis? Ao falar em brancos de olhos azuis, Lula fez como os velhos escravistas: usou a cláusula pétrea do tempo biológico que tudo congela na lógica do imutável, abandonando a dinâmica das diferenciações empáticas e produtivas que, sendo culturais, são transitórias, arbitrárias, históricas, negociáveis e passíveis de modificação. O racismo desumaniza porque ele enxerga negros, índios e agora brancos de olhos azuis onde, de fato, existem instituições, regras, práticas e motivos sociais inventados por homens entre homens. •

P.S.: Não há racismo politicamente correto.

JANIO DE FREITAS

Seguranças das ilegalidades

UMA CPI que acaba por inutilidade e outra que nem consegue começar, às duas na mesma semana, dão bem a medida da liberdade, cada vez menos contestada, de que os governos desfrutam para as improbidades administrativas impunes. Não precisam mais do que ter nas casas legislativas maiorias ainda que mínimas (em número, não em carência moral).

A gravidade e a dimensão de imoralidades que investigações suíças levantam, nas duradouras relações entre a multinacional Alstom e administrações públicas paulistas e federais brasileiras, por si só explicaria o bloqueio da bancada de José Serra à necessária CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo. Mas se trata da explicação que condena, com numeroso acréscimo de cumplicidades à bandidagem originária.

Os suíços são muito cautelosos na comunicação das constatações, tan-

to por exigência de suas leis, como por experiências frustrantes em liberações passadas para poderes brasileiros. Apesar do comedimento, o que já foi informado é indicativo de um conjunto de casos de corrupção com metástases por vários setores de poder. Daí vem uma decorrência oportuna e rara. É a provável inutilidade do bloqueio à CPI pela bancada de José Serra, porque a extensão e, também para a Suíça, a ilegalidade das ações atribuídas à Alstom levarão a investigações lá que, fatalmente, se tornarão públicas e, portanto, conhecidas aqui. Já houve finais assim, com a Suíça mesmo, com a Itália e com os Estados Unidos, em ca-

Os governos estaduais e federal não precisam mais do que ter nas casas legislativas maiorias ainda que mínimas

sos que vieram implodir aqui.

As relações solidárias entre o governador José Serra e o presidente Lula atenuam possíveis estranhezas, outrora inevitáveis, com estejam os dois enlaçados também em relação a CPIs. As reuniões que levaram tal nome, com senadores e deputados do governo e da oposição, devem encerrar-se hoje com mais um espetáculo patético. Seu destino poderia ter-se definido há muito

tempo, por alguém que tivesse a sensatez de chegar à porta, em qualquer dia, e bradar para a sala: "Todos daqui para fora. Já. Chega de gaiatice".

A CPI dos Cartões Corporativos foi só isso mesmo: um circo sem graça, embora com os personagens de praxe nos picadeiros. A bancada de Lula e a da oposição confraternizaram no propósito de evitar a verificação dos gastos palacianos e ministeriais, de hoje ou de ontem, um lado e outro na certeza de que lhes é mais apropriado resguardar a imoralidade administrativa do que não poder, agora ou mais tarde, valer-se de tantas das suas formas.

Células de novo

Por parte de católicos e por parte de evangélicos, inclusive na bancada religiosa do Congresso, está retomada a busca de uma providência parlamentar que suste, ou res-trinja, a pesquisa com células-tronco embrionárias convalidada pelo Supremo Tribunal Federal. A perspectiva de êxito, porém, é muito pequena. A composição atual do Congresso é pior que a anterior, em todos os sentidos. Mas a aprovação da Lei de Biossegurança em 2003 foi por margem tão ampla que, de lá para cá, não pode estar toda perdida.

Ainda assim, vai aí um trecho do valioso voto da ministra Cármen Lúcia Rocha: "A pesquisa com células-tronco embrionárias não é certeza de conquistas no campo científico. Mas a não-pesquisa é certeza de não-conquista".

JANIO DE FREITAS

Submundo

Serra deve providências extremadas e imediatas contra os policiais que torturaram três rapazes

A TORTURA não é crime hediondo só quando de responsabilidade do coronel Carlos Alberto Ustra e seus congêneres nos quartéis e cadeias ilegais das Forças Armadas. Logo, o governador José Serra deve providências extremadas e imediatas contra os policiais que extrairam com torturas as admissões indevidas, por três rapazes em prisão há dois anos, de violência sexual e assassinato de uma jovem. A aceitação de protelações investigatórias e da lerdeza convencional nos processos administrativos equivalerá, sob as aparências do Estado de Direito, à conduta acobertadora ante as denúncias de tortura durante a ditadura.

Nenhuma dúvida pode fazer sentido em relação à tortura sofrida pelos três, que a denunciaram com insistência e inutilidade à Justiça e à Promotoria criminal. Nenhum dos

três, conscientes todos da inocência, assinaria "confissões" para ser preso e julgado, com a certeza de sentença muito pesada, não fossem torturas insuportáveis. Salvas pela prisão do criminoso verdadeiro e comprovado pelos pormenores espontâneos da confissão, as três vítimas da tortura e da injustiça terão a falsa reparação das indenizações, quando os trocados chegarem em dia não sabido nem previsível.

O governador paulista, porém, não terá reparação moral, jamais, se não adotar as diligências de rito veloz para que os torturadores, quadrelheiros do submundo do Estado, tenham o pronto e pleno destino pres-

crito para os que, além de representarem ameaça à sociedade e suas leis, traem o poder recebido.

A tal submundo referiu-se, no depoimento ontem à CPI das Escutas Telefônicas, o diretor-adjunto da Abin, em afastamento provisório, José Milton Campana (em tempo: não é trocadilho). "A Abin não trabalha no submundo", disse, "a Abin não faz interceptações telefônicas".

No caso da conversa gravada de Gilmar Mendes e Demóstenes Torres, e talvez mesmo no decorrer do governo Lula, não há pista alguma que torne a Abin mais suspeita do que qualquer outra das possíveis autoridades da gravação, como a Polícia Federal e interessados eventuais.

Há, portanto, impropriedades de duas ordens na decisão de Lula de afastar o diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, e o diretor-adjunto, durante as investigações pela Polícia Federal. A primeira é a impropriedade ética de pesar sobre pessoas de um lado só, inclusive acentuando, com isso, suspeitas unilaterais em uma situação de equivalência, no

mínimo isso, entre Abin e PF.

Em possibilidades equivalentes de comprometimento, conceder à PF a condução das investigações é, também, decisão tecnicamente errada e politicamente privilegiante. Por mais isentos que sejam os funcionários incumbidos da investigação, quem pode assegurar a priori que a PF esteja inocente de alguma ingerência, no caso repleto de complexidades, e que suas correntes internas não cometam influências ao menos subjetivas nas investigações? Lula forçou o processo de esclarecimento a um erro já no início, não se sabe se capaz de comprometer o final. Mas as iniciativas de relações públicas, com visitas da PF a Gilmar Mendes e a senadores, em busca de algo que nada tem de investigativo, fazem um segundo passo que não corrige o primeiro, antes o continua e agrava.

BARBARA CÂNCIA

Tiro pela culatra

ISRAEL, REINO UNIDO, Canadá, Suíça e Austrália são alguns dos países em que a questão dos homossexuais nas Forças Armadas já foi amplamente debatida, digerida e resolvida. Nesses lugares, gays e lésbicas estão livres para servir e, ao mesmo tempo, têm seus direitos preservados por lei.

Nos países árabes, o assunto nem sequer é colocado em discussão e, em locais como Rússia, Turquia, Coreia do Sul e Líbia, os gays não podem, por lei, seguir carreira militar.

Nos EUA, a questão continua em aberto. Até 1993, a lei dizia o seguinte: "O homossexualismo é incompatível com o serviço militar. A presença em ambiente militar de pessoas que praticam conduta homossexual ou que, por meio de suas afirmações, demonstram propensão para a prática de conduta homossexual, compromete seriamente o cumprimento da missão militar".

Bill Clinton redirecionou a controvérsia ao introduzir o ato que ficou conhecido como "don't ask, don't tell" (não pergunte, não diga), que admite homossexuais, mas os proíbe de revelar sua preferência, e o comando militar de investigar a sexualidade dos seus comandados.

Atualmente, o Congresso norte-americano estuda um novo ato, que admite, sem restrições, os homossexuais e ainda promete garantir plenamente os seus direitos.

Já aqui na terrinha, como era de se esperar, a questão virou galhofa. A história da prisão por suposta deserção do sargento Laci Marinho de Araújo, gay assumido, enquanto gra-

Não é por conta de atitudes como a do sargento que a presença de homossexuais é malvista nas Forças Armadas?

vava o programa "Superpop", fez mais gente rir do que se aprofundar na questão de se homossexuais deviam ou não ter os mesmos direitos do restante da população.

Mas, vem cá: dava para ser diferente? Como é que a gente vai se compadecer com o sargento, que se diz perseguido por comandantes preconceituosos, quando o próprio, num arroubo de candura, afirma

que "as Forças Armadas são um paraíso", pois não há, segundo ele, "coisa melhor para um homossexual do que tomar banho com um monte de homem pelado e sarado"?

Ora, não é justamente por conta desse tipo de pensamento que a presença dos homossexuais é malvista nas Forças Armadas?

Confesso que, ao tomar conhecimento da declaração do sargento Laci, a primeira coisa que me veio em mente foi a imagem do referido militar passeando pela caserna de pênis ereto. E olha que eu não sou nenhuma carola, não tenho nada contra o Village People, adoro a Cher e a Liza Minnelli, os musicais

da Broadway e já aplaudi de pé o número de transformista imitando a Bethânia.

O que eu quero dizer é que, em vez de elevar a discussão ao degrau da mereceria, a história do sargento Laci só serve como exemplo para aprofundar o preconceito e mostrar aos contribuintes, cujos impostos sustentam as Forças Armadas, que os homossexuais não têm tempo nem direito adequado para servir.

Um pouco como a Parada Gay São Paulo que, para muitos, virou nonômo de dia em que o sexo está liberado para ser praticado no meio da rua (há inúmeros relatos de gente que vive no entorno das avenidas Paulista e Rebouças atestando que, neste ano, a farra passou dos limites), o drama do sargento Laci me prejudica do que ajuda a causa pelos direitos dos homossexuais.

barbara@uol.com.br

BARBARA GANCIA

Foi feita justiça?

NÃO É POSSÍVEL SABER os por menores do julgamento uma vez que o processo correu em segredo de Justiça. Mas ainda há algumas dúvidas antigas por esclarecer no caso do padre Júlio Lancellotti famoso por defender os direitos dos adolescentes, que no ano passado acusou de extorsão o ex-amigo da Rebem, Anderson Marcos, danista a mulher dele, Conçeição Pletério e os irmãos Evandro e Everson Guimarães.

Detidos desde outubro de 2007, o ex-interno e a mulher e os dois irmãos acabaram absolvidos e soltos. Na saída da Penitenciária Feminina do Estado onde passou os últimos sete meses sem receber visitas, Conçeição Pletério afirmou que foi feita justiça no seu caso.

Não sei não. Ser inocente e passar sete meses como inquilina de uma penitenciária nunca não é exatamente uma ideia de equidade. E o

padre Júlio não quis se manifestar sobre o veredicto, mas eu quero, sim, voltar a falar no assunto.

Quero saber se a história fica por isso mesmo. Quero saber se quem mentiu neste caso receberá o mesmo tratamento de quem disse a verdade e a enxada que sou, quero saber também de onde vieram os tais R\$ 700 mil que o padre teria dado ao antigo protegido.

Se essas perguntas básicas não forem respondidas o quanto antes, o que terá prevalecido neste caso será um tipo de justiça nossa velha conhecida: do quem pode mais, chora menos. Quem tem poder, dinheiro ou prestígio, contrata estrelas para fazer a sua defesa. E quem não tem,

Quero saber se quem mentiu no caso do padre Júlio receberá o mesmo tratamento de quem disse a verdade

superlegal, dou liberdade; ao mesmo tempo, levo e busco no colégio, converso, aí ela vai e desaparece". Não tenho filhos, mas ousou dizer que também sumiria se minha mãe fosse tão despreparada.

Eu pergunto: não está na hora de pai e mãe saírem dessa camisa-de-força de ser "superlegal" com os filhos? Desde quando os pais têm de ser melhores amigos e confidentes? Quem faça isso, está cheio por aí, mas para estabelecer limites, orientar e impor disciplina, só mesmo os chatos do papai e da mamãe.

Acontece que a minha geração, que acha normal beber, fumar cigarro e até o cigarrinho (ilegal) do diabo na frente da filharada, tem horror de

passar por cricri. Claro, dá muito mais trabalho dizer "não" do que ceder às pressões dos filhos. E minha geração, não podemos esquecer, também foi ultramimada pelos pais.

Quem disse que gostamos de fazer esforço? É muito mais fácil deixar como está. Até a hora em que o filho revela ser um Alexandre Nardoni, daí a gente vê como lida com o problema, não é mesmo?

Pois eu digo que somos um país de desleixados que educa seus filhos malíssimo. Basta ver, nas noites de domingo, a criançada correndo e gritando nas pizzarias. Ou fazendo fita, batendo o pé e dando piti nos caixas de supermercado porque os pais não compraram isso ou aquilo que eles queriam.

A ruína total está a um passo.

barbara@uol.com.br

WALTER CENEVIVA

Natureza se impõe ao direito

REGISTROS históricos mostram que sempre houve enormes desastres causados diretamente pela natureza e, em muitos deles, por fatos repetitivos agravados por ação, omissão, imprudência ou incapacidade humana. Três deles são recentíssimos: os terremotos do Chile, do Haiti e da Turquia. A comparação do Chile (menos de mil mortos) com o Haiti (dezenas de milhares de mortos ou desaparecidos) dá uma ideia da importância dos cuidados prévios, ainda quando se reconheça a diferença entre as condições nos dois países.

A natureza no Brasil é menos agressiva que na maior parte das nações. Não temos sequer a surpresa da intensidade imprevisível, caso dos terremotos. Mesmo assim, gera aqui prejuízos materiais e humanos muito grandes, reiterados, cuja causa pode ser debitada, em parte, à in-

cúria de nossos administradores, na omissão de providências acauteladoras, impeditivas da ocorrência dos gravames conhecidos. As chuvas deste ano, no Brasil, resultaram em muitas vítimas, sérios prejuízos materiais, deslizamentos, estradas interrompidas, pontes caídas, grandes alagamentos nas margens de rios estaduais e federais.

Repetem e agravam consequências registradas nos últimos 20 ou 30 anos (para ficar em tempos próximos). Nada obstante parecem ter apanhado de surpresa as autoridades responsáveis. Surpresa filiada à falta de medidas sérias, durante o tempo das secas, compatíveis com a correção dos defeitos observados.

Na crise, a administração pública faz esforços para minorar as consequências. Passada a crise, volta a rotina

No tráfego congestionado das estradas o panorama se repete feriado longo após feriado longo. Na crise, a administração pública faz esforços para minorar as consequências. Passada a crise, volta a rotina, postas de lado medidas preventivas, preferidas obras novas, que dão mais espaço no noticiário e mais votos.

Nas maiores cidades brasileiras é evidente a inexistência da capacidade

de profilática. Alguma comparação é viável. O Chile tem pouco menos de 260 mil km² de superfície. O Estado de São Paulo tem 225 mil km². A diferença não está nos números, mas nas consequências da desatenção ou atenção insuficiente para ações cabíveis. Na adequação ou proteção do meio ambiente.

A Constituição brasileira é taxativa no artigo 225, ao enunciar que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O

equilíbrio constitucional do meio ambiente assegura a todos, nas cidades e no campo, condições médias que preservem seus bens, suas vidas e sua saúde.

O direito não visa a obter o impossível, mas a velha ressalva não escusa o administrador público quando se percebe a repetição de obras mal calculadas, mal executadas, mal conservadas, omitidas informações prévias e eficazes, aos ameaçados pelo aumento dos prejuízos, em particular dos desprovidos de meios.

O eleitor deve manter-se atento para as necessidades de seu entorno e mostrar a consciência de seu direito. A natureza não perdoa omissões. As regras jurídicas devem ser aplicadas com severidade quando os responsáveis falhem na prevenção. Em matéria ambiental a natureza é justa. Não dê as costas para ela. Você será a vítima.

BARBARA GANCIA

Esse é o cara, vírgula

N ESTES DIAS em que o Supremo Tribunal Federal discute se aceita modificações ou se joga no lixo de uma vez por todas a Lei da Imprensa, herança asquerosa do regime militar que ajudou a retirar a condição de réu primário de dezenas de profissionais condenados apenas por expressar sua opinião, ainda há quem acredite que a imprensa deveria de alguma forma ser domesticada.

Não conheço caso de excesso de liberdade de expressão. Que eu saiba, quanto mais democrática e justa a sociedade, mais o livre pensar e se expressar é valorizado.

Mas nós tapuias ainda não perdemos a mania de ser capacho, a servilidade que vem dos tempos da escravidão. Basta ver o que acontece em qualquer coletiva de imprensa em que estejam presentes os presidentes do Brasil e dos EUA.

Os jornalistas norte-americanos

não se deixam intimidar e costumam fazer perguntas duríssimas ao seu chefe de Estado.

Nós não podemos nos dar a esse luxo. Nas raríssimas entrevistas concedidas pelos presidentes brasileiros, os jornalistas são sempre escolhidos a dedo e as perguntas costumam vir cheias de obséquios. Claro, ninguém é louco de usar o expediente dos americanos se quiser voltar a ser credenciado pelo Planalto.

A censura à biografia do cantor Roberto Carlos é outro episódio emblemático na história da nossa limitada liberdade de expressão.

Por que volto a chover no molhado? Bem, na noite de quarta-feira os telejornais noturnos esbanjaram o

Se Obama estivesse falando sério, será que ele iria dizer que Lula é o mais popular por conta da aparência?

uso do adjetivo "suposto" ao falar do dinheiro e das contas de Paulo Salim Maluf no exterior.

Foi um tal de "dinheiro supostamente mantido no exterior" para cá e "supostas contas em paraísos fiscais" para lá que era de se perguntar se a grana preta que está sendo repatriada vem a ser uma doação dos bancos de Jersey e da Suíça à Santa Casa de Misericórdia.

Como assim "supostamente"? O dinheiro não existe e não está voltando para casa? O que é que está faltando para tirar o "supostamente" da conversa?

★

Sinto desapontar tanto ao nobre leitor quanto aos idiotas latino-americanos que ficaram empolgadíssimos com a troca de gentilezas entre Barack Obama e Lula, na cúpula do G 20, em Londres. Mas a expressão usada por Obama ao se referir a Lula, "That's my man", não tem nada a ver com a tradução que foi empregada por meio mundo e seu vizinho. "That's my man" não quer dizer "Esse é o cara". Está mais para: "Esse é o

meu camarada" ou "Esse é o meu chapinha".

O vídeo mostra ainda Obama dizendo que Lula é "o político mais popular do mundo", o que fez os barbus dos sindicatos e das universidades tapuias praticamente rolares pelo chão em orgasmos múltiplos.

Mas, vem cá: se Obama estivesse falando sério, será que ele iria emendar dizendo que é por causa dos "good looks", da bela aparência, que Lula é considerado o político mais popular do planeta?

I don't think so. A troca de gentilezas entre os dois presidentes certamente foi das mais simpáticas. Mas, no frígir dos ovos, não significa absolutamente nada no que diz respeito às relações entre os EUA e o Brasil. O resto é torcida da turma do Fla-Flu ideológico...

barbara@uol.com.br
www.barbaragancia.com.br